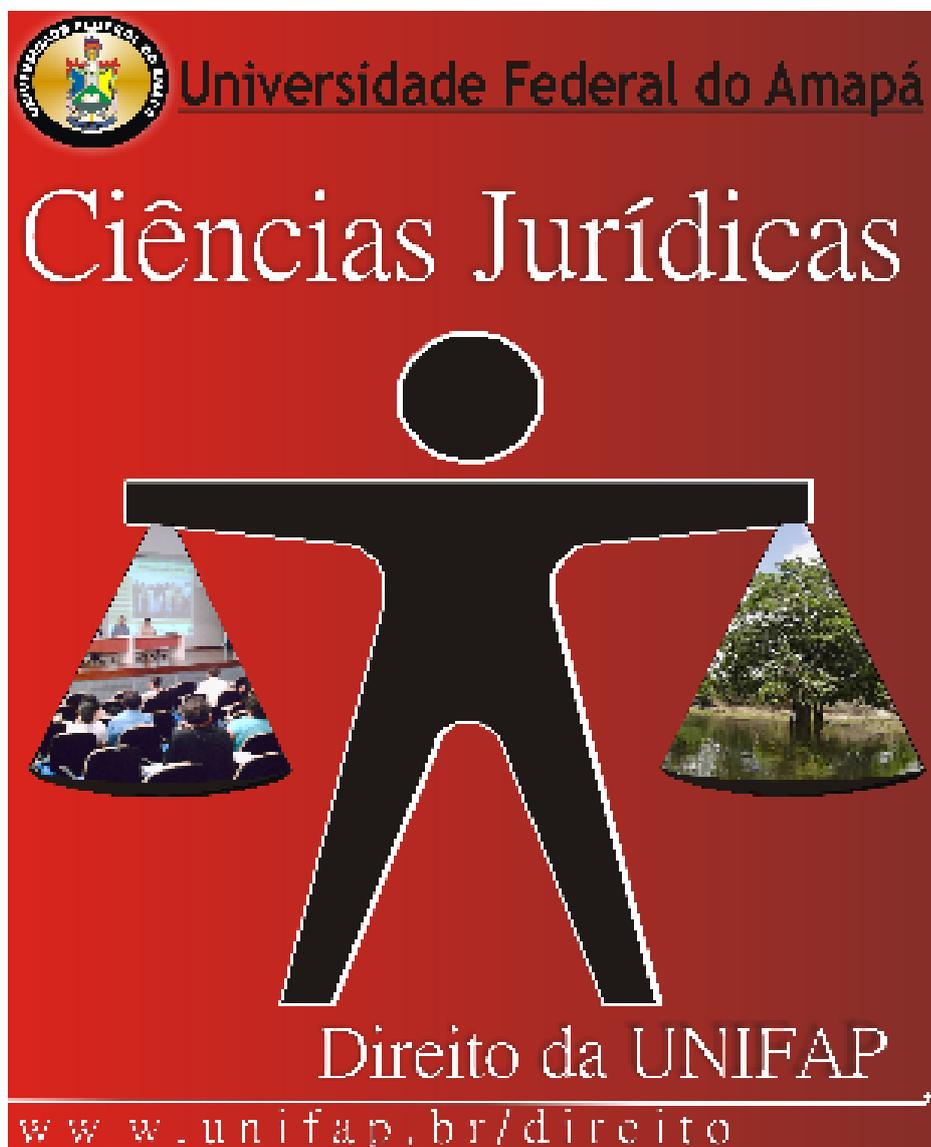


Universidade Federal do Amapá



Projeto Pedagógico do Curso de Direito

Macapá, novembro de 2006.

SUMÁRIO

Introdução	03
Instituição.....	04
Dimensão Didático Pedagógica.....	08
Projeto do Curso.....	45
Corpo Docente.....	99
Instalações.....	113
Acervo na Biblioteca.....	125
Acervo na Videoteca.....	161
Referencias.....	239

INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico é um conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática pedagógica do curso. Trata-se da própria concepção do Curso que descreve um conjunto de habilidades e competências a serem desenvolvidas no corpo discente, os referenciais que norteiam a construção e implementação do curso e a metodologia a ser adotada. Assim, o Projeto Pedagógico não é a mera organização curricular, mas um posicionamento institucional diante da realidade e do desenvolvimento da área de conhecimento, discutido pela comunidade acadêmica que direciona a prática pedagógica da instituição.

O objetivo do Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Universidade Federal do Amapá é possibilitar a reflexão crítica sobre a prática pedagógica com vistas à melhoria da qualidade do ensino superior na área do Direito. Além disso, tem como objetivos específicos definir a identidade, a diferenciação e a originalidade do curso, trazendo-lhe novas perspectivas.

O projeto pedagógico exprime, assim, a articulação existente entre a questão da educação superior, o compromisso profissional e as transformações sociais, possibilitando antever as condições de ensino oferecidas. Ele articula e integra todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso, evitando a fragmentação de disciplinas. Integra professores e cria conteúdos mais consistentes. Permite também avançar na questão da interdisciplinaridade, pois os conteúdos disciplinares passam a refletir não a compartimentalização, mas sim o ensino integrado e sistêmico. Por fim, o projeto pedagógico do curso de Direito integra-se ao projeto educacional global da Instituição.

INSTITUIÇÃO

A Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP é uma Universidade Pública de direito privado, mantida pela União, criada pela Lei n. 7.530, de 29 de agosto de 1986, e instalada pelo decreto n. 98.977, de 02 de março de 1990, vinculada ao Ministério da Educação, tendo sede e foro na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá.

PRINCÍPIOS

Conforme disposto no artigo 5. de seu Regimento, a UNIFAP organiza-se e estrutura-se com base nos seguintes princípios:

- I – Unidade de patrimônio e administração;
- II – Indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- III – Universalidade de campo, pelo cultivo das áreas do conhecimento humano e das áreas técnico-profissionais;
- IV – Pluralismo de idéias e de concepções; e
- V – Racionalidade de organização com utilização plena de recursos humanos e materiais.

FINALIDADES

Conforme disposto em seu Estatuto, artigo 3., a Universidade Federal do Amapá tem as seguintes finalidades:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade amapaense e brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente caracterização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os do Estado, da região e da nação, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Universidade;

VIII – incentivar, promover e estimular o intercâmbio com outras instituições e organizações científicas e técnicas, nacionais e estrangeiras, visando ao desenvolvimento das ciências e das artes, preservando a natureza e interagindo com o ecossistema amazônico;

IX – colaborar com entidades públicas e privadas através de estudos, projetos, pesquisas e serviços com vistas à solução de problemas regionais e nacionais sem perder de vista os valores étnicos, ecológicos, em consonância com os anseios e tradições dos povos da região;

X – contribuir para a formação da consciência cívica nacional, com base em princípios da ética e do respeito à dignidade da pessoa humana, considerando o caráter universal do saber.

Para alcançar suas finalidades, a Universidade Federal do Amapá conta com a estrutura organizacional informada em seu Regimento, artigo 6., e abaixo descrita.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Compõem a estrutura organizacional da UNIFAP os seguintes órgãos:

I – Órgão Colegiados Superiores:

- a) Conselho Diretor.
- b) Conselho Universitário.

II – Órgãos Executivos Superiores:

- a) Reitoria.
- b) Pró-Reitorias.

III – Órgãos de Assessoramento.

IV – Órgãos da Administração Geral.

V – Órgãos Executivos de Administração Específica.

REITORIA E PRÓ-REITORIAS

A Reitoria é o órgão executivo superior que coordena e superintende todas as atividades universitárias. A reitoria é exercida pelo Reitor e é assessorada por quatro pró-reitorias, quais sejam: Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROAP), Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEPEG) e Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC).

Os integrantes da Reitoria e das Pró-Reitorias, que tomaram posse no dia 10 de julho de 2006, são:

Reitor: José Carlos Tavares Carvalho

Pró-Reitor de Administração e Planejamento: Cláudia Maria do S. C. F. Chelala

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Eliane Superti

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Rosemary Ferreira de Andrade

Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Júlio César Sá de Oliveira

OBJETIVOS E FUNÇÕES DA UNIVERSIDADE

A Universidade Federal do Amapá, como instituição de ensino superior, tem por objetivos e funções, nos termos do artigo 3. de seu Regimento:

I – ministrar o ensino, que é indissociável da pesquisa e extensão;

II – desenvolver as ciências, as letras e as artes;

III – prestar serviços a entidades públicas e privadas e a comunidade em geral; e

IV – promover o desenvolvimento nacional, regional e local.

CURSOS OFERTADOS

GRADUACAO
Direito
Ciências Sociais
História
Geografia
Letras
Pedagogia
Enfermagem
Ciências Biológicas
Educação Artística
Secretariado Executivo
Matemática
Física
Educação Física
Arquitetura
POS-GRADUACAO
Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas
Mestrado em Biodiversidade Tropical
Doutorado em Biodiversidade Tropical
Mestrado em Desenvolvimento Regional
Doutorado Interinstitucional em Desenvolvimento Sustentável

HISTÓRICO E INSERÇÃO REGIONAL DA UNIFAP

A Universidade Federal do Amapá nasceu da necessidade de prover a educação superior, a construção do conhecimento científico por meio da pesquisa e as atividades de extensão aos habitantes do estado do Amapá. Foi criada pela Lei n. 7.530, de 29 de agosto de 1986, e instalada pelo Decreto n. 98.977, de 02 de março de 1990. Foi a primeira instituição de ensino superior a ser instalada no Amapá e é a única instituição pública a ofertar o curso de Direito.

A UNIFAP está situada numa região isolada geograficamente dos centros mais avançados e presta um serviço inestimável à população do estado do Amapá.

Como exemplo da importância da UNIFAP no Amapá, podemos citar algumas ações desenvolvidas pelo curso de Direito na Capital do Estado, Macapá, e em diversas cidades do interior. O projeto de extensão NPJ nos municípios, a partir de parcerias com diferentes órgãos e empresas do setor privado, tem possibilitado aos alunos atender a população em diferentes necessidades: atendimento e assessoria jurídica, conciliação e

mediação de conflitos, expedição de documentos. Essas atividades ocorrem no interior de forma itinerante. Já em Macapá, são desenvolvidas em diferentes bairros através do projeto de extensão NPJ nos bairros. Além da extensão, a UNIFAP presta serviços inestimáveis ao estado por conta das pesquisas que tem desenvolvido e do próprio ensino, não só em seu campus central – o Campus Marco Zero, mas também em seus *Campi* nas cidades de Oiapoque, Laranjal do Jarí e Santana.

**DIMENSÃO
DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.

1.1 – ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

A Administração Acadêmica é exercida, na função deliberativa, pelos Colegiados de Cursos e na função executiva, pelas Coordenações de Cursos. As Coordenações são órgãos de execução em matéria de administração acadêmica, subordinadas diretamente a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PROGRAD.

A PROGRAD tem por finalidade especificar, programar, supervisionar, coordenar e avaliar as atividades de ensino de graduação. Em suas atribuições, o Pró-Reitor de Graduação é assessorado pela Coordenação de Ensino de Graduação – COEG.

Cada curso de graduação em funcionamento na Universidade tem com representante um coordenador escolhido pelos membros dos Colegiados de Cursos que compõe a Coordenação. A Coordenação de Curso, nos termos do artigo 87 do Regimento da UNIFAP, é o órgão responsável pelo planejamento e gerenciamento dos recursos humanos, científicos e tecnológicos para as atividades de ensino, pesquisa e extensão do respectivo curso e tem suas atribuições definidas no artigo 89 do Regimento da Universidade. O Colegiado de Curso é composto por todos os professores lotados na Coordenação, por um representante do corpo técnico-administrativo e por todos os representantes discentes das turmas de graduação do respectivo curso, nos termos do artigo 90 do Regimento, e tem sua competência descrita no artigo 91 do mesmo diploma normativo.

Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão da Administração Acadêmica

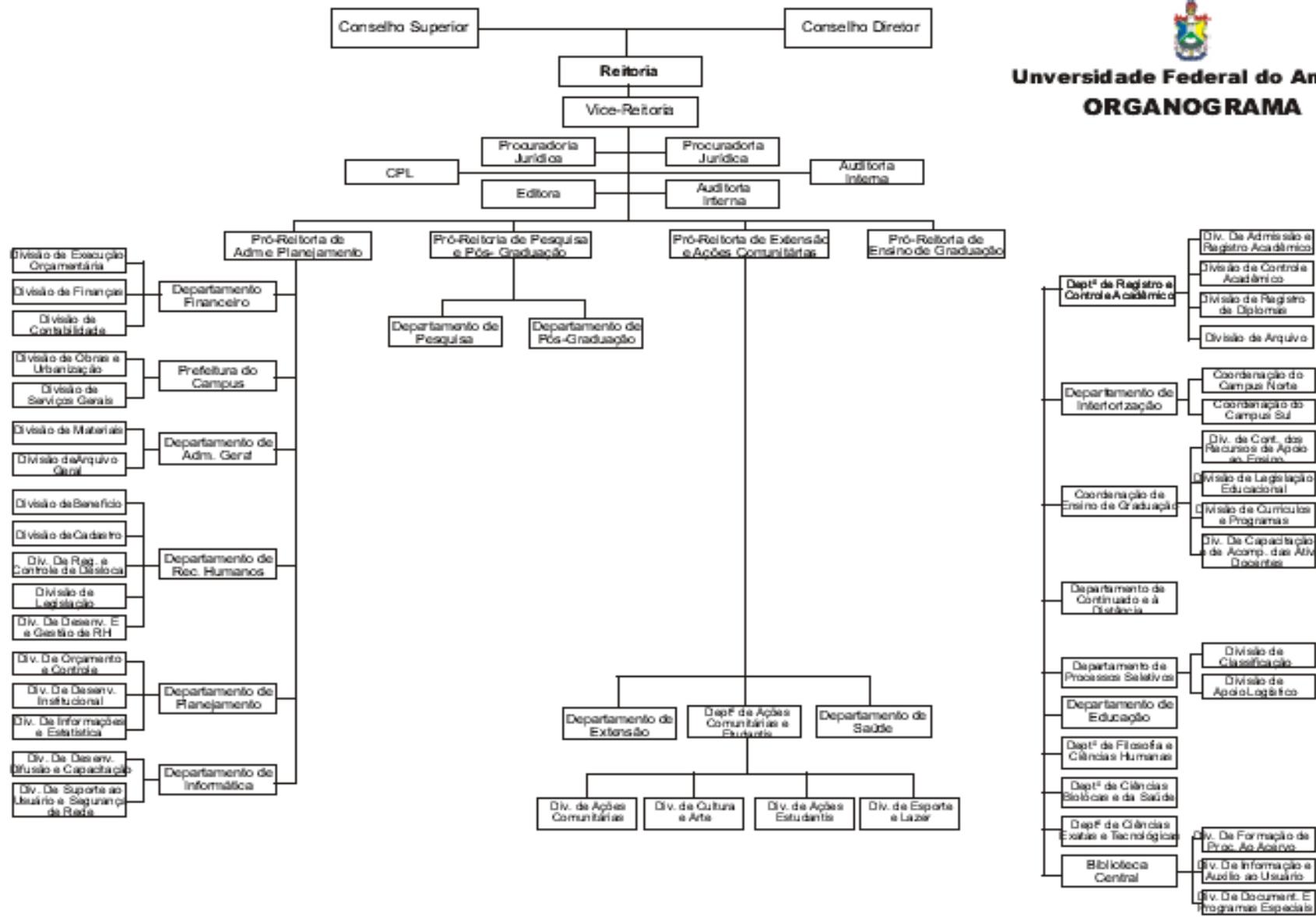
A estrutura organizacional e as instâncias de decisão da administração acadêmica estão descritas no Regimento da Universidade, e conta com os órgãos e setores abaixo listados:

- I – Conselho Superior Universitário
- II – Reitoria
- III – Pró-reitoria de Ensino de Graduação
- IV – Coordenação de Ensino de Graduação
- V – Colegiados de Cursos
- VI – Coordenações de Cursos

Para melhor dimensionar a estrutura organizacional da UNIFAP, segue seu organograma.



Universidade Federal do Amapá
ORGANOGRAMA



Conselho e Órgãos Colegiados ligados à Administração Acadêmica - Atribuições e Competências

De acordo com o Regimento da UNIFAP, o conselho e os órgãos colegiados ligados à administração acadêmica estão assim constituídos:

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Art. 9º. O Conselho Universitário (CONSU), colegiado integrante da Administração Superior, órgão deliberativo e normativo em matéria de administração universitária e instância de recurso, é composto:

- I - pelo Reitor, como seu Presidente;
- II - pelo Vice-Reitor, como seu Vice-Presidente;
- III - pelo Pró-Reitor de Administração e Planejamento;
- IV - pelo Pró-Reitor de Ensino de Graduação;
- V - Pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação;
- VI - pelo Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias;
- VII - por um estudante regularmente matriculado em um dos cursos de graduação da Universidade, eleito, em escrutínio secreto, pelos seus pares;
- VIII - por um representante dos funcionários técnico-administrativos, eleito, em escrutínio secreto, pelos seus pares;
- IX - por um representante das Federações das entidades econômicas em sistema de rodízio por mandato;
- X - por um representante do Governo do Estado, indicado pelo Governador;
- XI - por quatorze representantes do corpo docente da universidade, sem função administrativa, eleitos por seus pares, com os respectivos suplentes, em escrutínio secreto; e
- XII - por dez representantes dos colegiados de cursos ou de programas, escolhidos com os respectivos suplentes, dentre seus pares, em escrutínio;

§ 1º. Os representantes de que tratam os incisos VII , VIII, IX, X, XI terão mandatos de 02 (dois) anos, permitida a recondução para um único período subsequente.

§ 2º. Os representantes de que trata o inciso XII terão mandato de 01 (um) ano, permitida a recondução para um único período subsequente.

Art. 10. Compete ao CONSU:

- I - formular a política geral da universidade e traçar diretrizes e normas em matéria didático-científica e disciplinar;
- II - elaborar, reformular e aprovar o regimento geral da universidade, bem como aprovar o regimento dos órgãos colegiados integrantes da estrutura acadêmica;
- III - aprovar as modificações do estatuto da universidade, submetendo-as aos órgãos competentes do MEC;

- IV - aprovar os planos anuais de trabalho, plano estratégico e diretor da universidade, plano de desenvolvimento institucional e projeto político pedagógico institucional;
- V - apreciar, em grau de recurso, os atos e decisões de qualquer órgão ou autoridade da UNIFAP;
- VI - decidir sobre a criação, incorporação, modificação, extinção ou suspensão temporária de cursos;
- VII - aprovar normas internas sobre seleção, admissão, promoção, movimentação, dispensa e aperfeiçoamento de pessoal docente e técnico-administrativo;
- VIII - aprovar os planos de carreiras dos corpos docente e técnico-administrativo;
- IX - homologar a indicação feita pelo Reitor de qualquer pessoa que não faça parte do quadro efetivo desta IFES para nela desempenhar cargos ou funções;
- X - Homologar a indicação feita pelo Reitor para a Presidência da Fundação de Apoio a Pesquisa e a Cultura da Universidade Federal do Amapá e do Estado do Amapá - FUNDAP;
- XI - aprovar a ampliação e diminuição de vagas destinadas aos cursos da universidade;
- XII - aprovar a programação dos cursos no que tange ao projeto pedagógico respectivo de cada um deles;
- XI - aprovar os programas de pesquisa e extensão;
- XII - deliberar, como instância superior e de recurso, sobre medidas disciplinares, apuração de responsabilidades, instauração de inquérito e suspensão de atividades.

COLEGIADO DE CURSO

Art. 90. O colegiado de curso é constituído por:

- I - todos os professores lotados nas coordenações de cursos;
- II - por um representante do corpo técnico-administrativo superior, lotado na coordenação; e
- III - todos os discentes representantes das turmas de graduação do respectivo curso, sendo um por turma.

§ 1º. A representação dos professores deverá corresponder a, no mínimo, 70% (setenta por cento) do total de membros do Colegiado, em qualquer caso;

§ 2º. Para o alcance do quantitativo mínimo de que trata o parágrafo anterior, serão excluídos os representantes das turmas com menor tempo de ingresso na UNIFAP.

§ 3º. Existindo mais de uma turma em igualdade de condições, quanto ao tempo de ingresso, decidirão os próprios representantes qual deles integrará o Colegiado.

Art. 91. Ao Colegiado de Curso compete:

- I - deliberar sobre as políticas e diretrizes de cada coordenação, em consonância com as políticas e orientações do conselho departamental e dos conselhos superiores;
- II - deliberar sobre os projetos pedagógico e científico do pessoal docente e técnico administrativo lotado na coordenação de curso;
- III - deliberar sobre as atribuições e encargos de ensino, pesquisa e extensão do pessoal docente e técnico-administrativo da coordenação de curso;
- IV - deliberar sobre indicação de professor para ministrar disciplina diversa daquela para a qual foi concursado;

- V – deliberar, em seu nível, sobre questões referentes à vida funcional dos docentes;
- VI - declarar vago o cargo de coordenador de curso;
- VII - deliberar sobre propostas e normas relativas à monitoria;
- VIII - propor ações para a melhoria da qualidade de ensino;
- IX - estabelecer medidas de acompanhamento e avaliação da execução dos planos de trabalho das coordenações de cursos;
- X - desenvolver outras atribuições que lhe couberem por força da legislação vigente.

1.1.1 – COORDENAÇÃO DO CURSO

Nome da Coordenadora: Daize Fernanda Wagner	
Endereço: Rua Dr. Braulino, 1715, Bairro Universidade, Macapá-AP e-mail: daize@unifap.br Tel: 96 3217-5681 – 96-8114-4363	
OAB/AP 902 B	CPF: 680.671.510-91
Data de Admissão na IFES: 10/07/2006	Regime de Trabalho: TI - DE
Nome da (s) disciplina (s): Direito Civil	
Graduação	
Curso: Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS Data de Conclusão: 13/01/1997	
Especialização	
Curso: Metodologia do Ensino Superior Instituição: Centro de Ensino Superior do Amapá – CEAP Data de Conclusão: em andamento	
Mestrado	
Curso: <i>Magister Legum – LL.M.</i> (Mestrado em Direito Privado) Instituição: <i>Ludwig Maximilian Universität – LMU</i> – Munique - Alemanha Data de Conclusão – 15/12/1999 OBS – título convalidado pela PUC/RS em 25/05/2005	

Funções da Coordenação de Curso

A coordenação de curso é o órgão que congrega docentes e técnicos, de acordo com suas especialidades, sendo responsável, dentro da própria área de conhecimento, pelo gerenciamento de recursos humanos, científicos e tecnológicos para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, interiorização, bem como pela construção do saber, pelo aperfeiçoamento do pessoal docente e técnico e pela administração de suas carreiras.

Ao Coordenador compete ainda representar as necessidades do curso junto aos órgãos competentes da IFES; convocar, presidir e participar das reuniões de Colegiado de Curso e prestar atendimento aos docentes e discentes do curso.

Atuação do Coordenador de Curso

As atribuições do coordenador de curso são regulamentadas pelos artigos 87, 88 e 89 do Regimento da UNIFAP, conforme segue:

Art. 87. A Coordenação de Curso é o órgão responsável pelo planejamento e gerenciamento de recursos humanos, científicos e tecnológicos para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Art.88. Cada Coordenação de Curso será dirigida por um coordenador, sendo seu substituto legal o vice-coordenador, ambos com mandato de dois anos, escolhidos em escrutínio secreto, pelos docentes, discentes e técnicos vinculados à respectiva coordenação, permitida a recondução por um único período subsequente, obedecendo a legislação pertinente.

§ 1º. As Coordenações serão exercidas, preferencialmente, por docente efetivo vinculado ao Curso.

§ 2º. Na impossibilidade de a Coordenação ser exercida por docente efetivo a vaga poderá ser preenchida por técnico integrante do quadro de nível superior.

Art. 89. A coordenação de curso compete:

I - cumprir e fazer cumprir as deliberações do colegiado de curso;

II - elaborar e submeter ao seu conselho departamental o plano de atividades da coordenação de curso;

III - fazer cumprir os planos de atividades dos docentes e técnicos-administrativos lotados na coordenação;

IV - designar banca de revisão de provas dos discentes, quando solicitado pelo colegiado de curso;

V - propor ao conselho departamental normas e critérios para a monitoria e o estágio curricular supervisionado;

VI - acompanhar a frequência e o desenvolvimento das atividades dos docentes no ensino, na pesquisa e na extensão, submetendo os resultados à apreciação do Colegiado de Curso.

VII - acompanhar o desenvolvimento dos docentes em curso de qualificação através de relatórios específicos; e

VIII - desenvolver outras atividades que lhe couberem por força da legislação.

Participação efetiva do Coordenador do Curso em Órgãos Colegiados Acadêmicos

O coordenador preside e convoca as reuniões do Colegiado do Curso que coordena, nos termos do artigo 90 do Regimento da UNIFAP, e tem representação no Conselho Universitário – CONSU, conforme inciso XII, do artigo 9º, do Regimento. Além disso, participa intensamente da elaboração das políticas acadêmicas, conforme lhe solicita a Pró-Reitoria de Graduação.

Participação Efetiva do Coordenador e dos Docentes em Colegiado de Curso ou equivalente

A UNIFAP tem plena compreensão e ciência da importância da participação dos docentes, não só no âmbito das decisões de natureza didático-pedagógicas, como também na área de gestão administrativa. Por essa razão, o seu corpo docente tem uma representação deliberativa importante na composição dos Conselhos Superiores, na perspectiva de tornar coerentes as decisões que envolvem a gestão do patrimônio acadêmico, possibilitando um envolvimento participativo e atuante.

Todos os professores do curso integram o Colegiado de Curso e sua representação deve corresponder a, no mínimo, 70% do total de membros do Colegiado, conforme determina o parágrafo primeiro do artigo 90 do Regimento da UNIFAP. Além disso, os professores participam do CONSU, sendo representados por 14 membros eleitos por seus pares, nos termos do inciso XI, do artigo 9., do Regimento da UNIFAP.

Apoio Didático Pedagógico ao Docente

Os desafios ligados à prática docente universitária não são poucos ou facilmente enumeráveis. Cotidianamente, os professores das universidades públicas se deparam com o resultado de um sistema educacional de ensino fundamental e médio frágil, que permite a formação de alunos despreparados academicamente para as exigências da vida universitária. Além disso, vivenciam a dura realidade do sistema universitário público, marcado pela carência de investimentos e pela sofrível burocracia. Os professores têm ainda que trabalhar com suas próprias limitações acadêmicas e didático/pedagógicas. Buscando auxiliar o docente em suas múltiplas funções de educador e pesquisador, o Colegiado de Direito da UNIFAP organizou o Programa Permanente de Apoio à Prática Docente, chamado de JUS PEDAGOGIA.

JUS PEDAGOGIA – Programa Permanente de Apoio à Prática Docente do Colegiado de Direito

Iniciado no segundo semestre de 2006, o Jus Pedagogia do colegiado de Direito visa prestar apoio permanente aos docentes do curso, através do desenvolvimento de ações de extensão dirigidas, prioritariamente, aos professores do curso, bem como pesquisas acerca do ensino jurídico. O Jus Pedagogia quer ser um espaço de discussão e formação permanente aos docentes no que se refere a sua prática pedagógica. Considerando que, de regra, os professores do curso de Direito não contam com disciplinas de metodologia e didática em sua formação, não raro relatam suas dificuldades em diversificar sua prática pedagógica. Assim, o Jus Pedagogia tem por objetivos:

- identificar, estudar e encaminhar as necessidades da instituição, envolvendo professores e alunos no que se refere às práticas pedagógicas no âmbito do curso;
- proceder, coletivamente, constantes balanços críticos do conhecimento referentes às teorias, técnicas e metodologias, visando apropriação e criação de novas formas de intervenção didática, melhorando a relação comunicacional entre alunos e professores;
- ser um espaço aberto à reflexão coletiva acerca da docência universitária.

Para atingir esses objetivos, buscou-se o levantamento das necessidades coletivamente detectadas para a melhoria do exercício da profissão docente. O Programa visa atingir a totalidade dos docentes do curso. Todavia, a adesão dos mesmos é voluntária, tendo em vista que mudanças nas práticas pedagógicas somente ocorrerão se os professores estiverem convencidos dessa necessidade. Já existem indícios do envolvimento dos professores, pois foi a partir do lançamento da idéia do Programa que vários professores apresentaram seus interesses, necessidades e afinidades no aprofundamento de determinados assuntos. A partir daí, foi realizado um cronograma de encontros, com temas pré definidos e distribuídos entre os professores do próprio colegiado, segundo sua afinidade e experiência. Vale ressaltar que os encontros não estão adstritos a participação exclusiva dos professores do Colegiado de Direito, mas abertos a participação de convidados externos, seja para palestrar, seja para participar dos encontros de forma permanente.

O encaminhamento metodológico do Jus Pedagogia se constitui de descrição e reflexão das práticas cotidianas pelos professores, do levantamento das expectativas e necessidades dos alunos de Direito e do estudo das contribuições da área da educação para a melhoria da prática docente.

Os temas de debate propostos para o segundo semestre de 2006 são:

Histórico do Ensino Jurídico no Brasil e seus desafios atuais

Data: 01/12/2006, às 17h

Responsável: Prof^ª. Daize Fernanda Wagner.

Local: Sala dos professores de Direito

Desenvolvimento de Habilidades e Competências na formação do Bacharel em Direito

Data: 02/02/2007, às 17h

Responsável: Prof^ª. Kátia Simões (Prof^ª. do Colegiado de Pedagogia)

Local: Sala dos Professores de Direito

Técnicas de Ensino no curso de Direito

Data: 02/03/2007, às 17h

Responsável: Prof^ª. Maria Emília Oliveira Chaves

Local: Sala dos Professores de Direito

Avaliação do processo de ensino-aprendizagem no Direito

Data: 13/04/2006, às 17h

Local: Sala dos professores de Direito

Responsável: Prof. Oto João Petry (Prof^º. Msc. em Educação)

Os encontros do programa acontecem mensalmente, as datas são definidas na primeira reunião semestral do colegiado pelos professores, assim como os temas de debate e os professores responsáveis pela coordenação do encontro, seleção dos textos de leitura e apresentação. Os textos de leitura são encaminhados pela Coordenação do Curso para todos os professores participantes.

Os pressupostos teóricos do programa compreendem que o exercício da docência universitária supõe algumas competências básicas, e esses temas de estudo buscarão contemplar as dimensões necessárias à atuação docente, tendo em vista o professor como um profissional que seja educador e apto ao trabalho coletivo.

Um dos pilares do Jus Pedagogia é a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, cujo enfoque está no processo de aprendizagem dos alunos, apesar de se considerar a relação de complementaridade existente no processo de ensino e no processo de aprendizagem. Nesse aspecto, visa-se, abandonar a idéia de que a aprendizagem acontece prioritariamente através da transmissão de informações e experiências centradas na figura do docente e, enfatizar o desenvolvimento da capacidade de aprender dos pelos alunos, através da busca de informações por eles próprios. Para isso, o planejamento das atividades de aprendizagem deve levar em conta os vínculos entre os temas de estudo e a atividade profissional do aluno, como também a área em que o curso se situa, o que leva ao conceito de aprendizagem significativa.

Este último resulta no entendimento da construção de conhecimentos pelo aluno quando há uma mobilização para o conhecimento e as informações que eles trazem se constituem em relações necessárias que encerram muitos outros ensinamentos, formando uma rede, um feixe de relações, portanto, não restrita a uma disciplina. A aprendizagem significativa leva em conta a relação teoria e prática, através da mediação do professor. Sendo assim, as diversas disciplinas curriculares devem estar em consonância com os objetivos do curso e do perfil do profissional que se deseja formar.

A parceria entre professor e aluno no processo de ensino-aprendizagem modifica substancialmente essa relação, pois o aluno vê no professor um aliado em sua formação, o que facilita a comunicação entre ambos e a percepção, pelo aluno, de que ele é o sujeito do processo de aprendizagem.

A meta inicial do programa é incitar a discussão acerca do modelo tradicional de ensino jurídico e as tentativas de sua superação. Chamamos de modelo tradicional de ensino jurídico aquele marcado pela descontextualização, pelo dogmatismo e pela unidisciplinaridade, conforme Pôrto (2000) apresenta em sua obra. Temos verificado que, muito embora as discussões acerca da superação do modelo tradicional de ensino e, em especial do ensino jurídico, remontam à década de 90, na prática cotidiana dos docentes tal modelo ainda impera. Assim, um dos grandes desafios do curso de direito da UNIFAP e de seus professores consiste em superar o modelo tradicional de ensino. Conforme afirma Moraes (2004), a atuação do professor traduz sua visão de educação – e impossível separar uma coisa da outra. A teoria da aprendizagem que fundamenta sua ação contém as explicações de como ele crê que o indivíduo aprende e determina o modelo pedagógico adotado por ele. Considerando que os professores foram formados em uma perspectiva bastante distinta daquela hoje tida como a mais adequada, qualquer mudança do professor demanda esforço, adesão, estudo e tempo. Assim, o Jus Pedagogia quer ser esse espaço para o aprendizado continuado do docente acerca de sua prática profissional da docência.

Apoio Psicológico ao Docente e ao Discente

Além do Jus Pedagogia, que é uma iniciativa do Colegiado de Direito, a Universidade, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEAC), mantém à disposição dos professores e alunos o atendimento psicológico gratuito.

TITULAÇÃO DA COORDENADORA DO CURSO

Nome da Coordenadora: Daize Fernanda Wagner	
Endereço: Rua Dr. Braulino, 1715, Bairro Universidade, Macapá-AP e-mail: daize@unifap.br Tel: 96 3217-5681 - 96-8114-4363	
OAB/AP 902 B	CPF: 680.671.510-91
Data de Admissão na IFES: 10/07/2006	Regime de Trabalho: TI - DE
Nome da (s) disciplina (s): Direito Civil e Direito da Criança e do Adolescente	
Graduação	
Curso: Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS Data de Conclusão: 13/01/1997	
Especialização	
Curso: Metodologia do Ensino Superior Instituição: Centro de Ensino Superior do Amapá - CEAP Data de Conclusão: em andamento	
Mestrado	
Curso: <i>Magister Legum - LL.M.</i> (Mestrado em Direito Privado) Instituição: <i>Ludwig Maximilian Universitat - LMU</i> - Munique - Alemanha Data de Conclusão - 15/12/1999 OBS - título convalidado pela PUC/RS em 25/05/2005	

REGIME DE TRABALHO DA COORDENADORA DO CURSO

Nome da Coordenadora: Daize Fernanda Wagner
Regime de Trabalho: Tempo Integral – Dedicção Exclusiva.
Data de Admissão na IFES: 10/07/2006

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ACADÊMICA DA COORDENADORA DO CURSO

Experiência Profissional Acadêmica

Professora do Curso de Direito da UNIFAP

Disciplinas Ministradas: Direitos da Criança e do Adolescente; Direito Civil II (Direito das Obrigações); Direito Comercial I

Período: a partir de 10/07/2006.

Coordenadora do Projeto de Extensão Balcão de Direitos do Curso de Direito da UNIFAP

Período: a partir de 10/2006.

Membro suplente representante do Colegiado do Curso de Direito no Conselho Superior da UNIFAP

Período: 2006/2007

Ato: Portaria CONSU n. 031/2006

Membro da Comissão Eleitoral para os Membros representantes da Classe do Magistério no Conselho Superior da UNIFAP

Período: setembro/2006

Ato: Portaria CONSU n. 007/2006

Coordenadora do Grupo de Trabalho responsável por apresentar proposta de alteração do Projeto Pedagógico do Curso de Direito da UNIFAP

Período: setembro a novembro de 2006

Ato: Portaria UNIFAP n. 778/2006

Membro do Grupo de Trabalho do ENADE/2006

Período: de agosto a novembro de 2006

Ato: Portaria UNIFAP n. 647/2006

Diretora Acadêmica da Faculdade SEAMA, em Macapá/AP

Período: de 09/2005 a 06/2006

Vice-Diretora Acadêmica da Faculdade SEAMA, em Macapá/AP

Período: de 01/2004 a 08/2005

Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade SEAMA, em Macapá/AP

Período: de 01/2003 a 12/2003

Membro do Conselho Superior da Faculdade SEAMA – CONSUS, em Macapá/AP

Período: 10/2003 a 06/2006

Membro da Comissão Própria de Avaliação – CPA – da Faculdade SEAMA

Período: de 2005 a 2006

Professora do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior da Faculdade SEAMA, em Macapá/AP

Período: maio de 2006

Disciplina Ministrada: Gestão Educacional e Legislação do Ensino Superior

Professora do Curso de Direito da Faculdade SEAMA, em Macapá/AP

Período: de 01/2003 a 06/2006

Disciplinas Ministradas: Introdução ao Estudo do Direito I, Direito Civil I.

Professora do Curso de Direito do Centro de Ensino Superior do Amapá – CEAP, em Macapá/AP
Período: de 08/2002 a 12/2002
Disciplinas Ministradas: Direito Civil I, Direito Civil II, Direito Civil III.

Professora dos Cursos de Direito e Administração da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, em Porto Alegre/RS
Período: 03/2000 a 12/2001
Disciplinas Ministradas: Direito Comercial IV (Títulos de Credito), Direito Comercial e Societário, Direito Comercial I.

Professora do curso de Direito, Administração, Ciências Contábeis e Turismo do Centro Universitário FEEVALE, em Novo Hamburgo/RS
Período: de 02/2000 a 07/2002
Disciplinas Ministradas: Direito Comercial e Societário, Direito das Obrigações II, Legislação Turística.

Membro de Banca de Examinadora do Concurso Público da PROCERGS, em Porto Alegre/RS
Período: em 2000.

Membro de Banca de Defesa de TCC de graduação de Milton Giovani Woecichoshi. Perícia Contábil com destaque em processo falimentar.
Período: em 2000
Instituição: Centro Universitário FEEVALE, em Novo Hamburgo/RS

Membro de Banca de Defesa de TCC de graduação de Edvaldo Dias de Araújo Dias. Orçamento Público.
Período: em 17/10/2006
Instituição: UNIFAP, Macapá/AP

Orientadora da acadêmica Gilvanete de Nazaré da Costa Rocha no TCC de graduação intitulado Da partilha de bens na união estável.
Período: em 2002
Instituição: Centro de Ensino Superior do Amapá – CEAP/AP

Participante, organizadora e palestrante no I Seminário Interno para a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Direito da UNIFAP
Período: 27/09/2006
Local: Anfiteatro Universitário – UNIFAP – Macapá

Palestrante no Seminário Educação Superior no Brasil e no Amapá: perspectivas e desafios.
Período: de 31/01 a 02/02/2006
Local: Auditório do CRDS – Macapá

Participante da XI Semana Pedagógica da Faculdade SEAMA
Período: de 01 a 03/02/2006
Local: Faculdade SEAMA, Macapá

Participante da X Semana Pedagógica da Faculdade SEAMA
Período: julho/2005
Local: Faculdade SEAMA – Macapá

Participante da IX Semana Pedagógica da Faculdade SEAMA

Período: fevereiro/2005

Local: Faculdade SEAMA – Macapá

Participante da VIII Semana Pedagógica da Faculdade SEAMA

Período: julho/2004

Local: Faculdade SEAMA – Macapá

Participante da VII Semana Pedagógica da Faculdade SEAMA

Período: fevereiro/2004

Local: Faculdade SEAMA – Macapá

Participante da VI Semana Pedagógica da Faculdade SEAMA

Período: julho/2003

Local: Faculdade SEAMA – Macapá

Participante da V Semana Pedagógica da Faculdade SEAMA

Período: fevereiro/2003

Local: Faculdade SEAMA – Macapá

Participante do Fórum de Pro-reitores de Pesquisa e Pós-graduação das Instituições de Ensino Superior da Região Norte – FOPROP-N

Período: de 03 a 05/05/2006

Local: UEPA – Belém/PA

Participante do Congresso Internacional de Proteção Jurídica da Biodiversidade na Amazônia.

Período: de 11 a 14/06/2006

Local: Teatro das Bacabeiras – Macapá

Participante do II Congresso Brasileiro de Gestão em Instituições de Ensino.

Período: 2004

Participante do Programa de Capacitação para Coordenadores de Curso

Período: 2004

Organização: Carta Consulta Consultoria Educacional

Local: Belo Horizonte – MG

Participante do Curso sobre Avaliação das Condições de Ensino

Período: 2004

Organização: Carta Consulta Consultoria Educacional

Local: Belo Horizonte – MG

Participante do Curso sobre elaboração de PDI

Período: 2004

Organização: Carta Consulta Consultoria Educacional

Local: Belo Horizonte – MG

Participante do VIII Tríduo Jurídico do Amapá

Período: 2003

Local: Teatro das Bacabeiras – Macapá

Participante do VII Congresso Internacional e VIII Brasileiro de Direito Ambiental

Período: 2003

Local: São Paulo - SP

Participante do Seminario Formação Jurídica e Inserção Profissional. Seminario de Ensino Jurídico

Período: 2003

Local: São Paulo - SP

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA DA COORDENADORA DO CURSO

Experiência Profissional não Acadêmica e Administrativa

Advogada com escritório particular de advocacia em Igrejinha/RS

Período: de 03/2001 a 06/2002

Assessora Jurídica da FEBEM-RS (Fundação para o Bem estar do Menor do Rio Grande do Sul), em Porto Alegre/RS

Período: de 10/2000 a 02/2001

DEDICAÇÃO DA COORDENADORA À ADMINISTRAÇÃO E À CONDUÇÃO DO CURSO

Nome da Coordenadora: Daize Fernanda Wagner

Regime de Trabalho: TI - DE (Tempo Integral com Dedicacao Exclusiva)

Dedicação a Coordenação – 28 horas semanais

Dedicação ao Ensino e Atividades que lhes são complementares – 12 horas semanais

Data de Admissão na IFES: 10/07/2006

Nome da (s) disciplina (s): Direito Civil

1.1.2 – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO - ADMINISTRATIVA.

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PROGRAD é o órgão executivo que programa, supervisiona, coordena e avalia as atividades de ensino de graduação da Universidade Federal do Amapá.

Conforme estabelecido no Regimento da UNIFAP, artigo 66, à PROGRAD compete:

I – definir política de ensino de graduação da Universidade;

II – elaborar os planos anual e plurianual de ensino de graduação e promover as condições de execução dos mesmos;

III – cumprir e fazer cumprir as deliberações dos conselhos superiores;

- IV – superintender os órgãos acadêmicos;
- V – propor ao Conselho Superior os planos de capacitação docente, ouvida a CPPD;
- VI – coordenar os processos para a melhoria da qualidade do ensino;
- VII – acompanhar e avaliar permanentemente o ensino de graduação na UNIFAP.
- VIII – encaminhar à Reitoria o relatório anual de atividades da Prograd;
- IX – emitir parecer à administração superior referente às propostas de licitações e contratos ligados a sua área de competência e, quando for o caso, sobre os outros expedientes; e
- X – Executar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Reitor e pelos conselhos superiores.

ORGANIZAÇÃO DO CONTROLE - ACADÊMICO

O controle das informações acadêmicas da UNIFAP é organizado pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmicos - DERCA. O DERCA é constituído de acordo com o organograma que segue.



Diretora: Wilma Gomes Silva Monteiro

Chefe da Divisão de Admissão e Registro Acadêmico: Eunice Furtado Batista

Chefe da Divisão de Controle Acadêmico: Sandra Maria Cavalcante da Silva

Chefe da Divisão de Registro de Diplomas: Sílvia Sampaio Chagas Gomes

Nos termos do artigo 73 do Regimento da UNIFAP, ao Departamento de Controle e Registro Acadêmicos (DERCA) compete:

- I – elaborar plano anual de atividades do DERCA;
- II – elaborar, anualmente, juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, o calendário acadêmico;
- III – proceder o registro e o controle acadêmico;
- IV – analisar e emitir parecer sobre solicitação de transferência obrigatória e facultativa e reabertura de matrícula;
- V – orientar as coordenações de cursos sobre registro e controle acadêmico; e
- VI – exercer as demais atribuições que, por sua natureza, por força do estatuto ou regimento geral da Universidade, lhe sejam cometidas.

Serviços prestados pelo DERCA:

- Processamento de matrícula;
- Transferências;
- Trancamento e cancelamento de matrícula;
- Reabertura de matrícula;
- Registro de créditos;
- Registro de isenção de educação física;
- Emissão de diários;
- Emissão e registro de diplomas de graduados;
- Emissão de certificados de Pós-Graduação, exame de Suficiência, etc.;
- Registro de diplomas de outras IES;
- Emissão de histórico escolar;
- Emissão de atestados e;
- Outras atividades referentes a registros acadêmicos

Serviços On-line

- Emissão de Histórico escolar;
- Consulta a notas;
- Confecção da carteirinha da Biblioteca;
- Emissão de Declaração de Matrícula.

PESSOAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

Para dimensionar a totalidade do pessoal técnico e administrativo da UNIFAP, segue o Lotacionograma da UNIFAP referente ao mês de Novembro de 2006.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

PRO-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

DIVISAO DE CADASTRO

LOTACIONOGRAMA – NOVEMBRO / 2006

REITORIA

1509110	José Carlos Tavares Carvalho – Professor 3º Grau – REITOR	DE	Farmacêutico/ <i>Doutor em Fármaco e Medicamentos</i>
Secretaria do Conselho Superior			
1012940	Socorro Maria Moraes Corrêa – Assistente em Administração - SECRETARIA	40	Técnico em Contabilidade
0041562	Merivaldo Soares de Oliveira – Assistente em Administração	40	Geografia
Comissão Permanente de Licitação			
1125822	Seloniel Barroso dos Reis – Assistente em Administração - PRESIDENTE	40	Engenharia de Pesca
CHEFIA DE GABINETE			
0053376	Marlene Oliveira da Silva Almeida –TAE – CHEFE	40	Pedagogia/ <i>Esp em Historia e Historiografia da Amazônia</i>
6666725	Álvaro Silva Ferreira – Assistente em Administração	40	Ciências Econômicas
1016984	João Batista da Silva Ramos – Motorista – MOTORISTA DO GABINETE	40	1º Grau
Secretaria do Gabinete da Reitoria			
1126189	Cleide do Socorro Moraes de Azevedo – Auxiliar em Administração - SECRETARIA	40	Secretariado Executivo
VICE-REITORIA			
1172403	José Alberto Tostes – Professor 3º Grau – VICE-REITOR	DE	Arquitetura/ <i>Doutor em Ciências sobre Artes</i>
Secretaria da Vice-Reitoria			
1550785	Elizabete de Menezes Farias Gonçalves – Secretario Executivo - SECRETARIA	DE	Secretario Executivo

PROCURADORIA JURÍDICA - PROJUR

1011557	João Wilson Savino Carvalho – Prof. 3º Grau – PROCURADOR GERAL	20	Filosofia/ <i>Mestre em Educação</i>
Exercício Descentralizado Carreira AGU/AP			
1357740	Waldinelson Adriane Sarmento dos Santos – Procurador Federal	40	Direito
0041564	Ana Coeli Dias Araújo – Procurador Federal	40	Direito
Secretaria da Procuradoria Jurídica			
0053971	Mirian Rúbia Ferreira Oliveira – Assistente em Administração - SECRETARIA	40	2º Grau
AUDITORIA INTERNA - AUDINT			
1018723	Dalva Marília Sales de Lima Farias – Administrador – CHEFE	40	Administração/ <i>Especialista em Gestão e Políticas Públicas</i>
0041554	Ernandes Ramos de Souza – Assistente em Administração	40	2º Grau
ASSESSORIA ESPECIAL DA REITORIA - AER			
0061788	Mauro José Barbosa da Silva – TAE – ASSESSOR	40	Pedagogia/ <i>Especialista em Supervisão Escolar</i>
0053389	Maria Lúcia da Silva Pires – TAE	40	Pedagogia
1013230	Raimundo Rodrigues dos Santos – Economista	40	Ciências Econômicas
ASSESSORIA ESPECIAL DE ENGENHARIA - AEEA			
1542186	Maurício Melo Ribeiro – Eng Civil – ASSESSOR (CARGO COMISSIONADO)	40	Engenharia Civil
1014584	Antônio de Jesus Arnaud dos Santos – Engenheiro	40	Engenharia Civil
327952	Daniel da Silva Souza – Assistente em Administração	40	Arquiteto e Urbanista
Divisão de Serviços Gerais			
1126040	Joaquim dos Santos Filho – Servente de Limpeza - CHEFE	40	2º Grau
Seção de Manutenção			
1126824	Silvana Léia Assunção Barreto – Desenhista Técnico/Especialidade - CHEFE	40	Arquitetura
Seção de Limpeza			
1135376	Ivanildo Costa Santos – Vigilante - CHEFE	40	2º Grau
Seção de Vigilância			
386516	Antônio Pedro Filho – Servente de Limpeza - CHEFE	40	1º Grau Incompleto
Divisão de Meio Físico			
1127828	Antônio Pereira Gama – Desenhista Técnico/Especialidade - CHEFE	40	Educação Artística
PRO-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - PROAP			
1453728	Cláudia Maria do Socorro Cruz F Chelala – Prof 3º Grau – PRÓ-REITORA	DE	Ciências Econômicas/ <i>Mestre em Desenvolvimento Sustentável</i>
0053902	José Porfírio Rodrigues Gomes – Motorista	40	2º Grau

Secretaria			
	VAGO		
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS			
1014891	Nair Mota Dias – Assistente em Administração – DIRETORA	40	Ciências Contábeis/ <i>Esp em Gestão e Políticas Públicas</i>
1127950	Artur Benjamin dos Santos – Técnico em Contabilidade	40	Técnico em Contabilidade
Divisão de Execução Financeira			
1126192	Rusivel Bezerra da Costa – Auxiliar em Administração - CHEFE	40	2º Grau
Divisão de Execução Orçamentária			
1126193	Aldery da Silva Mendonça – Auxiliar em Administração - CHEFE	40	2º Grau
Divisão de Contabilidade			
1127715	Anderson de Melo Nobre – Vigilante - CHEFE	40	Técnico em Contabilidade
1126738	Rosinete da Silva Nascimento – Auxiliar de Laboratório	40	Ciências Contábeis
1546634	Maria do Socorro Barbosa Vieira Monteiro - Contadora	40	Ciências Contábeis/ <i>Esp. em Gerência Contábil, Auditoria e Cont</i>
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL			
0041412	Maria de Fátima Pereira da Silva Gardés – Assist em Administração – DIRETORA	40	Técnico em Contabilidade
0053951	Edmilson Nunes da Costa – Assistente em Administração	40	2º Grau
Seção de Manutenção de Telefonia			
1126841	Cleonice Tenório Cardoso – Telefonista - CHEFE	30	Matemática
1126851	Ana Kelly de Oliveira Rodrigues – Telefonista	30	2º Grau
Setor de Transportes			
1126052	Antônio Carlos dos Santos Rodrigues – Servente de Limpeza – CHEFE	40	2º Grau
1126054	Alfredo da Silva Braga – Motorista	40	Assistente em Administração
1038867	José Nazaré Barbosa da Silva – Motorista	40	1º Grau
Seção de Reprografia			
1127818	Aníbal Banha Corrêa – Operador de Máquina Copiadora – CHEFE	40	1º Grau
Serviço de Protocolo			
1126042	Aguinaldo Monteiro Nunes – Servente de Limpeza – CHEFE	40	2º Grau Incompleto
1126775	Eliete Souza de Oliveira – Copeira	40	Hab. Básica em Saúde
1547711	Kelciane Conceição Cordeiro – Assistente em Administração	40	2º Grau
Divisão de Material			
1017786	Gerson Vanderlei do Anjos Gurjão – Assistente em Administração – CHEFE	40	2º Grau
Setor de Compras			
0053906	Ademir de Souza Dias – Assistente em Administração – CHEFE	40	2º Grau
Setor de Patrimônio			
0041560	Maria Joanira Sousa dos Santos – Assistente em Administração	40	Hab. Básica em Administração
Setor de Almoxarifado			
0158324	Fernando Otávio da Conceição Nascimento – Assistente em Administração – CHEFE	40	Hab. Básica em Mecânica
1125815	Manoel Faustino Pereira – Almoxarife	40	2º Grau

0158324	Fernando Otávio da Conceição Nascimento – Assistente em Administração	40	Hab. Básica em Mecânica
6388938	Marylúcia de Azevedo Martins – Assistente em Administração	40	Téc em Contabilidade
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			
1012517	Maria Lúcia Cabral de Castro – Psicóloga – DIRETORA	40	Psicologia/ <i>Especialista em Metodologia de Pesquisa e Ciências</i>
1126478	Paulo Jorge de Jesus – Assistente em Administração	40	Direito
1010987	Manoel da Silva Vaz – Assistente em Administração	40	Assistente em Administração
1126777	Iracema Balieiro dos Santos – Copeira	40	2º Grau
1018727	Maria José da Costa Castro – Assistente em Administração	40	2º Grau
1546302	Hênio Hytallus da Silva Andrade – Administrador	40	Administração
1012933	Sônia Maria Araújo dos Santos – Assistente em Administração	40	2º Grau
Divisão de Cadastro			
0041558	Lana Darck da Silva Barbosa – Assistente em Administração – CHEFE	40	Ciências Contábeis
0273368	Sônia Marina da Luz Pinto – Assistente em Administração	40	Téc. Telecomunicações
Divisão de Legislação de Pessoal			
1454959	Leila Danielle Cordeiro dos Santos – Assistente em Administração – CHEFE	40	2º Grau
Divisão de Benefícios			
1126195	João Almeida de Arruda – Servente de Limpeza – CHEFE	40	2º Grau
1009978	Maria de Nazaré Moraes Corrêa Fonseca – TAE	40	Economia Doméstica/ <i>Especialista em Psicopedagogia</i>
Divisão de Controle de Deslocamento			
1018759	Maria do Socorro Monteiro Teixeira – Assistente em Administração – CHEFE	40	Técnico em Administração
1127769	Ronaldo da Silva – Vigilante	40	2º Grau
SERVIDORES À DISPOSIÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS			
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/AP			
1011950	Iza Maria Nunes Guidão – Assistente em Administração	40	Técnico em Secretariado
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA/AP			
1010647	Tomé Pereira Picanço – Motorista	40	1º Grau Incompleto
GERENCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MF NO ESTADO DO AMAPÁ			
0053084	Carlos Guilherme Oliveira de Melo – TAE	40	Licenciatura em Disciplina Esquema II
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL UNIFAP			
0051789	Nilza Rola – Assistente de Aluno	40	Professor de 1º Grau
0053915	Maria do Socorro Brito Lobato – Assistente em Administração	40	2º Grau
1126919	Soraya Helena Silva da Costa – Técnico em Arquivo	40	Secretariado Executivo
JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE MACAPÁ			
1011592	Adelson de Araújo Pessoa – TAE	40	Pedagogia/ <i>Especialista em Metodologia Ensino Superior</i>

1012061	Altamira Pacheco de L de Oliveira – Assistente Social	40	Serviço Social
1009586	Jandira da Cruz Silva de Cantuária – Assistente Social	DE	Serviço Social
DEFENSORIA PÚBLICA DE UNIÃO NO PARÁ			
0041553	Maritânia dos Santos Pinheiro – Porteiro	40	Hab. Básica em Saúde
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ			
0327917	Fernando Pimentel Canto – Sociólogo	40	Ciências Sociais/ <i>Especialista em Teoria Antropológica</i>
0041549	José Sebastião de Montalverne – Assistente de Aluno	40	2º Grau
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ			
1014616	José Maria da Silva – SETEC – Professor 3º Grau	DE	Ciências Sociais/ <i>Doutor em Antropologia</i>
1170632	Benedito Rostan Costa Martins – Depto.de Imprensa Oficial – Professor 3º Grau	DE	Arquitetura/ <i>Mestre em Comunicação</i>
1011331	Nilson Montoril de Araújo – Fund Estadual de Cultura (Conselho de Cultura) – Administrador	40	Administração/ <i>Especialista em Planejamento e Desenvolvimento</i>
1048652	Ana Cristina da Silva Dias – Fund Estadual de Cultura – Bibliotecário	40	Biblioteconomia/ <i>Especialista em Arquivologia</i>
1018744	Wellington de Carvalho Campos – Auditoria Geral do Estado – Contador	40	Ciências Contábeis
0456050	Walmir Frade de Oliveira – Assistente em Administração	40	Técnico em Administração
0511786	João Antonio Ribeiro de Mescouto – SEED – Assistente de Aluno	40	Técnico em Agropecuária
SERVIDORES DE LICENÇA			
0273362	Ana Ruth Araújo da S. de Souza – Assist. em Adm. (Lic p/ tratar Ass.Part – 01/07/05 à 01/09/07)	40	Hab. Básica em Mecânica
1453749	Cristiane Ruiz Gomes– Prof 3º Grau (Lic. p/Acompanhar Cônjuge – prazo indet.)	DE	Matemática
2206653	Maria Catarina Pinto Girard Hansen– Prof 3º Grau (Lic p/tratar Ass Part. 25/09/04 a 24/09/07)	DE	Geografia/ <i>Mestre em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental</i>
COLABORAÇÃO TÉCNICA			
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO			
1170589	Maria Clara da Silva Teles – 01/08/2006 a 01/08/2010	DE	Letras/ Mestre em Linguística Aplicada
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO			
1126834	Rosilene Seabra de Aguiar – Administrador – DIRETORA	40	Administração
1219275	José Augusto Pessoa de Sousa – Economista	40	Ciências Econômicas
Divisão de Sistema Operacional			
0328121	Luiz Carlos Silva de Araújo – Assistente em Administração – CHEFE	40	Ciências Econômicas
Divisão de Contratos e Convênios			
1126051	Rilson Garcia Paz – Auxiliar Operacional – CHEFE	40	Técnico em Contabilidade
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA			
1538761	Rafael Pontes Lima – Prof 3º Grau – DIRETOR	DE	Ciências da Computação/ <i>Esp em Tec. em Sistemas de Informação</i>
054127	João de Jesus Farias Cantos – Prof 1º e 2º Graus – DIRETOR (REQUISTADO EAFC/PA)	40	Lic. Plena em Ciências/ <i>Especialista em Matemática</i>
0053371	Dorivaldo Carvalho dos Santos – Assistente em Administração	40	Assistente em Administração
1126190	José Luís Soares Batista – Auxiliar em Administração	40	Técnico em Administração
1452486	José Alípio Diniz de Moraes Júnior – Técnico de Tecnologia da Informação	40	Técnico em Processamento de Dados

1126191	Manoel Ubaiará Jucá Neto – Auxiliar em Administração	40	2º Grau
---------	--	----	---------

PRO-REITORIA DE EXTENSÃO E AÇÕES COMUNITARIAS - PROEAC

1216372	Júlio César de Sá de Oliveira – Professor 3º Grau – PRÓ-REITOR	DE	Ciências Biológicas/ <i>Mestre em Bioecologia Aquática</i>
273444	Lucicléa de Castro Pereira – Auxiliar em Administração	40	2º Grau
1127718	Diógenes Alves da Cruz – Vigilante	40	2º Grau
1126668	Nara Maria Braga da Silva – Auxiliar em Administração	40	Hab. Básica em Agropecuária
0041556	Sandra Seilla Pelaes de A de Oliveira – Assistente em Administração	40	Pedagogia
0327822	Sidney Pelaes de Avis – Assistente em Administração	40	Direito
Secretaria Executiva			
1126045	Maria do Carmo Souza Fonseca – Servente de Limpeza - SECRETÁRIA	40	Hab. Básica em Saúde
Divisão de Ações Comunitárias			
1013505	Marilyn de Azevedo Costa Trindade Carvalho dos Santos – TAE – CHEFE	40	Ciências Sociais

DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO

1321961	Cristiane Rodrigues Menezes – Prof 3 Grau – DIRETORA	DE	Ciências Biológicas/ <i>Mestre em Ciências Biológicas</i>
----------------	---	----	---

DEPARTAMENTO DE SAÚDE

1012517	Maria Lúcia Cabral de Castro – Psicóloga – DIRETORA	40	Psicologia/ <i>Especialista em Metodologia de Pesquisa e Ciências</i>
----------------	--	----	---

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

2017769	Raimunda Bandeira de Souza – Professor 3º Grau – COORDENADORA	DE	Enfermagem/ <i>Mestre em Enfermagem</i>
0752148	Luiz Carlos Chaves de Souza – Auxiliar de Saúde	40	2º Grau
1127776	Ademar Soares Filho – Cirurgião Dentista	30	Odontologia
1012283	Antônia Pereira Borges – Auxiliar de Enfermagem	40	Técnico em Enfermagem
1013020	Delcir Benjamin Gomes – Auxiliar de Enfermagem	40	Téc. Enfermagem/ <i>Especialista em Vigilância Sanitária e Epidem</i>
1152639	José Jocelito Marques Filho – Técnico em Laboratório	40	Técnico em Laboratórios Médicos
1012278	Julieta de Araújo Moraes – Auxiliar de Enfermagem	40	Hab. Básica em Saúde
1153374	Liliany Mara Rodrigues da Silva – Médica	20	Medicina/ <i>Especialista em Infectologia</i>
1011538	Maria Assunção da Silva Flexa – Auxiliar de Enfermagem	40	2º Grau
1015087	Maria Irenice Nazário de Carvalho – Auxiliar de Enfermagem	40	Técnico em Enfermagem
1012015	Maria José Miranda Cardoso – Auxiliar de Enfermagem	40	Técnico em Enfermagem
1012279	Maria Luiza de Araújo da Silva – Auxiliar de Enfermagem	40	Técnico em Enfermagem/ <i>Teologia</i>
1015007	Marlucilena Pinheiro da Silva – Enfermeira	40	Enfermagem
1015381	Maria Zuleide Mercês da Conceição dos Santos – Auxiliar de Enfermagem	40	Técnico em Enfermagem
1011308	Rosa Maria Tavares de Souza – Assistente Social	40	Serviço Social

2281024	Renan Laurindo Dantas dos Santos – Médico	40	Medicina
1391178	Vera Lúcia Rodrigues de Castro Góes – Enfermeira (REQUISITADA SEC SAUDE/DF)	20	Enfermagem/ <i>Especialista em Saúde Perinatal, Educ. e Desenv.</i>
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO			
0326748	Rosemary Ferreira de Andrade – Professor 3º Grau – PRÓ-REITORA	DE	Enfermagem/ <i>Doutora em Desenvolvimento Sócioambiental</i>
Secretaria			
0327824	Valdenora da Silva Monteiro – Assistente em Administração - SECRETARIA	40	Técnico em Secretariado
DEPARTAMENTO DE PESQUISA			
2316282	Elizabeth Viana Moraes da Costa – Professor 3º Grau – DIRETORA	DE	Farmácia/ <i>Mestre em Química</i>
1017798	Rosana dos Santos Palmerim – Agente Administrativo (REQUISITADA GRA/AP)	40	Educação Artística
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO			
1017212	Iraci de Carvalho Barroso – Professor 3º Grau – DIRETORA	DE	Ciências Sociais/ <i>Mestre em História Social do Trabalho</i>
0327791	Antônia Neura Oliveira Nascimento – Técnico em Contabilidade	40	Técnico em Contabilidade
0327811	Maria das Graças da Silva Braga – Assistente em Administração	40	Professor do Ensino Primário
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO			
1295966	Eliane Superti – Professor 3º Grau – PRÓ-REITORA	DE	Ciências Sociais/ <i>Doutora em Ciências Sociais</i>
1011076	Conceição Correa Medeiros – Pedagogo/Habilitação	40	Pedagogia/ <i>Especialista em Planejamento da Educação</i>
1011564	Cícero de Santa Cruz Serrão de Melo (REQUISITADO GRA/AP)	DE	Filosofia/ <i>Especialista em Metodologia do Ensino Superior</i>
1013505	Marilyn de Azevedo Costa Trindade Carvalho dos Santos – TAE – CH DIV ACOES COMUNITARIAS	40	Ciências Sociais
1127821	Valdinei de Lima Favacho – Operador de Máquina Copiadora	40	Técnico em Contabilidade
046444	Lúcia Aparecida Furlan – TAE – COORDENADORA DO CAMPUS DE SANTANA	40	Economia Doméstica
Secretaria da PROGRAD			
1017664	Eliana Nunes Araújo – Assistente em Administração – SECRETARIA	40	2º Grau
Setor de Computação (Bl. Dos Professores)			
--	VAGO	--	--
COORDENADORIA DE PROJETOS E CONVENIOS			
0053972	Raimundo Gomes Barbosa – Administrador	40	Administração/ <i>Especialista em Planejamento Educacional</i>
1126044	Ana Lúcia de Araújo Santa Ana – Servente de Limpeza	40	2º Grau
1017289	Graça Maria Jucá de Azevedo – Assistente de Administração	40	2º Grau
1127771	Luciana Santos Ayres da Silva – Administrador	40	Administração/ <i>Especialista em Gestão e Políticas Públicas</i>
DEPARTAMENTO DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO			
1127777	Wilma Gomes Silva Monteiro – TAE – DIRETORA	40	Matemática/ <i>Especialista em Gestão e Políticas Públicas</i>
1126055	Ison Guedes dos Santos – Motorista	40	Geografia
1126480	Rute Helena Cardoso Guedes – Auxiliar em Administração	40	2º Grau
1126197	Anabel Leal Barreto – Servente de Limpeza	40	2º Grau
1015881	Anita Pantoja Costa – Porteiro	40	2º Grau
0054624	Helena de Almeida Amorim Aranha – Técnico de Tecnologia da Informação	40	2º Grau
Divisão de Registro de Diplomas			

1127826	Márcia Viana de Paula Lobo – TAE – CHEFE	40	Pedagogia/ <i>Especialista em Planejamento Educacional</i>
1125935	Sílvia Sampaio Chagas Gomes – Auxiliar em Administração	40	Educação Artística
1126198	Marilene Martel Sá – Servente de Limpeza	40	2º Grau
Divisão de Controle e Acompanhamento			
1126484	Sandra Maria Cavalcante da Silva – Auxiliar em Administração – CHEFE	40	Assistente de Administração
1126053	Charles Campos de Almeida – Servente de Limpeza	40	1º Grau
Divisão de Matrícula			
1009552	Eunice Furtado Batista – Assistente em Administração – CHEFE	40	Letras
0053907	Maria de Fátima da Silva Picanço – Assistente em Administração	40	2º Grau
1126740	Amiraldo da Silva Guedes – Auxiliar em Administração	40	2º Grau
1126483	Edilma Abreu Monteiro – Servente de Limpeza	40	2º Grau
DEPARTAMENTO DE PROCESSO SELETIVO			
1276179	Ana Karina Nascimento Silva Rodrigues – Professor 3º Grau – DIRETORA	DE	Arquitetura/Especialista em MBA Executivo Gestão Empresarial
Divisão de Classificação			
1372448	Carlos Eduardo Costa de Campos – Prof 3º Grau – CHEFE	DE	Ciências Biológicas/ <i>Mestre em Bioecologia Aquática</i>
Divisão Apoio Logístico			
2280648	Joaquim César da Veiga Netto – Prof 3º Grau – CHEFE	DE	Educação Artística
BIBLIOTECA CENTRAL			
1012412	Dilma Santos Juarez – DIRETORA (CARGO COMISSIONADO)	40	Biblioteconomia
1016993	Ana Célia da Costa Oliveira – Auxiliar em Administração	40	2º Grau
1127949	Ivan Barbosa Santos – Contínuo	40	2º Grau
1452841	Mauro César Vaz Medeiros – Técnico em Estatística	40	Técnico em Administração
0327813	Maria Lúcia Santos Ferreira – Auxiliar em Administração	40	1º Grau
1127823	Zenildo Mendonça Barbosa – Operador de Máquina Copiadora	40	1º Grau
Divisão de Formação de Processo do Acervo			
1126196	Iradir Ferreira Maia – Servente de Limpeza – CHEFE	40	Técnico em Contabilidade
Divisão de Auxílio ao Usuário			
1126194	Maria do Socorro Oliveira Lopes – Servente de Limpeza – CHEFE	40	Magistério
Divisão de Documentação e Programas Especiais			
1125798	Naucirene Correa Coutinho Figueredo – Bibliotecário – CHEFE	40	Biblioteconomia
DEPARTAMENTO DE INTERIORIZAÇÃO			
0041555	José Olímpio de Freitas Dias – Assistente em Administração – DIRETOR	40	Educação Artística
1014618	Brasiliiano do Socorro da Silva Santos – Assistente em Administração	40	2º Grau
0041557	Eraldo Gomes da Silva – TAE	40	Educação Artística
COORDENADORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO			
2206638	Margareth Guerra dos Santos – Professor 3º Grau – DIRETORA	DE	Pedagogia
1012580	Angélica Jones dos Santos – Assistente em Administração	40	Técnico em Secretariado
1019651	Raimundo Cordeiro Espíndola – Engenheiro/Área	40	Engenharia Elétrica/ <i>Mestre em Engenharia Elétrica</i>
2010246	Mauricio Dias da Conceição – TAE	40	Esp em Met do Ensino Superior/ <i>Mestre em Educação</i>

Divisão de Acompanhamento de Estágio

1452464	Márcia Valéria Corrêa Batista – TAE – CHEFE	40	Pedagogia
Divisão de Esporte			
1011083	Marli Rodrigues Gibson – Professor 3º Grau – CHEFE / COORD C ED FISICA	DE	Educação Física/ <i>Especialista em Metodologia do Ensino Superior</i>
<i>Laboratório de Recursos Audiovisuais</i>			
1017085	Osmarina Furtado da Silva – Assistente em Administração – CHEFE	40	2º Grau
Laboratório de Análises Clínicas			
1126781	Raimunda dos Santos Pereira – Técnico em Laboratório – CHEFE	40	Técnico em Patologia Clínica
1126736	Benedita Odete Gomes Figueiredo – Auxiliar de Laboratório	40	2º Grau
327339	Vani Hoyos Figueira Pinto – Técnico em Laboratório	40	Nutrição
Laboratório de Artes Cênicas			
1126048	José Ronaldo Reis de Oliveira – Auxiliar Operacional – CHEFE	40	1º Grau

COORDENAÇÃO DO CURSO DE ARTES

2362331	Sílvia Carla Marques Costa – Professor 3º Grau – COORDENADORA	DE	Educação Artística/ <i>Especialista em Arte-Educação</i>
0986199	Francelene Nobre Nogueira – Assistente em Administração	40	Técnico em Secretariado
145520	Alexandre Adalberto Pereira	DE	Artes Visuais
1170632	Benedito Rostan Costa Martins – Cedido para GEA	DE	Arquitetura/ <i>Mestre em Comunicação</i>
1010152	Claudete Nascimento Machado	DE	Educação Artística/ <i>Mestre em História: História Social do Trabalho</i>
1170673	Humberto Mauro Andrade Cruz (<i>Afastado para qualificação</i>)	DE	Arquitetura e Urbanismo
2280648	Joaquim César da Veiga Netto – CHEFE DIV CLASSIFICACAO/DEPSEC	DE	Educação Artística
1285352	José de Vasconcelos Silva	DE	Educação Artística/ <i>Espec. em Fund. Metod. Da ª Crítica no Ens. Superior</i>
1307705	João Batista Gomes de Oliveira (<i>Afastado para qualificação</i>)	DE	Museologia/ <i>Mestre em Artes</i>
1170604	Josuel da Silva Souto	DE	Educação Artística
1016650	Jussara de Pinho Barreiros	DE	Educação Artística/ <i>Especialista em Ensino Superior</i>
1170578	Maria de Fátima Garcia dos Santos (<i>Afastada para qualificação</i>)	DE	Arquitetura
1330428	Marco Antônio Scutti da Costa Brava	DE	História/ <i>Especialista em Artes Visuais</i>
2224112	Ramon David de Abreu	DE	Educação Artística/ <i>Especialista em Fundamentos Metodológicos</i>
1152944	Romualdo Rodrigues Palhano	DE	Educação Artística/ <i>Doutor em Teatro</i>
1477379	Darli Tavares Candeira – CDT – Contrato 03/11/04 à 02/11/05 até 02/11/06	20	Educação Artística
1477137	Lídia Lobato Leal – CDT – Contrato 03/11/04 à 02/11/05 até 02/11/06	20	Ed Artística/ <i>Docência do Ens. Superior: Novas Abord., Novas Linguagens</i>
1477148	Ronne Franklin Carvalho Dias – CDT – Contrato 03/11/04 à 02/11/05 até 02/11/06	20	Educação Artística

COORDENAÇÃO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

1449371	Danielle Costa Guimarães – PROF 3º GRAU – COORDENADORA	DE	Arquitetura e Urbanismo/ <i>Mestre em Arquitetura e Urbanismo</i>
---------	--	----	---

1276179	Ana Karina Nascimento Silva Rodrigues – DIRETORA DEPSEC	DE	Arquitetura/ <i>Especialista em MBA Executivo Gestão Empresarial</i>
1170648	Jadson Luís Rebelo Porto	DE	Geografia/ <i>Doutor em Economia</i>
1172403	José Alberto Tostes – VICE-REITOR	DE	Arquitetura/ <i>Doutor em Ciências sobre Artes</i>
1517839	Maria Luiza Almeida Cunha de Castro	DE	Arquitetura e Urbanismo/ <i>Mestre em Arquitetura e Urbanismo</i>
1170799	Oscarito Antunes do Nascimento	DE	Arquitetura/ <i>Especialista em Língua Espanhola</i>

COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

1372333	Andréa Soares de Araújo – Professor 3º Grau – COORDENADORA	DE	Ciências Biológicas/ <i>Mestre em Bioecologia Aquática</i>
1136074	Sônia Lobo Lopes de Oliveira – Auxiliar de Enfermagem	40	Assistente Social
1509480	Ana Carla de Oliveira Gonçalves	DE	Ciências Biológicas/ <i>Mestre em Ciências Biológicas</i>
1509056	Alexandre Souto Santiago	DE	Ciências Biológicas/ <i>Mestre em Bioecologia Aquática</i>
1321961	Cristiane Rodrigues Menezes – DIRETORA EXTENCAO/PROEAC	DE	Ciências Biológicas/ <i>Mestre em Ciências Biológicas</i>
2316282	Elizabeth Viana Moraes da Costa – DIRETORA DPq/PROPESpG	DE	Farmácia/ <i>Mestre em Química</i>
2184042	Jean Charles da Cunha Peixoto (<i>Afastado para qualificação</i>)	DE	Ciências Biológicas/ <i>Mestre em Biotecnologia</i>
1509055	Ledayane Mayana Costa Barbosa	DE	Ciências Biológicas
1541701	Liudmila Miyar Otero	DE	Enfermagem/ <i>Doutora em Enfermagem Fundamental</i>
1017306	Raimundo Nonato Picanço Souto	DE	Zoologia/ <i>Doutor em Zoologia</i>
Laboratório de Limnologia/Físico-Químico			
1216372	Júlio César Sá de Oliveira – Prof . 3º Grau PRO-REITOR PROEAC	DE	Ciências Biológicas/ <i>Mestre em Bioecologia Aquática</i>
1126907	Leiliana de Jesus Rocha – Técnico em Laboratório	40	Técnico em Patologia
---	Valdirley de Souza Lima – Técnico em Laboratório	40	Técnico em Patologia em Clínica

Laboratório de Zoologia

1372333	Andréa Soares de Araújo – Professor 3º Grau – COORDENADORA	DE	Ciências Biológicas/ <i>Mestre em Bioecologia Aquática</i>
Laboratório de Anatomia			
1372448	Carlos Eduardo Costa de Campos – Prof 3ºGrau – CHEFE DIV APOIO LOG/DEPSEC	DE	Ciências Biológicas/ <i>Mestre em Bioecologia Aquática</i>

COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

1018196	Raimundo de Lima Brito Professor 3º Grau – COORDENADOR	DE	Ciências Sociais/ <i>Especialista em Metodologia do Ensino Superior</i>
3281558	Lourival Henrique Leão dos Santos – Operador de Máquina Copiadora	40	2º Grau
1170586	Alexsara de Souza Maciel	DE	Ciências Sociais/ <i>Mestre em História Social do trabalho</i>
0687090	Antônio Sérgio Monteiro Filocreão (<i>Afastado para qualificação</i>)	DE	Engenharia Agrônoma/ <i>Mestre em Economia</i>
1453728	Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala – PRO-REITORA PROAP	DE	Ciências Econômicas/ <i>Mestre em Desenvolvimento Sustentável</i>
1295966	Eliane Superti – PRO-REITORA PROGRAD	DE	Ciências Sociais/ <i>Doutora em Ciências Sociais</i>
1289939	Emanuel Leal de Lima	DE	Ciências Sociais/ <i>Especialista em Planejamento do Desenvolvm</i>
1509120	Francisca de Paula de Oliveira	DE	Ciências Sociais/ <i>Mestre em Ciências Sociais</i>

1453788	Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha	DE	Assistente Social/ <i>Doutora em Engenharia</i>
1017212	Iraci de Carvalho Barroso – DIRETORA DPg/PROPESPG	DE	Ciências Sociais/ <i>Mestre em História Social do Trabalho</i>
1011557	João Wilson Savino Carvalho – PROCURADOR GERAL	20	Filosofia/ <i>Mestre em Educação</i>
3176082	Rauliette Diana Lima e Silva	DE	Filosofia/ <i>Especialista em Docência em Ensino Superior</i>
1014616	José Maria da Silva – Cedido p/ GEA/AP	DE	Ciências Sociais/ <i>Doutor em Antropologia</i>
1054806	Maria do Socorro dos Santos Oliveira	DE	Ciências Sociais/ <i>Especialista em Teoria Antropológica</i>
3300427	Manoel de Jesus de Souza Pinto	DE	Ciências Sociais/ <i>Mestre em Sociologia</i>
1509159	Rosinaldo Silva de Sousa	DE	Ciências Sociais/ <i>Mestre em Antropologia</i>
146602	Walber da Silva Teles – CDT – Contrato 16/09/04 a 15/09/05 até 16/09/06 até 15/09/06	20	Ciências Sociais/ <i>Especialista em História e Historiografia da Am</i>

COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

1538756	Daize Fernanda Wagner – Professor 3º Grau – COORDENADORA (Interina)	DE	Ciências Jurídicas e Sociais/ <i>Mestre em Direito Civil</i>
1126863	Mariza Vaz Vidal – Assistente Social	40	Serviço Social/ <i>Especialista em Políticas Sociais e Movimentos S</i>
1301631	Adilson Garcia do Nascimento	20	Direito
1011565	Carlos Orlando Fonseca de Souza	20	Direito/ <i>Especialista em Ensino Superior</i>
1170625	Carlos Renato Montes Almeida	20	Direito
1170795	Carmo Antônio de Souza	20	Direito/ <i>Doutor em Direito das Relações Sociais</i>
1509103	Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões	DE	Direito/ <i>Especialista em Direito do Trabalho</i>
2013112	Iaci Pelaes dos Reis	20	Direito/ <i>Especialista em Direito Penal e Processo Penal</i>
1202099	Josenildo de Oliveira Cuimar	20	Direito
1509153	João Guilherme Lages Mendes	DE	Direito
1170636	Marcelo Porpino Nunes	20	Direito/ <i>Mestre em Direito Civil</i>
1170637	Nicolau Eládio Bassalo Crispino	20	Direito/ <i>Doutor em Direito Civil</i>
2125804	Paulo Celso Ramos dos Santos	20	Direito
1290206	Paulo da Veiga Moreira	20	Direito/ <i>Especialista em Avaliação à Distância</i>
1289927	Raimundo Nonato Fonseca Vales	20	Direito
1146658	Raul José de Galaad Oliveira	DE	Direito/ <i>Doutor em Direito Constitucional</i>
1170826	Roberto José Nery Moraes	40	Direito/ <i>Especialista em Direito Administrativo</i>
0328215	Rui Guilherme de Vasconcellos Souza Filho	20	Direito
1170793	Safira da Paixão Costa da Silva	DE	Direito/ <i>Mestre em Direito</i>
7053908	Sérgio Sampaio Figueira	DE	Direito/ <i>Especialista em Metodologia do Ensino Superior</i>
1496156	Simone Maria Palheta Pires	DE	Direito/ <i>Especialista em Direito Civil e Processo Civil</i>
2176122	Sulamir Palmeira Monassa de Almeida	20	Direito/especialista
1332801	Ulisses Trasel	DE	Direito/ <i>Especialista em Direito do Trabalho</i>
1478210	Dacicleide Sousa Cunha – Contrato 22/11/04 a 21/11/05 até 22/11/06	20	Direito/Especialização em Gestão Fazendária
1478214	Ofirney da Conceição Sadala – Contrato 22/11/04 a 21/11/05 até 22/11/06	20	Direito
Núcleo de Práticas Jurídicas			
1509091	Maria Emília Oliveira Chaves – Prof 3º Grau – CHEFE	DE	Direito
0041561	Dinalda do Socorro Barbosa Dias da Silva – Assistente em Administração	40	Pedagogia

1014161	Socorro Nazaré Mota Dias – TAE	40	Economia Doméstica/ <i>Especialista em Saúde Pública</i>
1014942	Abenor Pena Amanajás – Assistente Jurídico (REQUISITADO AGU/AP)	40	Direito

COORDENAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1011083	Marli Rodrigues Gibson – Professor 3º Grau – COORDENADORA/CH DIV ESPORTES	DE	Educação Física/ <i>Especialista em Metodologia do Ensino Superior</i>
1012960	José Leonardo Santos da Silva – TAE	40	Ciências Sociais
1453695	Álvaro Adolfo Duarte Alberto	DE	Educação Física/ <i>Mestre em Ciências e Jogos Desportivos</i>
1538770	Daniel Álvares Pires	DE	Educação Física/ <i>Mestre em Educação Física-Ativ. Física, Esportivas</i>
1539559	Demílto Yamaguchi da Pureza	DE	Educação Física/ <i>Mestre em Educação Física</i>
1011303	Raul Conceição da Silva Ramos – Prof 1º e 2º Graus	DE	Educação Física/ <i>Esp. em Bases Científicas em Treinamento Esportivo</i>

COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM

1170621	Rosilda Alves da Silva Isla Chamilco – Professor 3º Grau – COORDENADORA	DE	Enfermagem/ <i>Doutora em Enfermagem</i>
2432316	Ana Rita Pinheiro Barcessat	DE	Cirurgia Dentária
1012409	Carlos Rinaldo Nogueira Martins	20	Enfermagem/ <i>Especialista em Ensino Superior</i>
2356028	Clodoaldo Tentes Cortes	DE	Enfermagem/ <i>Especialista em Materno Infantil</i>
1015001	Edmundo Souza Moura Filho	20	Enfermagem/ <i>Especialista em Saúde Pública</i>
1196731	Florinaldo Carreteiro Pantoja	DE	Enfermagem/ <i>Mestre em Psicologia</i>
1014420	Francineide Pereira da Silva Pena	20	Enfermagem/ <i>Mestre em Desenvolvimento Sustentável</i>
1009480	Ilma Monteiro Pedro	20	Enfermagem/ <i>Especialista em Ensino Superior</i>
1014394	Joelma Pereira de Souza	DE	Enfermagem/ <i>Esp. em Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva</i>
1170809	João Farias da Trindade	20	Enfermagem/ <i>Esp. Administração da Assistência de Enfermagem em Serv. de Saúde</i>
1509110	José Carlos Tavares Carvalho -- REITOR	DE	Farmacêutico/ <i>Doutor em Fármaco e Medicamentos</i>
1009823	José Jeová Freitas Marques	DE	Bioquímica/ <i>Especialista em Metodologia do Ensino Superior</i>
1018628	José Luís da Cunha Pena	20	Enfermagem/ <i>Especialista em Saúde Pública</i>
1170828	Luzilena de Sousa Prudêncio (Afastada para qualificação)	20	Enfermagem/ <i>Especialista em Enfermagem Obstétrica</i>
1541701	Liudmila Miyar Otero	DE	Enfermagem/ <i>Doutora em Enfermagem fundamental</i>
1453748	Maria Virgínia Filgueiras de Assis Mello	DE	Enfermagem/ <i>Especialista em Enfermagem em Nefrologia</i>
1015007	Marlucilena Pinheiro da Silva	20	Enfermagem
0443863	Nely Dayse Santos da Mata	20	Enfermagem/ <i>Especialização em Enfermagem Obstétrica</i>
2017769	Raimunda Bandeira de Souza – DIRETORA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	DE	Enfermagem/ <i>Mestre em Enfermagem</i>
1457400	Raimundo de Jesus Picanço da Costa	DE	Enfermagem/ <i>Especialista em Enfermagem Obstétrica</i>
2362546	Ronaldo França de Sarges	DE	Enfermagem e Obstetrícia/ <i>Especialista em Enfermagem Obstétrica</i>
2225330	Rosana Oliveira do Nascimento (Afastada para qualificação)	DE	Enfermagem/ <i>Especialista em Enfermagem do Trabalho</i>
0326748	Rosemary Ferreira de Andrade PRO-REITORA PROPESPG	DE	Enfermagem/ <i>Doutora em Desenvolvimento Sócioambiental</i>
1196717	Sandra do Socorro Almeida Monteiro	DE	Biomedicina/ <i>Especialista em Saúde Pública</i>
1170622	Silvana Rodrigues da Silva	DE	Enfermagem/ <i>Mestre em Enfermagem</i>
1013846	Sílvia Mara Pegado Correa	40	Psicologia/ <i>Especialista em Psicologia Educacional</i>

1477369	Genilson de Almeida Jennings	- Contrato 03/11/04 à 02/11/05 até 02/11/06	20	Fisioterapia/ <i>Especialista em Reabilitação Integrada em Neurologia</i>
1477097	Jorge Maciel dos Santos	- Contrato 03/11/04 à 02/11/05 até 02/11/06	20	Nutrição
1477104	Kelem Raquel Brandão de Oliveira	- Contrato 03/11/04 à 02/11/05 até 02/11/06	20	Enfermagem/ <i>Especialista em saúde da Família</i>
1477145	Kelly Christina Gomes de Araújo	- Contrato 03/11/04 à 02/11/05 até 02/11/06	20	Enfermagem/ <i>Especialista em Saúde da Família</i>
1477379	Luis Henrique Cirino Gama	- Contrato 03/11/04 à 02/11/05 até 02/11/06	20	Enfermagem

Laboratório de Enfermagem

1126922	Carlos Henrique Chagas dos Santos – Vigilante		40	Educação Artística
---------	---	--	----	---------------------------

COORDENAÇÃO DO CURSO DE FÍSICA

1278894	Maria Lúcia de Moraes Costa – Professor 3º Grau – COORDENADORA		DE	Estatística/ <i>Doutora em Ciências</i>
1546634	Núbia Simone Sardinha Duarte – TAE		DE	Pedagogia
1170661	Helyelson Paredes Moura		DE	Física/ <i>Doutor em Geociências</i>
1190527	José Reinaldo Cardoso Nery (Afastado para qualificação)		DE	Física/ <i>Mestre em Física</i>
1532469	Robert Ronald Maguiña Zamora		DE	Física Geral/ <i>Doutor em Física</i>
1333739	Wilson Ricardo Matos Rabelo		DE	Física/ <i>Mestre em Física</i>

COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA

1153219	Sílvio Wigwam Mendes Pereira – Professor 3º Grau – COORDENADOR		DE	Geografia/ <i>Mestre em Ciências</i>
0327796	Carlos Ely de Sá Miranda – Assistente em Administração		40	2º Grau
2206642	Daguinete Maria Chaves Brito (Afastada para qualificação)		DE	Geografia/ <i>Mestre em Desenvolvimento Sustentável</i>
1509108	Emmanuel Raimundo Costa Santos		DE	Geografia/ <i>Mestre em Planejamento do Desenvolvimento</i>
2184042	Jean Cláudio Santos Fonseca (Afastado para qualificação)		DE	Geografia
2356032	Jonas Pastana da Silva		DE	Geografia
1467841	Márcio Douglas Brito Amaral		DE	Geografia/ <i>Mestre em Planejamento do Desenvolvimento</i>
1012173	Manoel Osvanil Bezerra Barcelar		DE	Geografia/ <i>Especialista em Metodologia do Ensino Superior</i>
2206653	Maria Catarina Pinto Girard Hansen (Lic p/tratar de Ass. Particular 25/9/04-24/9/07)		DE	Geografia/ <i>Mestre em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental</i>
1170830	Ricardo Ângelo Pereira de Lima		DE	Geografia/ <i>Doutor em Geografia</i>
2206646	Rosana Torrinha Silva de Farias		DE	Geografia/ <i>Esp. em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental</i>
1170646	Ubiratan Rodrigues da Silva		DE	Geografia/ <i>Mestre em Planejamento Ambiental</i>
1380005	Valter Gama de Avelar		DE	Geografia/ <i>Doutor em Ciências</i>
2303531	Olavo Fagundes da Silva – CDT – Contrato 03/11/04 a 02/11/05 até 02/11/06		20	Geografia/ <i>Especialista em Metodologia Geográfica</i>

COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA

0407202	Guilherme Jarbas Barbosa de Santana — Professor 3º Grau — COORDENADOR		DE	História/ <i>Especialista em Ensino Superior</i>
0327797	Cosme Esperidião Nascimento Ramos – Assistente em Administração		40	Educação Artística/ <i>Especialista em Metodologia em Ensino Superior</i>

1424077	Ana Renata do Rosário de Lima Pantoja	DE	História/ Mestre em Planejamento do Desenvolvimento
1170783	Carlos Alberto Viana Marques	20	História
1467398	Carlos Augusto de Castro Bastos	DE	História/ Mestre em História
2361764	Carmentilla das Chagas Martins (Afastada para qualificação)	DE	História/ Especialista em Didática e Metodologia do Ensino
1170582	Cecília Maria Chaves Brito Bastos	DE	História
1170824	Dorival da Costa dos Santos	DE	História/ Mestre em História
1474991	Eliane Cristina Lopes Soares	DE	História/ Mestre em Planejamento do Desenvolvimento
2206662	Edinaldo Pinheiro Nunes Filho	DE	História/ Mestre em História
1196696	Katy Eliana Ferreira Motinha	DE	História/ Doutora em Ciências
1015600	Mariana de Araújo Gonçalves (Afastada para qualificação)	DE	História/ Mestre em História
1366577	Siméia de Nazaré Lopes	DE	História/ Mestre em Planejamento do Desenvolvimento
1121379	Simone Pereira Garcia (Afastada para qualificação)	DE	História/ Doutora em Ciências: História Econômica
3176083	Verônica Xavier Luna	DE	História/ Especialista em História Econômica

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS

1010082	Regina Lúcia da Silva Nascimento – Professor 3º Grau – COORDENADORA	DE	Letras/ Mestre em Linguística Aplicada
1088082	Inalva Nunes Guidão – TAE	40	Letras
1170787	Antônio dos Martírios Barros	DE	Letras
1014000	Adelma das Neves Nunes Barros	DE	Letras/ Doutora em Linguística Aplicada
1479817	Aldenice de Andrade Couto	DE	Letras
1301382	Ana Paula Costa de Arruda	DE	Letras/ Especialista em Linguística Portuguesa
2422475	Celeste Maria da Rocha Ribeiro	DE	Letras
2476845	Élvio Zenker de Souza	DE	Letras/ Mestre em Letras
1316452	João Beneilson Maia Gatinho	DE	Letras/ Mestre em Linguística
1012220	Manoel Azevedo de Souza	DE	Letras/ Especialista em Educação
1170589	Maria Clara da Silva Teles (Colaboração Técnica UFES – 01/08/2006 A 01/08/2010)	DE	Letras/ Mestre em Linguística Aplicada
1012128	Maria Eduiza Miranda Naiff	DE	Letras/ Mestre em Linguística Aplicada
1170680	Martha Christina Ferreira Zoni do Nascimento	DE	Letras/ Mestre em Linguística Aplicada
2432236	Olaci da Costa Carvalho	DE	Letras/ Graduado em Língua Francesa
1016191	Rosileni Pelaes de Moraes	DE	Letras/ Especialista em Ensino Superior
1222377	Simoni Maria Benício Valadares (Afastada para qualificação)	DE	Letras/ Mestre em Linguística Aplicada
0049837	Valdenice Souza Gonçalves	DE	Letras/ Mestre em Linguística Aplicada
1301404	Yurgel Pantoja Caldas (Afastado para qualificação)	DE	Letras/ Mestre em Teoria Literária
1476990	Andréia dos Santos Oliveira – CDT – Contrato 03/11/04 à 02/11/05 até 02/11/06	20	Letras
2013917	Rosinete dos Santos Rodrigues – CDT – Contrato 03/11/04 à 02/11/05 até 02/11/06	20	Letras/ Especialista na Área de Deficiência Visual

COORDENAÇÃO DO CURSO DE MATEMÁTICA

1453726	Steve Wanderson Calheiros de Araújo – Professor 3º Grau – COORDENADOR	DE	Matemática
1152649	Walter da Silveira Souza Filho – Auxiliar em Administração	40	2º Grau
1019663	Valdemar Vilhena Pereira Filho – Economista	40	Ciências Econômicas/ <i>Especialista em Consultoria Empresarial</i>
1017215	Arlindo Moreira da Silva Filho	DE	Matemática/ <i>Especialista em Matemática Superior</i>
1009376	Ana Raquel Oliveira da Costa Possas	DE	Matemática/ <i>Mestre em Desenvolvimento Sustentável</i>
1545785	Ana Paula Pintado Wyse	DE	Matemática/ <i>Mestre em Matemática</i>
1453749	Cristiane Ruiz Gomes (Lic. Para acompanhar cônjuge s/rvenc – prazo indet.)	DE	Matemática
1545887	Erasmus Senger	DE	Matemática/ <i>Mestre em Ciências</i>
1453796	Gilberlandio Jesus Dias	DE	Matemática/ <i>Mestre em Matemática</i>
2174049	Guzmán Eulalio Isla Chamilco	DE	Matemática/ <i>Doutor em Modelagem Computacional</i>
0325315	João Brazão da Silva Neto	DE	Eng. Mecânica/ <i>Especialista em Planejamento e Análise de Proj</i>
1351675	Marcello Antônio Alves Talarico	DE	Física/ <i>Mestre em Física</i>
Laboratório de Matemática			
1444949	Marcio Aldo Lobato Bahia – CHEFE	DE	Matemática/ <i>Mestre em Matemática e Estatística</i>
Laboratório de Informática			
1433980	José Walter Cárdenas Sotil – CHEFE	DE	Matemática/ <i>Doutor em Ciências</i>

COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

2362136	Sérgio Costa Coutinho – Professor 3º Grau – COORDENADOR	DE	Pedagogia/ <i>Especialista em Didática e Metodologia do Ensino</i>
1126915	Conceição Pereira Duarte – TAE	40	Letras
0327821	Sérgio Cléber de Sá Miranda – Assistente em Administração	40	Pedagogia
1170580	Adalberto Carvalho Ribeiro (Afastado para qualificação)	DE	Pedagogia/ <i>Mestre em Desenvolvimento Sustentável</i>
2127827	Ana Olga da Silva Dias	DE	Pedagogia/ <i>Mestre em Educação</i>
1453693	André Rodrigues Guimarães	DE	Pedagogia
2176126	Antônia Costa Andrade	DE	Pedagogia/ <i>Especialista em Ensino Superior</i>
2362341	Arthane Menezes Figueiredo	DE	Pedagogia
1169509	Dilene Kátia Costa da Silva	DE	Pedagogia/ <i>Especialista em Ensino Superior</i>
1173630	Eugênia da Luz Silva Foster	DE	Pedagogia/ <i>Doutora em Educação</i>
1301632	Edna Maria da Silva Oliveira	DE	Psicologia/ <i>Especialista em Ensino Superior</i>
2206630	Elda Gomes Araújo (Afastada para qualificação)	DE	Letras / <i>Mestre em Linguística Aplicada</i>
1333511	Ghislaine Dias da Costa Bastos	DE	Pedagogia/ <i>Mestre em Educação</i>
1290308	Ivanete do Socorro Pinheiro da Silva	DE	Psicologia/ <i>Especialista em Psicopedagogia</i>
2010246	João Nascimento Borges Filho	DE	Pedagogia/ <i>Especialista em Psicopedagogia</i>
1170911	Kátia de Nazaré Santos Fonseca	DE	Pedagogia/ <i>Especialista em Ensino Superior</i>
1170628	Márcia Jardim Rodrigues (Afastada para qualificação)	DE	Pedagogia/ <i>Especialista em Psicologia Educacional</i>
2206638	Margareth Guerra dos Santos – COORDENADORA DA COEG	DE	Pedagogia

1015550	Maria Lúcia Teixeira Borges (Afastada para qualificação)	DE	Pedagogia/ Mestre em Educação
1012462	Maria Zenaide Farias de Araújo	DE	Pedagogia/ Especialista em Orientação Educacional e Vocacion
1010541	Maria Nazaré do Nascimento Guimarães	DE	Pedagogia/ Mestre em Educação: Metodologia do Ensino
1181592	Marinalva Silva Oliveira	DE	Psicologia/ Doutora em Psicologia Experimental
1021465	Nelma Dorian Cavalcante de Sousa	DE	Pedagogia/ Esp. Em Metodologia da Pesquisa em Ciências Soc
1017221	Norma Iracema de Barros Ferreira	DE	Psicologia/ Doutora em Educação Escolar
1010526	Rosalda Ivone Oliveira Custódio	DE	Pedagogia/ Especialista em Metodologia Pesquisa Ciências Soc
1476865	Cristiane Vales Maciel – CDT – 03/11/04 à 02/11/05 até 02/11/06	20	Letras/ Especialista Educação Especial

COORDENAÇÃO DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO

1509111	Fernanda Fonseca Machado – Professor 3º Grau – COORDENADORA	DE	Secretariado Executivo/ Especialista em Gestão Empresarial
273398	Raimunda Correa de Castro – Auxiliar em Administração	40	2º Grau
1170784	Arley José Silveira da Costa	DE	Psicologia/ Doutor em Ciências
1018672	Dianarlei Antônia de Brito de Souza	DE	Letras/ Especialista em Literatura Brasileira
1017664	Eliana do Socorro de Brito Paixão	DE	Ciências Contábeis/ Especialista em MBA em Gestão Empresarial
1260989	José Antônio Pereira Soares	DE	Língua Portuguesa e Literatura
2125828	Luizel Simões de Brito	DE	Secretariado Executivo
1290214	Mário Teixeira de Mendonça Neto	DE	Administração/ Mestre em Gestão de Negócios Turísticos
1538761	Rafael Pontes Lima – DIRETOR DINFO	DE	Ciências da Computação/ Esp em Tec. em Sistemas de Informaç

1.1.3 – ATENÇÃO AOS DISCENTES.

A Universidade Federal do Amapá oferece ao seu corpo discente atendimento Psicológico através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEAC), visando a identificação e a solução das dificuldades pedagógicas e acadêmicas dos alunos de graduação.

Os acadêmicos contam ainda com o atendimento da Coordenadora de Curso e professores, que os orientam em projetos de iniciação científica, monitorias, trabalhos de conclusão de curso, estágios supervisionados e em orientações pedagógicas na rotina das salas de aulas. A Coordenação dedica parte das horas em que esta na coordenação para o atendimento aos acadêmicos para prestar-lhes orientação no que se fizer necessário em sua vida acadêmica.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A Universidade Federal do Amapá, em cumprimento ao que preconiza seu Estatuto, promove atividades de extensão na forma de eventos científicos, culturais, cursos, seminários, congressos e outros. Tais atividades buscam divulgar os conhecimentos produzidos pela Universidade, estimular o debate acadêmico e auxiliar na formação do espírito crítico e na consciência cidadã dos acadêmicos e da comunidade em geral.

O Curso de Direito, por meio de sua Coordenação e professores, estimula a participação dos acadêmicos em atividades de extensão, de forma a complementarem sua formação. Isso ocorre tanto em atividades de extensão promovidas pelo próprio Curso ou pela Universidade, quanto em atividades promovidas por outras instituições ou órgãos.

Os acadêmicos devem cumprir 360 horas de atividades complementares, em atendimento ao disposto nas Diretrizes Curriculares do curso de Direito, estabelecidas pela Resolução CNE/CES n. 9, de 2004. O cumprimento das atividades complementares está disciplinado em regulamento próprio, aprovado pelo Colegiado do Curso.

As atividades complementares do Curso de Direito têm caráter técnico, científico e/ou cultural e são relacionadas ao projeto pedagógico. Para tanto, diferentes atividades são estimuladas, tais como pesquisa, participação em congressos, seminários, oficinas, workshop's e outros eventos.

É importante salientar que as atividades complementares são também desenvolvidas em outras instituições, ainda que a UNIFAP tenha responsabilidade pela oferta regular de atividades para seus alunos e comunidade.

A participação nas atividades é comprovada através da apresentação do certificado, quando realizada fora da universidade, a coordenação do NPJ, responsável por manter o arquivo individual dos estudantes para comprovação das atividades complementares realizadas ao longo do curso. Uma vez integralizada a carga horária de 360h pelo estudante, a Coordenação do NPJ encaminha a pasta do estudante ao DERCA, para registro.

O formando só poderá colar grau após a conclusão da carga horária total exigida que é de 360h. As tarefas desempenhadas em estágio curricular obrigatório não poderão ser computadas cumulativamente como atividades complementares.

Atividades Realizadas

I SEMINARIO INTERNO PARA A REFORMULACAO DO PROJETO PEDAGOGICO DO CURSO DE DIREITO

Local de realização: Anfiteatro Universitário do Campus Marco Zero da UNIFAP

Período: 27 de setembro de 2006

Realização: Coordenação do curso de Direito

AULA MAGNA DO MESTRADO EM DIREITO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS
Anfiteatro Universitário do Campus Marco Zero da UNIFAP
Período: 14/11/2006

DEBATE POLÍTICO ELEITORAL – PRO ENED – 2006
Local de realização: UNIFAP

XIII Encontro Regional de Estudantes de Direito – CADISP
Ano: 2005
Local de realização: UNIFAP

X Encontro Regional de Estudantes de Direito – CADISP
Ano: 2003
Local: UNIFAP

I Seminário Jurídico da UNIFAP: O novo Código Civil
Ano: 2003
Local: UNIFAP

APOIO PEDAGÓGICO AO DISCENTE

O apoio pedagógico aos discentes é realizado pela Coordenação do Curso e pelos próprios professores. Para efetivar uma proposta de apoio pedagógico aos alunos, desatrelada de paternalismo, é importante que essas ações estejam intimamente ligadas às atividades curriculares. Esse apoio acontece para os acadêmicos do curso de Direito através da atuação dos professores na condução das aulas e nas orientações de Trabalho de Conclusão de Curso, do Estágio Curricular, dos Projetos de Extensão e dos Projetos de Pesquisa.

Dentre as atribuições da Coordenação de Curso, o apoio pedagógico aos acadêmicos tem grande importância. Tal ocorre não só em razão do disposto no artigo 89 do Regimento da UNIFAP, mas principalmente porque há a compreensão de que para que se torne sujeito de sua aprendizagem, o discente necessita ser apoiado e receber o indicativo do caminho a ser trilhado pela Coordenação e pelos professores. Isso não implica em assumir posição paternalista em relação aos acadêmicos, mas sim em, partindo de suas experiências e realidades, auxiliar na busca do caminho que trilharão.

ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO

A UNIFAP, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEAC), disponibiliza aos acadêmicos atendimento psicológico. Através desse atendimento também é realizado o acompanhamento psicopedagógico dos acadêmicos, quando detectada sua necessidade.

O trabalho consiste em auxiliar o acadêmico, através do aconselhamento psicológico individual e encaminhamento para auxílio pedagógico, se assim for necessário. Na maioria das vezes, basta uma simples conversa para que o aluno retorne ao equilíbrio emocional e consiga superar suas dificuldades e resolver seus problemas.

Os professores são orientados a encaminhar a Coordenação de Curso os alunos que percebem estar enfrentando dificuldades. O coordenador, por sua vez, faz o encaminhamento para o atendimento psicológico da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários.

MECANISMOS DE NIVELAMENTO

Vivemos uma época da supervalorização da linguagem visual em detrimento da linguagem verbal, fato que, associado a muitos outros de natureza social, política e cultural (o quadro de miséria da população brasileira bem como a ausência de uma política educacional séria e atuante em nosso país), tem contribuído sobremaneira para que a expressão, tanto oral quanto escrita, seja precária.

As conseqüências, pois, têm sido desastrosas no que diz respeito à aprendizagem da língua portuguesa. Desde questões gramaticais até a elaboração de um pensamento claro e coerente, os problemas são muitos. O fato é que os alunos que chegam ao 3º grau apresentam defasagens, de variadas proporções, em relação à comunicação e expressão em língua portuguesa.

Cientes desse contexto, o Colegiado de Direito disponibiliza, na estrutura do curso, a disciplina Língua Portuguesa e Comunicação, com objetivo claro de promover o nivelamento entre os alunos e o aprofundamento dos conhecimentos no uso culto da linguagem, próprio da linguagem acadêmica. O Colegiado disponibiliza ainda, na estrutura do curso, a disciplina Lógica e Argumentação Jurídica, para possibilitar aos acadêmicos o desenvolvimento ainda maior de sua expressão tanto escrita quanto oral.

ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A UNIFAP pretende implantar o projeto de acompanhamento do egresso, disponibilizando em sua *homepage* um local dedicado a seus ex-alunos, para que continuem com vínculo com a instituição. Nesse espaço, os egressos terão acesso aos cursos de extensão, pós-graduação entre outras atividades acadêmicas, estimulando assim a busca pela educação continuada. Os ex-alunos terão oportunidade de participar de outras atividades que estiverem sendo oferecidas pela Universidade.

A preocupação maior da instituição é manter contato com o aluno após a conclusão do seu curso de graduação, orientando-o na prática profissional e na aquisição continuada de novos conhecimentos. Além disso, há o interesse em manter a integração entre os egressos e alunos regularmente matriculados, promovendo um canal constante de comunicação. Não bastasse isso, essa interação com os egressos é importante até mesmo no processo de avaliação dos cursos de graduação e no desvendamento do quanto contribuíram para a formação profissional dos egressos – em que aspectos os egressos julgam que sua formação foi adequada e onde julgam-na defasada para dar resposta as demandas que encontram como profissionais do Direito.

A UNIFAP tem consciência de que sua participação junto aos formandos não se esgota no momento da colação de grau. A mesma estende-se ao longo do exercício profissional desenvolvido pelo egresso, tornando-se uma referência viva e atuante para o desempenho satisfatório dos nossos profissionais no mercado de trabalho.

MEIOS DE DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS E PRODUÇÃO DISCENTE

***Homepage* UNIFAP – www.unifap.br**

A página on-line da UNIFAP tem como finalidade aproximar e integrar a comunidade e a Universidade, divulgando os seus cursos, projetos, vestibulares, atividades dos docentes com relação a sua capacitação e participação em eventos científicos. Além disso, busca divulgar os trabalhos e produções dos alunos dos diversos cursos da Instituição. É um importante veículo que mostra o dinamismo constante da Universidade Federal do Amapá.

***Homepage* do curso de Direito**

Além da página da Universidade, o curso de Direito está construindo uma página própria. Nela, serão divulgadas todas as informações acerca do projeto pedagógico do curso, ações, projetos e parcerias do curso de Direito, de seus professores e acadêmicos. O objetivo desse espaço é integrar ainda mais o curso, sua comunidade interna e a comunidade externa. A página do curso será um espaço privilegiado para divulgar os trabalhos dos acadêmicos, tanto em nível de graduação quanto da pós-graduação.

Jornal *Facultas Agendi* do Curso de Direito

A Coordenação do Curso de Direito edita bimensalmente o jornal informativo *Facultas Agendi*, que é um veículo de divulgação das principais ações, projetos e trabalhos desenvolvidos no período. Os trabalhos e a produção dos discentes também pode ser divulgada nesse informativo.

BOLSAS DE ESTUDO

Por se tratar de uma universidade pública a concessão e bolsas de iniciação científica estão ligadas ao desenvolvimento de projetos dos professores aprovados pelos órgãos de fomento como SETEC/GOV/AMAPÁ, CNPq e Capes.

Além das bolsas atrelada a pesquisa, a UNIFAP mantém programa de bolsas para alunos carentes.

BOLSA DE TRABALHO OU DE ADMINISTRAÇÃO

A Universidade oferece modalidade de bolsa trabalho para seus alunos.

1.2. PROJETO DO CURSO

O curso de Direito passou pelo processo de avaliação das condições de ensino no ano de 2003. No período de 24 a 26 de novembro do referido ano, recebeu a visita da comissão de avaliadores do MEC, composta por dois professores. A partir dessa visita e da análise dos documentos estruturadores do curso, resultou relatório de avaliação que atribuiu os seguintes conceitos ao curso:

- Dimensão didático-pedagógica: CI
- Corpo Docente – CR
- Instalações – CR

A partir desse diagnóstico, várias iniciativas foram tomadas no sentido de efetivar as melhorias necessárias ao curso. Assim, o corpo docente sofreu um incremento significativo, com a contratação, mediante concurso público, de oito professores efetivos de tempo integral e dedicação exclusiva. Além disso, foi aprovado o curso de Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas, possibilitando o desenvolvimento da pesquisa no âmbito do curso e a qualificação de seu corpo docente. No que se refere ao NPJ, este foi estruturado e implantado, encontrando-se hoje em pleno funcionamento. No que se refere ao projeto pedagógico do curso, este foi reelaborado, para atender não só ao disposto nas Diretrizes Curriculares para os cursos de bacharelado em Direito, estabelecidas pela Resolução CNE/CES n. 9, de 2004, mas também com vistas a atender as demandas locais e peculiaridades regionais do Amapá. Dessa forma, todos os esforços culminaram na atual proposta pedagógica, que pretende integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão do curso, como forma de possibilitar uma formação adequada aos acadêmicos do curso de Direito da UNIFAP.

O presente projeto pedagógico é fruto do trabalho coletivo de professores, funcionários e alunos que, vivenciando a proposta inicial do curso, a moldaram por meio do “fazer” cotidiano. Para a sistematização da proposta, o Colegiado constituiu um grupo de trabalho (GT), integrado por professores, funcionários e discentes do curso. O GT foi nomeado através da Portaria UNIFAP n. 778/2006.

O GT estruturou seu trabalho através de proposta apresentada ao Colegiado e aos alunos do curso por ocasião do I Seminário Interno para a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Direito da UNIFAP, realizado em 27/09/2006, no Anfiteatro Universitário.

Objetivo do Plano de Trabalho

O objetivo do plano de trabalho do GT era reformular o projeto pedagógico do curso de Direito da UNIFAP de forma que atenda às Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecidas pela Resolução CNE/CES n. 9, de 2004, esteja atualizado com as inovações da ciência do direito, as demandas regionais, as exigências do mundo do trabalho e esteja em sintonia com os documentos institucionais (PDI e PPI).

Princípios orientadores da Reformulação do Projeto Pedagógico

A atividade de reformulação do projeto pedagógico do curso de Direito da UNIFAP foi orientada todo o tempo pelos princípios da globalidade, da participação coletiva e da dinamicidade, conforme segue:

- Globalidade – segundo este princípio, a reformulação do projeto pedagógico será abrangente, ou seja, perpassará todos os aspectos do projeto pedagógico. Tudo poderá ser avaliado, repensado, reformulado.
- Participação coletiva – tal princípio traduz o envolvimento de todos: professores, alunos, coordenação e corpo técnico nos diferentes momentos do trabalho de reformulação do projeto pedagógico.

- Dinamicidade – tal princípio traduz o entendimento segundo o qual o projeto pedagógico é processo dinâmico de ação, reflexão, ação. Assim, vai muito além da simples confecção de um documento. O documento deverá ser a síntese de todo o processo que orientará as ações de execução do mesmo.

Etapas do processo de Reformulação do Projeto Pedagógico

O processo de reformulação do projeto pedagógico foi estruturado nas seguintes etapas:

- Etapa do Olhar (Sensibilização e diagnóstico)

Nessa etapa, pretendeu-se conhecer a realidade do curso e da Universidade e sensibilizar seu coletivo (professores, alunos e técnicos) acerca da necessidade de reformulação do projeto pedagógico.

PERGUNTAS ORIENTADORAS: como está o nosso curso? Que curso temos? Quais suas potencialidades e dificuldades? Qual seu contexto interno e externo?

O QUE FAZER / COMO FAZER: levantar dados que permitam uma visão do curso; descrever a realidade.

A etapa do olhar foi dividida em diferentes momentos, que se traduzem em ações, como as que seguem:

- Realização de seminário interno sobre o projeto pedagógico e sua importância, convidando palestrantes conhecedores da temática para expor e debater.

- Coleta de informações sobre a legislação que regulamenta o exercício profissional; sobre a legislação educacional que regulamenta a proposta pedagógica de um curso, tais como: diretrizes curriculares nacionais, parâmetros de avaliação dos cursos, manual de avaliação do curso de Direito; novas tendências discutidas para o curso de direito e para o profissional egresso do curso.

Dentro da etapa do olhar, foi realizado o I Seminário Interno para a Reformulação do Projeto Pedagógico do Direito), que ocorreu em 27/09/2006, contando com a participação da grande maioria dos professores, alunos e técnicos do curso, além dos membros da Reitoria e convidados. O evento objetivou nivelar os conhecimentos acerca da necessidade de estruturação de curso a partir da formulação de um projeto pedagógico; como elaborar um projeto pedagógico; e as Diretrizes Curriculares para o curso de Direito. Tal evento visava, ainda, mobilizar todos os membros da comunidade acadêmica para participar diretamente do processo.



- Etapa do Refletir (avaliação do projeto pedagógico)

Nessa etapa, buscou-se avaliar o projeto pedagógico do curso em suas três grandes dimensões: didático-pedagógica, corpo docente e infra-estrutura. Além disso, foi avaliado o relatório da comissão de especialistas do MEC, elaborado quando da visita *in loco*, em novembro de 2004.

- Etapa do Construir (Construção – reconstrução)

Nessa etapa, o GT formulou uma proposta preliminar de projeto pedagógico para o curso, a partir das três grandes dimensões avaliadas. Tal proposta foi apresentada e discutida inicialmente com o Colegiado do Curso, em reunião havida em 13/11/06. Após, será apresentada a toda a comunidade do curso, através do II Seminário Interno para a Reformulação do Projeto Pedagógico do Direito, previsto para ocorrer em fevereiro de 2007.

- Etapa da Execução - nessa etapa serão formuladas estratégias para implantação do novo projeto pedagógico. No que se refere à necessidade de infra-estrutura para que o novo projeto pedagógico seja implementado, a cada ano será realizada a ampliação do acervo bibliográfico e do espaço físico destinado ao curso, dentro das possibilidades da Universidade. Competirá a coordenação do curso, juntamente com o Colegiado, definir as ações necessárias para a execução do novo projeto pedagógico. Dentre elas, cabe destacar: oferta de disciplinas, reuniões periódicas com os professores, alunos e técnicos do curso.

- Etapa da avaliação - nessa fase cumpre estabelecer um processo de avaliação continuada do projeto pedagógico. O acompanhamento e avaliação do curso devem ocorrer de forma contínua. Para tanto, a cada semestre será aplicado questionário de avaliação do curso em suas três dimensões (didático-pedagógica, corpo docente e infra-estrutura). Assim, os alunos, professores e técnicos poderão avaliar o desenvolvimento das ações do curso. Tais dados serão tabulados e apresentados no início do semestre letivo subsequente ao da aplicação. Além disso, a cada semestre serão realizadas reuniões de Colegiado e reuniões com os representantes de turma para avaliação.

Considerando que um projeto pedagógico, muito mais que um documento, é um “plano de vôo”, uma indicação do caminho a ser trilhado pelo coletivo do curso, as proposições aqui sistematizadas deverão ser constantemente avaliadas e reestruturadas, sempre que assim se demonstrar necessário para atender as demandas e necessidades de formação numa sociedade em constante modificação.

QUADRO DE APRESENTAÇÃO DO CURSO

DIREITO – BACHARELADO	
Total de Vagas Anuais	50
Número da Alunos por Turma	50
Turno de Funcionamento	Noturno
Regime de Matrícula	Seriado Semestral
Carga Horária Total	4.260h
Integralização	Mínimo: 10 semestres Máximo: 16 semestres

1.2.1. CONCEPÇÃO DO CURSO

Inserção do Curso

Para justificar a existência e descrever os objetivos do curso de Direito da UNIFAP, necessário, antes, compreender suas inserções regional e institucional, bem como sua percepção acerca do ensino jurídico no Brasil.

O estado do Amapá localiza-se no extremo norte do Brasil, fazendo fronteira setentrional com a Guiana Francesa, a oeste, sul e sudeste com o estado do Pará e a leste com o oceano Atlântico. Em 1943 foi elevado à categoria de Território Federal e, com a promulgação da Constituição em 1988, transformado em Estado membro da União.

Historicamente, estas terras foram objeto de projetos concebidos exogenamente e implantados sem a existência de um envolvimento da população local. Como exemplo dessa realidade, pode-se citar a instalação, na década de 40, de uma grande empresa mineradora, que se retirou do estado deixando um passivo sócio-ambiental ainda não totalmente dimensionado. Outro exemplo, mais recente, foi a criação, em 2002, do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque – maior unidade de conservação de proteção integral do planeta, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, sem qualquer consulta à comunidade diretamente atingida por tal medida.

O Amapá possui uma população estimada em 594.587 habitantes, distribuídos em dezesseis municípios, sendo os mais populosos a capital Macapá, com 355.408 habitantes, Santana, com 98.600 habitantes, e Laranjal do Jarí, com 35.872 habitantes, de acordo com dados do IBGE relativos ao ano de 2005. O Amapá conta com 55% de seu território constituído de reservas de proteção ambiental e indígena, sendo o estado com maior índice de preservação ambiental do país.

É nesse contexto que se insere a Universidade Federal do Amapá, única instituição de ensino superior mantida pelo poder público federal no estado. A Fundação Universidade Federal do Amapá – UNIFAP foi criada pela Lei n. 7.530, de 29 de agosto de 1986, e instalada pelo decreto n. 98.977, de 02 de março de 1990. Em 1991 começou a funcionar de fato, após a nomeação de uma Reitoria *Pró-tempore* e com a realização de exames vestibulares para nove cursos inicialmente concebidos, dentro os quais, o curso de Direito.

Atualmente, a UNIFAP desenvolve suas atividades em quatro *campi*: a sede, localizada em Macapá, denominada Campus Marco Zero, o qual dispõe de uma área com 906.722,45 m², dos quais 38.000,00 m² de área construída, distribuídas em blocos de salas de aulas, laboratórios, prédios administrativos, ginásio de esportes, biblioteca central, unidade de saúde, espaço de uso múltiplo e almoxarifado; o campus Santana, localizado no município de mesmo nome, onde funciona o curso de Arquitetura e Urbanismo; o Campus Norte, localizado no município de Oiapoque, e o Campus Sul, localizado no município de Laranjal do Jarí. Os *campi* Norte e Sul funcionam em regime modular. A UNIFAP possui ainda um Núcleo de Extensão no município de Serra do Navio, onde são desenvolvidos cursos de qualificação para professores do Ensino Médio em diferentes áreas. O curso de Direito localiza-se na sede da UNIFAP, onde dispõe de salas de aula, sala dos professores, sala da coordenação, NPJ e videoteca.

Compreensão acerca do ensino jurídico

Após situar o curso em sua região e instituição, necessário agora apresentar sua compreensão acerca do ensino jurídico no Brasil ao longo de sua história.

O ensino jurídico, desde sua instalação no Brasil, em 1827, até o presente, passou por vários momentos, dos quais destacaremos dois – a crise, principalmente a partir da década de 80, e as tentativas de reforma, a partir da década de noventa.

A crise vivenciada pelo ensino jurídico já era mencionada há muito tempo. Nesse sentido, há referências à aula inaugural proferida por Santiago Dantas na Faculdade Nacional

de Direito, no Rio de Janeiro, em 1955. Nela, o ilustre jurista buscava diagnosticar o problema da educação jurídica no Brasil e apontava prováveis soluções, conforme ensina Rodrigues (1995).

A partir da década de noventa, surgem tentativas de reconhecimento da crise e propostas para sua superação. Como parte importante dessa movimentação, conforme Pôrto (2000), a OAB, em 1992, em contato com alguns professores de diferentes cursos jurídicos, passou a realizar um trabalho de tomada de consciência sobre a realidade dos cursos jurídicos no Brasil e dos fatores que contribuíram para sua crise. A decadência dos cursos jurídicos se deu paulatinamente. Isso ocorreu principalmente a partir do momento em que o mercado tradicional (dividido basicamente em advocacia e cargos públicos, como magistratura e promotoria) se saturou. Concomitantemente, há o surgimento de novas demandas sociais¹, principalmente a partir das décadas de 70 e 80, que exigiam uma nova postura profissional, para a qual os bacharéis não haviam sido educados.

Pôrto faz um relato sobre a evolução dos trabalhos da Comissão da OAB, que culminou com a configuração de um mapa do ensino jurídico em crise. A partir das constatações oriundas dos diálogos que a OAB manteve com professores, foi possível identificar um modelo de ensino jurídico marcado por características singulares, que também justificavam a crise vivida. Esse ensino jurídico, que Inês chama de “modelo central”, tem como características a descontextualização, o dogmatismo e a unidisciplinaridade.

Ao explicar a dimensão de cada uma das características apontadas, Pôrto (2000, p. 33) inicia afirmando que o ensino é descontextualizado, pois nega o pluralismo jurídico. Considerando que o poder existe na sociedade sob diferentes formas, acaba estruturando as relações entre os homens e criando uma pluralidade de contextos jurídicos. O ensino jurídico, entretanto, funda-se na noção de que o poder só existe numa forma específica – a forma estatal – e, conseqüentemente, só há um legítimo contexto produtor do direito. Esse entendimento descontextualizado não possibilita o reconhecimento das várias esferas de produção do Direito. Assim, sendo apenas um o contexto reconhecido, não cabe nem mesmo questioná-lo. Dessa forma, os bacharéis aprendem apenas a reproduzir o já existente, não se preparando para novas demandas sociais, já que não reconhecem nelas o direito.

A segunda característica do modelo de ensino jurídico em crise identificado por Pôrto é o dogmatismo. A autora afirma que os juristas possuem o poder de dar forma própria – ou forma jurídica – às questões da vida. Essa práxis cria um ambiente profissional distante da realidade cotidiana do homem comum, que não tem acesso ao campo jurídico. A tradução dos conflitos da vida para o campo do direito, empreitada pelos juristas, constitui-se numa forma de assegurar a mistificação do direito.

A terceira característica do modelo de ensino jurídico em crise é a unidisciplinaridade, que, ainda segundo Pôrto, significa a fragmentação do objeto que se dá a conhecer no processo de ensino e aprendizagem. O aluno, desta forma, não se reconhece no objeto de estudo, pois os saberes de que já dispõe e sua realidade, não dialogam com esse novo objeto de estudo, que é o Direito. A unidisciplinaridade ocorre, pois as fronteiras do conhecimento jurídico não permitem contato com outros saberes e deles vai se distanciando. Além disso, mesmo dentro do ensino do direito, há a fragmentação em disciplinas que, muitas vezes, parecem não guardar nenhuma relação entre si. A fragmentação do ensino jurídico se faz sentir de duas formas – na distância entre o direito e a realidade do aluno e, dentro do direito, na distância entre as disciplinas.

Se observarmos as discussões traçadas em torno da educação nesse período, verificaremos que não só o ensino jurídico passa a ser questionado por seus profissionais, mas de forma mais ampla todo o modelo de conhecimento e produção científica até então vigente.

¹ Pôrto traz como exemplo os movimentos populares que vão surgindo, levando grupos de trabalhadores, mulheres, negros, entre outros, a reivindicarem por seus direitos. É o momento de emergência dos chamados movimentos sociais, segundo registro de vários sociólogos do direito. (2000, p. 40)

Tratando especificamente da educação, Moraes (2004) entende que há relação dialética, interativa entre o modelo de ciência que prevalece num certo momento histórico e o que ocorre na área educacional, nos enfoques epistemológicos adotados e nas práticas pedagógicas desenvolvidas. Assim, tomando as teorias da relatividade e da física quântica como referenciais que vão modificar toda a concepção de ciência até então dominante, demonstra como estas influenciaram a educação. Como exemplo, cita o resgate da visão de contexto, o respeito à diversidade, a superação da visão mecânica, superespecializada e o reconhecimento da inter-relação e interdependência entre os sujeitos e o mundo natural. Afirma que os problemas atuais da educação têm relação direta com a visão cartesiana de mundo e os valores que lhe são subjacentes. Para fundamentar sua obra, Moraes aborda as teorias que tratam da construção do conhecimento que têm relação com o novo paradigma científico trazido pelas teorias da relatividade e da física quântica. Assim, se fundamenta em Piaget, Paulo Freire, Papert e Howard Gardner. A partir daí conceitua o que chama de paradigma educacional emergente afirmando ser este construtivista, interacionista, sociocultural e transcendente. É construtivista porque concebe o conhecimento como algo em construção, transformando-se mediante a ação do indivíduo no mundo. É interacionista porque entende que o sujeito e o objeto são organismos vivos, ativos, abertos, em constante intercâmbio com o meio ambiente e que mediante tais processos interativos, um modifica o outro e os sujeitos se modificam entre si. É sociocultural porque compreende que o ser se faz na relação, que o conhecimento é produzido na interação com o mundo físico e social, com base no contato do indivíduo com sua realidade, com os outros, incluindo aqui sua dimensão social, dialógica, inerente à própria construção do conhecimento que não poderia existir sem o diálogo do homem com si mesmo e com o mundo que o cerca. É transcendente porque significa a tentativa de ir mais além, de superar-se, de compreender-se como parte do universo.

Em sua obra, ao procurar estabelecer o que chamou de os sete saberes necessários à educação do futuro, Morin (2002) afirma ser esta confrontada pela inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre, de um lado, os saberes desunidos, divididos, compartimentados e, de outro, as realidades ou problemas cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários.

Identificada a crise e suas características, procuraremos identificar as tentativas de superá-la. No ensino jurídico chamaremos essa tentativa de superação do modelo tradicional em crise de reforma. Considerando que reforma significa dar nova forma, modificação, entendemos ser o termo apropriado para o movimento ocorrido a partir de 1990.

Uma vez caracterizada a crise, surgem inúmeras propostas de reforma, oriundas de vários setores. Todavia, dentre todas, as mais efetivas, e que acabaram sendo implantadas, foram a averiguação e definição de parâmetros de qualidade para os cursos jurídicos, respeitadas suas singularidades, que culminaram na fixação das novas diretrizes curriculares pelo Ministério da Educação.

Nesse movimento de reforma, a OAB teve papel importante. Em 1992 constituiu sua Comissão de Ensino Jurídico, composta por conselheiros federais da Ordem e por advogados e professores de Direito de todo o país. Antes disso, conforme Bittar (2001), as iniciativas por mudanças eram assistemáticas, não consolidadas e dependiam, fundamentalmente, da atuação de pesquisadores, críticos e professores, mas que não contavam com a força política, institucional, profissional e social da OAB.

Partindo de diagnóstico do ensino de Direito em todo o país, foram fixados critérios de avaliação para os cursos, que foram chamados de parâmetros de qualidade. Os parâmetros de qualidade eram compostos de dois tipos de critérios, os quantitativos e os qualitativos. Através dos quantitativos buscava-se avaliar a realidade do ensino jurídico pela quantificação de alguns aspectos, como averiguação do número de acadêmicos, do número de professores titulados e do acervo na biblioteca em cada curso. Já os critérios qualitativos se prestavam a conhecer as dimensões do modelo central do ensino jurídico, buscando uma conexão entre os aspectos pedagógicos dos cursos e as questões sociais de seu contexto. Assim, eram

indagados: o enfoque pedagógico que cada curso privilegiava, a função social do curso, o tipo de conhecimento que produziam e as habilidades profissionais estimuladas nos alunos. (PÔRTO, 2000, p. 66).

As diretrizes curriculares estabelecidas através da Portaria MEC n. 1.886/94 representaram um significativo avanço nos parâmetros qualitativos estabelecidos para os cursos jurídicos. É a partir dessas diretrizes que se tornam obrigatórias as atividades de pesquisa e extensão e a realização do trabalho de conclusão de curso. Todavia, conforme descrito posteriormente no Parecer CNE/CES n. 055/2004 e reproduzido no Parecer CNE/CES n. 211/2004, a Portaria Ministerial 1.886/94, embora possibilitasse às instituições a fixação de seus currículos plenos, guardava uma contradição em seus termos, pois ao mesmo tempo em que assegurou liberdade para as instituições fixarem seus currículos, também determinava que isso fosse possível desde que observado o conteúdo mínimo estabelecido para o curso jurídico. Sua ementa definia que a portaria visava *implantar as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo* do curso jurídico. Tal incoerência na redação da ementa da Portaria demonstra que a liberdade dada às instituições só era possível se o currículo proposto contivesse as matérias descritas naquele ato normativo. As instituições tiveram que adaptar seus cursos a nova estrutura trazida pela Portaria 1.886/94 até 1998.

Apesar dessas críticas, é inegável que a Portaria Ministerial representou grande ruptura com o modelo de ensino de direito até então vigente, pois é a partir dela que se passou a reconhecer as peculiaridades regionais e institucionais, a liberdade para as instituições estabelecerem as propostas pedagógicas de seus cursos, mesmo que de forma limitada, e a reconhecer a necessidade de integração das atividades de pesquisa, extensão e ensino no curso de Direito. Além disso, a Portaria inovou ainda ao possibilitar que os cursos passassem a ter especializações ou habilitações temáticas, conforme suas singularidades e vocação.

Mais recentemente, o Ministério da Educação, através da Câmara de Ensino Superior, do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), órgão responsável por expedir as diretrizes curriculares nacionais para todos os cursos superiores, baixou a Resolução n. 9, de 2004, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares para os cursos de bacharelado em Direito para todo o País. A expedição dessa resolução deu-se em função da necessidade de aprimorar o conteúdo da Portaria n. 1.886/94, principalmente a partir da entrada em vigor da nova LDB, Lei 9.394, em 1996, e da Lei 10.172, de 2001, que estabeleceu o Plano Nacional de Educação.

Se as diretrizes estabelecidas pela Portaria n. 1.886/94 representaram uma proposta de grande avanço qualitativo no ensino jurídico, as diretrizes fixadas em 2004, através da Resolução CNE/CES n. 9, representam o amadurecimento da proposta e a ruptura definitiva daquele modelo central de ensino jurídico (dogmático, descontextualizado e unidisciplinar) tão bem identificado por Inês Pôrto em sua obra.

Daí depreende-se a proximidade das atuais diretrizes para os cursos de Direito com o paradigma educacional emergente identificado por Moraes em sua obra. As diretrizes curriculares passam a fornecer apenas as linhas gerais para que as instituições possam estruturar suas propostas pedagógicas, de forma autônoma, criativa, ajustada a suas vocações, demandas sociais e mercado de trabalho.

Verificamos que o movimento de reforma acabou culminando numa reestruturação significativa dos cursos jurídicos, ainda em plena implantação. Essa reformulação proposta reconhece a pluralidade do fenômeno jurídico e sugere que os bacharéis sejam formados de acordo com essa pluralidade. Reconhece, ainda, a necessidade de uma postura ética associada à responsabilidade social e profissional dos bacharéis. Sugere que a formação dos mesmos ultrapasse aquela velha fórmula de reprodução do já sabido. Assim, objetiva que os profissionais do direito sejam capazes de formular soluções criativas para as novas demandas de uma sociedade em constante mutação. Que tenham consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço e se posicionem frente a eles.

Os efeitos da reforma do ensino jurídico ainda não podem ser totalmente sentidos, já que os profissionais a serem formados nessa nova perspectiva ainda estão em formação. Em

sendo atingida a amplitude das reformas propostas através das Diretrizes Curriculares Nacionais, certamente um importante passo no sentido de superação daquele velho estereótipo do operador do direito: mistificado, descomprometido com as demandas de seu tempo e espaço e burocrata terá sido dado.

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito da UNIFAP, através do presente projeto, visa superar o modelo tradicional de ensino jurídico, não so em sintonia com o que dispõe as Diretrizes Curriculares estabelecida pela Resolução CNE/CES n. 9/2004, mas principalmente por entender a necessidade desse movimento no âmbito do curso. Destarte, objetiva formar profissionais do direito aptos a atuar nos diferentes campos do Direito, de forma consciente e crítica, numa perspectiva cidadã. Tais profissionais devem atrelar formação técnico-jurídica com eticidade e humanidade.

Os profissionais formados pelo curso de Direito da UNIFAP devem estar conscientes de sua historicidade e inserção local no Amapá. Aptos a atuar em qualquer local, mas sem perder a dimensão das peculiaridades da Amazônia e, em especial, do Amapá. Que sejam profissionais do novo milênio, aptos a dar respostas às diferentes demandas oriundas dessa sociedade, que tem se modificado com muita rapidez e que requer profissionais adaptáveis a novas situações.

Tais profissionais devem, portanto, ser criativos na busca de soluções novas para situações novas e inesperadas. Devem ser capazes de aprenderem de forma continuada e autônoma.

Para tanto, o curso de Direito da UNIFAP busca integrar os conhecimentos teóricos e práticos, aliando as atividades de ensino aquelas de extensão e pesquisa, como forma de instrumentalizar os estudantes para enfrentar as exigências da vida profissional e social que surgirão.

PERFIL DO EGRESSO

Partindo das reflexões acerca das inserções do curso e tendo ainda por orientação o disposto na Resolução CNE/CES n. 9/2004, o perfil desejado de formando que norteia o curso de Direito da UNIFAP orienta-se por:

- Sólida e permanente formação humanística e técnico-jurídica, necessária à compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- Conduta ética permanente, tanto em sua atuação profissional, quanto em sua vida e atuar social;
- Capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, aliada a capacidade de argumentação e mediação de conflitos;
- Consciência dos problemas de seu tempo e seu espaço e capacidade de buscar soluções criativas para os mesmos;
- Capacidade de aprendizagem continuada e autônoma, necessárias para sua permanente inserção e atuação profissional e social;
- Postura reflexiva e de visão crítica, indispensável ao exercício da ciência do direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

A esse perfil, agregamos a necessidade de formar profissionais que aliem conhecimentos técnico-jurídicos ao conhecimento tradicional, tão característico da região amazônica. O profissional a ser formado pelo curso de Direito da UNIFAP deve estar conectado com sua região, apto a contribuir no estudo e na busca de soluções aos problemas

peculiares da Amazônia. Todavia, tal diferencial não deve representar um alheamento em relação as questões do Brasil e as questões supranacionais.

1.2.2. CURRÍCULO

O presente projeto, em sintonia com as Diretrizes Curriculares estabelecidas pela Resolução CNE/CES n. 9/2004, propõe a inclusão de novas disciplinas em relação ao projeto anterior, privilegiando aquelas que dão um enfoque regionalizado ao curso. Os conteúdos estão dispostos em disciplinas que, por sua vez, integram os três eixos de formação: fundamental, profissional e prática, conforme orientam as Diretrizes Curriculares. As disciplinas dos três eixos de formação comunicam-se e estão dispostas em blocos, ao longo dos cinco anos - dez semestres.

O eixo de formação fundamental tem por objetivo integrar o estudante no campo do Direito, estabelecendo as relações deste com outras áreas do conhecimento. Integram este eixo conteúdos essenciais de Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História e Psicologia.

O eixo de formação profissional abrange conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual. Nesse eixo, pretende-se abranger o enfoque dogmático, mas também o conhecimento e aplicação do direito, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do direito, estudados de forma sistemática e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais do Brasil e suas relações internacionais.

O eixo de formação prática visa integrar a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos, envolvendo as atividades relacionadas ao Estágio Curricular, o Trabalho de Conclusão de Curso e as Atividades Complementares.

Como diferencial do curso de Direito da UNIFAP, ainda dentro do eixo de formação prática, mais especificamente dentro das atividades complementares, além das demais atividades passíveis de serem computadas como atividades complementares, segundo regulamento próprio, os estudantes poderão cursar disciplinas específicas ao longo do curso. Dessa forma, pretende-se ampliar ainda mais a possibilidade dos alunos em elegerem seu próprio percurso curricular. Ao todo, são ofertadas dez disciplinas, que tem como foco central a temática amazônica, o aprofundamento de conhecimentos específicos ou mesmo o preparo para um futuro atuar na docência do Direito. Assim, dentre as atividades complementares, os estudantes poderão cursar pelo menos duas das disciplinas: Populações Tradicionais e Meio Ambiente, Bioética e Direito, Juizados Especiais, Lógica e Argumentação Jurídica, Língua Portuguesa, Criminologia, Medicina Legal, História do Direito, Legislação Educacional e Didática do Ensino Superior.

Eixo de formação fundamental

Introdução ao Estudo do Direito
Ciência Política com Teoria Geral do Estado
Linguagem Jurídica
Metodologia Científica
Antropologia Jurídica
Filosofia Jurídica
Sociologia Jurídica

Hermenêutica Jurídica
Cidadania e Identidade Amazônica
Fundamentos de Economia
Psicologia Jurídica

Eixo de formação profissional

Direitos Humanos
Direito Constitucional I e II
Direito Administrativo I e II
Direito Tributário
Direito Econômico
Direito do Trabalho I e II
Direito Processual do Trabalho
Direito Agrário
Direito Indígena
Direito Ambiental I e II
Direito da Criança e do Adolescente
Direito do Consumidor
Direito Eleitoral
Direito da Navegação
Direito da Seguridade Social
Direito da Informática
Direito da Propriedade Intelectual
Direito Civil I, II, III, IV, V e VI
Direito Empresarial I, II, III e IV
Responsabilidade Civil
Teoria Geral do Processo
Direito Processual Civil I, II e III
Direito Penal I, II, III e IV
Direito Processual Penal I e II
Direito Internacional Público
Direito Internacional Privado
Arbitragem, mediação e negociação
Temas emergentes em Direito

Eixo de formação prática

Deontologia Jurídica
Trabalho de Conclusão de Curso I e II
Estágio e Prática Jurídica I, II, III, IV e V
Atividades Complementares

MATRIZ CURRICULAR

1. Semestre	CH	CREDITOS
Introdução ao Estudo do Direito	60h/a	4
Ciência Política e Teoria Geral do Estado	60h/a	4
Linguagem Jurídica	60h/a	4
Língua Portuguesa e Comunicação	60h/a	4

Metodologia Científica	60h/a	4
Direitos Humanos	60h/a	4
Antropologia Jurídica	60h/a	4
	360 h/a	24
2. Semestre		
Filosofia Jurídica	60h/a	4
Hermenêutica Jurídica	60h/a	4
Introdução ao Estudo do Direito II	60h/a	4
Cidadania e identidade amazônica	60h/a	4
Fundamentos de Economia	60h/a	4
Direito Constitucional I	60h/a	4
Linguagem Jurídica	60h/a	4
Direito Civil I	60h/a	4
	360 h/a	24
3. Semestre		
Deontologia Jurídica	60h/a	4
Direito Civil II	60h/a	4
Teoria Geral do Processo	60h/a	4
Direito Penal I	60h/a	4
Direito Constitucional II	60h/a	4
Direito Constitucional I	60h/a	4
Direito Administrativo I	60h/a	4
	360 h/a	24
4. Semestre		
Psicologia Jurídica	60h/a	4
Direito Constitucional II	60h/a	4
Direito Civil III	60h/a	4
Direito Penal II	60h/a	4
Direito Administrativo II	60h/a	4
Direito Processual Civil I	60h/a	4
Direito Internacional Privado	60h/a	4
	360 h/a	24
5. Semestre		
Direito Empresarial I	60h/a	4
Direito Civil IV	60h/a	4
Direito Penal III	60h/a	4
Direito Processual Civil II	60h/a	4
Direito Internacional Público	60h/a	4
Direito Tributário	60h/a	4
Estágio e Prática Jurídica I	90 h/a	6
	450h/a	30
6. Semestre		
Direito Empresarial II	60h/a	4
Direito Civil V	60h/a	4
Direito Processual Civil III	60h/a	4
Direito Penal IV	60h/a	4
Direito do Trabalho I	60h/a	4
Sociologia Jurídica	30h/a	2
Direito agrário	30h/a	2
Estágio e Prática Jurídica II	90 h/a	6
	450h/a	30
7. Semestre		
Direito do Trabalho II	60h/a	4

Direito Civil VI	60h/a	4
Direito Processual Penal I	60h/a	4
Direito da Criança e do Adolescente	60h/a	4
Direito Empresarial III	60h/a	4
Direito Ambiental I	60h/a	4
Estagio e Pratica Jurídica III	90 h/a	6
	450h/a	30
8. Semestre		
Direito Ambiental II	60h/a	4
Direito Processual do Trabalho	60h/a	4
Direito Econômico	60h/a	4
Direito Processual Penal II	60h/a	4
Direito Empresarial IV	60h/a	4
Estagio e Pratica Jurídica IV	90 h/a	6
	390 h/a	26
9. Semestre		
Trabalho de Conclusão de Curso I	60h/a	2
Responsabilidade Civil	60h/a	4
Direito Eleitoral	60h/a	4
Arbitragem, mediação e negociação	30h/a	2
Direito da Navegação	30h/a	2
Direito da Seguridade Social	60h/a	4
Estagio e Pratica Jurídica V	90h/a	6
	390h/a	26
10. semestre		
Trabalho de Conclusão de Curso II	90h/a	6
Temas Emergentes em Direito	60h/a	4
Psicologia Jurídica	60h/a	4
Direito Indígena	30h/a	2
Direito do Consumidor	30h/a	2
Direito do Consumidor	60h/a	4
Direito da Informática	60h/a	4
Direito da Propriedade Intelectual	60h/a	4
	330h/a	22
Disciplinas Optativas		
LIBRAS – Língua Brasileira dos Sinais	60h/a	4
Temas Emergentes		
Atividades Complementares	360 h/a	
Atividades Complementares	300 h/r	
Carga Horária Total do Curso	4.260 h/a	
Carga Horária Total do Curso	4.080 h/a	
	ou 3.400	
	h/r	

CARGA HORÁRIA TOTAL DAS DISCIPLINAS	3.450
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	360
ESTÁGIO CURRICULAR	450

DURAÇÃO PLENA DO CURSO	4.260
TEMPO MÍNIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	10 semestres
TEMPO MÁXIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	16 semestres

CARGA HORÁRIA TOTAL DAS DISCIPLINAS	3.025 h/r
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	300 h/r
ESTÁGIO CURRICULAR	375 h/r
DURAÇÃO PLENA DO CURSO	3.700 h/r
TEMPO MÍNIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	10 semestres
TEMPO MÁXIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	16 semestres

Turnos de funcionamento do curso e oferta das aulas: de segunda a sexta feira, das 19 as 22:30h e aos sábados, das 8 as 12h e das 14 as 18h. O estágio e prática jurídica e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II) serão realizados nos turnos da manhã e tarde (contraturno das aulas regulares). As atividades complementares deverão ser realizadas ao longo dos 10 semestres do curso, em horário diverso das atividades regulares.

COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM OS OBJETIVOS DO CURSO

O currículo do curso de Direito contempla conteúdos de formação específica, que abarcam os principais ramos do Direito e novas áreas de atuação do Direito, o que demonstra coerência com o objetivo generalista do curso.

A formação fundamental abrange disciplinas necessárias para a formação integral do bacharel, embasada nos diversos ramos do conhecimento com conteúdos da área de sociologia, filosofia, antropologia, ciência política, ética, psicologia, história e economia. Além disso, tanto no eixo de formação fundamental, quanto no eixo de formação profissional e prática, estão contidos conteúdos de ciências ambientais que indicam o reconhecimento à vocação ambiental tanto do estado do Amapá quanto da região amazônica, no reconhecimento da peculiaridade do curso e sua adequação às necessidades de formação da região em que esta inserido.

A formação complementar é contemplada com 360 horas para atividades de extensão, disciplinas especiais oferecidas no próprio curso ou em outros cursos da UNIFAP e se caracterizam em atividades curriculares que complementam a formação do acadêmico.

COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM O PERFIL

O perfil do egresso está intimamente ligado aos objetivos traçados para o curso de Direito. O acadêmico egresso da UNIFAP tem perfil generalista, pois seu currículo contempla os três eixos de formação que dão identidade ao curso. A competência para compreender e atuar na região amazônica é assegurada por disciplinas e conteúdos programáticos específicos.

COERÊNCIA DO CURRÍCULO EM FACE DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

O curso de Direito da UNIFAP atende as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pela Resolução CNE/CES n. 09 de 2004 em todos os aspectos. O currículo esta organizado em componentes curriculares distribuídos e contemplando os três eixos de formação: fundamental, profissional e prática.

METODOLOGIA DE ENSINO

As exigências colocadas pela atualidade nos levam a repensar as formas tradicionais de aprendizagem, do domínio da linguagem informacional e do desenvolvimento de competências. Para tanto, é necessário o uso de metodologias que possibilitam a formação de um profissional crítico e ético, capaz de identificar as determinantes sociais mais amplas que condicionam sua prática e, condições materiais de intervenção na realidade. Este repensar nos leva a propor uma alternativa metodológica que parte da problematização da realidade com a finalidade de compreendê-la; de construir o conhecimento capaz de transformá-la; acentuar a descoberta; a participação em grupo, a autonomia e a iniciativa.

O objetivo desta proposta é provocar e criar condições para o desenvolvimento de uma atitude crítica e comprometida com a ação. A escolha do método de ensino deve coincidir com a visão de educação e talvez não seja tão importante quanto o comprometimento dos atores do processo ensino-aprendizagem com um tipo de educação que colabore com a emancipação do homem, através de sua conscientização para a construção de uma sociedade mais digna e justa.

Compreendendo assim a prática pedagógica, que não consiste apenas na sala de aula e nem está restrita às atividades de trabalho pedagógico isolado, se expande para o trabalho junto à comunidade. Outro aspecto diz respeito à substituição da quantidade de conteúdos trabalhados que deve ceder lugar à qualidade das aprendizagens desenvolvidas, já que serão baseadas em significados profundos das relações entre teoria e prática partindo do concreto vivido e não do abstrato longínquo. Um outro suporte desta proposta metodológica é a interdisciplinaridade como perspectiva superadora do conhecimento estanque e fragmentado, identificando com os temas geradores que cuja discussão interliga os diversos saberes dentro do processo ensino-aprendizagem. A interdisciplinaridade é contemplada através da metodologia proposta em sala de aula; das atividades extensão e projetos de pesquisa. Alguns recursos associados a essa metodologia são:

Estudo de caso

Pode-se caracterizar como sendo uma prática pedagógica trabalhada em grupo, baseada em discussões organizadas e sistemáticas de casos construídos a partir da vida real. O estudo de caso é programado no sentido de que o aluno possa “descobrir” os princípios básicos que o levam a pesquisar e sugerir várias alternativas e interpretações possíveis em relação ao problema (caso) apresentado.

Visitas “In Loco”

São visitas que têm como objetivo levar o aluno a conhecer a realidade a ser investigada. Introduzi-lo a pesquisa de campo e a prática da observação e coleta de dados e com isso, complementar os conhecimentos teóricos. Posteriormente são realizados debates em sala de aula para discutir a visita.

Estas visitas são organizadas por professores cuja disciplina seja aderente ao programa, e sob sua orientação, os alunos são levados a investigar, do ponto de vista científico os fenômenos que rodeiam o universo do Direito.

Palestras

Diversas palestras são realizadas durante o período letivo, abordando temas atuais e relevantes para o debate no Direito. Os temas são desenvolvidos por professores convidados ou da própria instituição.

INTER-RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS NA CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO DO CURRÍCULO

A interdisciplinaridade é o processo de integração recíproca entre várias disciplinas e campos de conhecimento, capaz de romper as estruturas de cada uma delas, para alcançar uma visão unitária e comum do saber, trabalhando em parceria.

O conceito de interdisciplinaridade foi retomado, pois o atual contexto histórico não pode ser caracterizado pela divisão do trabalho intelectual, pela fragmentação do conhecimento e pelas características das predominâncias excessivas das especializações.

A necessidade de se romper com a tendência fragmentadora e desarticulada do processo do conhecimento, justifica-se pela compreensão da importância da interação e transformação recíprocas entre as diferentes áreas do saber. Essa compreensão crítica colabora para a superação da divisão do pensamento e do conhecimento, que vem colocando a pesquisa e o ensino como processo reprodutor de um saber parcelado, que conseqüentemente muito tem refletido na profissionalização, nas relações de trabalho, no fortalecimento da predominância reprodutivista e na desvinculação do conhecimento do projeto global de sociedade.

Trabalhar a interdisciplinaridade não significa negar as especialidades e objetividade de cada ciência. O seu sentido, reside na oposição da concepção de que o conhecimento se processa em campos fechados em si mesmos, como se as teorias pudessem ser construídas em mundos particulares sem uma posição unificadora, que sirva de base para todas as ciências, e isoladas dos processos e contextos histórico-culturais.

A interdisciplinaridade tem que respeitar o território de cada campo do conhecimento, bem como distinguir os pontos que os unem e que os diferenciam. Essa é a condição necessária para detectar as áreas onde se possam estabelecer as conexões possíveis. A interdisciplinaridade impõe que cada especialista transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites, para colher as contribuições das outras disciplinas. Desta forma, o curso de Direito integrou de forma coordenada as diversas disciplinas do currículo procurando garantir a complementação de conhecimentos e suas interligações. A interdisciplinaridade ocorre no corpo do curso como um processo de integração recíproca entre várias disciplinas e campos de conhecimento, trabalhando cada uma delas com o objetivo de alcançar uma visão unitária e comum do saber.

ADEQUAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

Introdução ao Estudo do Direito

CH: 60h/a

Créditos: 04

Direito e ciência. Ciências afins do Direito. Noção do Direito: origem e definição. Categorias jurídicas. Direito e moral. Lei e norma jurídica. Fontes do direito. Direito natural e direito positivo. Direito objetivo e direito subjetivo. Fundamentos do Direito: principais doutrinas idealistas, materialistas e críticas. A relação jurídica: sujeitos do Direito. Noções de administração da justiça. Direito, equidade e justiça.

Ciência Política e Teoria Geral do Estado

CH: 60h/a

Créditos: 04

Conceito de ciência política. Ciência política e teoria do Estado. Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média e Modernidade. Pensamento político

contemporâneo. Origem e evolução do Estado. Estado na modernidade e na contemporaneidade. Função social do Estado. Elementos constitutivos do Estado. Formas do Estado. Funções do Estado. Formas e sistemas de governo. Democracia e partidos políticos.

Linguagem Jurídica

CH: 60h/a

Créditos: 04

Moderna teoria da linguagem. Semiótica e ciência do direito: relações entre ciência jurídica e linguagem. Linguagem legal. Dimensão pragmática da norma jurídica. Linguagem do Jurista. Discurso da ciência jurídica. Metalinguagem e os textos jurídicos.

Metodologia Científica

CH: 60h/a

Créditos: 04

História da ciência. Tipos de conhecimento. Conhecimento e ideologia. Ciência, método e teorias da produção do conhecimento jurídico. Métodos e técnicas de produção e pesquisa em Direito. Normalização, estudo e aplicação das normas da ABNT.

Direitos Humanos

CH: 60h/a

Créditos: 04

Fundamentação histórica e filosófica dos direitos humanos: ampliação conceitual. Direitos da primeira geração. Direitos da segunda geração. Direitos da terceira geração. Fundamentação jurídica dos direitos humanos. Concepções. O significado contemporâneo dos direitos humanos. Contexto político-jurídico brasileiro. Direitos humanos, controle social e segurança pública. Direitos humanos e Cortes internacionais.

Antropologia Jurídica

CH: 60h/a

Créditos: 04

Antropologia: conceito, objeto, desenvolvimento, correntes, métodos, importância para a ciência jurídica. Contato cultural: confronto de direitos e uso do conhecimento antropológico. O direito como instrumento de mudança e sua influência no contexto cultural. As bases da legitimidade, endoculturação, aculturação e internalização de valores. Antropologia social e formas de discriminação atentatórias a liberdade e a dignidade da pessoa humana: análise de políticas públicas. A cultura jurídica brasileira e a questão da igualdade jurídica e do acesso a justiça.

Filosofia Jurídica

CH: 60h/a

Créditos: 04

Filosofia: conceitos, origem histórica, vertentes. Filosofia do Direito: noções básicas, pressupostos teóricos, temas fundamentais. Clássicos da Filosofia do Direito. Teorias

jusfilosóficas. O direito natural moderno e o positivismo jurídico. A filosofia do Direito de Kant e Hegel. A dialética marxista. Direções do pensamento jusfilosófico contemporâneo. A Filosofia do Direito no Brasil.

Hermenêutica Jurídica

CH: 60h/a

Créditos: 04

A interpretação. Necessidade de interpretação. Especificidades e conceitos da hermenêutica jurídica. Principais escolas hermenêuticas. Os modos de produção do Direito. Hermenêutica e construção do Direito. Os Direitos Humanos como fundamento hermenêutico do Direito: a dignidade da pessoa humana. Interpretação do Direito. Integração do Direito. Antinomias jurídicas. Aplicação do Direito. Lei de Introdução ao Código Civil.

Cidadania e identidade amazônica

CH: 60h/a

Créditos: 04

Cidadania. Panorama histórico do Brasil no séc. XX. Principais projetos políticos e econômicos no séc XX e suas interfaces com o sistema jurídico, institucional e com o exercício da cidadania. A prática da cidadania nas diferentes instâncias da sociedade e no exercício profissional com vistas à construção de uma sociedade cidadã e humanista. Formação dos Estados da Região Amazônica. Modelo de Desenvolvimento Tradicional. Modelo de Desenvolvimento Sustentável. A Amazônia no contexto nacional e internacional. Amazônia do período colonial ao ciclo da borracha. A ocupação econômica da Amazônia. Os grandes projetos na Amazônia. A questão ambiental e a Amazônia. A realidade da Comunicação Regional. As alternativas de desenvolvimento da Amazônia. O futuro da Amazônia.

Fundamentos de Economia

CH: 60h/a

Créditos: 04

Processo de evolução da atividade e do pensamento econômico. Evolução da economia brasileira no contexto do capitalismo internacional. Macroeconomia e Microeconomia. Noções introdutórias de custos, estrutura de mercado, produto, renda e câmbio. Noções de Economia Internacional. Crise paradigmática da economia na atualidade e as lutas pelo progresso social em nossa época.

Direito Constitucional I

CH: 60h/a

Créditos: 04

Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Individuais. Constituição e Constituinte. Estado Federal Brasileiro. Poder Legislativo e Processo Legislativo. Fiscalização contábil, Financeira e Orçamentária. Poder Executivo. Teoria do Constitucionalismo.

Direito Civil I

CH: 60h/a
Créditos: 04

A juridicização como processo peculiar ao Direito (plano da existência). A codificação do direito civil. A constitucionalização do direito civil. Teoria Geral do Direito Civil. Das pessoas. Dos direitos de personalidade. Das pessoas jurídicas. Do domicílio. Da ausência. Dos bens jurídicos. Das diferentes classes de bens. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico: defeitos, elementos acidentais, forma e prova, invalidade. Dos atos ilícitos. Da prescrição e da decadência.

Deontologia Jurídica

CH: 60h/a
Créditos: 04

Levantamento, configuração e análise crítico-reflexiva das questões de natureza jurídica que a vida, em suas diferentes manifestações, propõe ao Direito. Lógica, conhecimento e mito. Desafios contemporâneos: o lugar do homem na sociedade. O homem como ser no mundo – a natureza, a linguagem, a cultura. A dimensão ética da ação humana: fenomenologia dos atos. Ética. Ciência, cultura e política. Ética e Direito. Ética profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. O papel do profissional no contexto social brasileiro. Funções específicas, relações interdisciplinares e estratégias de ação do profissional do Direito. Deveres e proibições. Deveres em relação aos colegas e à classe. A Ordem dos Advogados do Brasil.

Direito Civil II

CH: 60h/a
Créditos: 04

Teoria das Obrigações. Modalidades e Efeitos das Obrigações. Inexecução das Obrigações e suas conseqüências.

Teoria Geral do Processo

CH: 60h/a
Créditos: 04

Princípios gerais do Direito Processual. Princípios e garantias constitucionais do processo. Jurisdição. Ação. Processo. Competência. Organização Judiciária. Organização Judiciária no estado do Amapá. Relação processual. Processo e procedimentos. Lide e modos de composição da lide.

Direito Penal I

CH: 60h/a
Créditos: 04

Teoria do Direito Penal: generalidades, história, filosofia. Teoria da Norma Penal: princípios da legalidade – lei penal no tempo e no espaço. Teoria da Infração Penal: fato típico, antijuricidade, culpabilidade.

Direito Constitucional II

CH: 60h/a

Créditos: 04

Poder Judiciário. Funções essenciais à Justiça. Defesa do Estado e instituições democráticas. Controle Jurisdicional de constitucionalidade. Sistema Tributário Nacional. Finanças Públicas. Ordem econômica. Ordem Social. Disposições gerais e transitórias da Constituição.

Direito Administrativo I

CH: 60h/a

Créditos: 04

Direito Administrativo: origem, evolução, fundamentos, princípios, objeto e conceito. Administração Pública. Regime jurídico. Poderes. Serviço Público. Ato administrativo. Licitação. Contrato. Terceirização.

Psicologia Jurídica

CH: 60h/a

Créditos: 04

Contextualização histórica da Psicologia Jurídica. A interface entre Psicologia e Direito. Fundamentos, fontes e métodos da Psicologia Jurídica. O trabalho do Psicólogo na área jurídica. Aplicação da psiquiatria no campo do Direito. Assistência e equipe psiquiátricas.

Direito Civil III

CH: 60h/a

Créditos: 04

O contrato. Princípios fundamentais do direito contratual. Autonomia da vontade e ordem pública. Formação do contrato. Forma, prova e interpretação dos contratos. Classificação dos contratos. Efeitos dos contratos. Relatividade dos contratos. Os contratos em espécie. Vícios. Extinção do contrato. Revisão judicial dos contratos. Os atos unilaterais de vontade.

Direito Penal II

CH: 60h/a

Créditos: 04

Teoria da Infração Penal. Pena: conceito e finalidade. Espécie de penas. Efeitos civis da sentença. Pena de Morte. Reclusão. Detenção. Pena Restritiva de Direitos. Multa. Da aplicação e Execução. Sistemas Penitenciários. Graduação da Pena. Reincidência. Suspensão Condicional. Livramento Condicional. Efeitos da Condenação. Medidas de Segurança. Ação Penal. Extinção de Punibilidade

Direito Administrativo II

CH: 60h/a

Créditos: 04

Restrições à propriedade privada. Terceiro Setor. Agentes e servidores públicos. Responsabilidade e Bens públicos. Controle da Administração Pública.

Direito Processual Civil I

CH: 60h/a

Créditos: 04

O processo de conhecimento. Ação civil. Sujeitos Processuais. Formas processuais. Nulidades. Atos processuais. A audiência, sentença e coisa julgada.

Direito Internacional Privado

CH: 60h/a

Créditos: 04

Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado. Sujeitos do Direito Internacional Privado. Nacionalidade no Direito Internacional Privado. Fontes do Direito Internacional. Jurisdição internacional. Competência internacional. Tribunais internacionais. Cooperação interjurisdicional. Processos internacionais. Contratos internacionais. Direito de família. Arbitragem internacional.

Direito Empresarial I

CH: 60h/a

Créditos: 04

Teoria Geral do Direito Empresarial. Conceito. Histórico. Teoria dos Atos de Comércio: comerciante - qualidade, prerrogativas e obrigações. Atividade empresarial; regime jurídico da livre iniciativa. Empresa e Empresário. Registro de empresas. Livros comerciais. Estabelecimento empresarial. Nome empresarial. A empresa e a propriedade industrial. O empresário e o direito do consumidor.

Direito Civil IV

CH: 60h/a

Créditos: 04

Os direitos reais: conceito, classificação e características. A posse. Aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Ações possessórias. A propriedade. Evolução histórica da propriedade. Características, extensão e limitações ao direito de propriedade. Função social da propriedade. Aquisição e perda da propriedade. Direito de vizinhança. Condomínio. Propriedade resolúvel. Direitos reais sobre coisas alheias. Direito do promitente comprador. Direitos reais de garantia.

Direito Penal III

CH: 60h/a

Créditos: 04

Teoria dos crimes em espécie: generalidade, tipo e tipicidade, circunstâncias qualificadoras e privilegiadoras. Crimes contra os interesses das pessoas. Crimes contra os interesses da Coletividade. Crimes Contra os Interesses do Estado. Teoria das Contravenções.

Direito Processual Civil II

CH: 60h/a
Créditos: 04

Recursos: Noções introdutórias e Teoria Geral. Espécie e Classificação dos recursos. Pressupostos de admissibilidade do recurso. Efeitos dos recursos. Apelação. Agravo. Embargos: infringentes e de declaração. Recurso ordinário, extraordinário e especial. Embargos divergentes. Embargos no Supremo Tribunal Federal. Recurso adesivo. Recursos inominados. Reclamação. Duplo grau obrigatório de jurisdição. Ação rescisória. Homologação de sentença estrangeira. Uniformização da jurisprudência. Declaração de inconstitucionalidade. A ordem dos processos nos Tribunais. Avocação de causas pelo Supremo Tribunal Federal. Representação para interpretação de lei ou ato normativo. Rito sumário e Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa, incluindo as Ações Constitucionais e Coletivas. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária.

Direito Internacional Público

CH: 60h/a
Créditos: 04

Direito internacional público: conceito, evolução, fundamento, importância, denominação, relação com outras disciplinas. Conflito entre Direito Internacional e Direito Interno. Organização jurídica internacional: Sujeitos do direito internacional público. Direitos e deveres fundamentais dos Estados: Responsabilidade internacional dos Estados. A organização das nações unidas. Organizações regionais e formação de blocos econômicos. A proteção internacional dos direitos humanos. Fontes do direito internacional. Solução pacífica dos litígios internacionais. A guerra. A regulação das diversas áreas do domínio público internacional.

Direito Tributário

CH: 60h/a
Créditos: 04

Sistema constitucional tributário: princípios, limitações ao poder de tributar e competências. Tributos: conceito e espécies. Obrigação tributária: conceito, elementos, natureza e hipótese de incidência. Responsabilidade tributária: conceito, elementos e natureza. Lançamento tributário: modalidades de lançamentos, constituição do crédito, suspensão, extinção e exclusão. Prescrição e decadência. Processo administrativo tributário federal e estadual. Processo judicial tributário. Recursos constitucionais aplicáveis ao direito tributário.

Estágio e Prática Jurídica I

CH: 90h/a
Créditos: 06

O estágio e prática jurídica é realizado no Núcleo de Prática Jurídica do curso de Direito da UNIFAP, conforme regulamento próprio. É componente curricular obrigatório para a integralização do curso.

Direito Empresarial II

CH: 60h/a

Créditos: 04

O direito cambial. Títulos de crédito: conceito; características; classificação; circulação. Letra de Câmbio. Nota promissória. Cheque. Duplicata Mercantil. Títulos de crédito impróprios. Contratos mercantis. Teoria geral dos contratos: conceito, características, tendências contemporâneas. O comércio internacional e os contratos mercantis. Interpretação e prova dos contratos mercantis. Contratos mercantis em espécie: contratos típicos e novas figuras contratuais.

Direito Civil V

CH: 60h/a

Créditos: 04

Direito de Família: conceito e extensão. Posição no Código Civil. Natureza Jurídica das normas que regem o direito de família. Publicização. Constitucionalização. A família: origem história e evolução. Relações de Parentesco. Casamento. Efeitos Jurídicos do Casamento. Regime de bens entre os cônjuges. Invalidade do Casamento Dissolução da Sociedade Conjugal. União Estável. Concubinato. Paternidade. Adoção. Poder familiar. Alimentos. Tutela. Curatela. Ausência. O Novo Direito da Família.

Direito Processual Civil III

CH: 60h/a

Créditos: 04

Processo cautelar. Processo de Execução. Liquidação da sentença. As diversas espécies de Execução: Execução para entrega de coisa certa ou incorreta; Execução das obrigações de fazer e de não fazer; Execução por quantia certa contra devedor solvente: bens, penhora e depósito, arrematação e seus atos preparatórios, pagamento ao credor (entrega de dinheiro; adjudicação; usufruto do imóvel ou empresa); Execução contra a Fazenda Pública; Execução de prestação alimentícia; Execução Fiscal; Execução por quantia certa contra devedor insolvente: insolvência real e presumida, declaração judicial de solvência, atribuições do administrador de massa, verificação e classificação dos créditos; Extinção das obrigações; Remissão dos bens; Ação Monitória; Suspensão e extinção do processo de execução. Embargos de devedor. Execução de pré-executividade. Verificação. Cautelar: Ações cautelares jurisdicionais e administrativas. Ações cautelares nominadas e inominadas. Legislação Extravagante. Procedimentos Especiais: Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária na legislação extravagante.

Direito Penal IV

CH 60 h/a

Créditos: 04

Direito Penal Especial: Subdivisão – Direito Penal Militar: Parte Substantiva e Adjetiva. Noções elementares de Direito Penal Econômico. Direito Penal Financeiro e Tributário. Crimes Societários. Crimes Eleitorais.

Direito do Trabalho I

CH 60 h/a

Créditos: 04

Introdução ao Direito do Trabalho. Princípios Específicos. Fundamentos. Evolução. Formação Histórica. Características e conteúdos do Direito do Trabalho. Denominação. Divisão. Objeto. Fontes. A autonomia. A relação com outras disciplinas jurídicas e não jurídicas. Campo de aplicação. O direito administrativo do trabalho. O Contrato de Trabalho: tipos de contratos, conteúdo. A CTPS. A Jornada de Trabalho. O salário. A remuneração. O Salário Profissional. Suspensão e Interrupção do Contrato. Profissões Regulamentares. A rescisão. A despedida direta e indireta. A justa causa. O FGTS. A Estabilidade. O trabalho da mulher e do menor. As doenças profissionais.

Sociologia Jurídica

CH 30h/a

Créditos: 02

Perspectiva histórica da Sociologia. Conhecimento do Fato Social Jurídico. Análise da Cultura do Direito. Instituições Sociais. Direito e controle social. Sociologia da justiça. Aspectos sociais da criminologia e da vitimologia. Direito e Opinião Pública.

Direito Agrário

CH 30h/a

Créditos: 02

História da propriedade rural no Brasil. Reforma agrária e política agrária. Terras públicas. Posse e propriedade rural. Alienação. Desapropriação.

Estágio e Prática Jurídica II

CH: 90h/a

Créditos: 06

O estágio e prática jurídica é realizado no Núcleo de Prática Jurídica do curso de Direito da UNIFAP, conforme regulamento próprio. É componente curricular obrigatório para a integralização do curso.

Direito do Trabalho II

CH 60h/a

Créditos: 04

Organização sindical. Conceito. Unidade e pluralidade sindical. Sindicalização: livre e obrigatória. Sindicatos do Brasil. Acordos e Convenções coletivas. Dissídios coletivos. O poder normativo da Justiça do Trabalho. A ação de cumprimento. Substituição Processual.

Direito Civil VI

CH 60h/a

Créditos: 04

Direito da Sucessão. Estudo das relações jurídicas concernentes à sucessão hereditária. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha.

Direito Processual Penal I

CH 60h/a

Créditos: 04

Teoria Geral do Processo Penal. Sistemas de Investigação Preliminar. Ação Penal. Ação Civil *ex delicto*. Jurisdição e Competência. Sujeitos processuais. Prova. Prisão cautelar e liberdade provisória. Atos processuais e atos judiciais. Procedimentos.

Direito Empresarial III

CH 60h/a

Créditos: 04

Direito das Sociedades. As sociedades empresárias. Personalização, classificação e nacionalidade da sociedade. Desconsideração da personalidade jurídica. Sociedade anônima; sociedade limitada e outros tipos societários menores. Relação entre sociedades.

Direito Ambiental I

CH 60h/a

Créditos: 04

Definição e conteúdo do direito ambiental. Princípios de direito ambiental. Direitos metaindividuais: direitos difusos, coletivos *stritu sensu* e individuais homogêneos. A formação do direito ambiental. Direito e legislação ambiental no Brasil. A constitucionalização da tutela ambiental. A tutela jurídica da flora, fauna e água. Instrumentos da política de proteção ambiental. O estudo de impacto ambiental como instrumento da política de proteção ambiental. O sistema nacional de meio ambiente. O poder de polícia ambiental.

Estágio e Prática Jurídica III

CH: 90h/a

Créditos: 06

O estágio e prática jurídica é realizado no Núcleo de Prática Jurídica do curso de Direito da UNIFAP, conforme regulamento próprio. É componente curricular obrigatório para a integralização do curso.

Direito Ambiental II

CH 60h/a

Créditos: 04

A responsabilidade civil e reparação do dano ecológico. A responsabilidade penal por dano ambiental. Crimes ambientais. Instrumentos processuais de defesa do meio ambiente. A jurisprudência e a proteção do meio ambiente. O direito ambiental no Amapá.

Direito Processual do Trabalho

CH 60h/a

Créditos: 04

Justiça do Trabalho - Sua Organização e Competência. O Direito Processual do Trabalho. A solução dos conflitos trabalhistas. Normas Jurídicas de Direito Processual do Trabalho. A ação trabalhista. O dissídio individual e o dissídio coletivo. Procedimento. A sentença trabalhista. A sentença normativa. O Sistema Recursal na Justiça do Trabalho. A execução trabalhista. A ação de cumprimento. As Medidas cautelares.

Direito Econômico

CH 60h/a

Créditos: 04

A formação histórica do direito econômico. Princípios fundamentais da constituição econômica. Macrodisciplina na conjuntura econômica. Formas de intervenção do estado no domínio econômico. A defesa da concorrência. Função social da empresa. Responsabilidade do estado por intervenção no domínio econômico.

Direito Processual Penal II

CH 60h/a

Créditos: 04

Nulidades. Recursos. Ações autônomas de impugnação. Relações jurisdicionais com autoridades estrangeiras. Execução Penal.

Direito Empresarial IV

CH 60h/a

Créditos: 04

Direito Falimentar. Abordagem histórica. Aplicação da nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresas, passando pelos crimes falimentares e as suas conseqüências, bem como pela aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.

Direito da Criança e do Adolescente

CH 60h/a

Créditos: 04

Histórico da Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente. Princípios do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção integral. Prevenção Geral e Prevenção Especial. Política de Atendimento. Medidas de proteção. Direito Fundamental. Menoridade e Responsabilidade Penal. Atos infracionais. Medidas sócio-educativas. Justiça da infância e da juventude. Ministério Público e Advogado. Procedimentos. Crimes e infrações administrativas. Adoção: nacional, internacional.

Estágio e Prática Jurídica IV

CH: 90h/a

Créditos: 06

O estágio e prática jurídica é realizado no Núcleo de Prática Jurídica do curso de Direito da UNIFAP, conforme regulamento próprio. É componente curricular obrigatório para a integralização do curso.

Trabalho de Conclusão de Curso I

CH 60h/a

Créditos: 04

Revisão e aprofundamento teórico-metodológico do projeto de pesquisa monográfico. Realização de atividades de pesquisa voltadas para o projeto. Elaboração do Projeto de Monografia e elaboração de artigos, resenhas, papers e/ou ensaios para publicação.

Responsabilidade Civil

CH 60h/a

Créditos: 04

Evolução histórica acerca da responsabilidade civil. Responsabilidade: conceito; posição na teoria geral do Direito; dever jurídico originário e sucessivo; distinção entre obrigação e responsabilidade. Função da responsabilidade civil. Espécies de responsabilidade civil. Pressupostos da responsabilidade subjetiva. Responsabilidade por fato de terceiro. Responsabilidade pelo fato das coisas. Responsabilidade extracontratual objetiva. Responsabilidade da administração pública. Responsabilidade contratual: casos aplicáveis. A responsabilidade civil nas relações de consumo. A cláusula de não indenizar. Influência da sentença criminal sobre o juízo da reparação.

Direito Eleitoral

CH 60h/a

Créditos: 04

Histórico. Direito eleitoral: fontes e conceito. Sistemas eleitorais. Direitos políticos. Condições de elegibilidade. Incompatibilidades e desincompatibilização. Inelegibilidade. Organização da justiça eleitoral. Partidos políticos. Processo eleitoral. Propaganda eleitoral. Impugnações eleitorais. Crimes eleitorais.

Arbitragem, mediação e negociação

CH 30h/a

Créditos: 02

Métodos extrajudiciais de resolução de conflitos. Mudança de paradigma na solução dos litígios e na atuação do profissional do Direito. Negociação. Conciliação. Mediação. Arbitragem. Princípios da Mediação. Atitudes do mediador. Técnicas para a mediação, a negociação e a arbitragem.

Direito da Navegação

CH 30h/a

Créditos: 02

Estudo da generalidade das normas de ordem pública, regulamentação do tráfego e da segurança da navegação, por meio das normas de sinalização náutica e dos regulamentos

internos e internacionais para o tráfego da navegação, nos portos, vias navegáveis e no alto mar.

Direito da Seguridade Social

CH 60h/a

Créditos: 04

Histórico da Seguridade Social. Previdência Social. Assistência Social. Saúde. A Previdência Social no Brasil. Beneficiários. Custeio. Prestações. Noções de Acidentes do Trabalho. Repercussões no Contrato de Trabalho. Noções de Segurança e Medicina do Trabalho.

Estágio e Prática Jurídica V

CH: 90h/a

Créditos: 06

O estágio e prática jurídica é realizado no Núcleo de Prática Jurídica do curso de Direito da UNIFAP, conforme regulamento próprio. É componente curricular obrigatório para a integralização do curso.

Trabalho de Conclusão de Curso II

CH 90h/a

Créditos: 06

Estudo de iniciação científica sobre um tema específico em direito ou tema interdisciplinar, orientado por um professor. Elaboração e defesa da monografia perante banca examinadora, conforme Regulamento próprio.

Temas Emergentes em Direito

CH 60h/a

Créditos: 04

Temas atuais do Direito, voltados à análise das perspectivas que se colocam para o campo jurídico na atualidade e que estejam a exigir uma reflexão especial no momento histórico do oferecimento da disciplina.

Direito Indígena

CH 30h/a

Créditos: 02

Histórico da proteção jurídica aos povos indígenas. A proteção jurídica aos índios no Brasil: sistema atual e perspectivas futuras. Proteção a cultura, ao território e ao conhecimento tradicional dos índios. O direito dos índios no estado do Amapá.

Direito do Consumidor

CH 30h/a

Créditos: 02

Teoria Geral do Direito do Consumidor, envolvendo: o histórico do movimento consumerista; os pressupostos fundamentais; os princípios e as normas constitucionais; os princípios constitucionais de proteção ao consumidor; o Código de Defesa do Consumidor; a relação jurídica de consumo; os conceitos de fornecedor, de consumidor, de produto e de serviço; e as imputações das responsabilidades civis do CDC.

Direito da Informática

CH 60h/a

Créditos: 04

O Nascimento do direito de informática. Histórico da legislação de informática. Considerações gerais sobre a legislação na informática. Enquadramento jurídico de hardware e software. A proteção jurídica do Hardware e do Software e suas relações com a Propriedade Intelectual e Industria. O Direito da Informática no Brasil e no Mundo. Imprescindibilidade de uma solução internacional. A Lei do Software. O Profissional de Informática. Estrutura e Composição dos Órgãos Gestores. A Política de Informática. Os Crimes de Informática. A Questão da Previsão Legal (Princípio da Anterioridade da Lei). Proteção à Base de Dados. Informática e direito a privacidade.

Direito da Propriedade Intelectual

CH 60h/a

Créditos: 04

Histórico da proteção aos direitos autorais e de propriedade industrial no mundo e no Brasil. Direitos do autor. Direitos de propriedade industrial. A propriedade intelectual e os conhecimentos tradicionais dos povos da floresta.

DISCIPLINAS DO EIXO DE FORMACAO COMPLEMENTAR

Populações Tradicionais e Meio Ambiente

CH 60h/a

Créditos: 04

Bases conceituais e teóricas sobre meio ambiente e o conceito de populações tradicionais, suas implicações ideológicas, econômicas, sociais e políticas. Análise da importância das populações tradicionais no processo de adaptação ecológica, de manutenção da diversidade ecológica e cultural e de políticas na Amazônia.

Bioética e Direito

CH 60h/a

Créditos: 04

Bioética e Ética Biomédica. Direito e Bioética. Princípios da Bioética. O direito à vida. O homem e a natureza. Pesquisas com humanos e direito. Comitês de Ética em Pesquisa. Inseminação artificial e fertilização "in vitro". Procriação assistida. Intersexualidade. Transexualidade. Morte. Transplante de órgãos e tecidos. O aborto e a eutanásia.

Juizados Especiais

CH 60h/a

Créditos: 04

Histórico dos Juizados Especiais no Brasil. O processo nos juizados especiais estaduais e federais. O juizado especial itinerante do Amapá.

Lógica e Argumentação Jurídica

CH 60h/a

Créditos: 04

Lógica formal (abordagem histórica) e raciocínio jurídico. Dedução, indução, analogia. Introdução à lógica dos enunciados: verdade e validade, operadores lógicos, leis lógicas e regras de inferência. Operadores modais: modalidades dialéticas e modalidades deônticas. Argumentação: a lógica analítica e a lógica do razoável; análise lógica e argumentação jurídica, falácias. Tipos de discursos presentes no Direito. A teoria da silogicidade.

Língua Portuguesa

CH 60h/a

Créditos: 04

Leitura, análise, interpretação de texto, produção e reprodução de texto. Estrutura textual e estilística. Problemas de sintaxe, semântica, fonologia. Correspondência e redação técnica.

Criminologia

CH 60h/a

Créditos: 04

Objeto, método e função da criminologia. Histórico do pensamento criminológico. O criminoso sob o ponto de vista físico, psicológico e social, os seus tipos e teorias. O crime sob o ponto de vista de suas formas, fatores e tipos. A criminalidade sob o ponto de vista de suas formas, fatores, tipos e teorias. A construção de uma criminologia latino-americana. Pesquisa criminológica aplicada.

Medicina Legal

CH 60h/a

Créditos: 04

A Medicina Legal como Disciplina Jurídica. Perícias Médico Legais. Criminalística Médico – Legal. Antropologia Forense. Traumatologia Forense. Causalidade Médico-Legal do Dano. Tanatologia Forense. Causalidade Médico-Legal do Dano. Tanatologia Forense. Sexologia Forense. Noções de Psicopatologia Forense.

Historia do Direito

CH 60h/a

Créditos: 04

Perspectiva histórica do Direito, em suas diferentes fases. As primeiras codificações. O Direito Romano. A Idade Média. O Código de Napoleão. O Direito pós-napoleônico. O Direito moderno: A teoria “formalista” e a teoria do raciocínio jurídico-instrumental.

Legislação Educacional

CH 60h/a

Créditos: 04

Histórico da legislação brasileira que regulamenta a educação no Brasil, em especial a educação superior. Organização da educação superior brasileira. A CF/88, a LDB e a legislação complementar. Organização do ensino. Níveis de ensino. Modalidades de educação. Competências na esfera educacional. Sistemas de ensino. Instituições de ensino superior.

Metodologia do Ensino Jurídico

CH 60h/a

Créditos: 04

Fundamentos do ensino superior. Pressupostos epistemológicos e fundamentos da educação contemporânea: as diversas abordagens do processo ensino-aprendizagem. Paradigmas educacionais no ensino jurídico. Ensino do direito no Brasil: história, estrutura, funções e crises. Formação do educador reflexivo no ensino jurídico. Níveis de planejamento no sistema educacional brasileiro. Diretrizes curriculares em direito. Métodos de ensino em direito e tecnologias atuais no ensino. Avaliação: definição, tipos, práticas.

ADEQUAÇÃO , ATUALIZAÇÃO E RELEVÂNCIA DA BIBLIOGRAFIA.

Atendendo à bibliografia do Curso, o acervo é atualizado através das indicações dos professores e do Coordenador do Curso e da consulta aos catálogos das editoras.

Na aquisição de livros básicos é observado a proporção de 1 (um) exemplar para cada 10 (dez) alunos. Quando o título aparece em mais de uma disciplina, é utilizado o critério de aquisição de igual número de exemplares a cada repetição.

1.2.3. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Em atenção às diretrizes do Ministério da Educação (MEC), a UNIFAP montou a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que está encarregada de coordenar o processo de avaliação institucional.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Quanto aos critérios de avaliação adotados no Curso de Direito, o Colegiado estabeleceu que a nota de cada semestre fosse composta pela avaliação contínua, onde todas as atividades realizadas em classe e extra-classe, compõem a média final dos alunos. Os professores estão orientados a aplicar ao menos dois instrumentos avaliativos.

Note-se que as atividades sugeridas pelos docentes têm como objetivo desenvolver a prática da pesquisa, de modo a aprimorar o raciocínio lógico, crítico e analítico, devendo o

aluno estabelecer relações causais entre fenômenos, e, ainda, desenvolver a habilidade de expressar-se de modo crítico e criativo frente aos diferentes contextos e problemas jurídicos e sociais. Tais atividades podem ser: a) pesquisas, b) exercícios, c) arguições, d) seminários, e) preleções, f) trabalhos práticos, g) provas parciais escritas e orais, previstas os respectivos programas das disciplinas, que são computadas na nota do semestre.

Estas práticas didáticas estão inseridas numa filosofia que entende a avaliação como um processo continuado, cujo objetivo principal é aprimorar e fazer crescer intelectualmente o aluno, com equilíbrio, equidade, ética, e, acima de tudo, responsabilidade profissional.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Convém observar que o desempenho do aluno será feito em cada uma das disciplinas da matriz curricular, incidindo sobre a freqüência e o aproveitamento dos alunos. Independentemente dos demais resultados obtidos, considerar-se-á reprovado na matéria o aluno que não obtenha freqüência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas.

O registro de freqüência e de avaliação será de responsabilidade do professor. Cabe a ele, também, elaborar, aplicar e julgar as ações relacionadas ao rendimento acadêmico do aluno. A avaliação do rendimento será, pois, expressa em grau numérico de zero a dez (de 0 a 10) pontos, permitindo, ainda, o fracionamento da nota em décimos. Neste caso, e como exemplo, o aluno que obtiver a aprovação nas disciplinas, será de: a) no mínimo de setenta e cinco por cento (75%) de freqüência às aulas previstas; b) média igual ou superior a cinco (5) nas avaliações parciais, computando-se esta como final;

Considerar-se-á reprovado o aluno que: a) Não obtiver freqüência mínima de setenta e cinco por cento (75%) das aulas da disciplina; b) Não obtiver, na disciplina, média final de verificação da aprendizagem igual ou superior a cinco (5).

SISTEMA DE AUTO-AVALIAÇÃO DO CURSO

O curso integra a Avaliação Institucional, seu desenvolvimento é acompanhado pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA). A CPA acompanha os desdobramentos do curso, tendo por base o presente projeto e suas possíveis alterações.

A avaliação do Curso de Direito compreende os aspectos curriculares, metodológicos, além do cumprimento da missão, da concepção, dos objetivos e do perfil profissional delineado.

1.3. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Participação dos Discentes em Atividades de Extensão e Atividades Sociais

De acordo com o MEC, extensão é entendida como práticas acadêmicas que interliga a Instituição nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população, possibilitando a formação do profissional cidadão.

Neste contexto, os projetos de extensão da UNIFAP são canais de aprofundamento do conhecimento e com o permanente acompanhamento de professores qualificados, possibilitado aos alunos envolvidos a vivência de situações reais com as quais irão se defrontar no exercício da sua profissão.

As comunidades direta ou indiretamente envolvidas recebem inúmeros benefícios, estreitando os laços de aproximação entre a Instituição e a comunidade exercendo o verdadeiro sentido da palavra cidadania.

As atividades de extensão do curso de Direito tem como objetivo:

- Credenciar, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento;
- Possibilitar a constante busca do equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico;
- Dar possibilidade para que a comunidade conheça a Universidade, através do que ela tem de melhor que é a qualidade de ensino.
- Possibilitar aos acadêmicos formação integral – que integra os conhecimentos teóricos e práticos, como um todo indissociável.

Dentre as várias atividades de extensão e pesquisa desenvolvidas pelos estudantes juntamente com os professores orientadores em 2006, podemos citar:

Projeto de Extensão Balcão de Direitos

O projeto visa dar às populações carentes e, de forma especial, à população indígena e quilombola dos municípios de Calçoene (Vila do Cunani) e Oiapoque, no Estado do Amapá, atendimento jurídico humanitário global, que abrange a divulgação de direitos, orientação para a obtenção de direitos individuais e coletivos, promoção de soluções negociadas de conflitos através de conciliação extrajudicial e a formação para a promoção da cidadania e defesa dos direitos humanos e constitucionais específicos dos grupos indígenas e quilombolas. Este projeto foi aprovado e é custeado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério da Justiça, e compreende a concessão de seis bolsas a acadêmicos do curso de Direito.

Período de realização: de 11/2006 até 11/2007

Locais: Municípios de Calçoene e Oiapoque - AP

Projeto de Extensão Multidisciplinar Homofobia Não

O projeto objetiva prestar a população de maneira geral e, em especial a população GLTB e as vítimas de discriminação e violência homofóbica, assessoria jurídica especializada, humanitária e globalizada que consiste em: esclarecimento e a divulgação de direitos, orientação para a obtenção de direitos individuais e coletivos, promoção de soluções negociadas de conflitos através de conciliação extrajudicial e a formação para a promoção da cidadania e defesa dos direitos humanos e constitucionais específicos da população GLTB. Este projeto foi aprovado e é custeado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério da Justiça, e prevê a concessão de bolsas a acadêmicos de todos os cursos envolvidos. Especificamente, o curso de Direito tem dois alunos bolsistas atuando no projeto.

Período de realização: de 11/2006 a 11/2007

Local: Macapá - AP

Projeto de Extensão NPJ em Ação

Uma das prioridades do curso de Direito da UNIFAP são as atividades de extensão que possibilitam aos alunos desempenharem atividades práticas reais, devolvendo à população, através da prestação gratuita de atendimento, o conhecimento específico que vem trabalhando ao longo da graduação. O projeto de extensão NPJ em Ação objetiva levar os estudantes e professores aos municípios do Estado e bairros de Macapá para que prestem assessoria jurídica a população, realizem conciliações, minicursos e palestras. As atividades são desenvolvidas em parceria com órgãos e entidades do Amapá, tais como: Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário. Seguem as principais ações no ano de 2006.

Local de Realização: Município de Ferreira Gomes

Período: 01/04 e 02/04/2006

Atividades realizadas:

-Palestras

- Assessoria Jurídica para a população
- Conciliações extra-judiciais

Visita ao Fórum de Ferreira Gomes



Local de Realização: Bairro Perpétuo Socorro, em Macapá

Data da realização: 20/05/2006

Atividades realizadas:

- Palestras
- Assessoria Jurídica para a população
- Conciliações extra-judiciais

Local de Realização: Município de Laranjal do Jarí

Período de Realização: de 31/05 a 01/06/2006

Objetivos:

- promover o acesso a justiça da comunidade de Laranjal do Jarí;
- pesquisar a realidade social do município de Laranjal do Jarí e das comunidades ribeirinhas;
- identificar os principais problemas sociais e demonstrar a necessidade de conhecimento acerca dos direitos do cidadão;
- orientar, prestar esclarecimentos, ministrar cursos e palestras a comunidade;
- exercitar o conhecimento técnico-jurídico dos alunos;
- visitar os órgãos que promovem a justiça local;
- identificar os problemas que dificultam o andamento dos processos nas instituições.

Sáida da equipe para o município de Laranja do Jarí



Projeto de Extensão: Educando na Pedagogia, no Direito e na Enfermagem para a cidadania.

Local de realização: Município de Afuá

Período de Realização: 20/01 e 21/01/2006

Atividades realizadas:

- Palestras
- Assessoria Jurídica para a população
- Conciliações extra-judiciais

Objetivos:

Promover a inclusão social da população ribeirinha através da informação e esclarecimento acerca de direitos e através de atendimento básico a saúde. Promover a integração entre os acadêmicos dos cursos e destes com a realidade da população ribeirinha do Afuá.

Além das atividades de extensão, o curso de Direito da UNIFAP também inicia sua atuação na pesquisa, através do programa de iniciação científica e através de práticas investigativas desenvolvidas pelos acadêmicos sob orientação dos docentes.

O Programa de Iniciação Científica do Curso de Direito da Universidade Federal do Amapá tem como missão cumprir o que estabelecem as normas estatutárias da Instituição relacionadas às atividades de pesquisa de conformidade com seu perfil.

O curso esta organizando suas linhas de pesquisa em articulação com o Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Publicas, recentemente aprovado pela CAPES e que iniciou suas atividades no segundo semestre letivo As linhas de pesquisa são compatíveis com os interesses locais, regionais e mesmo estaduais, pois tem as situações-problema na região de abrangência, procurando solucioná-las.

Os objetivos do Programa de Iniciação Científica e Monitoria são:

- Incorporar a ciência no contexto da graduação;
- Promover conhecimento e adquirir novas metodologias e tecnologias;
- Desenvolver as mentalidades científicas, críticas e investigativas dos alunos;
- Estimular o professor orientador a formar equipes de pesquisas;
- Identificar e estimular os alunos com vocação para a investigação científica;
- Atender à comunidade, diretamente ou às instituições públicas e particulares;
- Participar das iniciativas de natureza cultural e científica;
- Publicar trabalhos de interesse cultural ou científico;

- Divulgar conhecimentos e técnicas de trabalho;
- Estimular a criação literário-científica e à especulação filosófica.

1.3.1 – PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Cada turma possui 01 representante que apresenta ao Coordenador as críticas e sugestões que muito têm contribuído para a melhoria da administração e a consecução dos seus objetivos institucionais. Os representantes de turma reúnem-se periodicamente com a Coordenação, para avaliar o andamento das atividades programadas para cada período letivo. Além disso, os representantes das turmas são convocados a participar das reuniões do Colegiado de Curso, que ocorrem mensalmente. Outra forma de participação dos estudantes nas atividades acadêmica dá-se através do Diretório Acadêmico, que tem propiciado interessante debate entre os alunos e corpo administrativo e docente.

Por fim, cumpre destacar o papel relevante que os estudantes têm desempenhado participando do Grupo de Trabalho (GT) responsável pela elaboração de proposta de reformulação do projeto pedagógico do curso.

PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS EM PROGRAMAS, PROJETOS, ATIVIDADES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA OU EM PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO

Visando a melhoria contínua da qualidade do curso, fortalecendo a missão da instituição e buscando articular a graduação com a pós-graduação, o curso conta, atualmente, com três linhas de pesquisa interdisciplinar. As linhas de pesquisa se compõem com professores da instituição e realizam atividades de investigação e extensão, atendendo as necessidades do corpo discente no que tange à possibilidade de oferecer ao aluno a oportunidade de iniciação científica e atividades de monitoria junto ao corpo docente.

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O Programa de Iniciação Científica da Instituição constitui-se em uma das primeiras oportunidades dos estudantes de tomar contato com o “fazer” científico. Participando de projetos de pesquisa, os alunos poderão complementar do processo formativo, despertando o espírito investigativo e criativo necessário ao pesquisador.

No desenvolvimento processo, o papel do Orientador é fundamental, na medida em que cabe a ele estimular e fortalecer princípios éticos, autoconfiança e raciocínio crítico em estudantes envolvidos com a pesquisa. Cabe ainda aos professores orientadores identificar e estimular talentos potenciais entre estudantes de graduação e iniciá-los na formação científica, mediante a participação destes em projetos de pesquisa. Tal formação proporciona o contato direto com problemas de pesquisa, aprendizagem de métodos e técnicas e desenvolvimento de criatividade e de atitudes científicas.

Linha de Pesquisa: Direitos sociais, cultura e cidadania

I – Identificação dos Proponentes.

Prof. Dr Eliane Superti – Professora da efetiva da Unifap -Colegiado de Ciências Sociais. Líder de Grupo

Prof. Ms Francisca de Paula de Oliveira - Professora da efetiva da Unifap -Colegiado de Ciências Sociais. Pesquisadora.

Prof. Esp. Alexandre Adalberto Pereira - Professor da efetivo da Unifap -Colegiado de Artes Visuais. Pesquisador.

Prof. Esp. Lidia Lobato Leal - Professora da substituta da Unifap -Colegiado de Artes Visuais. Pesquisador.

II – Definição da Linha de Pesquisa:

A linha de pesquisa “Direitos sociais, cultura e cidadania” tem como proposta estudar a elaboração histórica-política dos direitos sociais no Brasil, focalizando o movimento operário, o debate institucionalizado sobre o problemática da questão social e sua reverberação na construção da identidade da classe trabalhadora. A cultura operária e a construção da cidadania também serão objetos de investigação, compreendidos numa perspectiva histórica e vinculados aos desdobramentos das lutas políticas, econômicas e sociais que marcam a sociedade moderna.

III – Projetos de Pesquisa Vinculados:

I - Fragmentos identitários: homogeneização e/ou alteridade

Resumo: Este trabalho propõe analisar os conceitos de identidade cultural gerados pelo poder institucional local – Governo do Estado do Amapá, nos anos de 2006 e 2007 através de suas produções videográficas televisivas, a fim de discutir as possíveis pseudo-identidades veiculadas. A partir desta análise pretende-se conhecer e também contribuir com a comunidade no sentido de não só descobrir essas pseudo-identidades, revelando, como diz Jean Baudrillard, as “alteridades secretas” e também gerar uma discussão que conduza a uma percepção ampliada das identidades culturais, que ao mesmo tempo possibilite uma leitura crítica das diversas identidades operárias, no sentido de fomentar uma inclusão sócio-cultural que promova a consciência de cidadania

II - Direito do trabalho: construção de cidadania e inclusão social ou cooptação política da classe trabalhadora?

Resumo: O direito do trabalho no Brasil emerge como questão política e econômica com o movimento de migração de trabalhadores livres para a economia cafeeira e o fim da escravidão. A regulamentação das relações de trabalho através da legislação gerava intensos debates e disputas entre a classe patronal, a classe trabalhadora e o Estado. O ideário liberal que marcava a posição política dos industriais e cafeicultores tornava-os resistentes a qualquer tentativa de intervenção do Estado nas relações de trabalho. Contudo, a pressão da classe trabalhadora, através de greves e organização do movimento sindical, principalmente anarquista, levará o Estado a assumir uma posição de intermediação entre os interesses de classe e a legislar sobre a questão do trabalho. Essa posição do Estado será reforçada com a revolução de 1930, dando maior força à intervenção legislativa e fiscalizadora do poder público federal. O objetivo deste trabalho é investigar o sentido político e social das intervenções do Estado, os debates e disputas entre capital e trabalho e as tensões políticas que marcaram a formulação das leis trabalhistas e seus desdobramentos. Para atingir esse objetivo, a metodologia consistirá em pesquisa bibliográfica de obras relevantes para a temática, análise documentos, leis e declarações e consulta a arquivos privados.

IV - Grupo de Estudos:

O grupo de estudos da linha de pesquisa “Direitos sociais, cultura e cidadania” será composto pelos professores pesquisadores ligados a linha de pesquisa, dos alunos participantes do projeto em caráter de iniciação científica e outros que tenham interesse nas temáticas discutidas. Os encontros terão a periodicidade quinzenal e serão organizados no formato de ciclos temáticos, conforme segue abaixo na programação para 2006/2007:

1º ciclo: “O Movimento Operário no Brasil”

3 meses: Mar/Abr/Mai.

6 encontros
Responsável: Prof. Dr. Eliane Superti

2º ciclo: “A Condição e Cultura Operária”
6 meses: Jun/Agos/Set/Out/Nov/Dez.

12 encontros
Responsável: Prof. Ms Francisca de Paula de Oliveira, Prof. Esp Lídia Leal e Prof. Esp. Alexandre Pereira

3º Ciclo: “Identidade operária”
3 meses: Fev/Mar/Abr.

6 encontros
Responsável: Prof. Ms Francisca de Paula de Oliveira e Prof. Esp. Alexandre Pereira

4º Ciclo: “A Questão Social e os Direitos Trabalhistas no Brasil”
3 meses: Mai/Jun/Agos.

6 encontros
Responsável: Prof. Dr. Eliane Superti.

5º Ciclo: “Cultura e a Construção da Identidade”
4 meses: Set/Out/Nov/ Dez.

8 encontros
Responsável: Prof. Esp Alexandre Pereira, Prof. Esp. Lídia Lobato Leal, Prof. Ms Francisca de Paula de Oliveira.

V - Atividades de Extensão

As atividades de extensão propostas serão de responsabilidade dos professores ligados a linha de pesquisa, terão carga horária mínima de 60 horas e contarão com a participação de professores palestrantes da UNIFAP e de outras instituições. Essas atividades serão ofertadas a comunidade em geral, com limite de vagas determinado em cada atividade.

Curso: Estado e a Construção dos Direitos Sociais no Brasil.

Previsão de Realização: 2º semestre de 2006

Carga Horária: 60hs.

Responsável: Prof. Dr. Eliane Superti.

Vagas: 100

Curso: Crise de identidade no meio do mundo

Previsão de Realização: 1º semestres 2007.

Carga Horária: 60hs.

Responsável: Prof. Ms. Francisca de Paula de Souza.

Vagas: 100

Oficina: Vídeo e representação cultural

Previsão de Realização: 2º semestres 2007.

Carga Horária: 60hs.

Responsáveis: Prof. Esp. Alexandre Pereira e Prof. Esp. Lidia Lobato Leal.

Vagas: 15

VI – Acadêmicos Participantes.

A presente proposta de trabalho buscou integrar as atividades de pesquisa as temáticas discutidas pelo grupo de estudo de modo que os acadêmicos participantes vivenciem a iniciação científica nesses dois momentos que se completam para a sólida formação teórico-prática do jovem pesquisador. Caberá ainda ao alunos, atividades de monitoria junto aos professores quando da realização as atividades de extensão, permitindo-lhes conhecer a prática docente.

Foram abertas (2) duas vagas para acadêmicos dos seguintes cursos; Direito, Ciências Sociais, Letras, Artes Visuais, História e Geografia. Ao todo participarão 12 acadêmicos dos cursos citados.

Linha de Pesquisa: Direito Ambiental e Políticas Públicas

Esta linha de pesquisa está em estruturação, principalmente a partir da recente aprovação do Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Publicas pela CAPES. A partir dessa linha de pesquisa busca-se integrar a graduação com a pós-graduação inserindo os estudantes da graduação nas pesquisas que serão desenvolvidas.

BOLSAS ACADEMICAS

As bolsas Acadêmicas são concedidas aos alunos participantes dos projetos de pesquisa em caráter de iniciação e seguem os critérios estabelecidos pelos órgãos de fomento. O curso de Direito possui ainda seis bolsistas no projeto de extensão Balcão de Direitos e dois bolsistas no projeto de extensão Não a Homofobia.

1.3.2 – ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estagio curricular supervisionado do curso de Direito da UNIFAP é desenvolvido no Núcleo de Pratica Jurídica – NPJ, em harmonia com o disposto nas Diretrizes Curriculares.

O estágio curricular consiste em atividades obrigatórias que integram o currículo pleno do curso de Direito da UNIFAP e é organizado pela Coordenação do NPJ por meio dos componentes curriculares Estagio e Pratica Jurídica I, II, III, IV e V, que visam proporcionar ao discente o contato efetivo com a prática profissional competente e, acima de tudo, ética. Contempla-se ainda a possibilidade de realização de convênios com outras instituições de assistência judiciária.

O Estágio e Prática Jurídica do Curso de Direito da UNIFAP está contemplado no currículo pleno do curso através de componentes curriculares e é desenvolvido no Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, conforme regulamento próprio. As principais atividades são o atendimento as demandas na Assistência Judiciária Gratuita oferecida pela Instituição à comunidade, participação dos discentes como mediadores no Juizado Especial Civil, na UNIFAP, e outras atividades compatíveis com o dispõe a Resolução CNE/CES n. 9, de 2004, ao tratar sobre o Estágio Supervisionado.

Ao cursar cada uma das disciplinas, os acadêmicos realizarão atividades eminentemente práticas, incluindo-se a simulação de situações reais, tais como júris simulados e audiências simuladas, sempre sob a orientação dos professores de Estágio e Prática Jurídica e o controle acadêmico da Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica. Tais atividades incluirão ainda o comparecimento obrigatório dos discentes a atos processuais (audiências de conciliação, audiências de instrução e audiências de julgamento, sessões de julgamento de tribunais judiciais), sempre que possível, realizados nas dependências da própria IFES.

O Estágio Curricular Supervisionado será realizado a partir do quinto semestre, totalizando 450h (quatrocentas e cinquenta horas) e será regido de acordo com o que dispõe o Regimento do Núcleo de Prática Jurídica-NPJ, bem como a legislação vigente aplicável ao tema.

REGULAMENTO DO ESTÁGIO E DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DO CURSO DE DIREITO

I - Dos Princípios Gerais

Art. 1º Este Regulamento rege as atividades no NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA do Curso de Direito da UNIFAP, o qual abrangerá todas as atividades práticas, curriculares e extracurriculares, quais sejam: estágio curricular, Serviço de Assistência Judiciária e Atividades Complementares, estas com Regulamento próprio.

Art. 2º. A finalidade do estágio curricular é proporcionar ao aluno formação prática, com desenvolvimento das habilidades necessárias à atuação profissional. A concepção e organização das atividades práticas devem se adequar aos conteúdos dos eixos de formação fundamental e profissional, trazendo ao discente uma perspectiva integrada da formação teórica e prática, devendo proporcionar ao estudante a participação em situações reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação, bem como a análise crítica das mesmas.

Art. 3º. As atividades simuladas e reais do estágio de prática jurídica, supervisionadas pelo curso, são obrigatórias e devem ser diversificadas, para treinamento das atividades profissionais de advocacia, ministério público, magistratura e demais profissões jurídicas, bem como para atendimento ao público. As atividades de Estágio devem buscar, em todas as suas variáveis, a articulação entre o ensino, a pesquisa e extensão.

Art. 4º. As atividades, simuladas e reais, devem ser eminentemente práticas, sem o recurso a aulas expositivas. O estudo da Ética Profissional e sua prática devem perpassar todas as atividades vinculadas ao estágio.

II - Do Núcleo de Prática Jurídica

Art. 5º. O Núcleo de Prática Jurídica é o órgão de coordenação e supervisão das atividades de estágio do Curso de Direito, respeitadas as competências específicas da Coordenação do Curso.

Parágrafo Único. O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) é formado pelo conjunto dos professores do estágio e possui um coordenador, designado pelo Colegiado do Curso.

Art. 6º. Compete ao Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica - NPJ:

- I - aprovar os modelos de formulários necessários para o bom funcionamento do Serviço de Assistência Judiciária;
- II - fixar os critérios e condições a serem exigidos para o credenciamento de Escritórios de Advocacia, Órgãos, Entidades e Empresas Públicas e Privadas para receberem estudantes do Curso de Direito como estagiários (estágio curricular);
- III - fixar as normas e os critérios de seleção de estagiários para ocuparem as vagas de estágio externo;

- IV - aprovar os projetos alternativos de estágio que preencham os requisitos legais e práticos necessários ao seu desenvolvimento;
- V - aprovar alterações na pauta de pesquisas, seminários e trabalhos simulados do Serviço de Assistência Judiciária;
- VI - fixar, obedecida a Legislação vigente, o horário de funcionamento do Serviço de Assistência Judiciária;
- VII - indicar professores de estágio para orientarem as pesquisas, seminários e trabalhos simulados do Serviço de Assistência Judiciária e orientar e supervisionar o trabalho dos acadêmicos junto ao Serviço de Assistência Judiciária;
- VIII - aprovar os projetos de trabalho interdisciplinar a serem desenvolvidos conjuntamente com outros cursos da UNIFAP;
- IX - manifestar-se e deliberar sobre assuntos pertinentes às diversas atividades de estágio, sempre que isso lhe for solicitado;
- X - propor ao Colegiado do Curso modificações neste Regulamento;
- XI - assinar as correspondências, certidões e declarações referentes aos estágios;
- XII - propor modificações nos diversos formulários utilizados no Serviço de Assistência Judiciária;
- XIII - elaborar semestralmente proposta de distribuição entre os professores de estágio das diversas atividades do estágio supervisionado, encaminhando-a ao Coordenador do Curso para análise e deliberação;
- XIV - dar parecer sobre a viabilidade didática e prática dos projetos alternativos de estágio encaminhados ao NPJ pelos professores de estágio;
- XV - encaminhar aos órgãos competentes da UNIFAP, na forma da legislação vigente, as propostas de convênio de estágio;
- XVI - autorizar atividade externa de estágio, para estagiários selecionados na forma e de acordo com os critérios estabelecidos, em Escritório de Advocacia ou órgão, entidade ou empresa conveniada a UNIFAP;
- XVII - autorizar a participação em programas alternativos de estágio devidamente aprovados;
- XVIII - visitar os Escritórios de Advocacia, órgãos, entidades e empresas conveniadas para avaliar a forma em que se desenvolvem os estágios externos;
- XIX - coordenar e supervisionar todas as atividades de estágio na forma deste Regulamento e demais legislação em vigor;
- XX - promover a inscrição dos estagiários nas atividades práticas organizando-as.
- XXI - apresentar, semestralmente, relatório do trabalho desenvolvido.

Parágrafo Único. Das decisões do Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica referentes a realização do estágio, cabe recurso ao Colegiado do Curso.

IV - Dos Professores de Estágio

Art. 8º. São professores de estágio os professores que orientem e/ou supervisionem atividades de Estágio, competindo-lhes principalmente:

- I - orientar e supervisionar e avaliar as pesquisas, seminários e trabalhos simulados das pesquisas de estagiários do NPJ sob sua responsabilidade;
- II - orientar, supervisionar e avaliar o trabalho da equipes de estagiários do Serviço de Assistência Judiciária sob sua responsabilidade;
- III - efetuar o controle de frequência dos estagiários pertencentes às equipes pelas quais for o responsável;
- IV - assinar, juntamente com os estagiários da equipe que for responsável, as petições encaminhadas ao Poder Judiciário através do Serviço de Assistência Judiciária;
- V - acompanhar, juntamente com as equipes de estagiários pelas quais for responsável, as audiências junto ao Poder Judiciário resultantes do Serviço de Assistência Judiciária;

- VI - apresentar ao Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica as propostas de projetos alternativos de estágio e de alterações da pauta de pesquisa, seminários e trabalhos simulados, que devem seguir a tramitação prevista neste Regulamento e na legislação vigente;
- VII - desempenhar todas as demais atividades decorrentes da sua função.

V - Da Secretaria de Estágio

Art. 9º. Compete a Secretaria do Núcleo de Prática Jurídica:

- I - manter os arquivos de toda a correspondência recebida e expedida, bem como de toda documentação e legislação referente ao estágio;
- II - expedir todas as declarações e certidões pertinentes ao estágio, respeitadas as competências específicas da Coordenação do Curso de Direito, previstas legalmente;
- III - manter arquivo de controle de todos os convênios que a UNIFAP celebre para estágio na área do Direito, bem como fichas individuais de todos os estagiários que estiverem realizando estágios com base nesses convênios;
- IV - manter arquivo com cópias de todos os processos ajuizados através do Serviço de Assistência Judiciária do NPJ, que deve ser atualizado pelos estagiários;
- V - manter cadastro de clientes do Serviço de Assistência Judiciária, que deve ser atualizado com base nos dados fornecidos pelos estagiários a cada novo atendimento ou ato processual;
- VI - fazer a triagem inicial de carência para encaminhamento das partes aos estagiários;
- VII - manter uma agenda das audiências referentes aos processos ajuizados através do Serviço de Assistência Judiciária, que deve ser atualizada pelos estagiários;
- VIII - desempenhar as demais atividades de sua competência e as que lhe forem solicitadas pelo Coordenador do NPJ na forma deste Regulamento.

Parágrafo Único. A Secretaria do NPJ é responsável por manter e organizar os arquivos das Atividades Complementares.

VI – Do Estágio Supervisionado Curricular

Art. 11. As atividades do Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Direito obedecem ao que estabelece a legislação em vigor sobre estágio e ao previsto neste Regulamento e incluem a prática jurídica, nos seguintes níveis:

- I - as pesquisas, seminários e trabalhos simulados das práticas profissionais dos diversos operadores do Direito;
- II - as atividades decorrentes do Serviço de Assistência Judiciária;

Art. 12. As atividades do estágio de prática jurídica são exclusivamente práticas, cumpridas integralmente num total de 450h (quatrocentas e cinquenta horas), a partir do quinto semestre do curso, estando vedada a utilização regular de aulas expositivas.

§ 1º As atividades são assim distribuídas com referência às cargas horárias máximas:

- a) - formação de processos simulados, com redação de peças profissionais e atos processuais, nas áreas do direito civil, do direito penal, do direito do trabalho, do direito tributário, do direito constitucional, do direito ambiental, do direito administrativo, do direito empresarial, num total de 270 horas;
- b) - orientação prática da organização judiciária e dos Estatutos da Advocacia, da Magistratura e do Ministério Público, respectivos códigos de ética profissional, num total de 60 horas;
- c) - visitas orientadas e controladas pelo NPJ aos juizados, foros, tribunais, delegacias de polícia, escritórios de advocacia, órgãos do Ministério Públicos e de entidades correlatas de

interesse das profissões jurídicas, e ainda de acompanhamento a audiências e sessões judiciais reais, num total de 60 horas;

d)- participação efetiva em assistência jurídica real, incluindo plantões definidos no NPJ e, quando houver convênio, prestação de serviços profissionais jurídicos reais em entidades públicas, judiciais, empresariais, comunitárias e sindicais, num total de 60 horas.

§2º Nos processos referidos na alínea a do §1º inclui-se a simulação de audiências, sustentação oral em tribunais e atuação no Tribunal do Júri, treinamento de técnicas de negociação coletiva, conciliação e arbitragem, e bem assim simultânea análise de autos findos correspondentes.

§3º As visitas e acompanhamentos referidos na alínea c do §1º são comprovadas mediante relatórios sumários de cada atividade e apresentados pelo aluno ao Coordenador do NPJ para avaliação. Para os relatórios deve ser usado impresso padrão, que devem conter os dados completos do aluno, sua assinatura e a assinatura do dirigente do ato (juiz, promotor, delegado, advogado) e deverão ser entregues nos prazos estipulados.

§4º O aluno deve manter, até a aprovação final no estágio, pastas contendo cópias das atividades cumpridas e anotadas com avaliação na ficha individual do NPJ.

VII - Dos Estagiários

Art. 13. São considerados estagiários, para fins do Estágio Supervisionado, todos os alunos regularmente matriculados nas disciplinas de Estágio e Prática Jurídica, competindo-lhes principalmente:

I - realizar as pesquisas, seminários e trabalhos simulados e orientados, sob supervisão dos professores orientadores;

II - cumprir seus plantões no NPJ;

III - preencher fichas de atendimento de todos os clientes que forem atendidos no Serviço de Assistência Judiciária do NPJ, encaminhando-as à Secretaria de estágio para fins de cadastramento;

IV - entregar, periodicamente, ao professor de estágio responsável pela equipe relatório onde deve descrever detalhadamente todas as atividades realizadas durante o período respectivo e efetuar uma auto-avaliação de seu desempenho;

V - redigir e assinar as peças, juntamente com o professor de estágio, de todos os processos nos quais participe efetivamente;

VI - comparecer, sempre que designado, aos atos processuais decorrentes dos processos sob responsabilidade da equipe a qual pertença;

VII - acompanhar as publicações oficiais visando manter atualizada a agenda de audiências existente junto a Secretaria de Estágio;

VIII - cumprir as intimações que forem efetuadas nos processos sob sua responsabilidade;

IX - agir de acordo com a ética profissional e zelar pelo bom nome do Serviço de Assistência Judiciária do NPJ da UNIFAP;

X - cumprir este Regulamento e as demais determinações legais referentes ao Estágio Supervisionado.

VIII - Serviço de Assistência Judiciária

Art. 14. A totalidade de carga horária destinada no Estágio Supervisionado, ao Serviço de Assistência Judiciária, é utilizada para o atendimento das partes, pesquisa e elaboração de peças processuais, audiências simuladas e acompanhamento dos respectivos processos.

§1º O atendimento no Serviço de Assistência Judiciária abrange as diferentes áreas do Direito e destina-se à população carente.

§2º Os alunos devem preencher as fichas de atendimento, manter pastas dos clientes com cópias de todas as peças processuais e comunicar, obrigatoriamente à Secretaria de estágio, as datas de realização de todos os atos processuais pertinentes ao processo sob sua responsabilidade.

§3º O trabalho dos alunos junto ao Serviço de Assistência Judiciária será orientado e supervisionado pelos professores de estágio indicados pelo NPJ e Coordenadoria, na forma deste Regulamento.

§4º Para otimização dos trabalhos do Serviço de Assistência Judiciária do NPJ, fica facultada a celebração de convênio com a Defensoria Pública ou órgão similar, responsável por prestar assessoria jurídica gratuita à população carente, para atendimento no NPJ.

Art. 15. O Serviço de Assistência Judiciária funciona durante todo o ano letivo, com horário de atendimento ao público fixado pelo Coordenador do NPJ, em conjunto com os professores orientadores do Estágio, obedecida a legislação vigente.

§1º Os alunos estagiários prestam no mínimo 4 horas de atendimento junto ao Serviço de Assistência Judiciária, com exceção daqueles que estiverem autorizados participar de projeto alternativo de estágio na forma prevista neste Regulamento.

§2º A escala de trabalho dos professores de estágio junto ao Serviço de Assistência Judiciária é determinada pelo Coordenador do NPJ.

IX – Do Estágio Externo e dos Projetos Alternativos de Estágio

Art. 16. Até 50% (cinquenta por cento) do tempo destinado às atividades junto ao Serviço de Assistência Judiciária pode ser cumprido através de:

- I – estágio externo em escritório de advocacia, órgão, entidade ou empresa pública ou privada, desde que credenciada junto ao NPJ para receber estagiários do Curso de Direito;
- II – estágio realizado através do desenvolvimento de projetos alternativos de estágio aprovados na forma prevista neste Regulamento.

§1º O credenciamento para fins de estágio externo, observados os critérios e condições estabelecidos pelo NPJ, obedece ao disposto neste Regulamento e demais legislação vigente sobre convênios para a realização de estágios curriculares.

§2º Os projetos alternativos de estágios funcionam sob a forma de atividades de pesquisa e extensão e possuem necessariamente um professor responsável.

§3º A substituição prevista neste artigo depende, em cada caso, de autorização expressa do Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica.

X – Da Avaliação

Art. 17. A avaliação dos estudantes nas disciplinas de Estágio e Prática Jurídica segue os critérios fixados pela UNIFAP e representam a associação da frequência e do aproveitamento dos alunos.

Art. 18. Compete ao Núcleo de Prática Jurídica estabelecer, obedecida a legislação vigente, a forma de avaliação e controle de frequência do estágio externo desenvolvido em instituições conveniadas, em substituição ao Serviço de Assistência Judiciária.

Art.19. A forma de avaliação e controle de frequência do estágio desenvolvido através da participação em projeto alternativo de estágio é fixada no respectivo projeto, obedecida a legislação vigente.

Para a execução das atividades de Estágio e Prática Jurídica, o curso de Direito conta com o NPJ, composto de uma sala para a Coordenação do NPJ, uma sala para atendimento à população, integrada ao espaço de conciliações e a videoteca, espaço este de múltiplo uso. Na videoteca, são disponibilizados uma televisão, um aparelho de DVD e um aparelho de vídeo, bem como um acervo de 342 fitas de vídeos disponíveis para os estudantes e professores do curso. A listagem do acervo segue ao final deste projeto.

Acervo bibliográfico a disposição dos estudantes no NPJ



Sala de atendimento ao público e de conciliações



Recepção e sala da Coordenação do NPJ



Videoteca do NPJ



1.3.3 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, como atividade acadêmica obrigatória, é de extrema importância na vida do acadêmico, pois tem como finalidade desenvolver a aptidão para pesquisa; demonstrar o grau de habilitação adquirida; estimular a produção científica e aferir a apreensão dos conteúdos aliado com a capacidade de sua articulação. Na modalidade de monografia o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é produção individual do aluno que demonstrará sua capacidade de análise crítica dos conhecimentos adquiridos durante o curso.

É a oportunidade do discente aprofundar-se no conhecimento de assunto do seu interesse, sob orientação de professores que irão auxiliá-lo em suas descobertas, que serão posteriormente compartilhadas com a comunidade, uma vez que apresentação dos projetos para a banca é aberta ao público e a monografia é incorporada ao acervo da biblioteca.

O TCC é importante para o cumprimento dos objetivos do curso, pois permite ao corpo discente praticar o aprendido nas diversas disciplinas, materializar sua pesquisa, analisar e concluir um trabalho acadêmico.

MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTOS E CUMPRIMENTO DO TRABALHO DE GRADUAÇÃO

O TCC realizar-se-á sob a orientação geral do Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso, que deverá orientar o Professor Orientador que por sua vez deve orientar os alunos matriculados na disciplina.

O aluno que será responsável pelas seguintes atividades:

- a) opção por um campo de conhecimento e levantamento de seu referencial teórico;
- b) elaboração de um projeto a ser desenvolvido neste campo de conhecimento;
- c) elaboração de trabalhos parciais na disciplina, constituindo revisão bibliográfica;
- d) execução do projeto;
- e) elaboração final do TCC; e
- f) apresentação perante uma Banca Examinadora.

Conceito

Entende-se por TCC, a produção individual sobre tema jurídico de sua livre escolha, composto por um projeto no qual o aluno demonstrará a sua competência para desenvolver pesquisa, aplicar metodologia apropriada, identificar variáveis e correlacioná-las e, no final de um período de dois semestres, elaborar o texto de conclusão da pesquisa (Monografia).

Objetivos

A realização do TCC procura consolidar o conhecimento acumulado durante o curso, demonstrado, na forma de um trabalho científico, apresentado segundo as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), a competência do aluno em sistematizar pesquisa em sua área de atuação. Com esta disciplina procura-se alcançar os objetivos propostos no Projeto Pedagógico do Curso e:

Propiciar ao aluno condições de refletir criticamente sobre os conteúdos teóricos do curso, analisando a relação causa-efeito das variáveis envolvidas na pesquisa;

Identificar um problema, que orientará a pesquisa, propondo a sua sistematização por meio da metodologia adequada;

Realizar, mediante análises proporcionadas pelas atividades do TCC, revisão das disciplinas necessárias para o desenvolvimento do trabalho;

Transformar as atividades de TCC em oportunidades para estabelecer contatos e intercâmbios com diferentes segmentos da sociedade, durante o processo de pesquisa;

Proporcionar ao aluno a possibilidade de colocar em evidência os conhecimentos construídos durante o tempo de permanência no curso.

Estrutura de Acompanhamento do TCC

Os trabalhos desenvolvidos na disciplina obedecerão à seguinte estrutura:

- Colegiado de Curso
 - Coordenador de Curso
 - Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso
 - Professor Orientador
 - Banca examinadora composta de 3 professores, incluindo o Professor Orientador
- Específico
- Aluno regularmente matriculado no curso.

Atribuições

Ao Colegiado de Curso compete:

Administrar a política de TCC, cumprindo o previsto na legislação;
Apreciar, em grau de recurso, as decisões da Coordenação de TCC;
Homologar as decisões da banca examinadora;

Ao Coordenador do Trabalho de Conclusão do Curso compete:

Encaminhar aos acadêmicos os formulários de acompanhamento de TCC;
Realizar seminários, palestras, oficinas e outros eventos de divulgação das atividades de pesquisa realizadas na UNIFAP;
Homologar a composição das bancas examinadoras
Fixar prazos para a apresentação das monografias e datas para as reuniões das bancas examinadoras;
Divulgar a relação dos orientadores credenciados e respectivas linhas de pesquisa, se houver, ou área de interesse;
Receber três cópias do TCC, já avaliado pelo Professor Orientador da Disciplina e pelo Professor Orientador Específico e encaminhá-las aos membros das bancas;
Encaminhar o resultado das avaliações finais ao DERCA;

Ao Professor Orientador:

Apresentar ao aluno a sistemática do TCC;
Responsabilizar-se pelo planejamento do TCC, ou seja, elaboração e realização da pesquisa
Atender os alunos nas diversas etapas do TCC;
Participar das reuniões para as quais for convocado e cumprir as decisões tomadas;
Recusar orientação para aqueles trabalhos cujo conteúdo não apresente a mínima relação com sua formação, linha de estudos/pesquisa ou interesse intelectual;
Determinar o horário de atendimento a seus orientandos. Este horário, sempre que possível, deverá ser de conveniência do professor e do aluno;
Avaliar o TCC para apresentação em Banca Examinadora;
Observar as normas que orientam os Trabalhos de Graduação presentes no Regulamento de TCC, aprovado pelo Colegiado do Curso;
Orientar os discentes quanto à metodologia, etapas, conteúdo e formatação dos trabalhos;
Manter registros com informações dos trabalhos sob sua orientação conforme modelo fornecido;
Cumprir prazos de correção e devolução do material aos estudantes;
Zelar pela manutenção da ordem e uso correto do material e equipamento da Instituição empregado para os Trabalho de Conclusão de Curso;
Presidir os trabalhos da Banca de Avaliação Final.
Apresentar relatórios e prestar informações quando solicitadas pelo Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso.

Ao aluno, compete:

Frequentar as aulas, reuniões, seminários, encontros e cumprir o cronograma de orientação do TCC;
Tomar conhecimento da política do TCC e sua sistemática, por meio da Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso e pelo Professor Orientador;
Elaborar o projeto de TCC e encaminhá-lo ao Professor Orientador;
Realizar a atividade de TCC conforme o previsto no Projeto, e dentro do cronograma;
O aluno deverá consultar previamente o Professor Orientador sobre sua possibilidade de aceitar a orientação, preenchendo o Termo de Aceite de Trabalho de Conclusão de Curso, que deverá ser encaminhado pelo aluno à Coordenação do curso;
Apresentar três cópias (encadernação em espiral) do TCC aprovado pelo Professor Orientador à Coordenação de curso;
Comparecer para defesa do TCC perante a Banca Examinadora, em data estipulada;

Reformular o TCC de acordo com as indicações da Banca Examinadora, quando for o caso;
Apresentar uma cópia da versão aprovada pela Banca Examinadora (com capa dura) à Coordenação do Curso para ser arquivada na Biblioteca;
Adotar em todas as situações postura ética, responsável e profissional.

A Banca, compete:

Avaliar o trabalho de graduação de acordo com os itens constantes do manual

Recomendar correções ao trabalho e realização de nova apresentação.

Aprovar ou reprovar o aluno

RELAÇÃO DE ALUNO PROFESSOR NA ORIENTAÇÃO DO TRABALHO DE GRADUAÇÃO

O TCC está dividido em duas fases. A primeira diz respeito a elaboração do projeto de pesquisa e será de responsabilidade do professor da disciplina de TCC I.

A segunda fase é a realização da pesquisa e a confecção da monografia sob orientação do professor orientador que corresponderá a disciplina TCC II. Nesta fase cada Orientador será responsável pelo acompanhamento de até 3 alunos do curso.

1.3.4 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares, conforme o disposto na Resolução Nº. 9 CNE/CES em seu art. 2º, inciso X, combinado com o art. 8º, são escolhidas e realizadas pelo discente dentre atividades de interesse do curso tais como: participação em seminários, palestras, congressos, mesas-redondas, debates, simpósios, conferências e demais modalidades de eventos acadêmicos, apresentação e realização de projetos de pesquisa individuais ou participação em grupos de pesquisa, apresentação e realização de projetos de extensão, atividades relacionadas à iniciação científica, publicação de trabalhos, estágio extracurricular, que resultem em enriquecimento epistemológico e metodológico dos estudantes.

As atividades complementares integrantes do currículo, fixadas em 360h (trezentos e sessenta horas), devem ser homologadas e registradas pela Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e após serem consideradas adequadas à formação complementar do acadêmico de Direito da UNIFAP serão integralizadas para o cumprimento da carga horária obrigatória acima mencionada, conforme regulamento próprio.

Cabe a Coordenação do NPJ decidir quais atividades poderão ser computadas como atividade complementar para cada grupo ou subgrupo de atividades, impedindo-se assim que as atividades complementares sejam compostas apenas com uma espécie de atividade, possibilitando dessa forma uma diversificação das atividades contribuindo para uma formação mais ampla e completa para o discente.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º. Compreende-se como atividade complementar toda e qualquer atividade, não prevista no rol das disciplinas obrigatórias do currículo do curso de graduação em Direito, desde que aprovada pelo Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, como necessária à formação acadêmica, e válida ao aprimoramento pessoal e profissional do futuro Bacharel em Direito.

Art. 2º As Atividades Complementares do Curso de Graduação em Direito da UNIFAP serão desenvolvidas com carga horária total de 360h (trezentos e sessenta horas), em conformidade com o que dispõe as Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação em Direito.

Art. 3º. Consideram-se atividades complementares os seguintes grupos de atividades:

- I - Grupo 1: Ensino;
- II - Grupo 2: Pesquisa;
- III - Grupo 3: Extensão cultural;
- IV - Grupo 4: Representação estudantil
- V - Grupo 5: Voluntariado

Parágrafo Único – as atividades complementares podem ser promovidas pela UNIFAP, ou por qualquer outra instituição, ou por pessoa física, pública ou privada, devidamente credenciada.

Art. 4º. Os grupos acima numerados e especificados por matéria temática geral são divididos em subgrupos temáticos, também numerados, conforme segue:

GRUPO 1

- frequência e aproveitamento em pelo menos duas disciplinas optativas ofertadas pelo curso de Direito da UNIFAP, conforme rol estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso. (Subgrupo 1.1)
- exercício efetivo de monitoria no curso de Direito, com formalização institucional e exigência de parecer final favorável do docente responsável pela disciplina, (subgrupo 1.2)
- efetivo exercício de estágio extracurricular em entidade pública ou privada, desde que de natureza jurídica, como processo de complementação do ensino da graduação em Direito, por período não inferior a um (1) semestre e mediante comprovação da instituição em que o interessado completou a exigência legal do estágio (subgrupo 1.3)
- participação efetiva do acadêmico, como palestrante ou conferencista em curso, congresso, seminário jurídico ou similar, mediante a devida comprovação de sua atuação (subgrupo 1.4)

GRUPO 2

- participação do discente em projetos institucionalizados de pesquisa de docente do curso de Direito, como colaborador; ou em projetos de iniciação científica à pesquisa, orientado por docente-pesquisador, com ou sem financiamento de instituições públicas ou privadas; ou em programa especial de fomento à pesquisa, com duração mínima de dois (2) semestres; ou em qualquer outra espécie de projeto de pesquisa com duração não inferior a dois (2) semestres, sendo imprescindível que, em todas as alternativas, o pesquisador responsável ateste a participação e o aproveitamento do acadêmico (subgrupo 2.1)
- publicação de artigo ou ensaio, de monografia, livro, caderno temático ou similar, seja obra individual ou coletiva, dos quais será procedida a juntada de um exemplar, como prova, a que se atribuirá o mínimo de cinco e o máximo de vinte horas de atividades complementares, considerando-se a qualidade e a natureza do texto publicado (subgrupo 2.2).

GRUPO 3

- participação em eventos científico-culturais, de natureza jurídica ou não, mas cujo conhecimento teórico ou técnico seja conexo ao perfil e às habilidades da do profissional a ser formado pelo curso de Direito da UNIFAP(subgrupo 3.1).
- apresentação de trabalhos em eventos culturais ou científicos, individual ou coletivamente (subgrupo 3.2).

- participação efetiva na organização e oferta de cursos, programas ou projetos de extensão abertos à comunidade em geral. (subgrupo 3.3).

GRUPO 4

- exercício do cargo de direção em representação estudantil, de nível nacional ou estadual, no Diretório Acadêmico ou no Centro Acadêmico do curso de Direito da UNIFAP. Atuação como representante de turma no curso de Direito, nos ou nos órgãos colegiados da UNIFAP, por período não inferior a doze (12) meses. Em qualquer das situações referidas, exige-se a juntada da cópia do ato que formalizou a eleição (subgrupo 4.1).

GRUPO 5

- participação voluntária em organizações não governamentais, entidades ou instituições que executem trabalhos de relevância social junto à população.

Art. 5º. A carga horária atribuída a cada um dos cinco Grupos de atividades complementares obedecerá aos seguintes parâmetros máximos quantitativos:

GRUPO	Máximo computável do total do grupo
1	240h
2	240h
3	240h
4	60h
5	100h

§ 1º. O valor total atribuído às atividades complementares, sem prévia definição de carga horária, será fixado a juízo do Coordenador do NPJ, com base na comprovação das horas ou dos períodos efetivamente desenvolvidos pelo acadêmico.

§ 2º. O acadêmico será obrigado a desenvolver atividades complementares em, pelo menos, dois dos cinco grupos oferecidos.

§ 3º. A validação das atividades complementares deverá ser fundada no princípio da flexibilização do currículo com o objetivo de propiciar ao graduando aprofundamento do saber interdisciplinar, diversificação temática e maior qualidade do conhecimento adquirido no curso de graduação em Direito.

Art. 6º. Veda-se o cômputo concomitante e sucessivo de atividades complementares com atividade desenvolvida para o cumprimento da carga horária da disciplina do Estágio e Prática Jurídica e para a elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 7º. As atividades complementares podem ser desenvolvidas em qualquer semestre ou período letivo, dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo, no entanto, de qualquer das atividades do ensino ministrado no curso de Direito, que são prioritárias.

Parágrafo único. O graduando é livre para escolher todos ou alguns dos Grupos e dos Subgrupos de atividades complementares que deseja desenvolver para completar a totalidade da carga horária de 360h (trezentas e sessenta horas).

Art. 8º. A validação das atividades complementares será requerida pelo estudante interessado, justificando, assinando e instruindo o pedido com comprovante de frequência, da carga horária, ou do período em que elas se realizaram, e com todas as demais provas inerentes às exigências formais e materiais de cada uma das temáticas dos Grupos e dos Subgrupos.

Parágrafo Único. O estudante deverá ingressar com o requerimento de validação das atividades complementares no Protocolo Geral da UNIFAP, juntando uma copia de todos os documentos, que será arquivada em sua pasta individual no NPJ.

Art. 9º. Serão consideradas válidas pelo Coordenador do NPJ, independente de justificativa ou de exame de compatibilidade com os fins do curso, as atividades complementares oferecidas pelo Curso de Direito da UNIFAP, juntando-se apenas o certificado de frequência.

Art. 10 O Coordenador do NPJ deverá responder em decisão fundamentada, no prazo de 72h (setenta e duas horas), pedido ou consulta, formalmente justificada, em que o acadêmico interessado indaga se determinada atividade complementar que deseja desenvolver se enquadra no elenco dos Grupos ou dos Subgrupos do presente Regulamento.

Art. 11 As atividades complementares validadas pelo Coordenador do NPJ serão registradas na conformidade com o Sistema Acadêmico vigente e de acordo com o modelo anexo a este Regulamento.

Art.12 Ao Coordenador do NPJ, no que se refere ao computo das Atividades Complementares, compete:

I – cumprir e fazer cumprir as normas constantes neste Regulamento.

II – orientar e responder requerimentos dos alunos na escolha das atividades a serem realizadas.

III – acompanhar e controlar a participação dos alunos em ações e eventos promovidos pela instituição, que visem ser aproveitados como Atividades Complementares.

V – validar as horas e proceder o registro das atividades complementares na ficha individual do acadêmico, após o exame de sua compatibilidade com as regras do presente Regulamento.

VI – Encaminhar ao DERCA, quando da integralização das atividades complementares ou término do curso, relatório discriminado por aluno, dando conta do cumprimento das atividades, para registro, arquivamento e colação de grau.

Art. 13 As Atividades Complementares somente serão consideradas integralizadas, com a conseqüente atribuição dos créditos correspondentes ao aluno, se forem totalmente cumpridas as respectivas cargas horárias e se as atividades forem devidamente comprovadas, aceitas e registradas, na forma estabelecida neste Regulamento.

Parágrafo Único. Ficará impedido de receber o Grau de Bacharel em Direito e de receber o respectivo Diploma, o aluno que não integralizar as 360h (trezentas e sessenta horas) de Atividades Complementares, na forma do presente Regulamento.

Art. 14. Distribuir-se-ão cópias do presente Regulamento ao corpo discente, ao corpo docente, e proceder-se-á a afixação de cópia de inteiro teor nos lugares de costume, para ampla e efetiva divulgação a todos os interessados.

Art. 15. As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, e cuja solução demandar urgência, deverão ser dirimidas pelo Coordenador do NPJ em conjunto com a Coordenação do Curso de Direito.

REGISTRO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

N. Matric.: _____ ALUNO: _____

Atividade: _____

Palestrante: _____

Período:

Data de início da atividade: __/__/__

Data de término da atividade: __/__/__

Grupo: SubGrupo:

Grupo 1: Ensino

Subgrupo 11

Subgrupo 12

Subgrupo 13

Subgrupo 14

Grupo 2: Pesquisa

Subgrupo 21

Subgrupo 22

Grupo 3: Extensão científico-cultural

Subgrupo 31

Subgrupo 32

Grupo 4: Extensão Comunitária

Subgrupo 41

Grupo 5: Representação estudantil

Subgrupo 51

N. horas da atividade: _____

Total de horas cumpridas pelo aluno:

Grupo 1: __ horas

Grupo 2: __ horas

Grupo 3: __ horas

Grupo 4: __ horas

Grupo 5: __ horas

Total: ____ horas

CORPO DOCENTE

2.1.1 Titulação

Professor	Titulação
ADILSON GARCIA DO NASCIMENTO	MESTRANDO
ALEXSARA DE SOUZA MACIEL	MESTRE
ARLEY COSTA	DOUTOR
CARMO ANTONIO DE SOUSA	DOUTOR
CARLOS ORLANDO FONSECA DE SOUZA	ESPECIALISTA
CELESTE MARIA DA ROCHA RIBEIRO	ESPECIALISTA
DAIZE FERNANDA WAGNER	MESTRE
ELIANE SUPERTI	DOUTORA
EMANUEL RAIMUNDO DA COSTA SANTOS	DOUTORANDO
HELENA CRISTINA GUIMARAES QUEIROZ SIMOES	MESTRANDO
HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA	DOUTORA
IACI PELAES DOS REIS	ESPECIALISTA
JOÃO GUILHERME LAGES MENDES	ESPECIALISTA
JOÃO WILSON SAVINO CARVALHO	MESTRE
JOSENILDO DE OLIVEIRA CUIMAR	GRADUADO
MARCELO PORPINO NUNES	DOUTORANDO
MARIA EMILIA OLIVEIRA CHAVES	MESTRANDO
NICOLAU ELADIO BASSALO CRISPINO	DOUTOR
PAULO CELSO RAMOS DOS SANTOS	ESPECIALISTA
PAULO DA VEIGA MOREIRA	ESPECIALISTA
RAIMUNDO NONATO FONSECA VALES	GRADUADO
RAUL JOSE DE GALLAD OLIVEIRA	DOUTOR
RAULIETE DIANA LIMA E SILVA	ESPECIALISTA
ROBERTO JOSE NERY MORAES	MESTRANDO
RUI GUILHERME VASCONCELOS SOUZA FILHO	GRADUADO
SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA	GRADUADA
SERGIO SAMPAIO FIGUEIRA	DOUTORANDO
SIMONE MARIA PALHETA PIRES	ESPECIALISTA
ULISSES TRASEL	MESTRANDO

Titulação	Qtde.	% do Total	Na Área do Curso de Direito.		Em Outras Áreas	
			Qtde.	%	Qtde.	%
Graduação	4	13,79	4	19,05	0	-
Especialização	13	44,83	11	52,38	2	25
Mestrado	6	20,69	3	14,29	3	37,50
Doutorado	6	20,69	3	14,29	3	37,50
	29	100	21	100	8	100

2.1.2 Experiência Profissional

Professor	Magistério Superior (anos)	Magistério no Ensino Médio e Fundamental	Exercício Profissional Fora do Magistério (anos)
ADILSON GARCIA DO NASCIMENTO	06	-	15
ALEXSARA DE SOUZA MACIEL	13	-	-
ARLEY COSTA	14	-	10
CARMO ANTONIO DE SOUSA	17	-	15
CARLOS ORLANDO FONSECA DE SOUZA	09	05	20
CELESTE MARIA DA ROCHA RIBEIRO	05	08	-
DAIZE FERNANDA WAGNER	06	-	06
ELIANE SUPERTI	06	-	04
EMANUEL RAIMUNDO DA COSTA SANTOS			
HELENA CRISTINA GUIMARAES QUEIROZ SIMOES	09	03	14
HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA	04	-	05
IACI PELAES DOS REIS	10		15
JOÃO GUILHERME LAGES MENDES	10	-	15
JOÃO WILSON SAVINO CARVALHO	16	26	34
JOSENILDO DE OLIVEIRA CUIMAR	09	-	15
MARCELO PORPINO NUNES	11	-	20
MARIA EMILIA OLIVEIRA CHAVES	05	-	11
NICOLAU ELADIO BASSALO CRISPINO	11	-	20
PAULO CELSO RAMOS DOS SANTOS	10		15
PAULO DA VEIGA MOREIRA	25	2	35
RAIMUNDO NONATO FONSECA VALES	05	-	20
RAUL JOSE DE GALLAD OLIVEIRA	10	-	20
RAULIETE DIANA LIMA E SILVA	14	10	06
ROBERTO JOSE NERY MORAES	10	-	15
RUI GUILHERME VASCONCELOS SOUZA FILHO	10	-	25
SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA	12	-	30
SERGIO SAMPAIO FIGUEIRA	05	30	30
SIMONE MARIA PALHETA PIRES	10	-	15
ULISSES TRASEL	06	-	15

Tempo	Magistério Superior		Magistério de Ensino Fundamental e Médio		Exercício Profissional fora do Magistério	
	Qtd.	%	Qtd	%	Qtd	%
De zero a 5 anos	-	-	2	28,57	2	6,9
De 5 a 10 anos	20	68,97	3	42,86	3	10,34
Acima de 10 anos	09	31,03	2	28,57	24	82,76
Total	29	100	7	100	29	100

2.1.3 Adequação da Formação

DISCIPLINAS	PROFESSOR	TITULAÇÃO
1.o SEMESTRE		
Introdução ao Estudo do Direito	Carlos Orlando Fonseca da Silva	Graduado em Direito Especialista em Direito Constitucional Aplicado
Ciência Política	Eliane Superti	Graduada em Ciências Sociais Mestrado em Ciências Sociais Doutorado em Ciências Sociais
Linguagem Jurídica	Celeste Maria da Rocha Ribeiro	Graduação Licenciatura Plena em Letras Especialização em Língua Portuguesa-Teoria e Prática
Metodologia Científica	João Wilson Savino Carvalho	Graduado em Direito e Filosofia
Direitos Humanos	Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões	Graduada em Direito
Antropologia Jurídica	Alexsara de Souza Maciel	Graduação em Ciências Sociais Especialização em Antropologia
2.o SEMESTRE		
Cidadania e Identidade Amazônica	Emanuel Raimundo da Costa Santos	Graduado em Geografia Mestre em Planejamento
Direito Civil I	Nicolau Eladio Bassalo Crispino	Graduada em Direito Doutor em Direito Civil
Direito Constitucional I	Paulo Celso Ramos dos Santos	Graduado em Direito
Elementos da Economia	José Augusto Pessoa	Graduado em economia
Hermenêutica Jurídica	Carlos Orlando Fonseca da Silva	Graduado em Direito Especialista em Direito Constitucional Aplicado
Filosofia Jurídica	Wilson Carvalho Savino	Graduado em Filosofia e Direito
3º Semestre		
Deontologia Jurídica	Rui Guilherme de Vasconcelos Souza Filho	Graduado em Direito
Direito Civil II	Marcelo Porpino Nunes	Graduado em Direito Mestre em Direito Civil
Teoria Geral do Processo	Josenildo de Oliveira Cuimar	Graduado em Direito
Direito Penal I	Carmo Antonio de Souza	Graduado em Direito Mestre em Direito Penal Doutor em Direito
Direito Constitucional II	Paulo Celso Ramos dos Santos	Graduado em Direito
Direito Administrativo I	Raul de Oliveira Galaad	Graduado em Direito Doutor em Direito Constitucional
4º Semestre		

Psicologia Jurídica	Arley Costa	Graduado em psicologia
Direito Civil III	Marcelo Porpino Nunes	Graduado em Direito Mestre em Direito Civil
Direito Penal II	Carmo Antônio de Souza	Graduado em Direito Mestre em Direito Penal Doutor em Direito
Direito Administrativo II	Raul de Oliveira Galaad	Graduado em Direito Doutor em Direito Constitucional
Direito Processual Civil I	Simone Palheta	Graduada em Direito
Direito Internacional Privado	Emilia de Oliveira Chaves	Graduada em Direito
5º semestre		
Direito Empresarial I	Sergio Figueira	Graduado em Direito
Direito Civil IV	Nicolau Eladio Bassalo Crispino	Graduado em Direito Mestre e Doutor em Direito Civil
Direito Penal III	Paulo da Veiga	Graduado em Direito Especialista em Direito Penal
Direito Processual Civil II	Raimundo Nonato Fonseca Vales	Graduado em Direito
Direito Internacional Público	Helena Cristina Queiroz Simoes	Graduada em Direito
Direito Tributário	Iaci Pelaes	Graduado em Direito
Estágio e Prática Jurídica I	João Guilherme Lages Mendes * Demais professores de Prática	Graduado em Direito Especialista em Direito Penal
6º semestre		
Direito Empresarial II	Sergio Figueira	Graduado em Direito
Direito Civil V	Nicolau Eladio Bassalo Crispino	Graduado em Direito Mestre e Doutor em Direito Civil
Direito Processual Civil III	Josenildo de Oliveira Cuimar	Graduado em Direito
Direito Penal IV	Carmo Antonio de Souza	Graduado em Direito Mestre em Direito Penal Doutor em Direito
Direito do Trabalho I	Ulisses Trasel	Graduado em Direito
Sociologia Jurídica	Alexsara de Souza Maciel	Graduada em Sociologia
Direito Agrário	Carmo Antonio de Souza	Graduado em Direito Especialista em Direito Agrário
Estagio e Pratica Jurídica II	*	
7º semestre		
Direito do Trabalho II	Adilson Garcia do Nascimento	Graduado em Direito
Direito Civil VI	Nicolau Eladio Bassalo Crispino	Graduado em Direito Mestre e Doutor em Direito Civil
Direito Processual Penal I	Roberto Moraes	Graduado em Direito
Direito Empresarial III	Sergio Figueira	Graduado em Direito
Direito da Criança e do Adolescente	Daize Fernanda Wagner	Graduada em Direito Mestre em Direito Civil

Direito Ambiental I	Emilia de Oliveira Chaves	Graduada em Direito Mestranda em Direito Ambiental
Estágio e Prática Jurídica III	João Guilherme Lages Mendes	Graduado em Direito Especialista em Direito Penal
8º semestre		
Direito Processual Penal II	Roberto Moraes	Graduado em Direito
Direito Ambiental II	Emilia de Oliveira Chaves	Graduada em Direito Mestranda em Direito Ambiental
Direito Processual do Trabalho	Ulisses Trasel	Graduado em Direito
Direito Econômico	Iaci Pelaes	Graduado em Direito
Estágio e Prática Jurídica IV	*	
9º semestre		
Trabalho de Conclusão de Curso I	Simone Palheta	Graduada em Direito
Responsabilidade Civil	Daize Fernanda Wagner	Graduada em Direito Mestre em Direito Civil
Arbitragem, mediação e negociação	Raimundo Vales	Graduado em Direito
Direito Eleitoral	João Guilherme Lages	Graduado em Direito
Direito da Navegação	Sergio Figueira	Graduada em Direito Mestre em Direito Internacional
Direito da Seguridade Social	Sulamir Monassa de Almeida	Graduada em Direito
Estagio e Pratica Jurídica V	*	
10º semestre		
Trabalho de Conclusão de Curso II	Simone Palheta	Graduada em Direito
Temas Emergentes em Direito	Josenildo Cuimar	Graduado em Direito
Direito Indígena	Roberto Nery Moraes	Graduado em Direito
Direito do Consumidor	Rui Guilherme de Vasconcelos Souza Filho	Graduado em Direito
Direito da Informática	Raimundo Nonato Fonseca Vales	Graduado em Direito
Direito da Propriedade Intelectual	Rui Guilherme de Vasconcelos Souza Filho	Graduada em Direito

*Sulamir Monassa de Almeida, Ulisses Trasel, Simone Palheta, Raimundo Vales, Maria Emilia de Oliveira Chaves, Joao Guilherme Lages Mendes, Sergio Figueira, Roberto Nery Moraes, Iaci Pelaes e Josenildo Cuimar

Qualificação	Formação adequada a Disciplina		Formação fora de área da Disciplina	
	Qtd.	%	Qtd	%
Graduado	4	13,79	-	-
Especialista	13	44,83	-	-
Mestre	6	20,69	-	-
Doutor	6	20,69	--	--
Total	29	100	-	-

Formação Didático-Pedagógica

Professor	Curso de Formação ou Capacitação Didático/Pedagógica
ADILSON GARCIA DO NASCIMENTO	Sim
ALEXSARA DE SOUZA MACIEL	Sim
ARLEY COSTA	Sim
CARMO ANTONIO DE SOUSA	Sim
CARLOS ORLANDO FONSECA DE SOUZA	Sim
CELESTE MARIA DA ROCHA RIBEIRO	Sim
DAIZE FERNANDA WAGNER	Sim
ELIANI SUPERTI	Sim
EMANUEL RAIMUNDO DA COSTA SANTOS	Sim
HELENA CRISTINA GUIMARAES QUEIROZ SIMOES	Sim
HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA	Sim
IACI PELAES DOS REIS	Sim
JOÃO GUILHERME LAGES MENDES	Sim
JOÃO WILSON SAVINO CARVALHO	Sim
JOSENILDO DE OLIVEIRA CUIMAR	Sim
MARCELO PORPINO NUNES	Sim
MARIA EMILIA OLIVEIRA CHAVES	Sim
NICOLAU ELADIO BASSALO CRISPINO	Sim
PAULO CELSO RAMOS DOS SANTOS	Sim
PAULO DA VEIGA MOREIRA	Sim
RAIMUNDO NONATO FONSECA VALES	Sim
RAUL JOSE DE GALLAD OLIVEIRA	Sim
RAULIETE DIANA LIMA E SILVA	Sim
ROBERTO JOSE NERY MORAES	Sim
RUI GUILHERME VASCONCELOS SOUZA FILHO	Sim
SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA	Sim
SERGIO SAMPAIO FIGUEIRA	Sim
SIMONE MARIA PALHETA PIRES	Sim
ULISSES TRASEL	Sim

Total de Professores do Curso	Total de Professores com formação Didático Pedagógica
29	100

2.2 – Condições de Trabalho:

Regime de Trabalho		
Tempo integral: 40 horas	Docência	Atividades
Tempo Parcial: 20 horas	Docência	Atividades
Horista : hora aula.	Docência	

2.2.1 – Regime de Trabalho

Professor	Regime de Trabalho
ADILSON GARCIA DO NASCIMENTO	Tempo Parcial
ALEXSARA DE SOUZA MACIEL	Tempo Integral
ARLEY COSTA	Tempo Integral
CARMO ANTONIO DE SOUSA	Tempo Parcial
CARLOS ORLANDO FONSECA DE SOUZA	Tempo Parcial
CELESTE MARIA DA ROCHA RIBEIRO	Tempo Integral
DAIZE FERNANDA WAGNER	Tempo Integral
ELIANE SUPERTI	Tempo Integral
EMANUEL RAIMUNDO DA COSTA SANTOS	Tempo Integral
HELENA CRISTINA GUIMARAES QUEIROZ SIMOES	Tempo Integral
HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA	Tempo Integral
IACI PELAES DOS REIS	Tempo Parcial
JOÃO GUILHERME LAGES MENDES	Tempo Integral
JOÃO WILSON SAVINO CARVALHO	Tempo Parcial
JOSENILDO DE OLIVEIRA CUIMAR	Tempo Parcial
MARCELO PORPINO NUNES	Tempo Parcial
MARIA EMILIA OLIVEIRA CHAVES	Tempo Integral
NICOLAU ELADIO BASSALO CRISPINO	Tempo Parcial
PAULO CELSO RAMOS DOS SANTOS	Tempo Parcial
PAULO DA VEIGA MOREIRA	Tempo Parcial
RAIMUNDO NONATO FONSECA VALES	Tempo Parcial
RAUL JOSE DE GALLAD OLIVEIRA	Tempo Integral
RAULIETE DIANA LIMA E SILVA	Tempo Integral
ROBERTO JOSE NERY MORAES	Tempo Integral
RUI GUILHERME VASCONCELOS SOUZA FILHO	Tempo Parcial
SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA	Tempo Parcial
SERGIO SAMPAIO FIGUEIRA	Tempo Integral
SIMONE MARIA PALHETA PIRES	Tempo Integral
ULISSES TRASEL	Tempo Integral

Quadro Resumo do Regime de Trabalho Docente

Regime	Qtde.	%
Tempo Integral	16	55,17
Tempo Parcial	13	44,83
Horista	-	-
TOTAL	29	100

2.2.2 – Plano de Carreira

O plano de carreira da Fundação Universidade Federal do Amapá está estruturado a partir das orientações do Ministério da Educação para todas as Instituições Federais de Ensino Superior, e de Resoluções Internas decididas pelo CONSU.

Ações de Capacitação

São destinadas principalmente para docentes que estão desenvolvendo atividades técnicas na Universidade, levando em consideração principalmente a área de atuação de cada professor.

Critério de Admissão e de progressão na carreira

De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores da União, o ingresso na carreira de magistério superior ocorre somente através de concurso público (provas escrita, didática e de títulos). A progressão funcional ocorre por titulação ou por tempo de serviço do servidor. A carreira está estruturada da seguinte forma: Professor Auxiliar (Especialização), Professor Assistente (Mestrado), Professor Adjunto (Doutorado), Professor Associado (faltado regulamentação) e Professor Titular. O avanço na carreira por titulação é imediato a partir da documentação comprobatória.

Existência de um sistema permanente de avaliação dos docentes

Em termos gerais, a Resolução nº. 024 de 10 de setembro de 2002 criou a Comissão Interinstitucional de Avaliação de Desempenho Docente na Universidade Federal do Amapá, composta por 5 (cinco) docentes com pós-graduação strictu sensu, preferencialmente portadores do título de doutor em regime de dedicação exclusiva. No que diz respeito ao Curso de Direito, a avaliação dos docentes ocorre no próprio colegiado ao final de cada semestre, com a participação discente (representantes de turma). Os docentes fazem uma exposição oral das suas atividades em pesquisa, ensino e extensão e passam por uma avaliação.

2.2.3 – Estímulos Profissionais

Apoio à produção científica, técnica, pedagógica e cultural

A Universidade Federal do Amapá apóia todas as atividades técnicas, pedagógicas e culturais além da produção científica dos docentes, levando em consideração o orçamento anual da instituição. Inclusive através da Resolução nº. 15 de 24 de novembro de 2003, criou a Revista Científica “UNIFAP: Ciência, Educação & Cultura” da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Também a partir da Resolução nº. 06 de 10 de julho de 2000, foi normatizado o Programa Integrado de Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão – PROINT objetivando incentivar a formulação de uma política de pesquisa para iniciação científica e de acesso a recursos institucionais e interinstitucionais, nacionais e internacionais.

Apoio à participação em eventos

A Universidade Federal do Amapá oferece apoio a todos docentes (conforme Resolução nº. 032 de 03 de novembro de 1994) que apresentarem trabalhos em eventos de caráter técnico-científico, levando em consideração a relevância dos temas em questão.

Incentivo à formação/atualização pedagógica dos docentes

De acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Amapá qualquer docente, que não esteja em estágio probatório, pode requerer afastamento para cursar pós-graduação strictu sensu (mestrado, doutorado e pós-doutorado) desde que em Instituições reconhecidas oficialmente por órgãos como CAPES/CNPq.

2.2.4 – Dedicção ao Curso

Carga Horária do Professor no Ensino de Graduação e em Atividades que lhe são Complementares.

Do total de 28 professores que compõem o corpo docente do Curso de Direito, 9 têm 40 hs de atividades no curso, 12 têm 20 hs e 8 são professores de outro Colegiado que ministram disciplina de formação complementar.

Tempo de Exercício de Docência no Curso.

Professor	Tempo de Docência no Curso (Anos)
ADILSON GARCIA DO NASCIMENTO	09
ALEXSARA DE SOUZA MACIEL	04
ARLEY COSTA	01
CARMO ANTONIO DE SOUSA	14
CARLOS ORLANDO FONSECA DE SOUZA	14
CELESTE MARIA DA ROCHA RIBEIRO	04
DAIZE FERNANDA WAGNER	01
ELIANE SUPERTI	01
EMANUEL RAIMUNDO DA COSTA SANTOS	01
HELENA CRISTINA GUIMARAES QUEIROZ SIMOES	01
HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA	01
IACI PELAES DOS REIS	10
JOÃO GUILHERME LAGES MENDES	01
JOÃO WILSON SAVINO CARVALHO	14
JOSENILDO DE OLIVEIRA CUIMAR	10
MARCELO PORPINO NUNES	14
MARIA EMILIA OLIVEIRA CHAVES	01
NICOLAU ELADIO BASSALO CRISPINO	14
PAULO CELSO RAMOS DOS SANTOS	14
PAULO DA VEIGA MOREIRA	05
RAIMUNDO NONATO FONSECA VALES	05
RAUL JOSE DE GALLAD OLIVEIRA	04
RAULIETE DIANA LIMA E SILVA	04
ROBERTO JOSE NERY MORAES	14
RUI GUILHERME VASCONCELOS SOUZA FILHO	14
SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA	14
SERGIO SAMPAIO FIGUEIRA	04

SIMONE MARIA PALHETA PIRES	01
ULISSES TRASEL	01

2.2.5 – Relação alunos/professores

O curso conta hoje com 5 turmas de 50 alunos que totalizam 250 alunos. A relação aluno professor é de 8,9 alunos para cada professor.

2.2.6 – Relação disciplina/docente

O curso oferece 59 disciplinas. A relação disciplina docente é de 2,03 disciplinas para cada professor. Não integram este quantitativo o estágio curricular e TCC II, pois ambos ocorrem em horários diversos e recebem orientação direta dos professores.

Proximidade Temática das Disciplinas Lecionadas

Professor	Disciplina
ADILSON GARCIA DO NASCIMENTO	-
ALEXSARA DE SOUZA MACIEL	Introdução à Sociologia e Sociologia jurídica
CARMO ANTONIO DE SOUSA	Direito Penal I e Direito Penal II
CARLOS ORLANDO FONSECA DE SOUZA	Introdução ao Estudo do Direito I e Hermenêutica Jurídica
CELESTE MARIA DA ROCHA RIBEIRO	-
DAIZE FERNANDA WAGNER	Direito Civil I e Estatuto da Criança e do Adolescente
EMANUEL RAIMUNDO DA COSTA SANTOS	-
HELENA CRISTINA GUIMARAES QUEIROZ SIMOES	Direito Internacional Publico e Direitos Humanos
IACI PELAES DOS REIS	Direito Econômico, Financeiro e Tributário
JOÃO GUILHERME LAGES MENDES	Prática e Estágio Supervisionado
JOÃO WILSON SAVINO CARVALHO	Introdução a filosofia e Filosofia Jurídica
JOSENILDO DE OLIVEIRA CUIMAR	-
MARCELO PORPINO NUNES	Direito Civil II e Direito Civil III
MARIA EMILIA OLIVEIRA CHAVES	-
NICOLAU ELADIO BASSALO CRISPINO	Direito Civil IV e Direito Civil V
PAULO CELSO RAMOS DOS SANTOS	Direito Constituciona I e Direito Constitucional II
PAULO DA VEIGA MOREIRA	Direito Penal I e Direito Penal III
RAIMUNDO NONATO FONSECA VALES	Direito Processual Civil I e II
RAUL JOSE DE GALLAD OLIVEIRA	Direito Administrativo I e Direito Administrativo II
RAULIETE DIANA LIMA E SILVA	-
ROBERTO JOSE NERY MORAES	Direito Processual Penal I e Direito Processual Penal II
RUI GUILHERME VASCONCELOS SOUZA FILHO	-

SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA	Prática e Estágio Supervisionado
SERGIO SAMPAIO FIGUEIRA	Direito Empresarial I, II, III e IV
SIMONE MARIA PALHETA PIRES	Direito Processual Civil I e II
ULISSES TRASEL	Direito do Trabalho I, II e Direito Processual do Trabalho

2.3 – ATUAÇÃO E DESEMPENHO ACADÊMICO E PROFISSIONAL

2.3.1 – PUBLICAÇÃO

Professor	Artigos em Periódicos	Livros ou Capítulos	Anais	Traduções
ADILSON GARCIA DO NASCIMENTO	-	-	3	-
ALEXSARA DE SOUZA MACIEL	3	-	-	-
CARMO ANTONIO DE SOUSA	-	2	-	-
CARLOS ORLANDO FONSECA DE SOUZA	-	-	-	-
CELESTE MARIA DA ROCHA RIBEIRO	-	-	-	-
EMANUEL RAIMUNDO DA COSTA SANTOS	-	-	-	-
DAIZE FERNANDA WAGNER	-	-	-	-
ELIANE SUPERTI	4	2	18	2
HELENA CRISTINA GUIMARAES QUEIROZ SIMOES	-	-	-	-
HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA	3	-	1	-
IACI PELAES DOS REIS	-	-	-	-
JOÃO GUILHERME LAGES MENDES	-	-	-	-
JOÃO WILSON SAVINO CARVALHO	-	1	-	-
JOSENILDO DE OLIVEIRA CUIMAR	-	-	-	-
MARCELO PORPINO NUNES	-	-	-	-
MARIA EMILIA OLIVEIRA CHAVES	-	-	-	-
NICOLAU ELADIO BASSALO CRISPINO	5	-	1	-
PAULO CELSO RAMOS DOS SANTOS	-	-	-	-
PAULO DA VEIGA MOREIRA	1	-	2	-
RAIMUNDO NONATO FONSECA VALES	-	-	-	-
RAUL JOSE DE GALLAD OLIVEIRA	-	-	-	-
RAULIETE DIANA LIMA E SILVA	-	-	-	-
ROBERTO JOSE NERY MORAES	-	-	-	-
RUI GUILHERME VASCONCELOS SOUZA FILHO	-	-	-	-
SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA	-	-	-	-
SERGIO SAMPAIO FIGUEIRA	-	-	-	-
SIMONE MARIA PALHETA PIRES	-	-	-	-
ULISSES TRASEL	-	-	-	-

2.3.2 – ATIVIDADES RELACIONADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Professor	Orientação Didática	Orientação Estágio	Orientação de bolsistas
ADILSON GARCIA DO NASCIMENTO	X	-	-
ALEXSARA DE SOUZA MACIEL	X	-	-
ARLEY COSTA	X	X	x
CARMO ANTONIO DE SOUSA	X	X	
CARLOS ORLANDO FONSECA DE SOUZA	X	-	-
CELESTE MARIA DA ROCHA RIBEIRO	X	-	-
DAIZE FERNANDA WAGNER	X	-	-
ELIANE SUPERTI	X	X	
EMANUEL RAIMUNDO DA COSTA SANTOS	X	-	-
HELENA CRISTINA GUIMARAES QUEIROZ SIMOES	X	-	-
HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA	X	-	X
IACI PELAES DOS REIS	X	-	-
JOÃO GUILHERME LAGES MENDES	X	X	
JOÃO WILSON SAVINO CARVALHO	X	-	-
JOSENILDO DE OLIVEIRA CUIMAR	X	-	-
MARCELO PORPINO NUNES	X	-	-
MARIA EMILIA OLIVEIRA CHAVES	X	-	-
NICOLAU ELADIO BASSALO CRISPINO	X		X
PAULO CELSO RAMOS DOS SANTOS	X	-	-
PAULO DA VEIGA MOREIRA	X	X	
RAIMUNDO NONATO FONSECA VALES	X	-	-
RAUL JOSE DE GALLAD OLIVEIRA	X		X
RAULIETE DIANA LIMA E SILVA	X	-	-
ROBERTO JOSE NERY MORAES	X	-	-
RUI GUILHERME VASCONCELOS SOUZA FILHO	X	-	-
SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA	X	X	
SERGIO SAMPAIO FIGUEIRA	X	-	-
SIMONE MARIA PALHETA PIRES	X	X	-
ULISSES TRASEL	X	-	-

2.3.4 – ATUAÇÃO NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Professor	Pesquisa	Extensão
ADILSON GARCIA DO NASCIMENTO	-	-
CARMO ANTONIO DE SOUSA	X	-
CARLOS ORLANDO FONSECA DE SOUZA	-	-
DAIZE FERNANDA WAGNER	X	X
ELIANE SUPERTI	X	X
HELENA CRISTINA GUIMARAES QUEIROZ SIMOES	-	-
HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA	X	X
IACI PELAES DOS REIS	-	-
JOÃO GUILHERME LAGES MENDES	X	X
JOÃO WILSON SAVINO CARVALHO	-	-
JOSENILDO DE OLIVEIRA CUIMAR	-	-
MARCELO PORPINO NUNES	X	-
MARIA EMILIA OLIVEIRA CHAVES	X	X
NICOLAU ELADIO BASSALO CRISPINO	X	-
PAULO CELSO RAMOS DOS SANTOS	-	-
PAULO DA VEIGA MOREIRA	-	-
RAIMUNDO NONATO FONSECA VALES	-	-
RAUL JOSE DE GALLAD OLIVEIRA	-	-
ROBERTO JOSE NERY MORAES	-	-
RUI GUILHERME VASCONCELOS SOUZA FILHO	-	-
SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA	-	-
SERGIO SAMPAIO FIGUEIRA	X	-
SIMONE MARIA PALHETA PIRES	-	-
ULISSES TRASEL	-	-

INSTALAÇÕES

3 – INSTALAÇÕES

A Fundação Universidade Federal do Amapá, foi criada através da Lei nº. 7.530 de 29 de agosto de 1986 e pelo Decreto nº. 98.997 de 02 de março de 1990, compondo o Sistema Federal de Ensino Superior em todos os Estados da Federação. Ela funciona no Campus Marco Zero do Equador, Rodovia JK, km 2, bairro Universidade, na cidade de Macapá/AP. Está localizada numa área de 929.517,00 m², tendo 13 blocos e cerca de 52 salas de aula.

3.1 – Instalações Gerais

O Campus possui uma área administrativa específica, onde estão todas as Pró-Reitorias, Recursos Humanos e Departamentos da Instituição. As salas destinadas aos colegiados de cursos, localizadas em instalações próprias, são climatizadas e dispõem de material de apoio compatível às necessidades de cada coordenação. O Departamento de Controle Acadêmico funciona juntamente com a Prefeitura no bloco administrativo (860 m²), além de todos os serviços oferecidos aos estudantes poderem ser acessados eletronicamente, através de cadastro e senha dos mesmos. O campus possui também um conjunto de pós-graduação (bloco “K”- 04 salas), Auditório, Ginásio de Esportes, Almojarifado Central, Centro de Lazer e Vivência, Unidade de Saúde, Departamento de Informática, Cantina, Cabine de Medição, Pórtico Principal, Reitoria e 08 laboratórios.

3.1.1 – Espaço Físico

ÁREA CONSTRUÍDA				
BLOCO	PAVIMENTO	m2	Unid.	M2 Total
Bloco “B”	1º Pavimento	418,14	m2	418,14
Bloco “C”	1º Pavimento	418,14	m2	418,14
Bloco “D”	1º Pavimento	418,14	m2	418,14
Bloco “E”	1º Pavimento	418,14	m2	418,14
Bloco “F”	1º Pavimento	418,14	m2	418,14
Bloco “G”	1º Pavimento	418,14	m2	418,14
Bloco “H”	1º Pavimento	418,14	m2	418,14
Bloco “I”	1º Pavimento	418,14	m2	418,14
Bloco “J”	1º Pavimento	418,14	m2	418,14

Bloco "K"	1º Pavimento	418,14	m2	418,14
Bloco "L"	1º Pavimento	418,14	m2	418,14
Bloco "M"	1º Pavimento	418,14	m2	418,14
Bloco "N"	1º Pavimento	418,14	m2	418,14
Bloco "O"	1º Pavimento	418,14	m2	418,14
Bloco "P"	1º Pavimento	418,14	m2	418,14
Bloco "R"	1º Pavimento	418,14	m2	418,14
Bloco "S"	1º Pavimento	418,14	m2	418,14
Bloco "T"	1º Pavimento	418,14	m2	418,14
Área em Construção				
Bloco "U"	1º Pavimento	418,14	m2	418,14
Laboratório	1º Pavimento	418,14	m2	418,14
Auditório Multiuso	1º Pavimento	-	-	-

Salas de Aula

SALAS DE AULA	Medidas em m2
SALAS DE AULA – BLOCO "B" (4 SALAS)	418,14
SALAS DE AULA – BLOCO "C" (4 SALAS)	418,14
SALAS DE AULA – BLOCO "D" (4 SALAS)	418,14
SALAS DE AULA – BLOCO "E" (3 SALAS)	302,22
SALAS DE AULA – BLOCO "F" (1 SALA)	80,00
SALAS DE AULA – BLOCO "H" (4 SALAS)	320,00
CONJUNTO PÓS-GRADUAÇÃO-BLOCO "K" (4 SALAS)	418,14
SALAS DE AULA – BLOCO "J" (1 SALA)	80,00
SALAS DE AULA – BLOCO "N" (4 SALAS)	320,00
SALAS DE AULA – BLOCO "P" (4 SALAS)	320,00
SALAS DE AULA – BLOCO "Q" (4 SALAS)	320,00
SALAS DE AULA – BLOCO "R" (4 SALAS)	320,00
SALAS DE AULA – BLOCO "S" (4 SALAS)	320,00
SALAS DE AULA – BLOCO "T" (4 SALAS)	320,00
SALAS DE AULA – BLOCO "CB" (3 SALAS)	302,22
T O T A L	

Laboratórios

LABORATÓRIOS	Medidas em m2
LABORATÓRIO INFORM./PEDAGOGIA – BLOCO “J”	160,00
LABORATÓRIO DE MICROBIOLOGIA	72,00
LAB. PRAT. JUR. – BLOCO “A” (5 SALAS)	418,14
LAB. GEOGRAFIA – BLOCO “E” (1 SALA)	115,92
LAB. DE ENFERMAGEM – BLOCO “L”	240,00
LAB. EXATAS – BLOCO “O”	240,00
LAB. CIEN. BIOL. – BLOCO “F” (3 SALAS)	240,00
LAB. EDUC. ART. BLOCO “M”	377,50
UNIDADES DE SAÚDE	646,35
T O T A L	

Instalações Administrativas

INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS	Medidas em m2
ALMOXARIFADO CENTRAL	240,00
DEPSEC	311,00
DACE	137,20
BIBLIOTECA CENTRAL	911,25
CABINE DE MEDIÇÃO	9,08
DERCA (PREFEITURA)	860,00
LAZER E VIVÊNCIA	576,00
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA	228,00
REITORIA	954,00
T O T A L	

Instalações para Docentes DA UNIFAP

INSTALAÇÕES PARA DOCENTES	Medidas em m2
PRÉDIO DOS PROFESSORES (PAVIMENTOS 1 e 2)	736,00
16 SALAS (3mx5m)	-
T O T A L	376,00

Instalações para Coordenação de Cursos

INSTALAÇÕES PARA COORDENAÇÃO DE CURSOS	Medidas em m2
GABINETE DOS PROFESSORES	736,00

PRÉDIO DOS PROESSORES PAVIMENTO 1 e 2 (8 SALAS)	
---	--

Auditório/Sala de Conferência

AUDITÓRIO/SALA DE CONFERÊNCIA	Medidas em m2
AUDITÓRIO DA REITORIA	1.044,00

Instalações Sanitárias

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	Medidas em m2
CANTINA/DCE/BANHEIROS	602,00
BANHEIROS - BLOCO "J"	80,00
BANHEIROS - LAB.EXATAS	80,00
CISTERNA	77,85
REITORIA/SUBESTAÇÃO	954,00
RESERVATÓRIO ELEVADO	28,09
T O T A L	

Condições de acesso

INSTALAÇÕES DE ACESSO	Medidas em m2
PASSARELAS COBERTAS	2.837,00
PORTICO PRINCIPAL	156,60
PISTA DE ACESSO (REITORIA)	1.760,00
PISTA DE ACESSO (PRINCIPAL)	2.720,00
SISTEMA VIÁRIO/CIRCULAÇÃO DE PEDESTRES	3.534,00
02 RAMPAS DE ACESSO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.	-

INSTALAÇÕES ESPORTIVAS/RECREATIVAS

INSTALAÇÕES ESPORTIVAS/RECREATIVAS	Medidas em m2
GINÁSIO DE ESPORTES	1.687,00
LAZER E VIVÊNCIA	576,00
T O T A L	

Condições de Acesso para Portadores de Necessidades Especiais.

INSTALAÇÕES DE ACESSO P/PORT. DE NEC.ESP.	Medidas em m2
02 RAMPAS DE ACESSO AOS BLOCOS	-
02 VAGAS PARA ESTACIONAMENTO	-
02 SANITÁRIOS	-
02 BEBEDOUROS ADAPTADOS	-
TOTAL	-

Infra-estrutura de Segurança

A infra-estrutura de segurança pessoal e patrimonial da Universidade Federal do Amapá ocorre através da terceirização da Empresa de Segurança Privada Pointer Ltda., objetivando garantir a ordem e a segurança dentro do campus da UNIFAP.

A Prevenção de Incêndio é composta por Projeto de Prevenção e Combate a Incêndios, executado a partir da instalação de rede Hidrantes, Extintores, central de alarme contra incêndio e ainda pela formação de Corpo de Brigada de Incêndio, construído e treinado pelo Corpo de Bombeiros da Cidade de Macapá, visando assegurar a devida utilização dos meios de combate a incêndios oferecidos pela Universidade.

A Infra-estrutura de Prevenção contra Acidentes de Trabalho é representada pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) permitindo assim formação de consciência preventiva e corretiva de nossos funcionários com o propósito de manter um ambiente de trabalho hígido e produtivo.

Plano de Expansão – Existente

Área Projetada para Construção				
Bloco "U"	1º pavimento	1.480,39	m2	
Bloco "V"	1º pavimento	1.145,00	m2	

3.1.2 – Equipamentos

A Universidade Federal do Amapá disponibiliza a todos os seus professores e funcionários e-mail institucional e acesso a internet a todos os professores via coordenação de cursos. Quanto aos recursos audiovisuais, atendem a demanda e estão disponíveis mediante agendamento.

Equipamentos de Informática para os Docentes

01 Sala de Professores	3 PCs
T o t a l	3 PCs

Recursos Audiovisuais.

Televisor	01
Retro-projetor	01
Vídeo	01
Telão	01

Rede de Comunicação Científica/Biblioteca

PC's plugados a internet para acesso dos alunos	03
PC's plugados a internet para acesso dos professores	03
T o t a l	06

3.1.3 – Serviços.

Manutenção e conservação das instalações físicas

A manutenção e conservação das instalações físicas da UNIFAP é realizada através da Empresa SERVICON Ltda, que possui em todo Campus 26 serventes. A conservação e limpeza da Universidade são realizadas diariamente através de escalas e divisão de trabalho por área.

Alguns serviços de manutenção são realizados por servidores da própria Instituição. Diariamente, são feitas manutenções corretivas que ocorrem imediatamente após a quebra ou paralisação das instalações físicas. É importante ressaltar também que periodicamente são feitas manutenções preventivas assegurando assim a qualidade do serviço e das instalações físicas da Instituição, atendendo os padrões e normas necessários.

Manutenção e Conservação dos Equipamentos

A manutenção e conservação básica dos equipamentos da UNIFAP são realizadas pelos próprios servidores da Instituição, de acordo com áreas de qualificação específica.

3.2 – Biblioteca

3.2.1 – Espaço Físico.

Espaço Físico Biblioteca	
Descrição	Metragem
Geral	911,25 m2
Acervo	342,87 m2
Sala de Leitura	191,64 m2
Auditório	50,00 m2
CPD alunos	15,80 m2
Restauração	14,00 m2
Almoxarifado	18,75 m2
Processamento	15,00 m2
Diretoria	28,00 m2
DML	6,00 M2
Copa	6,00 m2
WC FEM. Funcionários	9,40 m 2
WC MASC. funcionários	9,40 m2
WC FEM. Alunos	16,25 m2
WC MASC. Alunos	16,25 m2
HALL	65,25 m2

3.2.2 – ACERVO

Na informatização do acervo foi utilizado o sistema BOOK-MANANGE criado pelo Departamento de Informática da UNIFAP.

CONVÊNIOS

COMUT ON-LINE

O COMUT conta com várias bibliotecas-base, o que permite a qualquer pessoa a solicitação de cópias de artigos publicados em periódicos técnico-científicos (revistas, jornais, boletins, etc.), teses e anais de congressos existentes nas bibliotecas de referências no país.

Livros

A aquisição e atualização do acervo para atender o curso de Direito ocorrem da seguinte maneira:

A biblioteca envia memorando para a coordenação solicitando indicação bibliográfica;

Em seguida encaminha a relação dos livros solicitados a PROGRAD;

Esta por sua vez encaminha à comissão de licitação (feita através de pregão uma vez por ano a nível nacional).

Periódicos

O acervo de periódicos é organizado e mantido através de doação, sob indicação dos professores e da coordenação.

Informatização

A Biblioteca Central é plenamente informatizada, no que se refere a consulta ao acervo e aos recursos da pesquisa informatizada, contando com 10 (dez) microcomputadores, sendo quatro para consulta ao acervo, seis para pesquisa informatizada.

O sistema de empréstimo é totalmente informatizado e compatível com o sistema adotado pela Biblioteca para a informatização do acervo, BUG-MANAGE, sistema criado pela própria UNIFAP, possuindo como princípio de localização o sistema SCDD-20 (sistema de classificação decimal).

O Sistema de Empréstimo controla as seguintes atividades:

- Empréstimo para consulta local
- Empréstimo domiciliar
- Relatório estatístico e de controle de utilização (tal relatório é o encaminhado anualmente à PROGRAD)

Multimeios

Com o desenvolvimento tecnológico das informações, serão desenvolvidas atividades multidisciplinares com didática própria, onde os discentes serão estimulados a enfrentar suas dificuldades. As pesquisas obtidas via Internet e Vídeos, serão adequadas as suas necessidades e conduzidas sob orientação de um funcionário da Biblioteca.

Base de Dados

A base de dados BOOK MANANGE, produto multidisciplinar, disponibiliza vários títulos de periódicos com artigos e títulos indexados. Os artigos científicos são provenientes de diversas áreas do conhecimento, como ciências humanas, exatas, tecnológicas, biomédicas e etc. Faz parte do Portal de periódicos CAPES.

Jornais e Revistas

A biblioteca adquire um número significativo de revistas através de doação, pois não existem verbas disponíveis para compra de revistas e jornais que também são doados.

Vídeos

Objetivando o melhor aproveitamento da informação em diferentes níveis, será estimulado o auto-estudo através de projeção de vídeos de palestras, seminários, workshops e outros. O acervo de vídeos é atualizado através das indicações dos professores e da coordenação.

A Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá segue o seguinte regulamento:

1. DO FUNCIONAMENTO

Durante o período letivo a Biblioteca funcionará, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 às 22:00 h.

Não será permitido a prática de atos que possam prejudicar o bem estar dos que estiverem no interior da biblioteca, ou que possam causar prejuízo ao patrimônio público nela existente.

O usuário que descumprir esta regra anterior, será impedido de usufruir dos serviços oferecidos pela biblioteca, por tempo indeterminado.

Os funcionários da biblioteca deverão ser respeitados e suas solicitações acatadas, quando visarem o bom andamento das atividades da biblioteca.

2. DA INSCRIÇÃO DO USUÁRIO NA BIBLIOTECA

. Poderá cadastrar-se como usuário, os discentes regularmente matriculados em cursos mantidos pela Universidade, docentes e técnicos-administrativos pertencentes ao quadro funcional da Instituição. Tal procedimento é feito via internet.

. O cadastro será efetuado mediante apresentação dos seguintes documentos:

b) Docentes e Técnicos-administrativos:

- Cédula de Identidade
- Comprovante de vínculo com a Universidade
- 01 fotografia 3x4 (recente)

c) Discente de graduação:

- Cédula de Identidade
- Comprovante de matrícula no semestre corrente
- 01 fotografia 3x4 (recente)

. A validade da carteira é de acordo com a duração do curso para discentes e anual para docentes e técnicos-administrativos. A solicitação da .2ª via é feita mediante o boletim de ocorrência oriundo de uma delegacia de polícia.

. O usuário inadimplente com a Biblioteca terá suspenso seu direito de renovar a carteira.

. A solicitação de emissão ou renovação da carteira da Biblioteca poderá ser efetuada durante os primeiros meses de cada semestre letivo.

3. DO USO DA SALA DE LEITURA E DO AUDITÓRIO

3.1. A Sala de Leitura será utilizada exclusivamente para atividades de leitura, sendo vedada discussões e eventos que descaracterize as ações desenvolvidas na Biblioteca, tais como: Missas, Colação de Graus, Seminários e Festas.

3.2. O auditório da Biblioteca será utilizado nos horários das 08:00 às 21:00 horas, de segunda a sexta-feira, para atividades sócio-educativas que visem aprimoramento profissional e acadêmico como Seminários, Palestras, Fórum de Debates e Curso, sendo vedado para atividades acadêmicas, tais como, aulas, defesa de TCC e exibição de vídeos.

3.3. A Solicitação para o uso dos ambientes supramencionados deverá ser feita formalmente à Divisão de /auxílio ao Usuário, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a fim de que a mesma possa analisar e emitir parecer de deferimento ou não aos interessados.

3.4. A Sala destinada a Leitura Infantil "Toca da Leitura", terá seu acervo para uso exclusivo no local, sendo vedado o empréstimo domiciliar e reprografia do acervo, bem como utilização dos referidos espaços para atividades descaracterizadas dos objetivos específicos destinados.

3.5. As utilizações de qualquer material não pertencentes ao espaço físico, ficam sob a inteira responsabilidade do usuário solicitante, ficando o mesmo na obrigação de remover o material utilizado ao final do evento.

3.6. É vedada a utilização de alimentos de qualquer natureza no interior dos ambientes supramencionados.

3.7. O requerimento que obtiver seu pedido deferido, para utilização dos espaços supramencionados, ficará responsável mediante termo específico expedido pela Chefia de Divisão ao Usuário, pelo bom uso e conservação dos espaços e bens patrimoniais recebidos, nas mesmas condições de recebimento.

3.8. O uso do computador da sala de Leitura Infantil “Toca da Leitura”, para acesso a INTERNET, deverá ser solicitada à Direção da Biblioteca, que através do preenchimento de formulário de reserva estipulará os dias, horários disponíveis e assuntos a serem pesquisados apenas para o público alvo do referido setor.

3.9. A sala destinada ao Periódico, deverá ser utilizada exclusivamente por usuários interessados pela referida coleção, ficando a consulta condicionada no local, sendo vedada a saída de qualquer material pertencente ao acervo.

3.10. Os Servidores da Biblioteca, quando no exercício da função operacional, fiscalizarão ao fiel cumprimento do estabelecido, propondo, se for o caso diligências para fins de regularização.

3.11. O não cumprimento as determinações deste regulamento, acarretará a aplicação de penas administrativas legais.

4. DO EMPRÉSTIMO DE DOCUMENTOS DO ACERVO

4.1. A cessão de qualquer publicação por empréstimo, pela Biblioteca Centra, aos usuários cadastrados, obedecerá às normas constantes neste documento.

4.2. Para usufruir do empréstimo é necessário prévio cadastramento na Biblioteca Central.

4.3. Somente o usuário portador da carteira da Biblioteca poderá efetuar empréstimos, ficando sujeito à suspensão durante todo o semestre corrente aquele que for surpreendido tentando burlar o serviço de empréstimo da Biblioteca.

4.4. Cada usuário terá direito ao empréstimo de até 03 (três) documentos, com títulos diferentes.

4.5. O empréstimo de material documental não poderá ser efetuado por prazo superior a (07) sete dias, independentemente do tipo de usuário.

4.6. Não poderá ser efetuada a renovação do empréstimo da mesma obra antes do seu retorno a estante, entretanto, poderá ser efetuado empréstimo de outro exemplar, desde que haja disponibilidade.

4.7. É facultado a docentes e técnico-administrativo, o empréstimo das obras citadas no sub-ítem 5.2, pelo prazo máximo de 02 (dois) dias, devendo a liberação ser feita pela Direção da Biblioteca ou pelo Chefe da Divisão de Auxílio Usuário.

5. DA CONSULTA NA BIBLIOTECA

5.1. O acesso ao serviço de consulta, é efetuado a qualquer pessoa mediante apresentação de qualquer documento de identificação pessoal.

5.2. Ocorrendo a não devolução de qualquer documento solicitado o sub-ítem 5.2, imediatamente após a consulta, por parte do usuário, este terá suspenso seus direitos de usufruir dos serviços oferecidos pela Biblioteca durante todo o semestre corrente.

6. DAS PENALIDADES

6.1. A não restituição do documento tomado por empréstimo dentro do prazo estabelecido, acarretará as seguintes providências;

- a) Cobrança de multa, por dia de atraso, durante o período em que a obra estiver sob posse do usuário;
- b) Suspensão do direito de empréstimo, pelo dobro dos dias em que a obra estiver sob a posse do usuário;
- c) A Biblioteca notificará o usuário inadimplente, ao final de cada semestre letivo, para que efetue sua regularização com o serviço de circulação;
- d) Em caso de não atendimento a notificação contida na alínea “C” deste sub-ítem, a Biblioteca expedirá documento ao DERCA, se aluno, ou ao Departamento no qual o

usuário estiver lotado, se funcionário, solicitando a adoção das medidas previstas neste documento;

- e) Sendo aluno desta Universidade, terá sua matrícula impedida enquanto estiver inadimplente com a Biblioteca;
- f) Se Docente ou Técnico-administrativo, será dado prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que efetue sua regularização com o serviço de Circulação da Biblioteca, caso isto não ocorra, será iniciado o processo administrativo disciplinar com a comunicação ao superior do servidor faltoso.

6.2. A Biblioteca não aceitará a devolução de qualquer documento incompleto ou danificado pelo usuário, ficando o responsável obrigado a substituí-lo por um novo.

6.3. A publicação danificada ou extraviada deverá ser substituída por outra do mesmo autor e título. Caso haja impossibilidade, a Biblioteca indicará qual a obra que deverá substituir.

6.4. A substituição da obra danificada ou extraviada deverá ser efetuada na Circulação da Biblioteca; e após análise e aceite, deverá ser entregue recibo de quitação ao interessado.

Serviços

Horário de funcionamento

A Biblioteca funciona das 7:30 às 22:00h. O acervo fica disponível a consulta via internet através da home page da IF.

Serviço de Acesso ao Acervo

Empréstimo

O Sistema de acesso adotado pela biblioteca é totalmente informatizado, o discente localiza no micro o código de localização de obra publica, isto facilita a agilização no atendimento.

O Sistema de empréstimo funciona da seguinte forma:

Empréstimo para consulta local

Empréstimo domiciliar

Controle de utilização (informatizado)

Xerox

O serviço de xerox é terceirizado e funciona internamente na instituição.

Pessoal Técnico e Administrativo

Quadro de Funcionários

Bibliotecária

Nome: Naucirene Corrêa Coutinho Figueiredo

Ana Cristina Dias

Dilma Santos Juarez (cargo comissionado)

Auxiliar de biblioteca

Nome: Maria do Socorro Oliveira Lopes

Mauro Cezar Vaz Medeiros

Iradir Ferreira Maia

Maria Lúcia S. Ferreira

Ana Célia da Costa Oliveira

Zenildo Mendonça Barbosa

ACERVO NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIFAP

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
004271	ESTUDOS E PARECERES: DIREITO PUBLICO	BASTOS, CELSO	REVISTA DOS TRIBUNAIS	1983	2
005118	ESTUDOS E PARECERES: DIREITO PUBLICO	BASTOS, CELSO	REVISTA DOS TRIBUNAIS	1993	3
009991	ALEM DA JUSTICA	HELLER, AGNES	CIVILIZACAO BRASILEIRA	1998	3
000681	DIREITO E DEMOCRACIA: O PAPEL DO MINISTERIO PUBLICO	MARQUES, JOAO BENEDITO DE AZEVEDO	CORTEZ	1986	1
011115	A MORTE DO DIREITO	CARNELUTTI, FRANCESCO	LIDER	2003	6
011175	COMO NASCE O DIREITO	CARNELUTTI, FRANCESCO	LIDER	2003	6
005331	UMA TEORIA DA JUSTICA	RAWLS, JOHN	MARTINS FONTES	1997	5
000360	UMA NOVA INTRODUCAO AO DIREITO	ANTUNES, PAULO DE BESSA	RENOVAR	1992	2
000357	COMPENDIO DE INTRODUCAO A CIENCIA DO DIREITO	MACHADO NETO, A.L.	SARAIVA	1988	4
000657	COMPENDIO DE INTRODUCAO A CIENCIA DO DIREITO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	1991	27
011602	COMPENDIO DE INTRODUCAO A CIENCIA DO DIREITO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2004	3
000682	DIREITO PUBLICO BRASILEIRO E ANALISE DA CONSTITUICAO DO IMP	BUENO, JOSE ANTONIO PIMENTA	SENADO FEDERAL	1978	1
010111	DIREITO E DEMOCRACIA: ENTRE A FACTIVIDADE E VALIDADE	HABERMAS, JURGEN	TEMPO BRASILEIRO	1997	2
010110	DIREITO E DEMOCRACIA: ENTRE FICTICIDADE E VALIDADE	HABERMAS, JURGEN	TEMPO BRASILEIRO	1997	2
004516	CARTA DE INICIACAO PARA GOSTAR DO DIREITO	HERKENHOFF, JOAO BAPTISTA	ACADEMICA	1995	1
005390	BIOETICA	SEGRE, MARCO	EDUSP	1995	3
006933	AS LACUNAS NO DIREITO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	1999	2
000634	PRINCIPIOS GERAIS DE DIREITO PUBLICO	CAVALCANTI, THEMISOCLES BRANDAO	ATLAS	1945	1
000358	INTRODUCAO AO ESTUDO DO DIREITO: TECNICA, DECISAO, DOMINACA	FERRAZ JUNIOR, TERCIO SAMPAIO	ATLAS	1988	3
000361	INTRODUCAO CRITICA AO DIREITO	MIAILLE, MICHEL	ESTAMPA	1989	8
010733	INTRODUCAO AO ESTUDO DO DIREITO	NADER, PAULO	FORENSE	2003	3
011618	INTRODUCAO AO ESTUDO DO DIREITO	NADER, PAULO	FORENSE	2004	3
003800	INTRODUCAO AO ESTUDO DO DIREITO: DE ACORDO COM A CONSTITUIC	NADER, PAULO	FORENSE	1999	11
005179	INSTITUICOES DE DIREITO PUBLICO E PRIVADO	FLORIDO, LUIS CLAUDIO RIMES	LIBER JURIS	1993	1
005850	PROBLEMAS DE DIREITO PUBLICO E OUTROS PROBLEMAS	LEAL, VICTOR NUNES	MINISTERIO DA JUSTICA	1997	2
009668	INSTITUICOES DE DIREITO PUBLICO E PRIVADO	DOWER, NELSON GODOY BASSIL	NELPA	1999	1

004236	INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E DE DIREITO PRIVADO	BRANCATO, RICARDO TEIXEIRA	SARAIVA	1995	6
000735	INTRODUÇÃO A CIÊNCIA DO DIREITO	SOUZA, DANIEL COELHO DE	SARAIVA	1988	20
005103	INTRODUÇÃO AO DIREITO	POLETTI, RONALDO	SARAIVA	1996	4
000359	LICÕES PRELIMINARES DE DIREITO	REALE, MIGUEL	SARAIVA	1993	4
004152	LICÕES PRELIMINARES DE DIREITO	REALE, MIGUEL	SARAIVA	1995	5
012400	LICÕES PRELIMINARES DE DIREITO.	REALE, MIGUEL	SARAIVA	2004	3
004270	DIREITO E LEGISLAÇÃO: CURSO INTRODUTÓRIO	MENDES, SINESIA C.	SCIPIONE	1995	2

ANTROPOLOGIA JURÍDICA					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	QTD EX.
011849	O QUE É DIREITO	LYRA FILHO, ROBERTO	BRASILIENSE	2004	3
005039	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO JURÍDICO CRÍTICO	WOLKMER, ANTONIO CARLOS	ACADEMICA	1995	4
003807	A MULHER E O DIREITO	VERUCCI, FLORISA	NOBEL	1987	1
007497	O DIREITO DA TER DIREITOS	VAIDERGORN, JOSE	AUTORES ASSOCIADOS	2000	1
004211	LEGADO POLÍTICO DO OCIDENTE: O HOMEM E O ESTADO	MOREIRA, ADRIANO, COORD.	DIFEL	1978	4
009818	METODO EXTRAJUDICIAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	LORENTZ, LUTIANA NACUR	LTR	2002	1
000692	RACIONALIZAÇÃO LEGISLATIVA	PORTO, WALTER COSTA	MIN. DA JUSTIÇA	1984	1

CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	QTD EX.
008087	PARA UM NOVO SENSO COMUM: A CIÊNCIA, O DIREITO E A POLÍTICA	SANTOS, BOAVENTURA DE SOUZA	CORTEZ	2000	1
005115	TEORIA GERAL DO ESTADO	MENEZES, ANDERSON DE	FORENSE	1996	10
004675	HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS	CALMON, PEDRO	FREITAS BASTOS	1952	1
004255	TEORIA GERAL DO ESTADO	AZAMBUJA, DARCY	GLOBO	1995	7
010523	PACTOS DA HUMANIDADE		PATER EDITORA	1997	2
004223	TEORIA GERAL DO ESTADO	MALUF, SAHID	SARAIVA	1999	6
004215	ELEMENTOS DE TEORIA GERAL DO ESTADO	DALLARI, DALMO DE ABREU	SARAIVA	1998	10
012119	CONTROLE SOCIAL E O ESTADO	COSTA, WALDEZ PACHECO DA		1999	0
012137	A TEORIA DE MONTESQUIEU E A REALIDADE DO ESTADO MODERNO.	RODRIGUES, VIRGILIO LOURENCO		2002	0
010873	ESTADO, GOVERNO, SOCIEDADE: PARA UMA TEORIA GERAL DA ...	BOBBIO, NORBERTO	PAZ E TERRA	2003	5
009758	ESTADO, GOVERNO, SOCIEDADE: PARA UMA TEORIA...	BOBBIO, NORBERTO	PAZ E TERRA	1987	2

LINGUAGEM JURÍDICA					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	QTD EX.
005295	DICIONÁRIO DE VERBOS JURÍDICOS	HENRIQUES, ANTONIO	ATLAS	1998	3
004166	LATIM NO DIREITO	XAVIER, RONALDO CALDEIRA	FORENSE	1999	3
003875	NOVO DICIONÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO	NAUFEL, JOSE	FORENSE	1998	1

006055	VOCABULARIO JURIDICO	SILVA, DE PLACIDO	FORENSE	1999	1
012175	DICIONARIO JURIDICO BRASILEIRO ACGUAVIVA	ACGUAVIVA, MARCUS CLAUDIO	JURIDICA BRASILEIRA	2004	4
006973	VADEMECUM UNIVERSITARIO DE DIREITO	ACQUAVIVA, MARCUS CLAUDIO	JURIDICA BRASILEIRA	1998	3
006882	O VERBO NA LINGUAGEM JURIDICA: ACEPCOES E REGIMES	KASPARY, ADALBERTO J.	LIVRARIA DO ADVOGADO	1996	1
001026	DICIONARIO JURIDICO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	1998	4
012477	LINGUAGEM JURIDICA.	BITTAR, EDUARDO C. B.	SARAIVA	2003	3

METODOLOGIA CIENTÍFICA					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
009979	MONOGRAFIA JURIDICA	SANTOS, NIVALDO DOS	AB EDITORA	2000	8
011854	MONOGRAFIA NO CURSO DE DIREITO	HENRIQUES, ANTONIO	ATLAS	2004	1
009978	MANUAL DA MONOGRAFIA JURIDICA	NUNES, RIZZATTO	SARAIVA	2002	9

DIREITOS HUMANOS					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
006844	DIREITOS HUMANOS, DIGNIDADE E ERRADICACAO DA POBREZA: UMA D	ALVARENGA, LUCIA BARROS FREITAS DE	BRASILIA JURIDICA	1998	3
011422	DIREITOS HUMANOS: PARADOXO DA CIVILIZACAO	BARROS, SERGIO RESENDE DE	DEL REY	2003	1
012568	DIREITO DE IGUALDADE RACIAL: ASPECTOS.....	SILVA JR, HEDIO	JUAREZ DE OLIVEIRA	2002	3
005217	DIREITOS HUMANOS: NOVO NOME DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA		PRESIDENCIA DA REPUBLICA	1995	0
007014	DIREITOS HUMANOS - A CONSTRUCAO UNIVERSAL DE UMA UTOPIA	HERKENHOFF, JOAO BAPTISTA	SANTUARIO	1997	1
011108	DIREITOS HUMANOS: A CONSTRUCAO UNIVERSAL	HERKENHOFF, JOAO BAPTISTA	SANTUARIO	1997	3
005092	DIREITOS HUMANOS: DECLARACOES DE DIREITOS E GARANTIAS		SENADO FEDERAL	1996	1
009764	OS DIREITOS HUMANOS E SUA ARTICULACAO PRATICA...		UCDB	2001	1
000663	DIREITOS HUMANOS: PAUTAS PARA UMA EDUCACAO LIBERTADORA	MOSCA, JUAN JOSE	VOZES	1990	5
001962	CRIANCAS ESPANCADAS	SANTOS, HELIO DE OLIVEIRA	PAPIRUS	1987	5

FILOSOFIA JURÍDICA					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
005834	FUNDAÇÕES E DIREITO	RAFAEL, EDSON JOSE	MELHORAMENTOS	1997	3
000641	A FILOSOFIA DO DIREITO	BATIFFOL, HENRI	DIFEL	1968	1
004243	CURSO DE FILOSOFIA DO DIREITO	CRETELLA JUNIOR, JOSE	FORENSE	1995	5
005279	FILOSOFIA DO DIREITO	NADER, PAULO	FORENSE	1998	10
004310	ESTUDOS DE FILOSOFIA DO DIREITO: UMA VISÃO INTEGRAL DA OBRA		REVISTA DOS TRIBUNAIS	1985	4
005104	ESTUDOS DE FILOSOFIA DO DIREITO	MONTORO, ANDRE FRANCO	SARAIVA	1995	4
000625	ESTUDOS DE FILOSOFIA E CIENCIA DO DIREITO	REALE, MIGUEL	SARAIVA	1978	3
001076	FILOSOFIA DO DIREITO	REALE, MIGUEL	SARAIVA	1993	1
004104	FILOSOFIA DO DIREITO	REALE, MIGUEL	SARAIVA	1994	3
005289	FILOSOFIA DO DIREITO	REALE, MIGUEL	SARAIVA	1996	7
005406	HEGEL: LIBERDADE, ESTADO E HISTORIA	WEBER, THADEU	VOZES	1993	3

001001	HISTORIA DA FILOSOFIA	PADOVANI, UMBERTO	MELHORAMENTOS	1972	1
--------	-----------------------	-------------------	---------------	------	---

HERMENÊUTICA JURÍDICA					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
000642	HERMENEUTICA E APLICACAO DO DIREITO	MAXIMILIANO, CARLOS	FORENSE	1999	6
011118	COMO APLICAR E INTERPRETAR AS LEIS	FERRARA, FRANCESCO	LIDER	2005	6
011177	HERMENEUTICA E ARGUMENTACAO: UMA CONTRIBUICAO AO...	CAMARGO, MARGARIDA MARIA LACOMBE	RENOVAR	2003	2
005021	CRITICA A DOGMATICA E HERMENEUTICA JURIDICA	AZEVEDO, PLAUTO FARACO DE	SERGIO ANTONIO FABRIS	1989	2

FUNDAMENTOS DE ECONOMIA					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
010122	MANUAL DE ECONOMIA	PINHO, DIVA BENEVIDES	SARAIVA	2002	2
010118	UMA INTRODUCAO A CIENCIAS DAS FINANÇAS	BALEEIRO, ALIOMAR	FORENSE	2002	4

DIREITO CIVIL I					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
010495	CODIGO CIVIL		CAMARA DOS DEPUTADOS	2002	3
012515	CODIGO CIVIL DE 2002 COMPARADO E ANOTADO	MACHADO, ANTONIO CLAUDIO DA COSTA	JUAREZ DE OLIVEIRA	2003	2
003146	REPERTORIO DE JURISPRUDENCIA DO CODIGO CIVIL		MAX LIMONAD	1957	4
010022	NOVO CODIGO CIVIL CONFRONTADO	ALVES, JONES FIGUEIREDO	METODO	2003	4
005113	CURSO MODERNO DE DIREITO CIVIL	DOWER, NELSON GODOY BASSIL	NELPA	1996	1
011861	CODIGO CIVIL		REVISTA DOS TRIBUNAIS	2004	3
005202	CODIGO CIVIL E LEGISLACAO CIVIL EM VIGOR		REVISTA DOS TRIBUNAIS	1991	7
010921	NOVO CODIGO CIVIL BRASILEIRO: LEI 10.406, DE ...		REVISTA DOS TRIBUNAIS	2003	3
004594	DIREITO CIVIL BRASILEIRO	RIBAS, CONSELHEIRO JOAQUIM	RIO	1983	1
004598	PROGRAMA DE DIREITO CIVIL	DANTAS, FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO	RIO	1981	1
004596	PROGRAMA DE DIREITO CIVIL: AULAS PROFERIDAS NA FACULDADE NA	DANTAS, FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO	RIO	1979	1
004599	PROGRAMA DE DIREITO CIVIL: AULAS PROFERIDAS NA FACULDADE NA	DANTAS, FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO	RIO	1978	2
010707	CODIGO CIVIL		SARAIVA	2003	5
005336	CODIGO CIVIL ANOTADO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	1997	3
010715	CODIGO CIVIL ANOTADO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2003	3
011065	CODIGO CIVIL COMENTADO: PARTE GERAL	LOTUFO, RENAN	SARAIVA	2003	2
010717	CODIGO CIVIL E LEGISLACAO EM VIGOR	NEGRAO, THEOTONIO	SARAIVA	2003	2
010938	COMENTARIOS AO CODIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL: DAS DISPOSICOE	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2003	2
004235	CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	1995	2
010925	CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2003	1
010724	DIREITO CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2003	2
010727	DIREITO CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2002	2

010728	DIREITO CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2002	2
011408	CONSOLIDACAO DAS LEIS CIVIS V.1	FREITAS, AUGUSTO TEIXEIRA DE	SENADO FEDERAL	2003	1
011409	CONSOLIDACAO DAS LEIS CIVIS V.2	FREITAS, AUGUSTO TEIXEIRA DE	SENADO FEDERAL	2003	1
012184	DIREITO CIVIL: PARTE GERAL	VENOSA, SILVIO DE SALVO	ATLAS	2005	3
012452	DIREITO CIVIL: PARTE GERAL	VENOSA, SILVIO DE SALVO	ATLAS	2006	2
000353	DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL: INTRODUCAO AO DIREITO ROMANO	VENOSA, SILVIO DE SALVO	ATLAS	1993	3
005071	DIREITO CIVIL: PARA CONCURSO DE JUIZ DO TRABALHO	CANTAO, ANA PAULA	EDIPRO	1994	3
010007	DIREITO CIVIL: ALGUNS ASPECTOS D ASUA EVOLUCAO	PEREIRA, CAIO MARIO DA SILVA	FORENSE	2001	3
010922	DIREITO CIVIL: ALGUNS ASPECTOS DA SUA EVOLUCAO	PEREIRA, CAIO MARIO DA SILVA	FORENSE	2001	3
005086	DIREITO CIVIL: PARTE GERAL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	1997	12
010722	DIREITO CIVIL: PARTE GERAL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2003	5
000598	TEORIA GERAL DO NEGOCIO JURIDICO	BETTI, EMILIO	COIMBRA	1970	1
010006	INVALIDADE DO NEGOCIO JURIDICO: NULIDADE E ANULABILIDADE	VELOSO, ZENO	DEL REY	2002	3
000652	INSTITUICOES DE DIREITO CIVIL: INTRODUCAO AO DIREITO CIVIL:	PEREIRA, CAIO MARIO DA SILVA	FORENSE	1998	14
000356	INTRODUCAO AO DIREITO CIVIL	GOMES, ORLANDO	FORENSE	1993	2
005145	INTRODUCAO AO DIREITO CIVIL	GOMES, ORLANDO	FORENSE	1996	2
011121	TEORIA GERAL DOS CONTRATOS NO NOVO CODIGO CIVIL	LOUREIRO, LUIZ GUILHERME	METODO	2002	1
001050	OS DIREITOS DA PERSONALIDADE	CUPIS, ADRIANO DE	MORAIS	1961	1
010923	CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO: TEORIA GERAL DO DIREITO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2003	2
010020	CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO: TEORIA GERAL...	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2002	5
004106	CURSO DE DIREITO CIVIL: PARTE GERAL	MONTEIRO, WASHINGTON DE BARROS	SARAIVA	1997	22
004614	REGISTROS PUBLICOS		SARAIVA	1990	2
006876	LEI DE INTRODUCAO AO CODIGO CIVIL BRASILEIRO INTERPRETADA	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	1999	4
011414	INSTITUICOES DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO V.1	LOUREIRO, LOURENCO TRIGO DE	SENADO FEDERAL	2004	1
012139	DIREITOS DA PERSONALIDADE	SANTOS, JOZIMAR LOPES DOS		2004	0

DIREITO CONSTITUCIONAL I					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
000701	O PENSAMENTO POLITICO DOS CONSTITUINTES ESTADUAIS DE 1975	REZENDE, LUIZ EDUARDO	ALERJ	1992	2
000702	O PENSAMENTO POLITICO DOS CONSTITUINTES ESTADUAS DE 1989	PEREIRA, PAULO CEZAR	ALERJ	1992	2
012518	DIREITO CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVO	MORAES, ALEXANDRE DE	ATLAS	2005	2
012448	DIREITO CONSTITUCIONAL.	MORAES, ALEXANDRE DE	ATLAS	2005	2
000697	CONSTITUICAO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		CENTRO DE DOCUMENTACAO E INFORMACAO	1977	1
000698	CONSTITUICAO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		CENTRO DE DOCUMENTACAO E INFORMACAO	1978	1

000686	CONSTITUICAO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		DEPART. DE IMPRESA NACIONAL	1971	1
005189	CONSTITUICAO DO BRASIL: PROMULGADA EM 24 DE JANEIRO DE 1967		DEPARTAMENTO DE IMPRESA OFICIAL	1967	1
004613	CODIGO ELEITORAL BRASILEIRO:LEI ORGANICA DOS PARTIDOS POLIT		EDIPRO	1995	2
005286	COMENTARIOS A CONSTITUICAO DE 1988: SISTEMA TRIBUTARIO	COELHO, SACHA CALMON NAVARRO	FORENSE	1997	5
000574	CONSTITUICAO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		FORENSE	1977	1
004618	CURSO DINAMICO DE DIREITO CONSTITUCIONAL	GAMA, JOSE DE SOUZA	FREITAS BASTOS	1991	1
011406	DIREITO CONSTITUCIONAL: ATUALIZADO ATE A EMENDA CONSTITUCION	QUEIROZ, ARI FERREIRA DE	IEPC	2002	1
004126	CONSTITUICAO FEDERAL: TEORIA E PRATICA	DANTAS, IVO	RENOVAR	1994	3
000668	COMENTARIOS A CONSTITUICAO DE 1946	MIRANDA, PONTES DE	SARAIVA	1953	1
006295	COMENTARIOS A CONSTITUICAO DO BRASIL: PROMULGADA EM 05 DE O	BASTOS, CELSO RIBEIRO	SARAIVA	1988	3
000604	CONSTITUICAO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		SARAIVA	1993	26
000689	CONSTITUICAO DE 1988 E PROCESSO: REGRAMENTOS E GARANTIAS CO	TUCCI, ROGERIO LAURIA	SARAIVA	1989	2
011082	DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO	GENEVIVA, WALTER	SARAIVA	2003	2
004530	CONSTITUICAO DO BRASIL: DE 1824, 1891, 1834, 1937, 1946 E 1		SENADO FEDERAL	1986	1
003907	CONSTITUICOES ESTADUAIS 1989		SENADO FEDERAL	1992	1
003838	COSTITUICAO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		SENADO FEDERAL	1978	1
012136	AGUA: ORIGEM, USOS E TUTELA JURIDICA.	ANDRADE, LIELY GONCALVES DE		2002	0
012569	O QUE E UMA CONSTITUICAO?	LASSALLE, FERDINAND	CULTURA JURIDICA	2004	3
000694	PROCESSO LEGISLATIVO		SENADO FEDERAL	1982	1
000643	O QUE E PODER LEGISLATIVO	SALDANHA, NILSON	BRASILIENSE	1986	5
010691	A CONSTIUICAO APLICADA	MARTINS, IVES GANDRA DA SILVA	CEJUP	1991	1
000577	QUEM FOI QUEM NA CONSTITUICAO: NAS QUESTOES DE INTERESSE DO		CORTEZ	1988	2
011427	TRANSFORMACOES NO DIREITO CONSTITUCIONAL		FUNDACAO ESCOLA	2003	1
010001	A ORDEM ECONOMICA NA CONSTITUICAO DE 1988	GRAU, EROS ROBERTO	MALHEIROS	2002	3
005119	CONTEUDO JURIDICO DO PRINCIPIO DA IGUALDADE	MELLO, CELSO ANTONIO BANDEIRA DE	MALHEIROS	1995	0
004253	CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL	BONAVIDES, PAULO	MALHEIROS	1994	8
005130	CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL	BONAVIDES, PAULO	MALHEIROS	1996	5
005322	CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO	SILVA, JOSE AFONSO DA	MALHEIROS	1998	14
012453	CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO.	SILVA, JOSE AFONSO DA	MALHEIROS	2005	3
005842	O CONTROLE JURISDICIONAL DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS	BITTENCOUT, CARLOS ALBERTO LUCIO	MINISTERIO DA JUSTICA	1997	2
000688	HISTORIA CONSTITUCIONAL DO BRASIL	BONAVIDES, PAULO	PAZ E TERRA	1991	10

004137	CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL	FERREIRA, PINTO	SARAIVA	1995	10
005120	CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL	BASTOS, CELSO RIBEIRO	SARAIVA	1999	12
005121	CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL	FERREIRA FILHO, MANOEL GONCALVES	SARAIVA	1995	3
005293	CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL	FERREIRA FILHO, MANOEL GONCALVES	SARAIVA	1997	3
006909	NORMA CONSTITUCIONAL E SEUS EFEITOS	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	1998	2
003806	EM DEFESA DO PRESIDENCIALISMO	ROLLEMBERG, FRANCISCO	SENADO FEDERAL	1988	1
000699	A CONSTITUINTE EM DEBATE	FORTES, LUIZ ROBERTO SALINAS	SOFIA/SEAF	1987	1
012117	A PARTICIPACAO DO PODER EXECUTIVO NO PROCESSO LEGISLATIVO	COSTA, LUIZ HENRIQUE DE BRITO		2004	0
003809	LEGISLACAO E NORMAS		CNDA	1983	1
011114	A CRISE DA JUSTICA	CALAMANDREI, PIERO	LIDER	2004	5
003879	A JUSTICA FEDERAL ATRAVES DE DOCUMENTOS		CEJ	1994	1
003804	IMPORTANCIA DA REPRESENTACAO PARITARIA NA JUSTICA DO TRABAL	VIERIA, PEDRO BENJAMIM	LTR	1993	5
001063	CURSO DE DEONTOLOGIA DA MAGISTRATURA	NALINI, JOSE RENATO (COORD.)	SARAIVA	1992	5
000693	REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIA		SECRETARIA DE DOC. E INFORMATICA	1989	1
012096	A ATUAL CRISE DO PODER JUDICIARIO E SEU REFLEXO NA COMPOSIÇÃO	OLIVEIRA, MARCELO JERFFESSION BARBOSA		2004	0

DEONTOLOGIA PROFISSIONAL					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	QTD EX.
000575	QUESTOES PROFISSIONAIS DA ADVOCACIA	GUIMARAES, FRANCISCO XAVIER DA SILVA	[S.N.]	1992	1
004357	DEONTOLOGIA E ENFERMAGEM	GELAIN, IVO	E.P.U.	1987	7
009996	DEONTOLOGIA JURIDICA E ETICA PROFISSIONAL	BIZATTO, JOSE ILDELFONSO	EDITORA DE DIREITO	0	3
000659	ANAIS DA XII CONFERENCIA NACIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO		FOLHA CARIOCA	1988	2
009970	DEONTOLOGIA DO MAGISTRADO, DO PROMOTOR DE JUSTICA E DO ADV.	VITRAL, WALDIR	FORENSE	2001	3
011857	DEONTOLOGIA DO MAGISTRADO, DO PROMOTOR DE JUSTICA E DO ADV.	VITRAL, WALDIR	FORENSE	2001	3
000658	ANAIS DA XIII CONFERENCIA NACIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS D		IDEAL	1990	1
010021	DEONTOLOGIA JURIDICA NA PRATICA JUDICIARIA	BRAGA, MARINO	JURUA	2001	6
000603	PROCURACOES INTERPRETADAS PELOS TRIBUNAIS	BUSSADA, WILSON	LIBER JURIS	1973	1
006123	DIREITOS E OBRIGACOES DOS ADVOGADOS		LTR	1998	3
005934	ENSINO JURIDICO OAB 170 ANOS DE CURSOS JURIDICOS NO BRASIL		OAB/CONSELHO FEDERAL	1997	3
000600	O ADVOGADO E A EMPRESA: SEU PERFIL E SUA ATUACAO PROFISSION	SA, CONSTANCA PEREIRA DE	OAB/RJ	[S.D]	1
000607	AS REGRAS MORAIS E A ETICA	LYONS, DAVID	PAPIRUS	1990	9
005329	ETICA DO MAGISTRADO A LUZ DO DIREITO COMPARADO	SILVA, OCTACILIO PAULA	REVISTA DOS TRIBUNAIS	1994	4
003276	CURSO DE DEONTOLOGIA JURIDICA	LANGARO, LUIZ LIMA	SARAIVA	1996	16

005327	LOGICA APLICADA A ADVOCACIA: TECNICAS DE PERSUASAO	NASCIMENTO, EDMUNDO DANTES	SARAIVA	1991	5
--------	---	-------------------------------	---------	------	---

DIREITO CIVIL II					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
010495	CODIGO CIVIL		CAMARA DOS DEPUTADOS	2002	3
012515	CODIGO CIVIL DE 2002 COMPARADO E ANOTADO	MACHADO, ANTONIO CLAUDIO DA COSTA	JUAREZ DE OLIVEIRA	2003	2
003146	REPERTORIO DE JURISPRUDENCIA DO CODIGO CIVIL		MAX LIMONAD	1957	4
010022	NOVO CODIGO CIVIL CONFRONTADO	ALVES, JONES FIGUEIREDO	METODO	2003	4
005113	CURSO MODERNO DE DIREITO CIVIL	DOWER, NELSON GODOY BASSIL	NELPA	1996	1
011861	CODIGO CIVIL		REVISTA DOS TRIBUNAIS	2004	3
005202	CODIGO CIVIL E LEGISLACAO CIVIL EM VIGOR		REVISTA DOS TRIBUNAIS	1991	7
010921	NOVO CODIGO CIVIL BRASILEIRO: LEI 10.406, DE ...		REVISTA DOS TRIBUNAIS	2003	3
004594	DIREITO CIVIL BRASILEIRO	RIBAS, CONSELHEIRO JOAQUIM	RIO	1983	1
004598	PROGRAMA DE DIREITO CIVIL	DANTAS, FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO	RIO	1981	1
004596	PROGRAMA DE DIREITO CIVIL: AULAS PROFERIDAS NA FACULDADE NA	DANTAS, FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO	RIO	1979	1
004599	PROGRAMA DE DIREITO CIVIL: AULAS PROFERIDAS NA FACULDADE NA	DANTAS, FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO	RIO	1978	2
010707	CODIGO CIVIL		SARAIVA	2003	5
005336	CODIGO CIVIL ANOTADO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	1997	3
010715	CODIGO CIVIL ANOTADO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2003	3
011065	CODIGO CIVIL COMENTADO: PARTE GERAL	LOTUFO, RENAN	SARAIVA	2003	2
010717	CODIGO CIVIL E LEGISLACAO EM VIGOR	NEGRAO, THEOTONIO	SARAIVA	2003	2
010938	COMENTARIOS AO CODIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL: DAS DISPOSICOE	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2003	2
004235	CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	1995	2
010925	CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2003	1
010724	DIREITO CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2003	2
010727	DIREITO CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2002	2
010728	DIREITO CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2002	2
011408	CONSOLIDACAO DAS LEIS CIVIS V.1	FREITAS, AUGUSTO TEIXEIRA DE	SENADO FEDERAL	2003	1
011409	CONSOLIDACAO DAS LEIS CIVIS V.2	FREITAS, AUGUSTO TEIXEIRA DE	SENADO FEDERAL	2003	1
000352	DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL: OBRIGACOES	VENOSA, SILVIO DE SALVO	ATLAS	1988	3
011405	DIREITO CIVIL: DIREITO DAS OBRIGACOES	QUEIROZ, ARI FERREIRA DE	IEPC	2002	1
010932	COMENTARIOS AO CODIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL	LOBO, PAULO LUIZ NETTO	SARAIVA	2003	2
010936	COMENTARIOS AO CODIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL: DO DIREITO DAS	HIRONAKA, GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES	SARAIVA	2003	2
005157	DIREITO CIVIL: PARTE GERAL DAS OBRIGACOES	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	1999	11
010723	DIREITO CIVIL: PARTE GERAL DAS OBRIGACOES	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2002	7

000706	OBRIGACOES	GOMES, ORLANDO	FORENSE	1992	2
005149	OBRIGACOES	GOMES, ORLANDO	FORENSE	1996	7
000653	INSTITUICOES DE DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGACOES	PEREIRA, CAIO MARIO DA SILVA	FORENSE	1998	10
011424	CURSO DE DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DAS OBRIGACOES	AZEVEDO, ALVARO VILLACA	REVISTA DOS TRIBUNAIS	1998	1
004592	DIREITO DAS OBRIGACOES	BEVILAQUA, CLOVIS	RIO	1977	1
011088	CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO: TEORIA DAS OBRIGACOES CON	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2003	1
010924	CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO: TEORIA GERAL DAS OBRIGACO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2003	2
010030	CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO: TEORIA GERAL DO DIREITO C	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2002	7
005339	CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO:TEORIA DAS OBRIGACOES	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	1997	5
005140	CURSO DE DIREITO CIVIL: DIREITO DAS OBRIGACOES	MONTEIRO, WASHINGTON DE BARROS	SARAIVA	1996	5
010357	CURSO DE DIREITO CIVIL: DIREITO DAS OBRIGACOES	MONTEIRO, WASHINGTON DE BARROS	SARAIVA	1997	5
011410	CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO V.2	RIBAS, ANTONIO JOAQUIM	SENADO FEDERAL	2003	1
011415	INSTITUICOES DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO V.2	LOUREIRO, LOURENCO TRIGO DE	SENADO FEDERAL	2004	1

TEORIA GERAL DO PROCESSO					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
000669	ELEMENTOS DE TEORIA GERAL DO PROCESSO	ALVIM, J. E. CARREIRA	FORENSE	1993	5
005319	ELEMENTOS DE TEORIA GERAL DO PROCESSO	ALVIM, J. E. CARREIRA	FORENSE	1997	4
012570	COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL	NASCIMENTO, CARLOS VALTER DO	AMERICA JURIDICA	2005	2
012293	ABUSO DOS DIREITOS PROCESSUAIS.	MOREIRA, JOSE CARLOS BARBOSA(COOR)	FORENSE	2005	2
012567	COMO SE FAZ UM PROCESSO.	CARNELUTTI, FRANCESCO	LIDER CULTURA JURIDICA	2004	3
003837	A SOLUCAO JURISDICCIONAL DOS CONFLITOS COLETIVOS NO DIREITO	TUPINAMBA NETO, HERMES AFONSO	LTR	1993	1
000676	TEORIA GERAL DO PROCESSO	CINTRA, ANTONIO CARLOS DE ARAUJO	MALHEIROS	1993	2
012086	A SUSPENSAO CONDICIONAL DO PROCESSO FACE A LEI	MACIEL, INACIO MONTEIRO		2004	0
012094	DIREITO DE ACAO: A ACTIO ROMANA E A ACAO MODERN NO.....	ESTEVES, LUCIANA UCHOA		2004	0
012173	DIREITO DE ACAO: DA PUBLICACAO DA ACAO AO ORDENAMENTO....	ESTEVES, LUCIANA UCHOA		2004	0
012576	DICIONARIO ENCICLOPEDICO DE TEORIA E DE....		RENOVAR	1999	3

DIREITO PENAL I					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
011419	DIREITO PENAL BRASILEIRO: SEGUNDO DO CODIGO PENAL V.1	SIQUEIRA, GALDINO	SENADO FEDERAL	2003	1
011420	DIREITO PENAL BRASILEIRO: SEGUNDO DO CODIGO PENAL V.2	SIQUEIRA, GALDINO	SENADO FEDERAL	2003	1
005311	CODIGO PENAL COMENTADO	DELMANTO, CELSO	RENOVAR	1998	14
011604	CODIGO PENAL		REVISTA DO TRIBUNAIS	2004	3

005449	CODIGO PENAL E SUA INTERPRETACAO JURISPRUDENCIAL		REVISTA DOS TRIBUNAIS	1997	10
010904	CODIGO PENAL ANOTADO	JESUS, DAMASIO E. DE	SARAIVA	2002	4
005300	COMENTARIOS AO CODIGO PENAL	COSTA JUNIOR, PAULO JOSE DA	SARAIVA	1997	4
000674	CODIGO PENAL BRASILEIRO: E A LEI DAS CONTRAVENCOES PENAIAS		UNIVERSO	[S.D]	1
004167	CURSO COMPLETO DE DIREITO PENAL	SALLES JUNIOR, ROMEU DE ALMEIDA	SARAIVA	1995	6
000672	A CULPA NO DIREITO PENAL	MACHADO, RAUL	[S.N.]	1943	1
000608	O QUE E CRIME	DORNELLES, JOAO RICARDO W.	BRASILIENSE	1988	7
000665	POLOS ESSENCIAIS DA CRIMINOLOGIA: O HOMEM E SEU CRIME	OLIVEIRA, EDMUNDO	CEJUP	1983	2
012572	DO CARATER SUBSIDIARIO DO DIREITO PENAL	QUEIROZ, PAULO DE SOUZA	DEL REY	2002	3
010228	A QUESTAO PENITENCIARIA	THOMPSON, AUGUSTO	EDITORA FORENSE	2002	2
004620	CONTRAVENCOES PENAIAS	SZNICK, VALDIR	EUD	1994	1
011116	DISCURSOS PENAIAS DE DEFESA	FERRI, ENRICO	LIDER	2003	6
011113	DIREITO PENAL JUVENIL: ADOLESCENTE E ATO INFRAACIONAL: GARAN	SARAIVA, JOAO BATISTA COSTA	LIVRARIA DO ADVOGADO	2002	3
005080	MANUAL DE DIREITO PENAL	MIRABETE, JULIO FABBRINI	PORTUGUES	1998	12
005096	CURSO DE DIREITO PENAL	COSTA JUNIOR, PAULO JOSE DA	SARAIVA	1992	18
011597	CURSO DE DIREITO PENAL: PARTE GERAL V.1	CAPEZ, FERNANDO	SARAIVA	2004	3
004248	DIREITO PENAL: INTRODUCAO E PARTE GERAL	NORONHA, E. MAGALHAES	SARAIVA	1995	3
004133	DIREITO PENAL: PARTE GERAL	JESUS, DAMASIO E. DE	SARAIVA	1999	16
005085	PRINCIPIOS BASICOS DE DIREITO PENAL: DE ACORDO COM A LEI N.	TOLEDO, FRANCISCO DE ASSIS	SARAIVA	1994	4
005635	VIGIAR E PUNIR: NASCIMENTO DA PRISAO	FOUCAULT, MICHEL	VOZES	1997	4
006305	VIGIAR E PUNIR: NASCIMENTO DA PRISAO	FOUCAULT, MICHEL	VOZES	1987	3
012091	ALTERNATIVAS A PENA DE PRISAO	SANTOS, LORENA GEMAQUE DOS		2002	0
012105	CRIME IMPOSSIVEL NO DIREITO BRASILEIRO	MENEZES, RODRIGO CELESTINO PINHEIRO		2004	0
012081	O PRINCIPIO DA INSIGNIFICANCIA NO DIREITO PENAL	SILVA, MARILUCIA SANTOS DA		2004	0
012111	PENAS ALTERNATIVAS	MONTEIRO, RAFAEL LUIZ DO COUTO		2002	0
012065	SISTEMA PRISIONAL A RECUPERACAO DO PRESO: REALIDADE OU....	SILVA, CLAUDIA ROSANI SANTOS DE OLIVEIRA DA		2001	0

DIREITO CONSTITUCIONAL II					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
000579	A ATUAL CONSTITUICAO EXPLICADA	COUTO, SERGIO ALBERTO FRAZAO DO	CEJUP	1989	2
006186	HABEAS CORPUS, MANDATO DE SEGURANCA, MANDATO DE INJUCAO, H	SIDOU, J.M. OTHON	FORENSE	1998	3
006175	APLICACOES DA CONSTITUICAO DE 1988	REALE, MIGUEL	FORENSE	1991	3
006188	MANDADO DE SEGURANCA NA JUSTICA DO TRABALHO: INDIVIDUAL E C	TEIXEIRA FILHO, MANOEL ANTONIO	LTR	1994	5

005116	DIREITO MUNICIPAL BRASILEIRO	MEIRELLES, HELY LOPES	MALHEIROS	1996	4
007622	MANDADO DE SEGURANCA: ACAA POPULAR, ACAA CIVIL PUBLICA, MAN	MEIRELLES, HELY LOPES	MALHEIROS	2000	2
012415	OS DIREITOS HUMANOS NA SALA DE AULA:..	ARAUJO, ULISSES F.	MODERNA	2001	3
006150	DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL	CORREIA, MARCUS ORIONE GONCALVES	SARAIVA	1998	5
011855	MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL E COLETIVO	REMEDIO, JOSE ANTONIO	SARAIVA	2002	3
009791	A EVOLUCAO DO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO	FERREIRA, MANOEL RODRIGUES	SENADO FEDERAL	2001	2
000670	PODER LEGISLATIVO E A CRIACAO DOS CURSOS JURIDICOS	ALENCAR, ANA VALDEREZ AYRES NEVES DE	SENADO FEDERAL	1977	1
003864	ELABORANDO A CONSTITUICAO NACIONAL	AZEVEDO, JOSE AFONSO MENDONCA DE	SENADO FEDERAL	1993	2
000606	TRABALHO E CIDADANIA	SOUZA, RONALD AMORIM E	UFBA	1990	9
012050	A IMUNIDADE PARLAMENTAR NO BRASIL	SANTOS, JOSINEI BARROS DOS		2002	0
012128	O HABES CORPUS NO DIREITO BRASILEIRO	ISACKSSON, JET PEREIRA		2003	0

DIREITO ADMINISTRATIVO I					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
005101	DIREITO ADMINISTRATIVO	DI PIETRO, MARIA SYLVIA ZANELLA	ATLAS	1997	6
005123	DIREITO ADMINISTRATIVO	DI PIETRO, MARIA SYLVIA ZANELLA	ATLAS	1996	2
011186	DIREITO ADMINISTRATIVO	DI PIETRO, MARIA SYLVIA ZANELLA	ATLAS	2005	5
010029	DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	CRETELLA JUNIOR, JOSE	FORENSE UNIVERSITARIA	2000	2
010002	DIREITO ADMINISTRATIVO PERANTE OS TRIBUNAIS	CRETELLA JUNIOR, JOSE	FORENSE UNIVERSITARIA	1994	5
010028	DIREITO ADMINISTRATIVO PERANTE OS TRIBUNAIS V.2	CRETELLA JUNIOR, JOSE	FORENSE UNIVERSITARIA	1996	5
011846	DIREITO ADMINISTRATIVO	ALEXANDRINO, MARCELO	IMPETUS	2004	3
000350	DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	MEIRELLES, HELY LOPES	MALHEIROS	1993	16
011599	DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	MEIRELLES, HELY LOPES	MALHEIROS	2005	6
011850	DIREITO ADMINISTRATIVO MODERNO	MEDAUAR, ODETE	REVISTA DOS TRIBUNAIS	2004	3
000354	DIREITO ADMINISTRATIVO	GASPARINI, DIOGENES	SARAIVA	1993	3
004155	DIREITO ADMINISTRATIVO.	GASPARINI, DIOGENES	SARAIVA	2005	7
005844	DIREITO ADMINISTRATIVO:TEMA AGUA		SENADO FEDERAL	1997	2
005101	DIREITO ADMINISTRATIVO	DI PIETRO, MARIA SYLVIA ZANELLA	ATLAS	1997	6
005123	DIREITO ADMINISTRATIVO	DI PIETRO, MARIA SYLVIA ZANELLA	ATLAS	1996	2
011186	DIREITO ADMINISTRATIVO	DI PIETRO, MARIA SYLVIA ZANELLA	ATLAS	2005	5
010029	DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	CRETELLA JUNIOR, JOSE	FORENSE UNIVERSITARIA	2000	2
010002	DIREITO ADMINISTRATIVO PERANTE OS TRIBUNAIS	CRETELLA JUNIOR, JOSE	FORENSE UNIVERSITARIA	1994	5
010028	DIREITO ADMINISTRATIVO PERANTE OS TRIBUNAIS V.2	CRETELLA JUNIOR, JOSE	FORENSE UNIVERSITARIA	1996	5

011846	DIREITO ADMINISTRATIVO	ALEXANDRINO, MARCELO	IMPETUS	2004	3
000350	DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	MEIRELLES, HELY LOPES	MALHEIROS	1993	16
011599	DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	MEIRELLES, HELY LOPES	MALHEIROS	2005	6
011850	DIREITO ADMINISTRATIVO MODERNO	MEDAUAR, ODETE	REVISTA DOS TRIBUNAIS	2004	3
000354	DIREITO ADMINISTRATIVO	GASPARINI, DIOGENES	SARAIVA	1993	3
004155	DIREITO ADMINISTRATIVO.	GASPARINI, DIOGENES	SARAIVA	2005	7
005844	DIREITO ADMINISTRATIVO:TEMA AGUA		SENADO FEDERAL	1997	2
000351	CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	CRETELLA JUNIOR, JOSE	FORENSE	1993	5
000355	CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	MOREIRA NETO, DIOGO DE FIGUEIREDO	FORENSE	1992	1
012412	CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.	CRETELLA JUNIOR	FORENSE	2003	3
004138	CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	MELLO, CELSO ANTONIO BANDEIRA DE	MALHEIROS	2005	8
012457	CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	FIGUEIREDO, LUCIA VALLE	MALHEIROS	2004	3

PSICOLOGIA JURÍDICA					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
010913	PSICOLOGIA APLICADA A JUSTICA	JESUS, FERNANDO DE	AB	2001	3
012130	PERSONALIDADE PSICOPATICA E O COMPORTAMENTO ANTI-SOCIAL....	VICTOR, JANDIRA TAVARES		2002	5

DIREITO CIVIL III					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
010495	CODIGO CIVIL		CAMARA DOS DEPUTADOS	2002	3
012515	CODIGO CIVIL DE 2002 COMPARADO E ANOTADO	MACHADO, ANTONIO CLAUDIO DA COSTA	JUAREZ DE OLIVEIRA	2003	2
003146	REPERTORIO DE JURISPRUDENCIA DO CODIGO CIVIL		MAX LIMONAD	1957	4
010022	NOVO CODIGO CIVIL CONFRONTADO	ALVES, JONES FIGUEIREDO	METODO	2003	4
005113	CURSO MODERNO DE DIREITO CIVIL	DOWER, NELSON GODOY BASSIL	NELPA	1996	1
011861	CODIGO CIVIL		REVISTA DOS TRIBUNAIS	2004	3
005202	CODIGO CIVIL E LEGISLACAO CIVIL EM VIGOR		REVISTA DOS TRIBUNAIS	1991	7
010921	NOVO CODIGO CIVIL BRASILEIRO: LEI 10.406, DE ...		REVISTA DOS TRIBUNAIS	2003	3
004594	DIREITO CIVIL BRASILEIRO	RIBAS, CONSELHEIRO JOAQUIM	RIO	1983	1
004598	PROGRAMA DE DIREITO CIVIL	DANTAS, FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO	RIO	1981	1
004596	PROGRAMA DE DIREITO CIVIL: AULAS PROFERIDAS NA FACULDADE NA	DANTAS, FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO	RIO	1979	1
004599	PROGRAMA DE DIREITO CIVIL: AULAS PROFERIDAS NA FACULDADE NA	DANTAS, FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO	RIO	1978	2
010707	CODIGO CIVIL		SARAIVA	2003	5
005336	CODIGO CIVIL ANOTADO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	1997	3
010715	CODIGO CIVIL ANOTADO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2003	3

011065	CODIGO CIVIL COMENTADO: PARTE GERAL	LOTUFO, RENAN	SARAIVA	2003	2
010717	CODIGO CIVIL E LEGISLACAO EM VIGOR	NEGRAO, THEOTONIO	SARAIVA	2003	2
010938	COMENTARIOS AO CODIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL: DAS DISPOSICOE	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2003	2
010724	DIREITO CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2003	2
010727	DIREITO CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2002	2
010728	DIREITO CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2002	2
011408	CONSOLIDACAO DAS LEIS CIVIS V.1	FREITAS, AUGUSTO TEIXEIRA DE	SENADO FEDERAL	2003	1
011409	CONSOLIDACAO DAS LEIS CIVIS V.2	FREITAS, AUGUSTO TEIXEIRA DE	SENADO FEDERAL	2003	1
010933	COMENTARIOS AO CODIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL	LOPEZ, TERESA ANCONA	SARAIVA	2003	2
010937	COMENTARIOS AO CODIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL: DO DIREITO DAS	VELOSO, ZENO	SARAIVA	2003	2
010940	COMENTARIOS AO CODIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL: DO DIREITO DAS	FACHIN, LUIZ EDSON	SARAIVA	2003	2
010941	COMENTARIOS AO CODIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL: DO DIREITO DE E	CARVALHOSA, MODESTO	SARAIVA	2003	2
005158	DIREITO CIVIL: DOS CONTRATOS E DAS DECLARACOES UNILATERAIS	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	1999	12
011657	DIREITO CIVIL: DOS CONTRATOS E DAS DECLARACOES UNILATERAIS	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2004	5
005150	CONTRATOS	GOMES, ORLANDO	FORENSE	1997	2
000654	INSTITUICOES DE DIREITO CIVIL: FONTES DAS OBRIGACOES	PEREIRA, CAIO MARIO DA SILVA	FORENSE	1993	14
004182	CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO: OBRIGACOES E CONTRATOS	WALD, ARNOLD	REVISTA DOS TRIBUNAIS	1995	3
003840	LEI DO INQUILINATO: LEI N 8.245	PIRES, ALVARO MORAES	RIGEL	1991	1
010931	TRATADO TEORICO E PRATICO DOS CONTRATOS	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2003	10
012132	ASPECTOS JURIDICOS DOS CONTRATOS ELETRONICOS NO BRASIL.	SANTOS, CARLA MARIA PENA DOS		2004	0

DIREITO PENAL II

CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
004539	CODIGO PENAL		ATLAS	1980	1
012409	CODIGO PENAL		SARAIVA	2005	3
008212	CODIGO PENAL MILITAR		SARAIVA	1996	6
000680	DIREITO PENAL	NORONHA, E. MAGALHAES	SARAIVA	1980	1
004792	PRESCRICAO PENAL	JESUS, DAMASIO E. DE	SARAIVA	1995	12
012052	INEFICACIA DO AUMENTO DA PENA COMO FORMA DE COIBICAO DOS DELITOS	SANTOS, ARIELTON DIAS DOS		2002	0

DIREITO ADMINISTRATIVO II

CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
011083	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL COMENTADA: LEI COMPLEMENTAR		ATLAS	2002	2
006052	LEI N. 8.112/90 - COMENTADA:REGIME ...	DINIZ, PAULO DE MATOS FERREIRA	BRASILIA JURIDICA	1997	7
006234	LICITACOES DE CONTRATOS DA ADMINISTRACAO PUBLICA: LEI 8.666	TORRES, LUIS CLAUDIO ALVES	DESTAQUE	1998	3
001894	LICITACOES E ALIENACOES: CONCORRENCIA TOMADA DE PRECOS, CON	ALENCAR, JOSE DANIEL DE	MINISTERIO DA AGRICULTURA	1983	1

005846	ENSAIO SOBRE O DIREITO ADMINISTRATIVO	URUGUAI, PAULINO JOSE SOARES DE SOUZA	MINISTERIO DA JUSTICA	L997	2
005184	DA RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DA ADMINISTRACAO PUBLIC	BRUNINI, WEIDA ZANCANER	REVISTA DOS TRIBUNAIS	1981	1
012496	LICITACOES E CONTRATOS DA ADMINISTRACAO...		SARAIVA	2004	3
009817	LIBERDADE E CONTRATO: A CRISE DA LICITACAO	BARROS, SERGIO RESENDE DE	UNIMEP	1995	1
012129	LICITACOES NA MODALIDADE PREGAO	DIAS, PEDRO AUGUSTO TEIXEIRA		2004	0
012084	A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E SEU CONTROLE JUDICIAL.	ALMEIDA, BENEDITO DO CARMO		2004	0
000351	CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	CRETELLA JUNIOR, JOSE	FORENSE	1993	5
000355	CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	MOREIRA NETO, DIOGO DE FIGUEIREDO	FORENSE	1992	1
012412	CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.	CRETELLA JUNIOR	FORENSE	2003	3
004138	CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	MELLO, CELSO ANTONIO BANDEIRA DE	MALHEIROS	2005	8
012457	CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	FIGUEIREDO, LUCIA VALLE	MALHEIROS	2004	3
005105	SINDICANCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO	OCTAVIANO, ERNOMAR	LEUD	1995	5
010903	PRINCIPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	CAETANO, MARCELLO	ALMEDINA	2003	3
009987	O PRINCIPIO DA PROPORCIONALIDADE E O ...	PONTES, HELENILSON CUNHA	DIALETICA	2000	3
010907	DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA NA CONSTITUICAO DE 1988	DI PIETRO, MARIA SYLVIA ZANELLA	ATLAS	2001	3
001896	REFORMA ADMINISTRATIVA: DECRETO-LEI NO. 200, DE 25.02.67		ATLAS	1982	1
005040	DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DA SINDICANCIA: DO	LESSA, SEBASTIAO JOSE	BRASILIA JURIDICA	1996	5
009968	RESPONSABILIDADE FISCAL : LEI COMPLEMENTAR...	MOTTA, CARLOS PINTO COELHO	DEL REY	2001	2
003432	LEI DE LICITACOES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS ANOTADA(LEI N	TOLOSA FILHO, BENEDICTO DE	FORENSE	1997	3
009967	DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR...	REZENDE, ADRIANA MENEZES DE	LUMEN JURIS	2002	3
012056	DISPENSA DE LICITACAO	TORRES, RODOLFO FERNANDES DA SILVA		2004	0
012073	IMPROBABILIDADE ADMINISTRATIVA	PINTO, AGORD DE MATOS		2004	0

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
000648	COMENTARIOS AO CODIGO DE PROCESSO CIVIL: ARTS. 1 A 269	LEVENHAGEN, ANTONIO JOSE SOUZA DE	ATLAS	1993	5
005182	COMENTARIOS AO CODIGO DE PROCESSO CIVIL	BARROS, HAMILTON DE MORAES E	FORENSE	1993	1
011407	DIREITO PROCESSUAL CIVIL: PROCESSO DO CONHECIMENTO	QUEIROZ, ARI FERREIRA DE	IEPC	2000	1
011119	O PROCESSO CIVIL NO DIREITO COMPARADO	CAPPELLETTI, MAURO	LIDER	2001	6

011074	CODIGO DE PROCESSO CIVIL		REVISTA DOS TRIBUNAIS	2003	2
004012	CODIGO DE PROCESSO CIVIL E LEGISLACAO PROCESSUAL EM VIGOR	NEGRAO, THEOTONIO	REVISTA DOS TRIBUNAIS	1991	10
003145	O PROCESSO CIVIL A LUZ DA JURISPRUDENCIA	PAULA, ALEXANDRE DE	REVISTA FORENSE	1958	15
004538	CODIGO DE PROCESSO CIVIL ANOTADO	TEIXEIRA, SALVIO DE FIGUEIREDO	SARAIVA	1993	3
004242	CURSO COMPLETO DE PROCESSO CIVIL	NOGUEIRA, PAULO LUCIO	SARAIVA	1994	10
004173	DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO	GRECO FILHO, VICENTE	SARAIVA	1995	4
004616	DIREITO PROCESSUAL CIVIL: ESTUDOS E PARECERES	BERMUDES, SERGIO	SARAIVA	1994	2
004505	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL: VOL. 1	THEODORO JUNIOR, HUMBERTO	FORENSE	1995	4
005075	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL: VOL. 1	THEODORO JUNIOR, HUMBERTO	FORENSE	1997	1
011120	PRINCIPIOS GERAIS DO PROCESSO CIVIL	GOLDSCHMIDT, JAMES	LIDER	2004	6
006187	A ACAO CIVIL PUBLICA E A SUBSTITUICAO PROCESSUAL NA JUSTICA	KOCHER, EVA	LTR	1998	2
010695	A ORIGEM ROMANA DA TUTELA ANTECIPADA	CARMIGNANI, MARIA CRISTINA DA SILVA	LTR	2001	1
000993	LITISCONSORCIO, ASSISTENCIA E INTERVENCAO DE TERCEIROS NO PROCESSO	TEIXEIRA FILHO, MANOEL ANTONIO	LTR	1995	2
004045	CURSO BASICO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL: PROCESSO DO CONHE	DOWER, NELSON GODOY BASSIL	NELPA	1994	2
005114	CURSO BASICO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL: CURSO BASICO	DOWER, NELSON GODOY BASSIL	NELPA	1996	2
005832	CURSO DE DIREITO PRCESSUAL CIVIL	DOWER, NELSON GODOY BASSIL	NELPA-L. DOWER EDICOES JURIDIDAS	1998	1
010008	ACAO CIVIL PUBLICA	MILARE, EDIS - COORD.	REVISTA DOS TRIBUNAIS	2002	5
011650	CURSO AVANÇADO DE PROCESSO CIVIL, V.1: PROCESSO DE CONHECIMENTO	WAMBIER, LUIZ RODRIGUES	REVISTA DOS TRIBUNAIS	2005	5
004239	PRIMEIRAS LINHAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	SANTOS, MOACYR AMARAL	SARAIVA	1995	7
004240	PRIMEIRAS LINHAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	SANTOS, MOACYR AMARAL	SARAIVA	1995	7
004241	PRIMEIRAS LINHAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	SANTOS, MOACYR AMARAL	SARAIVA	1995	8
005976	PRIMEIRAS LINHAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	SANTOS, MOACYR AMARAL	SARAIVA	1990	1
004145	MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	SANTOS, ERNANE FIDELIS DOS	SARAIVA	1994	4
012069	A EXIGIBILIDADE DO FUMUS BONI JURIS E DO PERICULUM IN MORA	SOUZA, ANDRE KOHLER DA CUNHA		2004	0
012120	A NAO FUNDAMENTACAO DA DECISAO DO CONSELHO DE SENTENCA	BASTOS, ROSANA RODRIGUES		2003	0
012075	ACAO POPULAR	LEITE, UALASE DAS GRACAS		2003	0

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
012402	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	SILVA, ROBERTO LUIZ	DEL REY	2005	3
002250	COLETANEA DAS LEIS DO COMERCIO EXTERIOR VOL. XV - LIVRO DO		E.A.L.	[S.D	1
004256	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	CASTRO, AMILCAR DE	FORENSE	1995	7
005132	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	AMORIM, EDGAR CARLOS DE	FORENSE	1996	5

DIREITO EMPRESARIAL I					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
004511	CODIGO COMERCIAL BRASILEIRO		SUGESTOES LITERAIS	1977	1
005303	CONTRATOS MERCANTIS	BULGARELLI, WALDIRIO	ATLAS	1997	5
005137	DIREITO COMERCIAL	BULGARELLI, WALDIRIO	ATLAS	1997	4
011858	NOCOES PRATICAS DE DIREITO COMERCIAL	SILVA, DE PLACIDO	FORENSE	1999	3
006250	DIREITO COMERCIAL SIMPLIFICADO	DOWER, NELSON GODY BASSIL	NELPA	S.D	1
005315	CODIGO COMERCIAL		RAVISTA DOS TRIBUNAIS	1998	3
011845	CODIGO COMERCIAL		SARAIVA	2004	2
012399	CODIGO COMERCIAL		SARAIVA	2005	3
000342	CURSO DE DIREITO COMERCIAL	DORIA, DYLSON	SARAIVA	1991	5
004075	CURSO DE DIREITO COMERCIAL	DORIA, DYLSON	SARAIVA	1991	5
004147	CURSO DE DIREITO COMERCIAL V.1	REQUIAO, RUBENS	SARAIVA	1995	9
012405	MANUAL DE DIERITO COMERCIAL.	COELHO, FABIO ULHOA	SARAIVA	2005	2
011601	MANUAL DE DIREITO COMERCIAL	COELHO, FABIO ULHOA	SARAIVA	2004	3
005978	TRATADO DE DIREITO COMERCIAL	FERREIRA, WALDEMAR	SARAIVA	1962	1

DIREITO CIVIL IV					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
010495	CODIGO CIVIL		CAMARA DOS DEPUTADOS	2002	3
012515	CODIGO CIVIL DE 2002 COMPARADO E ANOTADO	MACHADO, ANTONIO CLAUDIO DA COSTA	JUAREZ DE OLIVEIRA	2003	2
003146	REPERTORIO DE JURISPRUDENCIA DO CODIGO CIVIL		MAX LIMONAD	1957	4
010022	NOVO CODIGO CIVIL CONFRONTADO	ALVES, JONES FIGUEIREDO	METODO	2003	4
005113	CURSO MODERNO DE DIREITO CIVIL	DOWER, NELSON GODOY BASSIL	NELPA	1996	1
011861	CODIGO CIVIL		REVISTA DOS TRIBUNAIS	2004	3
005202	CODIGO CIVIL E LEGISLACAO CIVIL EM VIGOR		REVISTA DOS TRIBUNAIS	1991	7
010921	NOVO CODIGO CIVIL BRASILEIRO: LEI 10.406, DE ...		REVISTA DOS TRIBUNAIS	2003	3
004594	DIREITO CIVIL BRASILEIRO	RIBAS, CONSELHEIRO JOAQUIM	RIO	1983	1
004598	PROGRAMA DE DIREITO CIVIL	DANTAS, FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO	RIO	1981	1
004596	PROGRAMA DE DIREITO CIVIL: AULAS PROFERIDAS NA FACULDADE NA	DANTAS, FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO	RIO	1979	1
004599	PROGRAMA DE DIREITO CIVIL: AULAS PROFERIDAS NA FACULDADE NA	DANTAS, FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO	RIO	1978	2
010707	CODIGO CIVIL		SARAIVA	2003	5
005336	CODIGO CIVIL ANOTADO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	1997	3
010715	CODIGO CIVIL ANOTADO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2003	3

011065	CODIGO CIVIL COMENTADO: PARTE GERAL	LOTUFO, RENAN	SARAIVA	2003	2
010717	CODIGO CIVIL E LEGISLACAO EM VIGOR	NEGRAO, THEOTONIO	SARAIVA	2003	2
010938	COMENTARIOS AO CODIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL: DAS DISPOSICOE	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2003	2
010724	DIREITO CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2003	2
010727	DIREITO CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2002	2
010728	DIREITO CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2002	2
011408	CONSOLIDACAO DAS LEIS CIVIS V.1	FREITAS, AUGUSTO TEIXEIRA DE	SENADO FEDERAL	2003	1
011409	CONSOLIDACAO DAS LEIS CIVIS V.2	FREITAS, AUGUSTO TEIXEIRA DE	SENADO FEDERAL	2003	1
010934	COMENTARIOS AO CODIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL	GONCALVES, CARLOS ROBERTO	SARAIVA	2003	2
005160	DIREITO CIVIL: DIREITO DAS COISAS	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	1999	12
010726	DIREITO CIVIL: DIREITO DAS COISAS	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2003	7
005148	DIREITOS REAIS	GOMES, ORLANDO	FORENSE	1996	2
004266	INSTITUICOES DE DIREITO CIVIL: POSSE, PROPRIEDADE, DIREITO	PEREIRA, CAIO MARIO DA SILVA	FORENSE	1995	6
012491	TEORIA SIMPLIFICADA DA POSSE.	IHERING, RUDOLF VON	LIDER	2004	3
010306	CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO: DIREITO DAS COISAS	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2002	5
010926	CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO: DIREITO DAS COISAS	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2002	2
005342	CURSO DE DIREITO CIVIL: DIREITO DAS COISAS	MONTEIRO, WASHINGTON DE BARROS	SARAIVA	1997	5
011411	DIREITO DAS COISAS V.1	BEVILAQUA, CLOVIS	SENADO FEDERAL	2003	1
011412	DIREITO DAS COISAS V.2	BEVILAQUA, CLOVIS	SENADO FEDERAL	2003	1
012064	A TUTELA JURIDICA NAS AREAS DE RESSACA DO MUNICIPIO DE.....	MACHADO, ANTERO DA GAMA		2002	0
012100	MODO DE AQUISICAO DA PROPRIEDADE: USUCAPIAO	AMANAJAS, GILVANILDO SANTANA		2002	0

DIREITO PENAL III					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
011077	CODIGO PENAL COMENTADO	DELMANTO, CELSO	RENOVAR	2002	2
011072	CODIGO PENAL		REVISTA DOS TRIBUNAIS	2003	2
005255	CODIGO PENAL		SARAIVA	1999	20
004252	COMENTARIOS AO CODIGO PENAL	COSTA JUNIOR, PAULO JOSE DA	SARAIVA	1989	20
000705	DIREITO PENAL	NORONHA, E. MAGALHAES	SARAIVA	1991	8
012141	DISTURBIOS SEXUAIS RELACIONADOS AOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES	ALENCAR, LIDIANE FERREIRA		2002	0
011357	MANUAL DE DIREITO PENAL: PARTE ESPECIAL	MIRABETE, JULIO FABBRINI	ATLAS	2003	1
005504	CRIMES HEDIONDOS E ASSEMELHADOS	BEMFICA, THAIS VANI	FORENSE	1998	3
004615	DOS CRIMES SEXUAIS:ESTUPRO, ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR, SED	GUSMAO, CHRYSOLITO	FREITAS BASTOS	5.ED	2
000645	DOCTRINA: SERIE SOBRE DIREITO AUTORAL		MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA	1989	1
004249	DIREITO PENAL: DOS CRIMES CONTRA A PESSOA, DOS CRIMES CONTR	NORONHA, E. MAGALHAES	SARAIVA	1994	4
004134	DIREITO PENAL: PARTE ESPECIAL: V.02	JESUS, DAMASIO E. DE	SARAIVA	1999	17
004135	DIREITO PENAL: PARTE ESPECIAL: V.03	JESUS, DAMASIO E. DE	SARAIVA	1996	15

007200	CRIMES CONTRA A VIDA	ALVES, IVANILDO FERREIRA	UNAMA	1999	2
012106	A APLICACAO CONCOMITANTE DO PRIVILEGIO E FORMAS QUALIFICADAS	MACHADO, ALDO BALIEIRO		2004	0
012087	CONSENTIMENTO DA VITIMA MENOR DE CATORZE ANOS NO CRIME DE...	BEZERRA, VALERIA DA LUZ		2003	0
012114	CRIME ORGANIZADO: ASPECTOS NACIONAIS, INTERNACIONAIS E....	GROTT, PAULO		2004	0
012068	CRIMINALIZACAO DO ASSEDIO SEXUAL NO BRASIL	SILVA, JANNY PEREIRA DA		2003	0
012108	O CRIME DE CORRUPCAO DE MENORES E A REFORMA PENAL	FELIX, ANA RENES SOUZA LOPES		2003	0
012062	O CRIME DE EMBRIAGUEZ COMO UM DOS FATORES DETERMINANTES....	FONSECA, CAMMILE CHAVES DE OLIVEIRA DA		2002	0

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
010025	LEI, MORALIDADE E AS RELACOES ENTRE ESTADOS	NARDIN, TERRY	FORENSE-UNIVERSITARIA	1987	3
000661	REPERTORIO DA PRATICA BRASILEIRA DO DIREITO INTERNACIONAL P	TRINDADE, ANTONIO AUGUSTO CANCADO	FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO	1984	5
005915	O BRASIL NAS OPERACOES DE PAZ DAS NACOES UNIDAS	CARDOSO, AFONSO JOSE SENA	INSTITUTO RIO BRANCO	1998	1
006968	O MERCOSUL EM MOVIMENTO II		LIVRARIA DO ADVOGADO	1999	4
005848	DECISOES CONSTITUCIONAIS DE MARSHALL	MARSHALL, JOHN	MINISTERIO DA JUSTICA	1997	1
005153	CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO	MELLO, CELSO DUVIVIER DE ALBUQUERQUE	RENOVAR	1994	4
005588	DIREITO E RELACOES INTERNACIONAIS	RANGEL, VICENTE MAROTTA	REVISTA DOS TRIBUNAIS	1997	5
000611	MANUAL DE DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO	ACCIOLY, HILDEBRANDO	SARAIVA	1991	5
000662	CONSTITUICOES ESTRANGEIRAS: REPUBLICA DA AUSTRIA, REPUBLICA		SENADO FEDERAL	1988	1
000646	O ESGOTAMENTO DOS RECURSOS INTERNOS DO DIREITO INTERNACIONA	TRINDADE, ANTONIO AUGUSTO CANCADO	UNB	1984	1
009669	PARECERES DOS CONSULTORES JURIDICOS DO ITAMARATY	MEDEIROS, ANTONIO PAULO CACHAPUZ DE	SENADO FEDERAL	2000	1
000647		PINTO, ANTONIO PEREIRA	MINISTERIO DA JUSTICA	1980	1
004162	A GUERRA DAS PATENTES: O CONFLITO BRASIL X EUA SOBRE PROPRI	TACHINARDI, MARIA HELENA	PAZ E TERRA	1993	6
004543	A INCORPORACAO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTECAO DOS DI	CANCADO TRINDADE, ANTONIO AUGUSTO		1996	1
005769	DIREITO INTERNACIONAL: PARA CONCURSO DE JUIZ DO TRABALHO	SANT'ANNA, VALERIA MARIA	EDIPRO	1993	4
000609	DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO: CURSO ELEMENTAR	REZEK, JOSE FRANCISCO	SARAIVA	1993	5
000610	DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO: CURSO ELEMENTAR	REZEK, JOSE FRANCISCO	SARAIVA	1991	1
002688	DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO: CURSO ELEMENTAR	REZEK, JOSE FRANCISCO	SARAIVA	1994	7
005163	DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO: CURSO ELEMENTAR	REZEK, JOSE FRANCISCO	SARAIVA	1996	3
011598	DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO: CURSO ELEMENTAR	REZEK, J. F.	SARAIVA	2002	3

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
000650	COMENTARIOS AO CODIGO DE PROCESSO CIVIL: ARTS. 270 A 495	LEVENHAGEN, ANTONIO JOSE SOUZA DE	ATLAS	1992	5
005072	DIREITO PROCESSUAL CIVIL: PARA CONCURSO DE JUIZ DO TRABALHO	SANT'ANNA, VALERIA MARIA	EDIPRO	1993	8
005734	COMENTARIOS AO CODIGO DE PROCESSO CIVIL	CASTRO FILHO, JOSE OLIMPIO	FORENSE	1983	1
005098	COMENTARIOS AO CODIGO DE PROCESSO CIVIL: LEI N.º. 5.869 DE J	NEVES, CELSO	FORENSE	1994	1
005097	COMENTARIOS AO CODIGO DE PROCESSO CIVIL: LEI N.º. 5.869, DE	SANTOS, MOACYR AMARAL	FORENSE	1994	3
011403	DIREITO PROCESSUAL CIVIL: DO PROCESSO DE EXECUCAO E DO...	QUEIROZ, ARI FERREIRA DE	IEPC	2001	1
005231	DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO	GRECO FILHO, VICENTE	SARAIVA	1996	3
005076	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL: VOL. 2	THEODORO JUNIOR, HUMBERTO	FORENSE	1997	1
005077	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL: VOL. 2	THEODORO JUNIOR, HUMBERTO	FORENSE	1996	1
011111	MANUAL DA TUTELA ANTECIPADA: DOCTRINA E...	VAZ, PAULO AFONSO BRUM	LIVRARIA DO ADVOGADO	2002	6
012290	EXECUCAO CONTRA A FAZENDA PUBLICA.	SILVA, ROCARDO PERLINGEIRO MENDES DA	MALHEIROS	1999	2
003808	DA PENHORA	AZEVEDO, LUIZ CARLOS DE	RESENHA TRIBUTARIA	1994	1
005155	MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	SANTOS, ERNANE FIDELIS DOS	SARAIVA	1996	4
012070	A COISA JULGADA, SEUS LIMITES E A SUA...	CARVALHO, JAIRO EMERSON SCHMITT DE		2004	0
012063	OS EFEITOS DA INADMISSAO DA Acao RESCISORIA NOS JUIZADOS....	SANTOS, PAULO COSTA DOS		2004	0
012131	OS PARADIGMAS DO PROCEDIMENTO SUMARISSIMO NA JUSTICA	RABELO, ELIEL AMORAS		2004	0
004046	CURSO BASICO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL: PROCESSO DE EXECUCU	DOWER, NELSON GODOY BASSIL	NELPA	1994	3
010910	CURSO AVANÇADO DE PROCESSO CIVIL, V.2: PROCESSO DE EXECUCAO	WAMBIER, LUIZ RODRIGUES	REVISTA DOS TRIBUNAIS	2002	5

DIREITO TRIBUTÁRIO					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
009997	DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTARIO	HARADA, KIYOSHI	ATLAS	2002	3
009995	CURSO DE DIREITO FINANCEIRO	ALVES, BENEDITO ANTONIO	JUAREZ DE OLIVEIRA	2001	3
009977	MANUAL DE DIREITO FINANCEIRO	OLIVEIRA, REGIS FERNANDES DE	REVISTA DOS TRIBUNAIS	2001	3
005125	CURSO DE DIREITO FINANCEIRO E DE DIREITO TRIBUTARIO	BASTOS, CELSO RIBEIRO	SARAIVA	1998	16
004230	MANUAL DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTARIO	JARDIM, EDUARDO MACIAL FERREIRA	SARAIVA	1994	4
005126	MANUAL DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTARIO	JARDIM, EDUARDO MARCIAL FERREIRA	SARAIVA	1996	2
010018	CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL COMENTADO	FABRETTI, LAUDIO CAMARGO	ATLAS	2001	3

011847	CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL	GALLO, ANTONIO FELIPPE A.	MALHEIROS	1998	3
005309	CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL		SARAIVA	1998	2
001070	CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL		SARAIVA	1995	10
011068	CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL		SARAIVA	2003	2
012351	CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL		SARAIVA	2005	3
000677	DIREITO TRIBUTARIO	SANTOS, MANOEL LOURENCO DOS	FGV	1970	1
005977	DIREITO TRIBUTARIO BRASILEIRO	BALEIRO, ALIOMAR	FORENSE	1977	1
006163	DIREITO TRIBUTARIO NA PRATICA FORENSE	FELIPE, JORGE FRANKLIN ALVES	FORENSE	1999	8
010005	CURSO DE DIREITO TRIBUTARIO BRASILEIRO	COELHO, SACHA CALMON NAVARRO	FORENSE	2002	4
004245	MEDIDAS LIMINARES EM MATERIA TRIBUTARIA	FRIEDE, REIS	FORENSE UNIVERSITARIA	1995	4
000678	CURSO DE DIREITO TRIBUTARIO BRASILEIRO	FANUCCHI, FABIO	IBET	1977	1
012478	PRATICA DO DIREITO TRIBUTARIO E FINANCEIRO	HARADA, KIYOSHI	JUAREZ DE OLIVEIRA	2004	3
005324	CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTARIO	CARRAZZA, ROQUE ANTONIO	MALHEIROS	2000	12
010919	CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTARIO	CARRAZZA, ROQUE ANTONIO	MALHEIROS	2003	2
012450	CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTARIO	CARRAZZA, ROQUE ANTONIO	MALHEIROS	2005	2
010013	HIPOTESE DE INCIDENCIA TRIBUTARIA	ATALIBA, GERALDO	MALHEIROS	2002	3
010014	LANCAMENTO TRIBUTARIO	BORGES, JOSE SOUTO MAIOR	MALHEIROS	2002	3
009999	ICMS	CARRAZZA, ROQUE ANTONIO	MALHEIROS	2002	2
011860	ISS: DO TEXTO A NORMA	BAPTISTA, MARCELO CARON	QUARTIER LATIN	2005	1
007187	PLANEJAMENTO FISCAL ATRAVES DE ACORDOS DE BITRIBUTACAO: TRE	SHOUEI, LUIS EDUARDO	REVISTA DOS TRIBUNAIS	1995	2
009982	COMENTARIOS AO CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL	MARTINS, IVES GANDRA DA SILVA - COORD.	SARAIVA	2002	2
009983	COMENTARIOS AO CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL	MARTINS FILHO, IVES GANDRA - COORD.	SARAIVA	2002	2
004141	CURSO DE DIREITO TRIBUTARIO	NOGUEIRA, RUY BARBOSA	SARAIVA	1995	6
005330	CURSO DE DIREITO TRIBUTARIO	CARVALHO, PAULO DE BARROS	SARAIVA	2005	13
005714	CURSO DE DIREITO TRIBUTARIO	NOGUEIRA, RUI BARBOSA	SARAIVA	1980	1
009990	CURSO DE DIREITO TRIBUTARIO	MARTINS, IVES GANDRA DA SILVA	SARAIVA	2001	2
000667	O NOVO REGULAMENTO DO IMPOSTO DE RENDA ANOTADO	STURMER, BERTRAM A.	SINTESE	1981	1
000635	PROGRAMA DE DIREITO TRIBUTARIO: PARTE GERAL	VALERIO, WALTER PALDES	SULINA	1981	1
012092	LANCAMENTO DE CREDITOS TRIBUTARIOS	MESQUITA, ROBERTO COELHO		2004	0
005117	A LEI 4.320 COMENTADA	MACHADO JUNIOR, JOSE TEIXEIRA	IBAM	1997	5

DIREITO EMPRESARIAL II					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
004153	CURSO DE DIREITO COMERCIAL	DORIA, DYLSON	SARAIVA	1995	2
011842	CURSO DE DIREITO COMERCIAL V.1	COELHO, FABIO ULHOA	SARAIVA	2004	3
000582	MANUAL DE DIREITO COMERCIAL	COELHO, FABIO ULHOA	SARAIVA	1993	2

004144	TEORIA E PRATICA DOS TITULOS DE CREDITO	ALMEIDA, AMADOR PAES DE	SARAIVA	1995	2
011843	CURSO DE DIREITO COMERCIAL V.2	COELHO, FABIO ULHOA	SARAIVA	2004	3
004153	CURSO DE DIREITO COMERCIAL	DORIA, DYLSON	SARAIVA	1995	2
004154	CURSO DE DIREITO COMERCIAL	DORIA, DYLSON	SARAIVA	1994	2
012408	CURSO DE DIREITO COMERCIAL: TITULOS DE CRÉDITO	MARTINS, FRAN	FORENSE	2005	3
005152	TITULOS DE CREDITO: CHEQUES, DUPLICATAS, TITULOS DE FINANCI	MARTINS, FRAN	FORENSE	1999	4
005151	TITULOS DE CREDITO: LETRA DE CAMBIO E NOTA PROMISSORIA	MARTINS, FRAN	FORENSE	2000	9
000656	MANUAL DOS TITULOS DE CREDITO	SANTOS, THEOPHILO DE AZEVEDO	PALLAS	1975	1

DIREITO CIVIL V					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
010495	CODIGO CIVIL		CAMARA DOS DEPUTADOS	2002	3
012515	CODIGO CIVIL DE 2002 COMPARADO E ANOTADO	MACHADO, ANTONIO CLAUDIO DA COSTA	JUAREZ DE OLIVEIRA	2003	2
003146	REPERTORIO DE JURISPRUDENCIA DO CODIGO CIVIL		MAX LIMONAD	1957	4
010022	NOVO CODIGO CIVIL CONFRONTADO	ALVES, JONES FIGUEIREDO	METODO	2003	4
005113	CURSO MODERNO DE DIREITO CIVIL	DOWER, NELSON GODOY BASSIL	NELPA	1996	1
011861	CODIGO CIVIL		REVISTA DOS TRIBUNAIS	2004	3
005202	CODIGO CIVIL E LEGISLACAO CIVIL EM VIGOR		REVISTA DOS TRIBUNAIS	1991	7
010921	NOVO CODIGO CIVIL BRASILEIRO: LEI 10.406, DE ...		REVISTA DOS TRIBUNAIS	2003	3
004594	DIREITO CIVIL BRASILEIRO	RIBAS, CONSELHEIRO JOAQUIM	RIO	1983	1
004598	PROGRAMA DE DIREITO CIVIL	DANTAS, FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO	RIO	1981	1
004596	PROGRAMA DE DIREITO CIVIL: AULAS PROFERIDAS NA FACULDADE NA	DANTAS, FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO	RIO	1979	1
004599	PROGRAMA DE DIREITO CIVIL: AULAS PROFERIDAS NA FACULDADE NA	DANTAS, FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO	RIO	1978	2
010707	CODIGO CIVIL		SARAIVA	2003	5
005336	CODIGO CIVIL ANOTADO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	1997	3
010715	CODIGO CIVIL ANOTADO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2003	3
011065	CODIGO CIVIL COMENTADO: PARTE GERAL	LOTUFO, RENAN	SARAIVA	2003	2
010717	CODIGO CIVIL E LEGISLACAO EM VIGOR	NEGRAO, THEOTONIO	SARAIVA	2003	2
010938	COMENTARIOS AO CODIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL: DAS DISPOSICOE	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2003	2
010724	DIREITO CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2003	2
010727	DIREITO CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2002	2
010728	DIREITO CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2002	2
011408	CONSOLIDACAO DAS LEIS CIVIS V.1	FREITAS, AUGUSTO TEIXEIRA DE	SENADO FEDERAL	2003	1
011409	CONSOLIDACAO DAS LEIS CIVIS V.2	FREITAS, AUGUSTO TEIXEIRA DE	SENADO FEDERAL	2003	1
010935	COMENTARIOS AO CODIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL: DO DIREITO DE F	AZEVEDO, ALVARO VILLACA	SARAIVA	2003	2

010939	COMENTARIOS AO CODIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL: DO DIREITO DE F	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2003	2
005161	DIREITO CIVIL: DIREITO DE FAMILIA	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2004	14
003995	DIVORCIO X DESQUITE: O DESCASAMENTO NO BRASIL: LEGISLACAO,	PALMA, JOAO AUGUSTO DA	AJATO	1978	1
004923	DIREITO DO MENOR	CORREA JUNIOR, LUIZ CARLOS DE AZEVEDO	ATLAS	1991	4
012574	ESTATUTO DA FAMILIA DE FATO: DE ACORDO...	AZEVEDO, ALVARO VILLACA	ATLAS	2002	3
003888	DIREITO DA MULHER: O QUE PENSAM OS PARLAMENTARES		CFEMEA	1993	3
011425	A FAMILIA NA TRAVESSIA DO MILENIO: ANAIS DO II CONGRESSO BRA		DEL REY	2000	1
009986	CONCUBINATO E A UNIAO ESTAVEL : DE ACORDO...	PEREIRA, RODRIGO DA CUNHA	DEL REY	2001	3
004265	DIREITO DA FAMILIA E DO MENOR: INOVACOES E TENDENCIAS-DOU	TEIXEIRA, SALVIO DE FIGUEIREDO (COORD.)	DEL REY	1993	4
009993	DIREITO DE FAMILIA E O NOVO CODIGO CIVIL	DIAS, MARIA BERENICE - COORD.	DEL REY	2002	3
010710	DIREITO DE FAMILIA E O NOVO CODIGO CIVIL	DIAS, MARIA BERENICE	DEL REY	2003	3
005146	DIREITO DE FAMILIA	GOMES, ORLANDO	FORENSE	1996	5
010734	DIREITO DE FAMILIA	GOMES, ORLANDO	FORENSE	2002	3
009981	UNIAO ESTAVEL	SOARES, ORLANDO	FORENSE	2002	3
003994	DAS ACOES DE DESQUITE, NULIDADE E ANULACAO DE CASAMENTO: FO	LEITE, YARA MULHER	FREITAS BASTOS	1967	1
006975	VADEMECUM DO DIREITO DE FAMILIA	NEVES, MARCIA CRISTINA ANANIAS	JURIDICA BRASILEIRA	1997	1
009815	UNIAO AFETIVA ENTRE HOMOSSEXUAIS E SEUS...	BRITO, FERNANDA DE ALMEIDA	LTR	2000	1
010902	UNIAO ESTAVEL: DO CONCUBINATO AO CASAMENTO: ANTES DEPOIS...	OLIVEIRA, EUCLIDES DE	METODO	2003	3
011102	FAMILIA: CASAMENTO, DIVORCIO, CONCUBINATO...	BITTENCOURT, EDGARD DE MOURA	MILLENNIUM	2002	3
005087	BEM DE FAMILIA: COMENTARIOS A LEI Nº 8.009/90	AZEVEDO, ALVARO VILACA	REVISTA DOS TRIBUNAIS	1996	1
009992	O COMPANHEIRISMO: UMA ESPECIE DE FAMILIA	GAMA, GUILHERME CALMON NOGUEIRA	REVISTA DOS TRIBUNAIS	2001	2
010906	REPERTORIO DE DOCTRINA SOBRE DIREITO DE FAMILIA: ASPECTOS...		REVISTA DOS TRIBUNAIS	1999	3
005715	TRATADO DE DIREITO CIVIL	CHAVES, ANTONIO	REVISTA DOS TRIBUNAIS	1993	1
004595	DIREITO DE FAMILIA	BEVILAQUA, CLOVIS	RIO	1976	1
010909	CONTRATO DE CONVIVENCIA NA UNIAO ESTAVEL	CAHALI, FRANCISCO JOSE	SARAIVA	2002	3
010307	CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO: DIREITO DE FAMILIA	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2002	5
010927	CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO: DIREITO DE FAMILIA	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2002	2
000666	CURSO DE DIREITO CIVIL: DIREITO DA FAMILIA	MONTEIRO, WASHINGTON DE BARROS	SARAIVA	1993	13
009814	EFEITOS PATRIMONIAIS DO CONCUBINATO	PESSOA, CLAUDIA GRIECO TABOSA	SARAIVA	1997	1
009988	EFEITOS PATRIMONIAIS DO CONCUBINATO	PESSOA, CLAUDIA GRIECO TABOSA	SARAIVA	1997	2
009980	ESTATUTO DA UNIAO ESTAVEL	WELTER, BELMIRO PEDRO	SINTESE	1999	3

012113	A ATUAL SITUACAO DO INSTITUTO DA ADOCAO NO SISTEMA JURPIDICO BRASILEIRO	MACEDO, SIMONE PINHEIRO		2004	0
012098	A CULPA NA DISSOLUCAO DA UNIAO ESTAVEL E SEUS EFEITOS NA...	SIMOES, KIVIA HILARIO		2002	0
012067	A DECRETACAO EX-OFFICIO CIVIL POR ALIMENTOS	JESUS, RENATA CORREA DE		2004	0
012049	A SUCESSAO NA UNIAO ESTAVEL	MARTINS, ALINE JANUSA TELES		2002	0
012138	ALIMENTOS DECORRENTES DO PODER FAMILIAR	GONCALVES, LUIZ EDUARDO PENA		2004	0
012059	DIREITO DE VISITA DE TERCEIROS E O MELHOR INTERESSE DO MENOR	FARIAS, DAYSE MARA MALCHER MOTTA		2002	0
012135	NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO DE FAMILIA E A REPERCUSSAO.....	FREITAS, ODAIR JOSE BARBOSA		2003	0
012118	O DIREITO A ALIMENTOS ENTRE CONJUGES E COMPANHEIROS	CARVALHO, JOSEANE		2004	0
012133	O EXAME EM DNA COMO MEIO DE PROVA NAS ACOES DE PATERNIDADE	LEITE, TATIANA SARMENTO		2004	0
012090	RESPONSABILIDADE CIVIL NA SEPARACAO JUDICIAL....			2001	0
009989	O NOVO DIREITO DE FAMILIA	WALD, ARNOLDO	SARAIVA	2002	2
012066	GUARDA COMPARTILHADA	COSTA, SORAYA HELENA SILVA DA		2004	0
009989	O NOVO DIREITO DE FAMILIA	WALD, ARNOLDO	SARAIVA	2002	2
012115	REGIME DE PARTICIPACAO FINAL NOS AQUESTOS	SOUZA, ELIANA RODRIGUES		2004	0

DIREITO PENAL IV					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
006132	LEI DAS CONTRAVENCOES PENAIS ANOTADAS	JESUS, DAMASIO E.	SARAIVA	1998	6
011358	MANUAL DE DIREITO PENAL: PARTE ESPECIAL	MIRABETE, JULIO FABBRINI	ATLAS	2003	1
011109	CRIMES TRIBUTARIOS: ASPECTOS CRIMINAIS E PROCESSUAIS	LOVATTO, ALECIO ADAO	LIVRARIA DO ADVOGADO	2003	6
001321	DIREITO PENAL DO TRABALHO	SANTOS,ALTAMIRO J.DOS	LTR	1997	3
005455	LEIS PENAIS ESPECIAIS E SUA INTERPRETACAO JURISPRUDENCIAL		REVISTA DOS TRIBUNAIS	1997	5
004250	DIREITO PENAL: DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL A	NORONHA, E. MAGALHAES	SARAIVA	1995	4
004251	DIREITO PENAL: DOS CRIMES CONTRA A SAUDE PUBLICA A DISPOSIC	NORONHA, E. MAGALHAES	SARAIVA	1995	4
005144	DIREITO PENAL: PARTE ESPECIAL: V.04	JESUS, DAMASIO E. DE	SARAIVA	1995	15
004610	TOXICOS		SARAIVA	1990	8
012085	A DESPENALIZACAO DO USUARIO DE ENTORPECENTES	COUSTON JUNIOR, JOHN FLETCHER		2004	0
012134	A INVIOABILIDADE DO DIREITO A VIDA E A EUTANASIA.	SOARES, ANA CELIA TRINDADE		2001	0
012116	LAVAGEM DE DINHEIRO: A EFICACIA DA LEI DE LAVAGEM DE....	OLIVEIRA, PAULO JUNIOR SOUZA DE		2002	0
005127	LEI N 4.320 DE 17 DE MARCO DE 1964		ATLAS	1996	3

DIREITO DO TRABALHO I					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
010012	DIREITO DO TRABALHO	MARTINS, SERGIO PINTO	ATLAS	2002	3
010905	CURSO DE DIREITO DO TRABALHO	MARTINS, SERGIO PINTO	DIALETICA	2001	3
000637	DIREITO DO TRABALHO	DESPAX, MICHEL	DIFEL	1968	1

004269	CURSO DE DIREITO DO TRABALHO: DE ACORDO COM A CONSTITUICAO	GOMES, ORLANDO	FORENSE	1995	3
005154	CURSO DE DIREITO DO TRABALHO: ESTUDOS EM MEMORIA DE CELIO G		LTR	1994	8
006170	DIREITO DO TRABALHO RURAL		LTR	1998	3
005316	INSTITUICOES DE DIREITO DO TRABALHO	SUSSEKIND, ARNALDO	LTR	1997	10
000685	CONSOLIDACAO DAS LEIS DO TRABALHO	SAAD, EDUARDO GABRIEL	MELHORAMENTOS	1977	1
012403	COMENTARIOS A CONSOLIDACAO DAS...	CARRION, VALENTIN	SARAIVA		3
005975	CURSO DE DIREITO DO TRABALHO: HISTORIA E TEORIA GERAL DO D	NASCIMENTO, AMAURI MASCARO	SARAIVA	1999	14
005337	DICIONARIO DE SUMULAS E ENUNCIADOS TRABALHISTAS	VIEIRA, DEJAIR	EDIPRO	1994	5
000782	SEGURANCA E MEDICINA DO TRABALHO		ATLAS	2002	4
006144	O DANO MORAL NA RELACAO DE EMPREGO	PAMPLONA FILHO, RODOLFO	LTR	1998	2
006173	A INTERPRETACAO NO DIREITO DO TRABALHO E A NOVA LEI DO CONT	DOMINGUES, MARCOS ABILIO	LTR	1998	2
010556	O CONTRATO DE TRABALHO E A DISCRIMINACAO ESTETICA	MARQUES, CHRISTIANE	LTR	2002	1
009816	O DANO PESSOAL NO DIREITO DO TRABALHO	OLIVEIRA, PAULO EDUARDO V.	LTR	2002	1
010522	O DIREITO A SAUDE E A SEGURANCA NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	MORAES, MONICA MARIA LAUZID DE	LTR	2002	1
007547	PRINCIPIOLOGIA DO DIREITO DO TRABALHO	SILVA, LUIZ DE PINHO PEDREIRA	LTR	1999	1
000349	INTRODUCAO AO DIREITO DO TRABALHO	MORAES FILHO, EVARISTO DE	LTR	1993	5
006127	JORNADA DE TRABALHO E DESCANSOS REMUNERADOS: PESPECTIVA IBE		LTR	1996	2
004612	ACIDENTE DO TRABALHO		SARAIVA	1991	11
012060	A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA NO MERCADO DE TRABALHO	VASCONCELOS, REJANE CLEIDE LEMOS DE		2004	0

SOCIOLOGIA JURÍDICA					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
005074	SOCIOLOGIA DO DIREITO: FUNDAMENTOS DE SOCIOLOGIA GERAL, SOC	CASTRO, CELSO ANTONIO PINHEIRO DE	ATLAS	1996	3
007108	DIREITOS DAS MULHERES E INJUSTICA DOS HOMENS	AUGUSTA, NISIA FLORESTA BRASILEIRA	CORTEZ	1989	11
000704	SOCIOLOGIA DO DIREITO	LEVY-BRUHL, HENRI	DIFEL	1964	1
005106	SOCIOLOGIA DO DIREITO: O FENOMENO JURIDICO COMO FATO SOCIAL	ROSA, FELIPPE AUGUSTO DE MIRANDA	JORGE ZAHAR	1993	1
005107	SOCIOLOGIA DO DIREITO: O FENOMENO JURIDICO COMO FATO SOCIAL	ROSA, FELIPPE AUGUSTO DE MIRANDA	JORGE ZAHAR	1996	7
007490	SEXUALIDADE VIOLENTADA: AS MARCAS DE UMA TENTATIVA DE DESTR	VERARDO, MARIA TEREZA	O NOME DA ROSA	2000	1
005108	SOCIOLOGIA E DIREITO: LEITURAS BASICAS DE SOCIOLOGIA JURIDI	SOUTO, CLAUDIO, ORG.	PIONEIRA	1980	3
001317	SOCIOLOGIA JURIDICA	MACHADO NETO, ANTONIO LUIS	SARAIVA	1987	10

005602	SOCIOLOGIA DO DIREITO I	LUHMANN, NIKLAS	TEMPO BRASILEIRO	1983	5
000690	DIREITO E INTEGRACAO	LANDIM, JOSE FRANCISCO PAES	UNB	1981	1

DIREITO AGRÁRIO					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
010015	DIREITO AGRARIO BRASILEIRO	MARQUES, BENEDITO FERREIRA	AB EDITORA	2001	3
004276	LEGISLACAO AGRARIA BRASILEIRA	ZIBETTI, DARCY X.	AIDE	1986	3
005070	CURSO DE DIREITO AGRARIO: DE ACORDO COM A LEI N. 8.629/93	FERREIRA, PINTO	SARAIVA	1995	4
004172	DIREITO AGRARIO: LICOES BASICAS	SOUSA, JOAO BOSCO MEDEIROS DE	SARAIVA	1994	4
005110	INSTITUTOS BASICOS DO DIREITO AGRARIO	BORGES, PAULO TORMINN	SARAIVA	1996	7
012095	REFORMA AGRARIA NO BRASIL E RENDA FAMILIAR	CORREA, URINETE DOS ANJOS		2002	0

DIREITO DO TRABALHO II					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
010012	DIREITO DO TRABALHO	MARTINS, SERGIO PINTO	ATLAS	2002	3
010905	CURSO DE DIREITO DO TRABALHO	MARTINS, SERGIO PINTO	DIALETICA	2001	3
000637	DIREITO DO TRABALHO	DESPAX, MICHEL	DIFEL	1968	1
004269	CURSO DE DIREITO DO TRABALHO: DE ACORDO COM A CONSTITUICAO	GOMES, ORLANDO	FORENSE	1995	3
005154	CURSO DE DIREITO DO TRABALHO: ESTUDOS EM MEMORIA DE CELIO G		LTR	1994	8
006170	DIREITO DO TRABALHO RURAL		LTR	1998	3
005316	INSTITUICOES DE DIREITO DO TRABALHO	SUSSEKIND, ARNALDO	LTR	1997	10
000685	CONSOLIDACAO DAS LEIS DO TRABALHO	SAAD, EDUARDO GABRIEL	MELHORAMENTOS	1977	1
012403	COMENTARIOS A CONSOLIDACAO DAS...	CARRION, VALENTIN	SARAIVA		3
005975	CURSO DE DIREITO DO TRABALHO: HISTORIA E TEORIA GERAL DO D	NASCIMENTO, AMAURI MASCARO	SARAIVA	1999	14
009971	CURSO DE DIREITO DO TRABALHO	SUSSEKIND, ARNALDO	RENOVAR	2002	5
005134	CONSOLIDACAO DAS LEIS DO TRABALHO		SARAIVA	1997	1
005269	CONSOLIDACAO DAS LEIS DO TRABALHO		SARAIVA	1992	2
004157	CURSO DE DIREITO DO TRABALHO	ANDRADE, EVERALDO GASPARELLO DE	SARAIVA	1992	4
000687	A CONSOLIDACAO DAS LEIS DO TRABALHO E LEGISLACAO COMPLEMENTAR	PAIXAO, FLORICENO	SINTESE	194-	1
009727	OS DESAFIOS DO SINDICALISMO BRASILEIRO DIANTE DAS ATUAIS TEN	MISAILIDIS, MIRTA LERENA DE	LTR	2001	1
005270	CLT COMO SE ACHA EM VIGOR: E LEGISLACAO TRABALHISTA ATUAL		REVISTA DOS TRIBUNAIS	1995	1

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
000651	COMENTARIOS AO CODIGO DE PROCESSO CIVIL: ARTS. 496 A 795	LEVENHAGEN, ANTONIO JOSE SOUZA DE	ATLAS	1992	4

005099	COMENTARIOS AO CODIGO DE PROCESSO CIVIL: LEI N.º. 5.869, DE	LACERDA, GALENO	FORENSE	1994	1
005111	DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO	GRECO FILHO, VICENTE	SARAIVA	1996	3
005078	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL: VOL. 3	THEODORO JUNIOR, HUMBERTO	FORENSE	1997	1
011084	LEI DE EXECUCAO FISCAL: COMENTARIOS E JURISPRUDENCIA	THEODORO JUNIOR, HUMBERTO	SARAIVA	2002	2
005156	MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	SANTOS, ERNANE FIDELIS DOS	SARAIVA	1996	4
012083	A LEI 9.099/95 E A JUSTICA MILITAR ESTADUAL.	DENUIR, ALMIRO DO SOCORRO AVELAR		2004	0
012071	CAUTELARES SATISFATIVAS, APLICABILIDADE	CAVALCANTE, RUBIA MARQUES		2004	0

DIREITO CIVIL VI					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
010495	CODIGO CIVIL		CAMARA DOS DEPUTADOS	2002	3
012515	CODIGO CIVIL DE 2002 COMPARADO E ANOTADO	MACHADO, ANTONIO CLAUDIO DA COSTA	JUAREZ DE OLIVEIRA	2003	2
003146	REPERTORIO DE JURISPRUDENCIA DO CODIGO CIVIL		MAX LIMONAD	1957	4
010022	NOVO CODIGO CIVIL CONFRONTADO	ALVES, JONES FIGUEIREDO	METODO	2003	4
005113	CURSO MODERNO DE DIREITO CIVIL	DOWER, NELSON GODOY BASSIL	NELPA	1996	1
011861	CODIGO CIVIL		REVISTA DOS TRIBUNAIS	2004	3
005202	CODIGO CIVIL E LEGISLACAO CIVIL EM VIGOR		REVISTA DOS TRIBUNAIS	1991	7
010921	NOVO CODIGO CIVIL BRASILEIRO: LEI 10.406, DE ...		REVISTA DOS TRIBUNAIS	2003	3
004594	DIREITO CIVIL BRASILEIRO	RIBAS, CONSELHEIRO JOAQUIM	RIO	1983	1
004598	PROGRAMA DE DIREITO CIVIL	DANTAS, FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO	RIO	1981	1
004596	PROGRAMA DE DIREITO CIVIL: AULAS PROFERIDAS NA FACULDADE NA	DANTAS, FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO	RIO	1979	1
004599	PROGRAMA DE DIREITO CIVIL: AULAS PROFERIDAS NA FACULDADE NA	DANTAS, FRANCISCO CLEMENTINO SAN TIAGO	RIO	1978	2
010707	CODIGO CIVIL		SARAIVA	2003	5
005336	CODIGO CIVIL ANOTADO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	1997	3
010715	CODIGO CIVIL ANOTADO	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2003	3
011065	CODIGO CIVIL COMENTADO: PARTE GERAL	LOTUFO, RENAN	SARAIVA	2003	2
010717	CODIGO CIVIL E LEGISLACAO EM VIGOR	NEGRAO, THEOTONIO	SARAIVA	2003	2
010938	COMENTARIOS AO CODIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL: DAS DISPOSICOE	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2003	2
010724	DIREITO CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2003	2
010727	DIREITO CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2002	2
010728	DIREITO CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2002	2
011408	CONSOLIDACAO DAS LEIS CIVIS V.1	FREITAS, AUGUSTO TEIXEIRA DE	SENADO FEDERAL	2003	1
011409	CONSOLIDACAO DAS LEIS CIVIS V.2	FREITAS, AUGUSTO TEIXEIRA DE	SENADO FEDERAL	2003	1
005162	DIREITO CIVIL: DIREITO DAS SUCESSOES	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	1999	11

011659	DIREITO CIVIL: DIREITO DAS SUCESSOES	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2003	3
006184	DIREITO DAS SUCESSOES	RIZZARDO, ARNALDO	AIDE	1996	8
005147	SUCESSOES	GOMES, ORLANDO	FORENSE	1996	2
006159	INSTITUICOES DE DIREITO CIVIL: DIREITO DAS SUCESSOES	PEREIRA, CAIO MARIO DA SILVA	FORENSE	1998	14
010308	CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO: DIREITO DAS SUCESSOES	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2002	5
010928	CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO: DIREITO DAS SUCESSOES	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	2002	2
000602	CURSO DE DIREITO CIVIL: DIREITO DAS SUCESSOES	MONTEIRO, WASHINGTON DE BARROS	SARAIVA	1993	9

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
000649	COMENTARIOS AO CODIGO DE PROCESSO CIVIL: ARTS. 796 A 1220	LEVENHAGEN, ANTONIO JOSE SOUZA DE	ATLAS	1992	5
005100	COMENTARIOS AO CODIGO DE PROCESSO CIVIL: ARTS. 1.103 A 1220	CASTRO FILHO, JOSE OLYMPIO	FORENSE	1995	1
004606	CURSO DINAMICO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	GAMA, JOSE DE SOUZA	FREITAS BASTOS	1991	2
004014	CODIGO DE PROCESSO CIVIL: CRITICA - EXEGESE	LIMA, PAULO C. A.	LEGIUS	[S.D]	1
005232	DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIROS	GRECO FILHO, VICENTE	SARAIVA	1996	3
005079	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL: VOL. 3	THEODORO JUNIOR, HUMBERTO	FORENSE	1997	2

DIREITO PROCESSUAL PENAL I					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
009975	CURSO DE PROCESSO PENAL	OLIVEIRA, EUGENIO PACELLI DE	DEL REY	2002	2
003147	CODIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO ANOTADO	ESPINDOLA FILHO, EDUARDO	EDITOR BORSOI	1959	7
011070	CODIGO DE PROCESSO PENAL	BRASIL	REVISTA DOS TRIBUNAIS	2003	2
005203	CODIGO DE PROCESSO PENAL ANOTADO	JESUS, DAMASIO E. DE	SARAIVA	1991	8
010708	CODIGO DE PROCESSO PENAL ANOTADO	JESUS, DAMASIO E. DE	SARAIVA	2002	3
004611	CODIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR		SARAIVA	1992	4
005135	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL	NORONHA, E. MAGALHAES	SARAIVA	1996	2
004140	CURSO DE PROCESSO PENAL	TORNAGHI, HELIO	SARAIVA	1995	12
009994	CURSO DE PROCESSO PENAL	CAPEZ, FERNANDO	SARAIVA	2002	2
010714	CURSO DE PROCESSO PENAL	CAPEZ, FERNANDO	SARAIVA	2003	2
004151	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL	NORONHA, E. MAGALHAES	SARAIVA	1995	4
009969	MANUAL DE PROCESSO PENAL: CONHECIMENTO...	PRADO, AMAURI RENO DO	J. DE OLIVI	0	3
010732	MANUAL DE PROCESSO PENAL	PRADO, AMAURI RENO DO	JUAREZ DE OLIVEIRA	2003	3
004194	MANUAL DE PROCESSO PENAL	GRECO FILHO, VICENTE	SARAIVA	1995	4
004609	INQUERITO POLICIAL: NOVAS TENDENCIAS	PITOMBO, SERGIO M. MORAES	CEJUP	1987	1
009601	COMENTARIOS AOS TIPOS PENAIIS PREVISTO NA LEI...	PELICIOLI, ANGELA VRISTINA	LTR	2002	1
012053	AS PROVAS ILICITAS E O PRINCIPIO DA PROPORCIONALIDADE	DIAS, FRANCK EMILIO MOTA		2002	0

012109	PRESUNCAO DE INOCENCIA E PRISOES CAUTELARES: UMA QUESTAO....	SANTOS, RODRIGO RONEI SOUZA DOS		2004	0
012089	INQUERITO POLICIAL OU JUIZO DE INSTRUCAO	ALVES, JOSE AUGUSTO		2003	0

DIREITO EMPRESARIAL III					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
004154	CURSO DE DIREITO COMERCIAL	DORIA, DYLSON	SARAIVA	1994	2
005207	TRATADO DE DIREITO COMERCIAL: ESTATUTO OBRIGACIONAL DO COME	FERREIRA, WALDEMAR	SARAIVA	1963	1
005208	TRATADO DE DIREITO COMERCIAL: O ESTATUTO OBRIGACIONAL DO CO	FERREIRA, WALDEMAR	SARAIVA	1963	1
012407	CURSO DE DIREITO COMERCIAL V.2	REQUIAO, RUBENS	SARAIVA	2005	2
012407	CURSO DE DIREITO COMERCIAL V.2	REQUIAO, RUBENS	SARAIVA	2005	2
011844	CURSO DE DIREITO COMERCIAL V.3	COELHO, FABIO ULHOA	SARAIVA	2003	3
000601	DIREITOS DO ACIONISTA	MOURA, RIL	CNI	1989	1
011856	LEI DE SOCIEDADES ANONIMAS		SARAIVA	2004	3
005138	MANUAL DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	ALMEIDA, AMADOR PAES DE	SARAIVA	1995	8

DIREITO AMBIENTAL I					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
012517	LEGISLACAO AMBIENTAL COMENTADA	SILVA, VICENTE GOMES	FORUM	2004	3
001707	LEGISLACAO AMBIENTAL BRASILEIRA: SUBSIDIOS PARA A HISTORIA	WAINER, ANN HELEN	REVISTA FORENSE	1999	3
010027	CURSO DE DIREITO AMBIENTAL	MORAES, LUIS CARLOS SILVA DE	ATLAS	2002	6
010017	CURSO DE DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO	FIORILLO, CELSO ANTONIO PACHECO	SARAIVA	2002	3
010709	CURSO DE DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO	FIORILLO, CELSO ANTONIO PACHECO	SARAIVA	2003	3
010899	MANUAL DE DIREITO AMBIENTAL	SIRVINSKAS, LUIS PAULO	SARAIVA	2003	3

DIREITO AMBIENTAL II					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
000675	CODIGO DE MINERACAO E LEGISLACAO CORRELATIVA		DIVISAO DE FOMENTO DA PRODUCAO MINERAL	1982	1
006178	POLITICA E DIREITO AGROAMBIENTAL: COMENTARIOS A NOVA LEI DE	ALVARENGA, OCTAVIO MELLO	FORENSE	1997	3
004176	DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO	MACHADO, PAULO AFFONSO LEME	MALHEIROS	1995	4
011603	CURSO DE DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO	FIORILLO, CELSO ANTONIO PACHECO	SARAIVA	2004	3
010009	MANUAL DE DIREITO AMBIENTAL	SIRVINSKAS, LUIS PAULO	SARAIVA	2002	3
004755	FAZENDO DIREITO: PARTICIPACAO POPULAR E MEIO AMBIENTE	DOURADO, MARIA CRISTINA	UFPA.PROEX.PARU, NUMA	1995	3
000638	DIREITO AMBIENTAL E A QUESTAO AMAZONICA		UNAMAZ/UFPA	1991	1
012088	A NATUREZA JURIDICA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	GOMES, JACIRA DOS SANTOS		2002	0
012103	DIREITO MINERARIO E AMBIENTAL: PRINCIPIOS E FUNDAMENTOS...	GONCALVES, PAULO CESAR DA SILVA		2001	0

012080	MADEIREIRAS NO AMAPA: SITUACAO DE FATO E SEUS REFLEXOS....	PINTO, FRANCISCO SAVIO ALVES		2004	0
--------	--	---------------------------------	--	------	---

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
005134	CONSOLIDACAO DAS LEIS DO TRABALHO		SARAIVA	1997	1
001376	AS ACOES CAUTELARES NO PROCESSO DO TRABALHO	TEIXEIRA FILHO, MANOEL ANTONIO	LTR	1996	2
004819	O ONUS DA PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO	MACHADO JUNIOR, CESAR PEREIRA DA SILVA	LTR	1995	4
000664	CURSO DE ROTINAS TRABALHISTAS	SERSON, JOSE	LTR	1971	1
009819	DIREITO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO: SUA EFICIENCIA	ARRUDA, KATIA MAGALHAES	LTR	2002	1
000581	CONSOLIDACAO DAS LEIS DO TRABALHO: E LEGISLACAO COMPLEMENTA	CAMPANHOLE, ADRIANO	ATLAS	1993	5
000580	COMENTARIOS A CONSOLIDACAO DAS LEIS DO TRABALHO	RUSSOMANO, MOZART VICTOR	FORENSE	1993	10
005621	COMENTARIOS AS LEIS TRABALHISTA	NASCIMENTO, AMAURI MASCARO	LTR	1992	5
003845	CONSOLIDACAO DAS LEIS DO TRABALHO	OLIVEIRA, JUAREZ DE	SARAIVA	1995	4
012479	MANUAL SINTETICO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	CARMO, LUIZ SERGIO DO	AB EDITORA	2000	3
005073	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: PARA CONCURSO DE JUIZ DO TR	FAGUNDES, AUGUSTO ANTONIO	EDIPRO	1993	1
000640	CURSO DE ROTINAS TRABALHISTAS	SERSON, JOSE	LTR	1975	1
005698	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	SAAD, EDUARDO GABRIEL	LTR	1998	2
006174	MUDANCAS NO CPC E REFLEXOS NO PROCESSO TRABALHISTA: QUADROS	PINTO, RAYMUNDO ANTONIO CARNEIRO	LTR	1997	2
004237	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	NASCIMENTO, AMAURI MASCARO	SARAIVA	1994	6
005136	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	NASCIMENTO, AMAURI MASCARO	SARAIVA	1996	2
004231	MANUAL ESQUEMATICO DE DIREITO DO PROCESSO DO TRABALHO	MARTINS FILHO, IVES GANDRA DA SILVA	SARAIVA	1994	2
012107	LITIGANCIA DE MA FE NA JUSTICA DO TRABALHO	MAGALHAES, ODILIO GOES DE		2004	0

DIREITO ECONÔMICO					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
010123	TEORIA MICROECONOMICA	GAROFALO, GILSON DE LIMA	ATLAS	1995	2
009973	O MUNICIPIO EM FACE DO DIREITO ECONOMICO	CLARK, GIOVANI	DEL REY	2001	6
010016	DIREITO ECONOMICO	FONSECA, JOAO BOSCO LEOPOLDINO DA	FORENSE	2002	3
011617	DIREITO ECONOMICO	FONSECA, JOAO BOSCO LEOPOLDINO DA	FORENSE	2004	3
004556	DIREITO ECONOMICO DA CONCORRENCIA	VAZ, ISABEL	FORENSE	1993	1
004258	DIREITO ECONOMICO DAS PROPRIEDADES	VAZ, ISABEL	FORENSE	1993	3
000684	DIREITO ECONOMICO DAS PROPRIEDADES	VAZ, ISABEL	FORENSE	1992	1

003929	EMPRESAS DO GOVERNO COMO INSTRUMENTO DE POLITICA ECONOMICA:	VILLELA, ANNIBAL VILLANOVA	IPEA/INPES	1984	1
001447	ASCENSAO E QUEDA DA JUSTICA ECONOMICA E OUTROS ENSAIOS: O P	MACPHERSON, C. B.	PAZ E TERRA	1991	10
009972	CURSO DE ECONOMIA: INTRODUCAO AO DIREITO ECONOMICO	NUSDEO, FABIO	REVISTA DOS TRIBUNAIS	2001	3
010000	DIREITO ECONOMICO: APLICACAO E ...	CAMARGO, RICARDO ANTONIO LUCAS	SERGIO ANTONIO FABRIS EDITOR	2001	2
009985	DIREITO ECONOMICO	JUNGSTEDT, LUIZ OLIVEIRA CASTRO	THEX EDITORA	2000	3
012051	A LEGALIDADE DAS TARIFAS BANCARIAS	GONCALVES, AMIRALDO DE MATOS		2002	0

DIREITO PROCESSUAL PENAL II					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
009975	CURSO DE PROCESSO PENAL	OLIVEIRA, EUGENIO PACELLI DE	DEL REY	2002	2
003147	CODIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO ANOTADO	ESPINDOLA FILHO, EDUARDO	EDITOR BORSOI	1959	7
011070	CODIGO DE PROCESSO PENAL	BRASIL	REVISTA DOS TRIBUNAIS	2003	2
005203	CODIGO DE PROCESSO PENAL ANOTADO	JESUS, DAMASIO E. DE	SARAIVA	1991	8
010708	CODIGO DE PROCESSO PENAL ANOTADO	JESUS, DAMASIO E. DE	SARAIVA	2002	3
004611	CODIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR		SARAIVA	1992	4
005135	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL	NORONHA, E. MAGALHAES	SARAIVA	1996	2
004140	CURSO DE PROCESSO PENAL	TORNAGHI, HELIO	SARAIVA	1995	12
009994	CURSO DE PROCESSO PENAL	CAPEZ, FERNANDO	SARAIVA	2002	2
010714	CURSO DE PROCESSO PENAL	CAPEZ, FERNANDO	SARAIVA	2003	2
004151	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL	NORONHA, E. MAGALHAES	SARAIVA	1995	4
009969	MANUAL DE PROCESSO PENAL: CONHECIMENTO...	PRADO, AMAURI RENO DO	J. DE OLIVI	0	3
010732	MANUAL DE PROCESSO PENAL	PRADO, AMAURI RENO DO	JUAREZ DE OLIVEIRA	2003	3
004194	MANUAL DE PROCESSO PENAL	GRECO FILHO, VICENTE	SARAIVA	1995	4
004403	RECURSOS EM MATERIA CRIMINAL: DOCTRINA, JURISPRUDENCIA, MOD	MOSSIN, HERACLITO ANTONIO	ATLAS	1997	3
005298	ELEMENTOS DE DIREITO PROCESSUAL PENAL	MARQUES, JOSE FREDERICO	BOOKSELLER	1997	12
000633	O DISCURSO NO JURI: ASPECTOS LINGUISTICOS E RETORICOS	FAGUNDES, VALDA OLIVEIRA	CORTEZ	1987	9
004273	SISTEMA DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	BARROS, ROMEU PIRES DE CAMPOS	FORENSE	1987	4
005128	DOCTRINA E PRATICA DA EXECUCAO PENAL	KUEHNE, MAURICIO	JURUA	1995	4
010916	PROVA CRIMINAL: HISTORIA DE UM ERRO JUDICIARIO: O CASO..	MARTINS, RICARDO CUNHA	LIVRARIA DO ADVOGADO	2002	6
009998	SISTEMA PENAL PARA O TERCEIRO...	ANCEL, MARC	REVAN	1991	3
004607	DIREITO PENAL E DIREITO DE EXECUCAO PENAL	BARBOSA, LICINIO LEAL	ZAMENHOF	1993	1
012078	A LEI DOS CRIMES HEDIONDOS E SUA REPERCUSSAO NA EXECUCAO....	PEREIRA, MAURICIO SILVA		2002	0
012121	ANALISE DA RELACAO ENTRE O ART. 594 DO CPP E O INC. LVII....	MONTEIRO, ELISTON JOSE PIMENTEL BENTES		2004	0

012054	AS PRINCIPAIS TESES DE DEFESA NO TRIBUNAL DO JURI	OLIVEIRA, IVANCI MAGNO		2002	0
012097	DA APLICACAO DAS MEDIDAS SOCIO-EDUCATIVAS	ASSUNCAO, MARCUS VINICIUS DE SOUSA		2004	0
012058	TRIBUNAL DO JURI: O PRINCIPIO CONSTITUCIONAL DA PLENITUDE...	ALVES, HERLAN		2001	0
010019	DIREITO PROCESSUAL TRIBUTARIO	CAMPOS, DEJALMA	ATLAS	2001	3
005672	PROCESSO PENAL MILITAR	LOUREIRO, NETO, JOSE DA SILVA	ATLAS	1997	3
005030	PROCESSO PENAL	TOURINHO FILHO, FERNANDO DA COSTA	SARAIVA	1997	2
005197	PROCESSO PENAL	TOURINHO FILHO, FERNANDO DA COSTA	SARAIVA	1995	4
005198	PROCESSO PENAL	TOURINHO FILHO, FERNANDO DA COSTA	SARAIVA	1995	3
005199	PROCESSO PENAL	TOURINHO FILHO, FERNANDO DA COSTA	SARAIVA	1995	4
005200	PROCESSO PENAL	TOURINHO FILHO, FERNANDO DA COSTA	SARAIVA	1995	3

DIREITO EMPRESARIAL IV					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
011844	CURSO DE DIREITO COMERCIAL V.3	COELHO, FABIO ULHOA	SARAIVA	2003	3
006823	OS FUNDAMENTOS DO ANTITRUSTE	FORGIONI, PAULO A.	REVISTA DOS TRIBUNAIS	1998	4
005139	CURSO DE DIREITO COMERCIAL: EMPRESA	MARTINS, FRAN	FORENSE	1999	14
005102	MANUAL DE FALENCIAS E CONCORDATAS	ANDRADE, JORGE PEREIRA	ATLAS	1996	4
005244	DIREITO FALIMENTAR	OLIVEIRA, ARY BRANDAO	CEJUP	1992	5
004148	CURSO DE DIREITO FALIMENTAR	REQUIAO, RUBENS	SARAIVA	1995	11
004165	CURSO DE FALENCIA E CONCORDATA	ALMEIDA, AMADOR PAES DE	SARAIVA	1995	4
005122	CURSO DE FALENCIA E CONCORDATA	ALMEIDA, AMADOR PAES DE	SARAIVA	1996	2
005328	MANUAL DE DIREITO FALIMENTAR	LACERDA, J.C. SAMPAIO	FREITAS BASTOS EDITORA	1996	5
000673	CURSO TEORICO E PRATICO DE FALENCIA E CONCORDATAS	RAMALHO, RUBEN	SARAIVA	1993	10
004619	CURSO DE DIREITO COMERCIAL	MIRANDA JUNIOR, DARCY ARRUDA	SARAIVA	1989	1
004105	MANUAL DE DIREITO COMERCIAL	COELHO, FABIO ULHOA	SARAIVA	1995	4

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
010208	O CIDADAO DE PAPEL: A INFANCIA, A ADOLESCENCIA...	DIMENSTEIN, GILBERTO	ATICA	2001	3
009805	ESTATUTO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE (LEI...		CONANDA	2002	1
010003	COMENTARIOS AO ESTATUTO DA CRIANCA E DO...	TAVARES, JOSE DE FARIAS	FORENSE	2002	3
000578	ESTATUTO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE		GRAFICA JB	1990	2
006880	INFANCIA E CIDADANIA NA AMERICA LATINA	MENDEZ, EMILIO GARCIA	HUCITEC	1998	2
010004	ESTATUTO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE COMENTADO		MALHEIROS	2002	2

004702	CRITERIOS PARA UM ATENDIMENTO EM CRECHES QUE RESPEITE OS DI	CAMPOS, MARIA MALTA	MEC-SEF	1995	0
009811	ESTATUTO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE - 12 ANOS		MINISTERIO DA JUSTICA	2002	1
005221	ESTATUTO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE		SENADO FEDERAL	1996	1

RESPONSABILIDADE CIVIL					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
005159	DIREITO CIVIL: RESPONSABILIDADE CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	1999	12
010725	DIREITO CIVIL: RESPONSABILIDADE CIVIL	RODRIGUES, SILVIO	SARAIVA	2003	5
004275	DA RESPONSABILIDADE CIVIL	DIAS, JOSE DE AGUIAR	FORENSE	1995	5
007742	DANOS MORAIS E MATERIAIS INTERPRETADOS PELOS TRIBUNAIS	BUSSADA, WILSON	JURIDICA BRASILEIRA	1999	5
004156	CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO: RESPONSABILIDADE CIVIL	DINIZ, MARIA HELENA	SARAIVA	1995	8
004836	RESPONSABILIDADE CIVIL	GONCALVES, CARLOS ROBERTO	SARAIVA	1995	1
009821	DANO MORAL E OBRIGACAO DE INDENIZAR: CRITERIOS...	MENDES, ROBINSON BOGUE	UCDB	2000	1
012048	A RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR POR DEFEITO DO....	LOIOLA, EZIO ALVES		2004	0
012102	O DANO MORAL DECORRENTE DO ASSEDIO SEXUAL NA RELACAO DE ...	SILVA, JANEI DA COSTA		2004	0
012074	RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DE ACIDENTES DE TRANSITO..	SILVA JUNIOR, RAUL SOUSA		2004	0
012104	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	SILVA, LINCOLN FREDERICO GUEDES DA		2004	0
012061	RESPONSABILIDADE CIVIL DO MEDICO NA CIRURGIA PLASTICA	LEAO, WERLEN BARBOSA		2001	0
012099	A QUESTAO DA CULPA NA SEPARACAO JUDICIAL LITIGIOSA NO DIR...	OLIVEIRA, GESIEL DE SOUZA		2004	0

DIREITO ELEITORAL					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
005084	CODIGO ELEITORAL		REVISTA DOS TRIBUNAIS	1996	1
012401	CODIGO ELEITORAL		SARAIVA	2005	2
000576	DIREITO ELEITORAL NA CONSTITUICAO DE 1988	MOTA, AROLDI	[S.N.]	1989	1
005720	DIREITO ELEITORAL POSITIVO: CONFORME A NOVA LEI DOS PARTIDOS	JARDIM, TORQUATO	BRASILIA JURIDICA	1996	1
005974	LEGISLACAO ELEITORAL E PARTIDARIA		CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL	2000	2
004617	DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO	CANDIDO, JOEL JOSE	EDIPRO	1995	1
005094	DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO	CANDIDO, JOEL JOSE	EDIPRO	1994	2
010917	DIREITO ELEITORAL: ANALISE PANORAMICA DE ACORDO...	MICHELS, VERA MARIA NUNES	LIVRARIA DO ADVOGADO	1998	2
000636	LEGISLACAO ELEITORAL E PARTIDARIA		SENADO FEDERAL	1982	1
003904	LEGISLACAO ELEITORAL E PARTIDARIA		SENADO FEDERAL	1991	1

DIREITO DAS NAVEGAÇÕES					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
005274	CURSO DE DIREITO PRIVADO DA NAVEGACAO	LACERDA, J.C. SAMPAIO DE	FREITAS BASTOS S.A	1984	7
005206	TRATADO DE DIREITO COMERCIAL: O ESTATUTO DO NAVIO E DA AERO	FERREIRA, WALDEMAR	SARAIVA	1964	1
005209	TRATADO DE DIREITO COMERCIAL: O ESTATUTO DO NAVIO E DA AERO	FERREIRA, WALDEMAR	SARAIVA	1964	1

DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
006241	DIREITO PREVIDENCIARIO BRASILEIRO	COIMBRA, FEIJO	EDICOES TRABALHISTA	1999	3
005088	DIREITO PREVIDENCIARIO: PARA CONCURSO DE JUIZ DO TRABALHO	VIEIRA, DEJAIR	EDIPRO	1993	1
005306	MANUAL DE DIREITO PREVIDENCIARIO	GONCALES, ODONEL URBANO	ATLAS	1997	3
005318	CURSO DE DIREITO PREVIDENCIARIO	BALERA, WAGNER, COORD.	LTR	1996	6
004922	PRATICA DE PREVIDENCIA SOCIAL	FERREIRA, ROSNI	LTR	1995	3
000729	PREVIDENCIA SOCIAL RURAL: GUIA PRATICO	OLIVEIRA NETO, JOAO CANDIDO DE	LTR	1994	3
000691	PRINCIPIOS DE DIREITO PREVIDENCIARIO	MARTINIZ, WLADIMIR NOVAES	LTR	1982	1
012564	CURSO DE DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL.	CORREIA, MARCUS ORIONE GONCALVES	SARAIVA	2002	3
000696	PREVIDENCIA SOCIAL		SENADO FEDERAL	1974	1
000700	CONSOLIDACAO DAS LEIS DA PREVIDENCIA SOCIAL	CAMPANHOLE, ADRIANO	ATLAS	1977	1
004013	CONSOLIDACAO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO		AURIVERDE	[S.D	1
011110	TEMAS ATUAIS DE DIREITO PREVIDENCIARIO E ASSISTENCIA SOCIAL		LIVRARIA DO ADVOGADO	2003	6
003843	TUDO O QUE VOCE QUERIA SABER SOBRE A PREVIDENCIA SOCIAL E N		MINISTERIA DA PREVID. SOCIAL	1993	1

ESTÁGIO E PRÁTICA JURÍDICA					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
006035	MANUAL DE PETICOES: CIVEIS, CRIMINAIS E TRABALHISTA	MILHOMENS, JONATA	FORENSE	1998	5
005081	PRATICA DE PROCESSO CIVIL	SILVA, IVAN HUGO	AIDE	1986	12
006247	CURSO DE PRATICA FORENSE PENAL	GAMA, JOSE DE SOUZA	RENOVAR	1999	3
010900	PRATICA DE PROCESSO PENAL	TOURINHO FILHO, FERNANDO DA COSTA	SARAIVA	2003	5
004180	PRATICA PROCESSUAL PENAL: FORMULARIO DA MARCHA DOS PROCESSO	NASCIMENTO, MANUEL PEREIRA DO	SARAIVA	1992	4
005307	PRATICA DE DIREITO TRABALHISTA E PREVIDENCIARIO:ENFOQUE CON	OLIVEIRA, ARISTEU	ATLAS	1997	3
006860	PRATICA TRABALHISTA E PREVIDENCIA: ENFOQUE CONSTITUCIONAL:	OLIVEIRA, ARISTEU DE	ATLAS	1999	2
000914	MANUAL DE PRATICA TRABALHISTA	OLIVEIRA, ARISTEU DE	ATLAS	1998	4
010912	PRATICA DO PROCESSO TRABALHISTA	MALTA, CHRISTOVAO PIRAGIBE TOSTES	LTR	2002	2
005308	PRATICA PROCESSUAL PREVIDENCIARIA	SANDIM, EMERSON ODILON	LTR	1998	8

005312	TEORIA E PRATICA DO DIREITO DO TRABALHO	ALVES, IVAN DIAS RODRIGUES	LTR	1995	5
011859	PETICOES TRABALHISTAS ANOTADAS	SALEM, LUCIANO ROSSIGNOLLI	MILLENNIUM	2003	3
005109	ADVOCACIA TRABALHISTA: DIREITO PROCESSUAL, DIREITO INDIVIDU	CARDONE, MARLY ANTONIETA	SARAIVA	1996	3
011600	ADVOCACIA TRABALHISTA: DIREITO.....	CARDONE, MARLY A.	SARAIVA	2002	6
011151	MOTIVACOES IDEOLOGICAS DA SENTENCA	PORTANOVA, RUI	LIVRARIA DO ADVOGADO	2003	6

TEMAS EMERGENTES EM DIREITO

CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
012079	O ATUAL ESTAGIO DO TRABALHO ESCRAVO NO PARA E AMAPA	SILVA, MARCIO FERREIRA DA		2004	0
005831	O ENSINO JURIDICO NO LIMAR DO NOVO SECULO	MEDEIROS, ANTONIO PAULO CACHAPUZ (ORG.)	EDIPUCRS- EDITORA DA PUCRS	1997	1
000605	MINISTERIO PUBLICO: DIREITOS CIVIS, SOCIAIS E POLITICOS - U	MARQUES, LUIS HENRIQUE DE CASTRO	EGBA	1990	9
001826	FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM: INTRODUCAO AO PROCESSO DE ENFERM	ATKINSON, LESLIE D.	GUANABARA KOOGAN	1989	5
005523	ENSAIOS DE GEOGRAFIA CONTEMPORANEA: MILTON SANTOS: OBRA REV	CARLOS, ANA FANI ALESSANDRI, ORG.	HUCITEC	1996	4
000348	PARECERES DO PROCURADOR GERAL DA REPUBLICA (1989-1991)	ALVARENGA, ARISTIDES JUNQUEIRA	MIN.PUB.FED. PRODURADORIA GERAL	1991	1
009768	DST E AIDS NO LOCAL DE TRABALHO: UM ESTUDO...		MINISTERIO DA SAUDE	1998	1
009410	MANUAL DE ADMINISTRACAO DE PESSOAL	IORIO, CECILIA SOARES	SENAC	2001	3
006820	MANUAL DE ADMINISTRACAO DE PESSOAL	IORIO, CECILIA SOARES	SENAC	1996	3
011421	ESTUDOS DE DIREITO	BARRETO, TOBIAS	SENADO FEDERAL	2004	1
012057	ESTUDO CRITICO SOBRE A INVIOABILIDADE DO SIGILO DAS....	MENEZES, ANTONIO JOSE		2003	0

DIREITO INDÍGENA

CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
011426	LEGISLACAO INDIGENISTA BRASILEIRA E NORMAS CORRELATAS	MAGALHAES, EDWARD DIAS -ORG.-	FUNAI/CGDOC	2003	2

DIREITO DO CONSUMIDOR

CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
011852	CODIGO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	GRINOVER, ADA PELLEGRINI	FORENSE UNIVERSITARIA	2004	3
012493	CLAUSULAS ABUSIVAS NO CODIGO DE DEFESA...	SILVA, JORGE ALBERTO Q. CARVALHO	SARAIVA	2003	3

DIREITO DA INFORMÁTICA

CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
012055	OS CRIMES PRATICADOS ATRAVES DA INFORMATICA	CORREA, DARLISON WANDER		2002	0
011178	DICIONARIO DE TECNOLOGIA JURIDICA	NUNES, PEDRO	RENOVAR	1999	5

DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
012077	DIREITOS AUTORAIS SOBRE COMPOSICOES MUSICAIS NO ESTADO DO AMAPÁ	BOETTGER, RAFAEL JOSE CHERFEN DE SOUZA		2002	0
000597	DIREITO AUTORAL: DELIBERACOES 1987/1988, PARECERES 1988		CNDA	1989	1

CRIMINOLOGIA					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
005849	CRIMINOLOGIA DIALETICA	LYRA FILHO, ROBERTO	MINISTERIO DA JUSTICA	1997	2
006941	NOVAS QUESTOES CRIMINAIS	JESUS, DAMASIO E. DE	SARAIVA	1993	6
010901	NOVISSIMAS QUESTOES CRIMINAIS	JESUS, DAMASIO E. DE	SARAIVA	1999	3
011418	LICOES DE DIREITO CRIMINAL	SOUZA, BRAZ FLORENTINO HENRIQUES DE	SENADO FEDERAL	2003	1
012494	LEGITIMA DEFESA: ESTUDO DE CRIMINOLOGIA	FIORETTI, JULIO	LIDER	2002	3

HISTÓRIA DO DIREITO					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
011417	CODIGO CRIMINAL DO IMPERIO DO BRAZIL ANNOTADO	TINOCO, ANTONIO LUIZ FERREIRA	SENADO FEDERAL	2003	1
000695	HISTORIA DO DIREITO NACIONAL	MARTINS JUNIOR, ISIDORO	DEPART. DE IMPRENSA NACIONAL	1979	1
004762	ESTUDOS DE HISTORIA DO PROCESSO: RECURSOS	AZEVEDO, LUIZ CARLOS DE	FIEO	1996	1
000362	DIREITO ROMANO	ALVES, JOSE CARLOS MOREIRA	FORENSE	1992	2
004267	DIREITO ROMANO	ALVES, JOSE CARLOS MOREIRA	FORENSE	1995	3
000703	DIREITO ROMANO MODERNO: INTRODUCAO AO DIREITO CIVIL BRASILE	CRETELLA JUNIOR, JOSE	FORENSE	1993	2
004272	DIREITO ROMANO MODERNO: INTRODUCAO AO DIREITO CIVIL BRASILE	CRETELLA JUNIOR, JOSE	FORENSE	1994	4
000572	LICOES DE HISTORIA DO DIREITO	NASCIMENTO, WALTER VIEIRA DO	FORENSE	1993	5
003520	TEORIA DA HISTORIA DO BRASIL	RODRIGUES, JOSE HONORIO	NACIONAL	1978	5
003805	NOVA REPUBLICA: CONSTITUICAO NOVA - APONTAMENTOS E SUGESTOE	PEREIRA, OSNY DUARTE	PHILOBIBLION	1995	2
012456	HISTORIA GERAL DO DIREITO.	KLABIN, ARACY AUGUSTA LEME	REVISTAS DO TRIBUNAIS	2004	3

JUIZADOS ESPECIAIS					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
012112	A DISPENSABILIDADE DE ADVOGADO PERANTE O JUIZADO ESPECIAL	ARAUJO, EDILSA MARTINS		2002	0
012082	TRANSACAO PENAL: CONSTITUCIONALIDADE	AZEVEDO, ADRIANDERSON MONTEIRO		2004	0
012291	JUIZADO ESPECIAIS CIVEIS....	CAMARA, ALEXANDRE FREITAS	LUMEN JURIS	2005	2

010918	LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS ANOTADA	JESUS, DAMASIO E. DE	SARAIVA	2003	3
012093	JUIZADO ITINERANTE CIVIL FLUVIAL DE MACAPA	ALVES, ELIZIOMAR PEREIRA		2004	0

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL					
CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ano	QTD EX.
005505	EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO E OUTROS ESTUDOS	SOUZA, PAULO NATHANAEL PEREIRA DE	PIONEIRA	1986	6

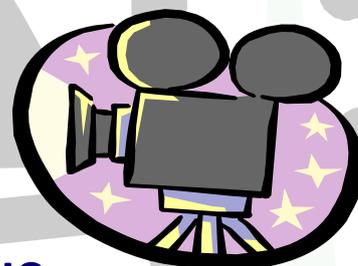


UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

VIDEOTECA

CATÁLOGO

CURSOS JURÍDICOS
EM VÍDEO



E MAIS: CURSOS ESPECIAIS

342 FITAS DE VÍDEO

SUMÁRIO

CURSOS JURÍDICOS

ARMÁRIO 01

01 - INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	03
02 - DIREITO CIVIL.....	04
Parte Geral	04
Obrigações	06
Contratos	08
Responsabilidade Civil	12
Das preferências e privilégios creditórios	13
Direito da Empresa	13
Direito das Coisas	15
Direito de Família	19
Direito das Sucessões	21
Das disposições finais e transitórias	22
Da Sucessão <i>Mortis Causa</i>	23
Direito Alternativo	23
03 - CURSO DE DIREITO IMOBILIÁRIO	23
04 - CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	24

ARMÁRIO 02

05 - CURSO DE DIREITO PENAL	34
06 - CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL	40
07 - CURSO DE DIREITO PENAL MILITAR	46
08 - CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	47
09 - CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL	48
10 - CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	51
11 - CURSO DE DIREITO DO TRABALHO	54
12 - CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	56
13 - CURSO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO	60
14 - CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO	61
15 - CURSO DE DIREITO ECONÔMICO	65
16 - CURSO DE DIREITO COMERCIAL	65
17 - CURSO DE DIREITO DO CONSUMIDOR	67
18 - CURSO DE DIREITO DO MENOR	69
19 - CURSO DE DIREITO AMBIENTAL	70
20 - CURSO DE DIREITO BANCÁRIO	70
21 - CURSO DE DIREITO ELEITORAL	71
22 - CURSO DE DEONTOLOGIA	71
23 - CURSO DE DIREITO NOTARIAL	72
24 - CURSO DE DIREITO AGRÁRIO	72
25 - DA DEFENSORIA PÚBLICA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO	73
26 - CURSO DE MEDICINA LEGAL	74

CURSOS ESPECIAIS

27 - COMO ESTUDAR PARA PROVAS E CONCURSOS	75
28 - CURSO DE CONTABILIDADE BÁSICA	75

CURSOS JURÍDICOS

01 – CURSO DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO – 04 FITAS / 01

» INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO - FITA 1

Conteúdo: Sociabilidade Humana. Normatização Social. Direito Natural e Direito Positivo. Divisão do Direito Positivo e suas Correntes. Processo de Nascimento da Norma Jurídica: Visão Sociológica.

Professor: Dr. Kleber Couto

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 01

Número da Fita: 01

» INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO – FITA 2

Conteúdo: Processo de Nascimento da Norma Jurídica - Visão Legislativa - Direito e Estado. Processo Legislativo. Técnica Legislativa. Vida e Morte da Norma Jurídica - Validade e Vigência da Norma Jurídica.

Professor: Dr. Kleber Couto

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 01

Número da Fita: 02

» INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO - FITA 3

Conteúdo: Vida e Morte da Norma Jurídica (continuação). Eficácia e Revogação da Norma Jurídica. Características da Norma Jurídica. Estrutura da Norma Jurídica. Classificação da Norma Jurídica.

Professor: Dr. Kleber Couto

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 01

Número da Fita: 03

» INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO - FITA 4

Conteúdo: Relações Jurídicas: Conceito e Elementos. Os Sujeitos das Relações Jurídicas. Da Personalidade Jurídica. A Capacidade e Incapacidade no Direito. O Direito Objetivo e o Direito Subjetivo. A Prescrição e a Decadência. O Objeto das Relações Jurídicas: Imediato (Bens) e Mediato (Obrigações). O Vínculo - Os Contratos. Os Conflitos nas Relações Jurídicas e Suas Soluções - Fontes de Direito. A Hermenêutica: Interpretação e Integração da Norma Jurídica.

Professor: Dr. Kleber Couto

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 01

Número da Fita: 04

PARTE GERAL – 14 FITAS**/01****» CÓDIGO CIVIL - PARTE GERAL - FITA Nº 1**

Conteúdo: Arts. 1º a 10 - Das Pessoas Naturais. Das incapacidades. Nascituro. Início e término da personalidade civil. Emancipação. Morte presumida. Comoriência.

Professor: DR. MARCO AURÉLIO BEZERRA DE MELO

Duração: 80 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 05

» CÓDIGO CIVIL - PARTE GERAL - FITA Nº 2

Conteúdo: Arts. 11 a 21 - Direitos da Personalidade. Bioética e Biodireito. Transplantes. Transexualismo. Direito à imagem, intimidade e honra. Direito ao nome. Inseminação artificial. Clonagem.

Professor: DR. MARCO AURÉLIO BEZERRA DE MELO

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 06

» CÓDIGO CIVIL - PARTE GERAL - FITA Nº 3

Conteúdo: Arts. 22 a 39 - Da ausência. Legitimação. Da curadoria dos bens do ausente. Da sucessão provisória. Da sucessão definitiva.

Professor: DR. ANTONIO CAMPOS RIBEIRO

Duração: 89 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 07

» CÓDIGO CIVIL - PARTE GERAL - FITA Nº 4

Conteúdo: Arts. 40 a 78 - Das pessoas jurídicas. Conceito. Natureza jurídica. Classificação. Das Sociedades, Associações e Fundações. Desconsideração da personalidade jurídica. Domicílio da pessoa natural e da pessoa jurídica.

Professor: DR. EDUARDO TAKEMI KATAOKA

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 08

» CÓDIGO CIVIL - PARTE GERAL - FITA Nº 5

Conteúdo: Arts. 79 a 103 - Dos bens. Classificação. Dos bens considerados em si mesmos: imóveis e móveis, fungíveis e consumíveis, infungíveis e inconsumíveis, divisíveis e indivisíveis, singulares e coletivos. Dos bens reciprocamente considerados: principais e acessórios. Dos bens públicos.

Professor: DR. JOSÉ ACIR LESSA GIORDANI

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 09

» CÓDIGO CIVIL - PARTE GERAL - FITA Nº 6

Conteúdo: Arts. 104 a 114 - Fato Jurídico, ato jurídico em sentido estrito e negócio jurídico. Elementos essenciais do negócio jurídico.

Professor: DR. LEONARDO MATTIETTO

Duração: 87 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 10

» CÓDIGO CIVIL - PARTE GERAL - FITA Nº 7

Conteúdo: Arts. 115 a 137 - A representação no negócio jurídico. Elementos acidentais do negócio jurídico: condições, termo e encargo.

Professor: DR. LEONARDO MATTIETTO

Duração: 89 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 11

» CÓDIGO CIVIL - PARTE GERAL - FITA Nº 8

Conteúdo: Arts. 138 a 155 - A manifestação de vontade no negócio jurídico. Vícios do consentimento: erro, dolo e coação. Conceitos, requisitos, classificação e efeitos.

Professor: DR. LEONARDO MATTIETTO

Duração: 87 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 12

» CÓDIGO CIVIL - PARTE GERAL - FITA Nº 9

Conteúdo: Arts. 156 a 165 e 167 - Vícios excepcionais: estado de perigo e lesão. Vícios sociais: fraude contra credores e simulação. Conceitos, requisitos, classificação e efeitos.

Professor: DR. LEONARDO MATTIETTO

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 13

» CÓDIGO CIVIL - PARTE GERAL - FITA Nº 10

Conteúdo: Arts. 166 e 168 a 185 - Do Negócio Jurídico. Planos da existência, validade e eficácia. Negócios jurídicos nulos e anuláveis. Causas legais. Sanatória voluntária e involuntária do negócio jurídico. Distinção entre os negócios jurídicos nulos e anuláveis.

Professor: DR. LUIZ PAULO VIEIRA DE CARVALHO

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 14

» CÓDIGO CIVIL - PARTE GERAL - FITA Nº 11

Conteúdo: Arts. 186 a 188 - Noção de responsabilidade civil. Noção de ato ilícito. Elementos do ato ilícito. Excludentes de responsabilidade. Abuso de direito. Classificação da responsabilidade civil.

Professor: DR^a LÚCIA MOTHÉ GLIOCHE

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 15

» CÓDIGO CIVIL - PARTE GERAL - FITA Nº 12

Conteúdo: Arts. 189 a 211 - Influência do tempo nas relações jurídicas. Prescrição e Decadência. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas. Prazos de prescrição e decadência. Diferença entre prescrição e decadência na essência e nos efeitos.

Professor: DR. JOSÉ ACIR LESSA GIORDANI

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 16

» CÓDIGO CIVIL - PARTE GERAL - FITA Nº 13

Conteúdo: Arts. 212 a 232 - Da prova. Abordagem teórica e prática sobre a prova dos negócios jurídicos. Apontamentos críticos e importância prática do tema.

Professor: DR. ALEXANDRE FREITAS CÂMARA

Duração: 89 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 17

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES – 08 FITAS

/01

» CÓDIGO CIVIL - DIREITO DAS OBRIGAÇÕES - FITA Nº 1

Conteúdo: Direito das Obrigações. Breve histórico. Conceito. Diretriz do Novo Código Civil. Conceito. Fontes. A obrigação e a responsabilidade. Elementos da obrigação. Obrigação propter rem. Obrigação natural. Obrigação de meio e de resultado.

Professor: DR. MARCO AURÉLIO BEZERRA DE MELO

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 18

» CÓDIGO CIVIL - DIREITO DAS OBRIGAÇÕES - FITA Nº 2

Conteúdo: Arts. 233 a 256 - Das Modalidades das Obrigações. Obrigação de dar e de restituir coisa certa. Obrigação de dar coisa incerta. Obrigação de fazer. Obrigação de não fazer. Obrigação alternativa. Obrigação com prestação facultativa.

Professor: DR. LEONARDO MATTIETTO

Duração: 90 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 19

» CÓDIGO CIVIL - DIREITO DAS OBRIGAÇÕES - FITA Nº 3

Conteúdo: Arts. 257 a 285 - Das Modalidades das Obrigações. Obrigações divisíveis e indivisíveis. Obrigações complexas com pluralidade de sujeitos. Aspectos gerais das obrigações solidárias. Solidariedade ativa e passiva. Diferenças entre solidariedade e indivisibilidade e efeitos decorrentes.

Professor: DR. EDUARDO TAKEMI KATAOKA

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 20

» CÓDIGO CIVIL - DIREITO DAS OBRIGAÇÕES - FITA Nº 4

Conteúdo: Arts; 286 a 303 - Transmissão das obrigações. Cessão do crédito. Conceito, efeitos e aplicação prática. Cessão em caráter pro soluto e pro solvendo. Assunção de dívida. Conceito, efeitos e aplicação prática. Diferença para a novação subjetiva passiva. Assunção cumulativa e exonerativa.

Professor: DR. EDUARDO TAKEMI KATAOKA

Duração: 70 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 21

» CÓDIGO CIVIL - DIREITO DAS OBRIGAÇÕES - FITA Nº 5

Conteúdo: Arts. 304 a 333 - Adimplemento das obrigações. Do pagamento. Conceito. Elementos. Natureza jurídica. Pagamento por terceiro interessado e não interessado. Objeto do pagamento. Prova do pagamento. Lugar do pagamento. Tempo do pagamento.

Professor: DR. LEONARDO MATTIETTO

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 22

» CÓDIGO CIVIL - DIREITO DAS OBRIGAÇÕES - FITA Nº 6

Conteúdo: Arts. 334 a 359 - Formas indiretas de extinção das obrigações. Do pagamento em consignação. Conceito. Hipóteses legais. Aspectos processuais. Do pagamento com sub-rogação. Conceito e efeitos. Da imputação do pagamento. Da dação em pagamento.

Professor: DR. EDUARDO TAKEMI KATAOKA

Duração: 77 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 23

» CÓDIGO CIVIL - DIREITO DAS OBRIGAÇÕES - FITA Nº 7

Conteúdo: Arts. 360 a 388 - Formas indiretas de extinção das obrigações. Da novação. Da compensação. Da confusão. Da remissão de dívidas.

Professor: DR. LEONARDO MATTIETTO

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 24

» CÓDIGO CIVIL - DIREITO DAS OBRIGAÇÕES - FITA Nº 8

Conteúdo: Arts. 389 a 420 - Inadimplemento das obrigações. Disposições gerais. Mora. Conceito. Diferença entre mora e inadimplemento total. Mora ex re e ex persona. Emenda da mora. Juros moratórios e compensatórios. Cláusula penal moratória e compensatória. Das perdas e danos. Danos emergentes e lucros cessantes. Cláusula de não indenizar. Das arras ou sinal. Conceito. Finalidades. Efeitos.

Professor: DR. FLÁVIO GALDINO

Duração: 76 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 25

DOS CONTRATOS – 19 FITAS

/02

» CÓDIGO CIVIL - CONTRATOS - FITA Nº 1

Conteúdo: Arts. 421 a 426 - A liberdade de contratar e o princípio da obrigatoriedade. Dirigismo contratual. A função social e econômica do contrato. Princípios contratuais. A boa-fé objetiva nas fase de formação do contrato. O contrato de adesão: conceito, interpretação e eficácia. Contratos atípicos. A proibição dos pactos sucessórios.

Professor: DR. GUSTAVO TEPEDINO

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 26

» CÓDIGO CIVIL - CONTRATOS - FITA Nº 2

Conteúdo: Arts. 427 a 435 e 458 a 461 - Formação do contrato: proposta e aceitação. Responsabilidade civil pré-contratual. Contrato entre presentes e ausentes. Oferta ao público. A classificação dos contratos e sua importância prática. Contratos aleatórios. Contratos mistos e a união dos contratos. Lugar dos contratos.

Professor: DR. SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 27

» CÓDIGO CIVIL - CONTRATOS - FITA Nº 3

Conteúdo: Arts. 436 a 440 e 462 a 471 - Princípio da relatividade dos contratos. Da estipulação em favor de terceiro. Da promessa em favor de terceiro. Do contrato com pessoa a declarar. Contratos preliminares. Conceito e requisitos.

Professor: DR. LEONARDO MATTIETTO

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 28

» CÓDIGO CIVIL - CONTRATOS - FITA Nº 4

Conteúdo: Arts. 441 a 457 - Elementos do contrato: Breve análise dos elementos essenciais, naturais e acidentais. Vícios redibitórios: conceito, incidência, aplicação prática, direitos do adquirente e abordagem dos prazos de decadência. Evicção: conceito, incidência, aplicação prática, direitos do adquirente e aspectos processuais.

Professor: DRa. MARIA DA GLORIA BANDEIRA DE MELLO

Duração: 76 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 29

» CÓDIGO CIVIL - CONTRATOS - FITA Nº 5

Conteúdo: Arts. 472 a 480 - Cessaçãõ da relação contratual: rescisãõ, resiliçãõ, resoluçãõ e revogaçãõ dos contratos. Cláusula resolutiva. Resoluçãõ dos contratos por exceçãõ de contrato não cumprido. Resoluçãõ e revisãõ dos contratos por onerosidade excessiva. Teoria da imprevisãõ.

Professor: DR. JOSÉ ACIR LESSA GIORDANI

Duração: 80 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 30

» CÓDIGO CIVIL - CONTRATOS - FITA Nº 6

Conteúdo: Arts. 481 a 504 - Da compra e venda. Conceito, elementos essenciais, classificação e transmissão da propriedade. Vedações legais. Venda entre cônjuges. Venda ad corpus e ad mensuram. Direito de preferência do condômino.

Professor: DR. MARCO AURÉLIO BEZERRA DE MELO

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 31

» CÓDIGO CIVIL - CONTRATOS - FITA Nº 7

Conteúdo: Arts. 505 a 537 - Das cláusulas especiais à compra e venda. Da retrovenda. Da venda a contento. Da venda sujeita a prova. Da preempção ou preferência. Da venda com serva de domínio. Da venda sobre documentos. Do contrato estimatório. Da troca ou permuta.

Professor: DR. EDUARDO TAKEMI KATAOKA

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 32

» CÓDIGO CIVIL - CONTRATOS - FITA Nº 8

Conteúdo: Arts. 538 a 564 -Da doação. Conceito. Formação. Classificação. Doação onerosa. Doação remuneratória. Doação ao nascituro. Adiantamento de legítima. Doação em razão de casamento. Doação com cláusula de reversão. Doação universal. Doação inoficiosa. Doação conjuntiva. Revogação da doação.

Professor: DR. MARCO AURÉLIO BEZERRA DE MELO

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 03

Número da Fita: 33

» CÓDIGO CIVIL - CONTRATOS - FITA Nº 9

Conteúdo: Arts. 565 a 578 - Da locação de coisas. Conceito. Formação. Classificação. Âmbito de incidência do Código Civil. Direitos e deveres do locador e do locatário. Cláusula de vigência. Cessão e sublocação. Direito de retenção do locatário em razão da rescisão imotivada. Renúncia ao direito de indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis: abordagem crítica.

Professor: DR. SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 34

» CÓDIGO CIVIL - CONTRATOS - FITA Nº 10

Conteúdo: Arts. 579 a 592 - Do empréstimo. Conceito. Modalidades. Classificação. Comodato: noções gerais. Direitos e Obrigações do comodante e comodatário. Mútuo. Noções gerais. Direitos e obrigações do mutuante e mutuário. Mútuo feito a pessoa menor. As taxas de juros no mútuo feneratício e a proibição de estipulações usurárias.

Professor: DR. LEONARDO MATTIETTO

Duração: 87 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 35

» CÓDIGO CIVIL - CONTRATOS - FITA Nº 11

Conteúdo: Arts. 593 a 652 - Da prestação de serviços. Conceito. Classificação. Da empreitada. Conceito. Espécies. Preços. Prazos de garantia. Do depósito. Conceito. Classificação. Espécies. Depósito voluntário e necessário. Depósito irregular. Prisão civil do depositário infiel.

Professor: DR. MARCO AURÉLIO BEZERRA DE MELO

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 36

» CÓDIGO CIVIL - CONTRATOS - FITA Nº 12

Conteúdo: Arts. 653 a 692 - Do mandato. Conceito. Classificação. Formação. Distinção de figuras análogas. Mandato em causa própria. Mandato irrevogável. A cláusula-mandato. Obrigações do mandatário. Extinção do mandato. Mandato judicial.

Professor: DR. LEONARDO MATTIETTO

Duração: 87 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 37

» CÓDIGO CIVIL - CONTRATOS - FITA Nº 13

Conteúdo: Arts. 693 a 729 - Da comissão. Da agência e distribuição. Da corretagem. Disposições gerais. Distinção de figuras análogas. Direitos e obrigações.

Professor: DR. LEONARDO MATTIETTO

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 38

» CÓDIGO CIVIL - CONTRATOS - FITA Nº 14

Conteúdo: Arts. 730 a 756 - Do transporte. Conceito. Classificação. Transporte de pessoas e coisas. Transporte gratuito e aparentemente gratuito. Responsabilidade civil do transportador. Cláusula de não indenizar e limitação da responsabilidade.

Professor: DR. GUILHERME MARTINS

Duração: 77 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 39

» CÓDIGO CIVIL - CONTRATOS - FITA Nº 15

Conteúdo: Arts. 757 a 813 - Do seguro. Conceito. Classificação. Espécies de seguro: seguro de dano e de pessoa. Obrigações do segurado e do segurador. Fixação do valor da indenização. Constituição de Renda.

Professor: DR. GUILHERME MARTINS

Duração: 110 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 40

» CÓDIGO CIVIL - CONTRATOS - FITA Nº 16

Conteúdo: Arts. 818 a 839 - Da fiança. Conceito. Classificação. Consequência da fiança prestada sem outorga conjugal. Espécies de fiança: retrofiança, co-fiança, subfiança, fiança condicional, fiança limitada. Estrutura da fiança: benefícios de ordem, de divisão e de sub-rogação. Extinção.

Professor: DR. SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA

Duração: 87 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 41

» CÓDIGO CIVIL - CONTRATOS - FITA Nº 17

Conteúdo: Arts. 814 a 817 e 840 a 853 - Do jogo e da aposta. Disposições Gerais. - Transação. Conceito. Efeitos. Aplicação prática. Nulidade e anulabilidade. Do compromisso. Admissão. Efeitos. Incidência da lei 9.307/96.

Professor: DR. LEONARDO MATTIETTO

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 42

» CÓDIGO CIVIL - CONTRATOS - FITA Nº 18

Conteúdo: Arts. 854 a 883 - Dos atos unilaterais. – Promessa de recompensa. – Gestão

de negócios. – Pagamento indevido.

Professor: DR. EDUARDO TAKEMI KATAOKA

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 43

» CÓDIGO CIVIL - CONTRATOS - FITA Nº 19

Conteúdo: Arts. 884 a 886 - DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA: Princípios. Sentidos e funções dos princípios no Direito. O enriquecimento sem causa como princípio e em suas diversas acepções. O conceito de enriquecimento sem causa. A subsidiariedade do enriquecimento sem causa enquanto fonte de obrigações.

Professor: DR. EDUARDO TAKEMI KATAOKA

Duração: 79 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 44

RESPONSABILIDADE CIVIL – 03 FITAS

/02

» CÓDIGO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL - FITA Nº 1

Conteúdo: Arts. 927 a 943 - Responsabilidade Civil Subjetiva e Responsabilidade Objetiva. O ato ilícito como fonte da responsabilidade. O parágrafo único do artigo 927 e a adoção da Teoria do Risco. Evolução do pensamento legal. Responsabilidade por ato de terceiro. Ação Regressiva. Responsabilidade dos incapazes. Cobrança indevida. Transmissão aos herdeiros do direito de postular a indenização.

Professor: DR. GUILHERME COUTO DE CASTRO

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 45

» CÓDIGO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL - FITA Nº 2

Conteúdo: Arts. 944 a 954 - Da indenização. - Conceito de dano. - O dano patrimonial e sua liquidação. - Casuística legal. - Dano nas hipóteses de homicídio e lesão corporal. - O dano resultante da injúria, calúnia e difamação, e o resultante da prisão ilegal. - Dano material e não incidência de imposto de renda.

Professor: DR. GUILHERME COUTO DE CASTRO

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 46

» CÓDIGO CIVIL - RESPONSABILIDADE CIVIL - FITA Nº 3

Conteúdo: Reparação do dano moral: conceito. Dano moral e pessoa jurídica. Cumulação com dano estético. Discussão sobre o caráter personalíssimo. Critérios de fixação. Prazos de prescrição. Prazo de decadência da Lei de Imprensa.

Professor: DR. GUILHERME COUTO DE CASTRO

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 47

DAS PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS – 01 FITA /02

» CÓDIGO CIVIL - DAS PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS

Conteúdo: Arts. 955 A 965 - Insolvência. Preferências. Garantias Reais. Privilégios Especiais. Privilégios Gerais. Créditos Quirografários. Marmonização do Novo Código Civil com a legislação vigente. Classificação geral dos créditos preferenciais (trabalhistas, tributários, parafiscais, etc.)

Professor: DR. FLÁVIO GALDINO

Duração: 70 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 48

DO DIREITO DA EMPRESA – 11 FITAS

/02

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DE EMPRESA - FITA Nº 1

Conteúdo: Arts. 887 a 895 - Dos Títulos de Crédito: conceito, características, princípios e exceções, requisitos, títulos virtuais (fenômeno da desmaterialização), título incompleto e branco (Súmula 387 do STF), títulos representativos de mercadorias.

Professor: DR. CLAUDIO CALO SOUZA

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 49

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DE EMPRESA - FITA Nº 2

Conteúdo: Arts. 896 a 909 - Fonte das obrigações cambiárias (teorias da criação e da emissão). - Aval: conceito; natureza jurídica; parcial; qualificado; diferença entre aval e a fiança; aval cancelado; solidariedade cambiária diferente da solidariedade comum; responsabilidade do avalista em relação ao avalizado; aval póstumo ou posterior ao vencimento (novo Código Civil em confronto com a legislação extravagante). - Títulos ao portador: conceito; formas de transferência; título dilacerado e extraviado; defesas do executado.

Professor: DR. CLAUDIO CALO SOUZA

Duração: 64 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 50

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DE EMPRESA - FITA Nº 3

Conteúdo: Arts. 910 a 926 - Títulos nominais diferente de nominativos. - Nominal à

ordem diferente de não a ordem. - Endosso: conceito; natureza jurídica; efeitos; espécies (quanto aos direitos e quanto a identificação do endossatário); mandato e pignoratício; endosso cancelado; endosso parcial e condicional; defesas do executado; endosso diferente de cessão ordinária de crédito; endosso póstumo ou tardio ou posterior ao vencimento. - Títulos nominativos: conceito; forma de circulação.

Professor: DR. CLAUDIO CALO SOUZA

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 51

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DE EMPRESA - FITA Nº 4

Conteúdo: Arts. 866 a 980 - Do Direito de Empresa - Do Empresário - Da Caracterização e da Inscrição - Do Direito de Empresa - Do Empresário - Da Caracterização e da Inscrição.

Professor: DR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES

Duração: 75 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 52

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DE EMPRESA - FITA Nº 5

Conteúdo: Arts. 986 a 996 - Da Sociedade – Disposições Gerais – Da Sociedade Não Personificada – Da Sociedade em Comum – Da Sociedade em Conta de Participação.

Professor: DR. JOSÉ GABRIEL ASSIS DE ALMEIDA

Duração: 78 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 53

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DE EMPRESA - FITA Nº 6

Conteúdo: 6) Arts. 997 a 1.038 e 1.169 a 1.195 - Da Sociedade Personificada – Da Sociedade Simples – Do Contrato Social – Dos Direitos e Obrigações dos Sócios – Da Administração – Das Relações com Terceiros – Da Resolução da Sociedade em Relação a um Sócio – Da Dissolução - Dos Prepostos – Das Disposições Gerais – Do Gerente – Do Contabilista e outros auxiliares – Da Escrituração.

Professor: DR. PAULO PENALVA SANTOS

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 54

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DE EMPRESA - FITA Nº 7

Conteúdo: Arts. 1.039 a 1.087 - Da Sociedade em Nome Coletivo – Da Sociedade em Comandita Simples – Da Sociedade Limitada – Disposições Preliminares – Das Quotas – Da Administração – Do Conselho Fiscal – Das Deliberações dos Sócios – Do Aumento e da Redução do Capital – Da Resolução da Sociedade em Relação a Sócios Minoritários – Da Dissolução.

Professor: DR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 55

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DE EMPRESA - FITA Nº 8

Conteúdo: Arts. 1.088 a 1.112 - Da Sociedade Anônima – Da Sociedade em Comandita por Ações – Da Sociedade Cooperativa – Das Sociedades Coligadas – Da Liquidação da Sociedade.

Professor: DR. LEONARDO ARAÚJO MARQUES

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 56

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DE EMPRESA - FITA Nº 9

Conteúdo: Arts. 1.113 a 1.141 - Da Transformação, da Incorporação, da Fusão e da Cisão das Sociedades, especialmente as sociedades limitadas – Da Sociedade Dependente de Autorização – Disposições Gerais – Da Sociedade Nacional – Da Sociedade Estrangeira.

Professor: Dr. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI

Duração: 75 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 57

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DE EMPRESA - FITA Nº 10

Conteúdo: Arts. 1.142 a 1.149 - Do Estabelecimento – Disposições Gerais.

Professor: DR. MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 58

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DE EMPRESA - FITA Nº 11

Conteúdo: Arts. 1.155 a 1.168 - Dos Institutos Complementares – Do Registro – Do Nome Empresarial.

Professor: DR. HENRIQUE BASTOS ROCHA

Duração: 87 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 59

DO DIREITO DAS COISAS – 16 FITAS

/03

» CÓDIGO CIVIL – DO DIREITO DAS COISAS – FITA Nº 1

Conteúdo: Direito das coisas. Conceito. Características. Diferença para os direitos pessoais. A taxatividade e os institutos da multipropriedade imobiliária e do condomínio de fato. Obrigação propter rem. Sub-rogação real.

Professor: DR. MARCO AURÉLIO BEZERRA DE MELO

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 60

» CÓDIGO CIVIL – DO DIREITO DAS COISAS – FITA Nº 2

Conteúdo: Arts. 1.196 a 1.209 – Posse: Teorias conceituais. A teoria objetiva adotada pelo direito civil brasileiro. Natureza jurídica. Diferença entre posse e detenção. Classificação da posse: posse direta e indireta, posse e composses, posse justa e injusta. Princípio de continuidade do caráter da posse. Intervenção do título da posse.

Professor: DR. LEONARDO MATTIETTO

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 61

» CÓDIGO CIVIL – DO DIREITO DAS COISAS – FITA Nº 3

Conteúdo: Arts. 1.210 a 1.224 – Posse: Aquisição originária e derivada da posse. Efeitos da posse: As possibilidades de proteção jurídica da posse. Posse de boa-fé e de má-fé: direito aos frutos, responsabilidade civil, indenização por benfeitorias, direito de retenção. Perda da posse.

Professor: DR. MARCO AURÉLIO BEZERRA DE MELO

Duração: 79 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 62

» CÓDIGO CIVIL – DO DIREITO DAS COISAS – FITA Nº 4

Conteúdo: Arts. 1.225 a 1.237 – Enumeração dos direitos reais. Aquisição originária e derivada. Propriedade: conceito, características, função social, abuso de direito, alcance e limites constitucionais, legais e convencionais. Da descoberta.

Professor: DR. GUSTAVO KLOH

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 63

» CÓDIGO CIVIL – DO DIREITO DAS COISAS – FITA Nº 5

Conteúdo: Arts. 1.238 a 1.244 – Usucapião de bens imóveis. Conceito, fundamento, forma de aquisição, natureza jurídica da sentença. Requisitos: posse ininterrupta, sem oposição e com animus domini, res habilis, modalidades. Abordagem do Estatuto da Cidade.

Professor: DR. GUSTAVO KLOH

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 64

» CÓDIGO CIVIL – DO DIREITO DAS COISAS – FITA Nº 6

Conteúdo: Arts. 1.245 a 1.247 – Registro imobiliário. Conceito. Princípios. Atributos. Eficácia. Prenotação. Procedimento de dúvida. Atos praticados pelos cartórios de registro de imóveis. Abordagem da Lei nº 6.015/73.

Professor: DR. MARCO AURÉLIO BEZERRA DE MELO

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 65

» CÓDIGO CIVIL – DO DIREITO DAS COISAS – FITA Nº 7

Conteúdo: Arts. 1.248 a 1.276 – As acessões imobiliárias. Acessões naturais: formação de ilhas, aluvião, avulsão e abandono de álveo. Acessões artificiais: plantações e construções. Mitigação à regra das acessões. Formas de aquisição da propriedade móvel: usucapião, ocupação, achado do tesouro, tradição, especificação, confusão, comissão e adjunção. Perda da propriedade imóvel.

Professor: DR. GUSTAVO KLOH

Duração: 87 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 66

» CÓDIGO CIVIL – DO DIREITO DAS COISAS – FITA Nº 8

Conteúdo: Arts. 1.277 a 1.296 – Direitos de vizinhança: conceito, natureza jurídica, finalidade. Modalidades: uso anormal da propriedade: critérios e soluções, árvores limítrofes, passagem forçada e passagem de cabos e tubulações. Regime jurídico das águas.

Professor: DR. ANDERSON SCHREIBER

Duração: 80 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 67

» CÓDIGO CIVIL – DO DIREITO DAS COISAS – FITA Nº 9

Conteúdo: Arts. 1.297 a 1.330 – Direitos de vizinhança: limites entre prédios, direito de tapagem e direito de construir. Condomínio geral. Conceito, direitos e deveres dos condôminos. Administração do condomínio. Condomínio necessário.

Professor: DR. ANDERSON SCHREIBER

Duração: 90 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 68

» CÓDIGO CIVIL – DO DIREITO DAS COISAS – FITA Nº 10

Conteúdo: Arts. 1.331 a 1.358 – Condomínio Edifício. Natureza jurídica. Modo de constituição. Convenção de condomínios. Direitos e deveres dos condôminos. Administração. Assembléias e poderes dos síndico. Extinção do condomínio. A lei 4.591/64.

Professor: Dra. JACQUELINE MONTENEGRO

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 69

» CÓDIGO CIVIL – DO DIREITO DAS COISAS – FITA Nº 11

Conteúdo: Arts. 1.359 a 1.377 – Da propriedade resolúvel e revogável: conceito e efeitos. Propriedade fiduciária. Direitos reais sobre as coisas alheias de gozo ou fruição e de garantia. Direito real de superfície: conceito, modo de constituição e efeitos jurídicos.

Professor: DR. EDUARDO TAKEMI KATAOKA

Duração: 80 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 70

» CÓDIGO CIVIL – DO DIREITO DAS COISAS – FITA Nº 12

Conteúdo: Arts. 1.378 a 1.389 – Direito real de servidão predial: conceito, distinção dos direitos de vizinhança, modalidades. Classificação. Modo de constituição. Extinção. Noções de enfiteuse e sua permanência no ordenamento jurídico brasileiro.

Professor: DR. LEONARDO MATTIETTO

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 71

» CÓDIGO CIVIL – DO DIREITO DAS COISAS – FITA Nº 13

Conteúdo: Arts. 1.390 a 1.418 – Direito real de usufruto. Conceito. Modos de constituição. Direitos e deveres. Extinção. Do direito real de uso e da habitação. Direitos do promitente comprador.

Professor: DR. LEONARDO MATTIETTO

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 72

» CÓDIGO CIVIL – DO DIREITO DAS COISAS – FITA Nº 14

Conteúdo: Arts. 1.419 a 1.430 – Direitos reais de garantia: conceito, requisitos subjetivos, objetivos e formais. Princípios gerais. Vencimento antecipado da dívida. Modalidades. Aspectos relevantes.

Professor: DR. EDUARDO TAKEMI KATAOKA

Duração: 74 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 73

» CÓDIGO CIVIL – DO DIREITO DAS COISAS – FITA Nº 15

Conteúdo: Arts. 1.431 a 1.472 – Penhor comum: conceito, modo de constituição e extinção. Penhores especiais: Penhor rural, penhor agrícola, penhor pecuário, penhor industrial e mercantil, penhor de direitos e títulos de crédito. Penhor de veículos. Penhor legal.

Professor: DR. GUSTAVO KLOH

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 74

» CÓDIGO CIVIL – DO DIREITO DAS COISAS – FITA Nº 16

Conteúdo: Arts. 1.473 a 1.510 – Hipoteca convencional. Conceito, objeto, remição da hipoteca. Hipoteca legal. Causas e especialização da hipoteca legal. Registro da hipoteca. Efeitos da prenotação do título. Hipoteca de vias férreas. Extinção. Anticrese: conceito, objeto e efeitos.

Professor: DR. EDUARDO TAKEMI KATAOKA

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 75

DO DIREITO DE FAMÍLIA – 09 FITAS

/03

» CÓDIGO CIVIL – DO DIREITO DE FAMÍLIA – FITA Nº 1

Conteúdo: Arts. 1.511 a 1.522, 1.525 a 1.542 e 1.548 a 1.549 - Direito de Família: Noções Gerais, Casamento, Capacidade Para o Casamento, Habilitação, Celebração, Casamento Nuncupativo, Casamento Civil e Religioso, Casamento Nulo, Relações de Parentesco.

Professor: DRa. ANDRÉA AMIN

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 76

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DE FAMÍLIA - FITA Nº 2

Conteúdo: Arts. 1.523 a 1.524 e 1.543 a 1.570 - Causas suspensivas, Casamento anulável, Erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge, Casamento putativo, Casamento por procuração, Das provas do casamento, Deveres de ambos os cônjuges.

Professor: DRa. CLÁUDIA NOGUEIRA

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 77

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DE FAMÍLIA - FITA Nº 3

Conteúdo: Arts. 1.571 a 1.590 - Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal: generalidades, separação consensual, separação litigiosa com culpa, separação litigiosa sem culpa, divórcio direto consensual e litigioso, divórcio por conversão consensual d litigioso, uso do nome, da proteção da pessoa dos filhos.

Professor: DRa. CLÁUDIA NOGUEIRA

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 78

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DE FAMÍLIA - FITA Nº 4

Conteúdo: Arts. 1.596 a 1.618 - Da filiação e seu reconhecimento, da presunção de

paternidade, da ação de investigação de paternidade, provas, DNA, ações referentes à paternidade e à maternidade.

Professor: DR. FLÁVIO LAURIA

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 79

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DE FAMÍLIA - FITA Nº 5

Conteúdo: Arts. 1.630 a 1.666 - Do poder familiar: exercício, suspensão e extinção; regime de bens entre os cônjuges: disposições gerais, efeitos, outorga do consorte, pacto antenupcial, regime da separação legal obrigatória de bens, regime da comunhão parcial.

Professor: DRa. CLÁUDIA NOGUEIRA

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 80

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DE FAMÍLIA - FITA Nº 6

Conteúdo: Arts. 1.667 a 1.694 - Regime da comunhão universal, regime da participação final nos aquestos, regime da separação convencional, usufruto e administração dos bens de filhos menores.

Professor: DR. FLÁVIO LAURIA

Duração: 87 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 81

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DE FAMÍLIA - FITA Nº 7

Conteúdo: Arts. 1.694 A 1.710 - Alimentos: noções gerais, características, alimentos provisórios, alimentos definitivos, os alimentos do cônjuge culpado, os alimentos do cônjuge inocente, alimentos entre parentes, alimentos suplementares, alimentos entre companheiros.

Professor: DRa. CLÁUDIA NOGUEIRA

Duração: 80 MINUTOS

Número do Curso: 03

Número da Fita: 82

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DE FAMÍLIA - FITA Nº 8

Conteúdo: Arts. 1.711 a 1.727 - Da união estável: noções gerais, requisitos. união homoafetiva. deveres entre os companheiros. aspectos patrimoniais. Concubinato. Do bem de família: conceito, espécies, generalidades.

Professor: DRa. ANDRÉA AMIN

Duração: 89 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 83

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DE FAMÍLIA - FITA Nº 9

Conteúdo: Arts. 1.618 a 1.629 e 1.728 a 1.783 - Adoção: conceito, generalidades, adoção por estrangeiro, adoção dos menores de 18 anos, adoção dos maiores de 18 anos, adoção póstuma. Tutela: conceito, natureza jurídica, espécies de tutela, incapacidade para exercer a tutela, escusa dos tutores, protutor, bens de órfãos, prestação de contas, cessação da tutela. Curatela: sujeitos à curatela, atuação do ministério público, interdição, curatela dos nascituros, do enfermo ou portador de deficiência, exercício da curatela.

Professor: DRa. ANDRÉA AMIN

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 84

DO DIREITO DAS SUCESSÕES – 06 FITAS

/03

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DAS SUCESSÕES - FITA Nº 1

Conteúdo: Arts. 1.784 a 1.818 - Da sucessão em geral: disposições gerais. Da herança e de sua administração. Da aceitação e da renúncia da herança. Dos excluídos da sucessão.

Professor: DRa. CLÁUDIA NOGUEIRA

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 85

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DAS SUCESSÕES - FITA Nº 2

Conteúdo: Arts. 1.819 a 1.844 e 1851 a 1856 - Da herança jacente. Da petição de herança. Da Ordem de Vocação hereditária.

Professor: DRa. CLÁUDIA NOGUEIRA

Preço: R\$ 60.00

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 86

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DAS SUCESSÕES - FITA Nº 3

Conteúdo: Arts. 1.845 a 1.850 e 1.857 a 1.911 - Dos herdeiros necessários. Da sucessão testamentária. Testamentos em geral; capacidade de testar; formas ordinárias do testamento; dos codicilos; dos testamentos especiais; das disposições testamentárias.

Professor: DRa. ANDRÉA AMIN

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 87

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DAS SUCESSÕES - FITA Nº 4

Conteúdo: Arts. 1.912 a 1.960 - Legados: conceito, características, efeitos e caducidade. Direito de acrescer entre herdeiros e legatários: conceito e efeitos. Substituições: conceito, espécies e efeitos. Fideicomisso.

Professor: DRa. HELOISA HELENA BARBOZA

Duração: 80 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 88

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DAS SUCESSÕES - FITA Nº 5

Conteúdo: Arts. 1.961 a 1.990 - Deserdação. Da redução das disposições testamentárias. Revogação. Rompimento. Testamenteiro.

Professor: DRa. ANDRÉA AMIN

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 89

» CÓDIGO CIVIL - DO DIREITO DAS SUCESSÕES - FITA Nº 6

Conteúdo: Arts. 1.991 a 2.207 - Inventário. Dos sonegados. Do pagamento das dívidas. Da garantia dos quinhões hereditários. Da anulação da partilha.

Professor: DR. FLÁVIO LAURIA

Duração: 80 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 90

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS – 01 FITA

/04

» CÓDIGO CIVIL - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Conteúdo: Arts. 2.028 a 2.046 - Introdução. - Os novos prazos. - As disposições de adequação das associações, sociedades e fundações. - O enfoque quanto a validade e efeitos dos negócios e atos jurídicos e a retroatividade no novo Código Civil. - A adequação de exclusão da enfiteuse como espécie de direito real. - As normas transitórias relativas a vocação hereditária. - As disposições finais.

Professor: DR. KLEBER COUTO

Duração: 90 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 91

DA SUCESSÃO – MORTIS CAUSA – CÓDIGO DE 1916 – 02 FITAS /04

» DIREITO DAS SUCESSÕES - MORTIS CAUSA
PARTE TEÓRICA - CÓDIGO CIVIL DE 1.916 - FITA Nº 1

Conteúdo: Introdução. Conceito Jurídico de Sucessão. Sucessão entre Vivos. Sucessão por Causa de Morte. Livro IV da Parte Especial do Código Civil. Herança: Conceito.

Professor: Dr. Eliasar Rosa

Duração: 113 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 92

» DIREITO DAS SUCESSÕES - MORTIS CAUSA
PARTE PRÁTICA - CÓDIGO CIVIL DE 1.916 - FITA Nº 2

Conteúdo: Introdução. O Processo de Inventário. Requerimento de Inventário e Partilha. Prazos. Da Legitimidade para Requerer. Do Inventariante e das Primeiras Declarações. Inventariar. Partilha. Avaliação. Ordem da Vocação Hereditária.

Professor: Dr. Eliasar Rosa

Duração: 100 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 93

DO DIREITO ALTERNATIVO – 01 FITA

/04

» DIREITO ALTERNATIVO – EM UMA FITA

Conteúdo: O Papel do Direito Alternativo. Histórico. Elementos Caracterizadores. Correntes Doutrinárias. Distinção entre o Uso Alternativo do Direito e o Direito Alternativo. O Papel dos Dispositivos Legais Capazes de Corrigir o Desvio no Critério Teológico do Sistema Positivista Brasileiro.

Professor: Dr. Antonio Campos Ribeiro

Duração: 105 MINUTOS

Número do Curso: 02

Número da Fita: 94

CURSO DE DIREITO IMOBILIÁRIO - 04 FITAS

/04

» DA LOCAÇÃO DO IMÓVEL URBANO - A LEI DO INQUILINATO - FITA Nº 1

Conteúdo: Arts. 1º a 26 - Campo de incidência da Lei. - Pluralidade de sujeitos. - Prazo do contrato. - Hipóteses de extinção do contrato. - Sublocação. - O aluguel e sua revisão. - Direitos e deveres do locador e do locatário.

Professor: DR. SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA

Duração: 89 MINUTOS

Número do Curso: 03

Número da Fita: 95

» DA LOCAÇÃO DO IMÓVEL URBANO - A LEI DO INQUILINATO - FITA Nº 2

Conteúdo: Arts. 27 a 57. - Direito de preferência do locatário. - Benfeitorias e sua indenização. - Garantias da locação: caução, fiança e seguro. - Extensão das garantias até a efetiva devolução do imóvel. - Penalidades criminais e civis. - Crimes e contravenções penais. - Sanções. - Locações residenciais, para temporada e não residenciais: diferenças e regimes jurídicos.

Professor: DR. SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 03

Número da Fita: 96

» DA LOCAÇÃO DO IMÓVEL URBANO - A LEI DO INQUILINATO - FITA Nº 3

Conteúdo: Arts. 58 a 90. - Dos Procedimentos: a ação de despejo: causas de pedir; liminares. - A ação de despejo por falta de pagamento. - A ação de consignação de alugueis. Reconvenção. - A ação revisional de aluguel. Aluguel provisório. - A ação renovatória de contrato. A defesa do locador. Prova pericial. - A ação renovatória de contratos de lojas em "shopping-centers".

Professor: DR. SYLVIO CAPANEMA DE SOUZA

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 03

Número da Fita: 97

» NOVAS FIGURAS IMOBILIÁRIAS - EM UMA FITA

Conteúdo: Shopping Centers: Natureza Jurídica; Dos Contratos de Locação de Lojas; Tenant Mix; O Fundo Empresarial ou Res Sperata; Responsabilidade Civil. Apart Hotéis. Condomínio Fechado. Condomínio de Fato. Multipropriedade Imobiliária.

Professor: Dr. Gustavo Tepedino

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 03

Número da Fita: 98

04 - CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - 30 FITAS /04

» O DIREITO DE AÇÃO - EM UMA FITA

Conteúdo: Conceito. A Natureza Jurídica: Teorias. As Condições da Ação. A Classificação das Ações.

Professor: Dr. Alírio Gonçalves

Duração: 96 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 99

» JURISDIÇÃO, AÇÃO E PROCESSO - FITA 1

Conteúdo: Jurisdição. Conceito; Características; Princípios; Jurisdição Contenciosa; Jurisdição Voluntária. Ação: Conceito de Ação e sua Evolução; Condições de Ação.

Professor: Dr. Elpídio Nunes

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 100

» JURISDIÇÃO - AÇÃO E PROCESSO - FITA 2

Conteúdo: Ação. Classificação das Ações; Elementos da Ação. Processo: Conceito; Processo e Procedimento; Espécies; Natureza Jurídica; Pressupostos Processuais.

Professor: Dr. Elpídio Nunes

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 101

» ATOS PROCESSUAIS - PROCESSO CIVIL - EM UMA FITA

Conteúdo: Conceito. Classificação. Forma. Publicidade. Tempo e Lugar. Férias e Feriados Forenses. Prazos. Preclusão. Comunicação. Nulidades.

Professor: Dr. Elpídio Nunes

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 102

» COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS - PROCESSO CIVIL - EM UMA FITA

Conteúdo: INTRODUÇÃO. - FORMAS DE COMUNICAÇÃO: CITAÇÃO E INTIMAÇÃO. - PRINCÍPIOS. - CITAÇÃO: CONCEITO, FORMAS, REQUISITOS, MODALIDADES, PECULIARIDADES, EFEITOS, CITAÇÃO DE ESTADO ESTRANGEIRO RESIDENTE NO BRASIL. - INTIMAÇÃO: CONCEITO, FORMAS, REQUISITOS, MODALIDADES, PECULIARIDADES, EFEITOS.

Professor: DR. LEONARDO DIAS BORGES

Duração: 80 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 103

» COMPETÊNCIA - PROCESSO CIVIL - EM UMA FITA

Conteúdo: Conceito. Competência Absoluta e Relativa: diferenças. Critérios Norteadores da Fixação da Competência: Competência Internacional e Interna. Critérios Gerais e Especiais. Exceção de Incompetência. Conflito de Competência. Comentários aso Artigos 91 usque 111. Considerações Finais.

Professor: Dr. Antonio Vital R. Vasconcelos

Duração: 120 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 104

» PETIÇÃO INICIAL E RESPOSTA DO RÉU - PROCESSO CIVIL - EM UMA FITA

Conteúdo: Petição Inicial: Considerações Gerais; Requisitos; Emenda; Indeferimento; Recurso do Indeferimento. Resposta ao Réu: Exceção de Incompetência; Exceção de Impedimento ou Suspeição; Reconvencção.

Professor: Dr. Elpídio Nunes

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 105

» CONTESTAÇÃO NO CÍVEL - EM UMA FITA

Conteúdo: Noção. Natureza Jurídica. Contestação e Defesa. Questões Prévias. Exceção e Objeção. Defesas Diretas e Indiretas. Requisitos da Contestação. Ações Dúplices. Defesas Peremptórias e Dilatórias. Arguição de Prescrição e Decadência.

Professor: Dr. André Fontes

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 106

» COISA JULGADA - EM UMA FITA

Conteúdo: 1 - Conceito. 2 - Relativização da Coisa Julgada. 3 - Coisa Julgada Formal e Material. 4 - Limites Objetivos. 5 - Limites Subjetivos. 6 - Coisa Julgada nas Sentenças Determinativas.

Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 107

» AÇÕES POSSESSÓRIAS - EM UMA FITA

Conteúdo: Introdução. Posse e Direito de Propriedade. Modalidades de Lesões Possessórias: Esbulho, Turbação e Ameaça. Ação de Reintegração de Posse. Ação de Manutenção de Posse. Interdito Proibitório. Classificação das Ações Possessórias: Força Nova e Força Velha. Procedimentos.

Professor: Dr. Alírio Gonçalves

Duração: 95 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 108

» AÇÃO RESCISÓRIA - EM UMA FITA

Conteúdo: Introdução. Pressuposto Genérico: a Coisa Julgada Material ou Sentença de Mérito Transitada em Julgado. Pressupostos Específicos. Legitimidade Ativa. Petição Inicial: Requisitos e Indeferimento. Procedimento. Prazo Decadencial.

Professor: Dr. Alírio Gonçalves

Duração: 92 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 109

» SENTENÇA - O MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL - EM UMA FITA

Conteúdo: Sentença - Conceito e Alcance. Elementos Constitutivos. Requisitos Formais. Relevância da Fundamentação como Exigência Constitucional. Sentença Terminativa e Definitiva: Diferenças. Exame do Mérito. Coisa Julgada. Integração da Sentença. Conclusões. O Ministério Público no Processo Civil. O Ministério Público como Órgão Agente, Interveniente, Substituto Processual (Legitimatio Extraordinaria). A responsabilidade civil do Ministério Público.

Professor: Dr. Antonio Vital R. Vasconcelos e Dr. Alírio Gonçalves

Duração: 115 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 110

» MANDADO DE SEGURANÇA - EM UMA FITA

Conteúdo: Histórico. Preceituação Constitucional. Norma de Regência (Lei 1.533/51): Diploma Especial e Predominante. Especificidade do Objeto e Sumariedade do Procedimento. Aspectos e Alcance da Prova Preconstituída. Ato Coator e Autoridade Pública. Prazo Decadencial de 120 dias: Constitucionalidade. Liminar e seus Pressupostos. Sentença. Possibilidade Legal de Suspensão de Liminar e de Sentença. Assistência: Inviabilidade. Recursos. Conclusões.

Professor: Dr. Antonio Vital R. Vasconcelos

Duração: 120 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 111

» INTERVENÇÃO DE TERCEIROS - DPC - PRIMEIRA PARTE - FITA 1

Conteúdo: Modalidades: Voluntárias e Provocadas. Assistência: Simples e Qualificada. Pressupostos. Finalidade. Procedimento. Impugnação. Oposição: Natureza Jurídica e Pressupostos.

Professor: Dr. Alírio Gonçalves

Duração: 87 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 112

» INTERVENÇÃO DE TERCEIROS - DPC - SEGUNDA PARTE - FITA 2

Conteúdo: Oposição (Continuação). Prazo de Contestação. Recurso de Terceiro Prejudicado. Da Nomeação à Autoria. Da Denúnciação da Lide. Do Chamamento ao Processo.

Professor: Dr. Alírio Gonçalves

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 113

» RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CONTRATOS DE TRANSPORTE – EM UMA FITA

Conteúdo: Questões polêmicas. Contratos Unilaterais. O Aparente conflito entre o art. 584, II do CPC e o artigo 63 do CPP, diante da norma do artigo 1.057 do CC. Cláusulas de Não Indenizar e de Irresponsabilidade do Transportador. O Transporte Clandestino. A Denúnciação à Lide no CDC.

Professor: Dr. Luiz Roberto Ayoub

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 114

» A PROVA NO PROCESSO CIVIL - EM UMA FITA

Conteúdo: Natureza Jurídica. Especificação das Provas: Oportunidade, Princípios, Doutrina, Jurisprudência. Julgamento Antecipado da Lide. Procedimento Ordinário. Ônus da Prova. Depoimento Pessoal: Confissão. As Provas Documental, Testemunhal e Pericial. A Inspeção Judicial.

Professor: Dr. Antonio Vital R. Vasconcelos

Duração: 118 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 115

» TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO - FITA Nº 1

Conteúdo: Autonomia do processo de execução. Conceito. Legitimidade das partes. Competência. Inadimplemento do devedor.

Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 116

» TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO - FITA Nº 2

Conteúdo: Títulos Executivos. Execução Provisória.

Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 117

» TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO - FITA Nº 3

Conteúdo: Responsabilidade Patrimonial. Liquidação de Sentença.

Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 118

» DAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO - EM UMA FITA

Conteúdo: Da Execução para Entrega de Coisa. Execução das Obrigações de Fazer e de Não Fazer, quando fundadas em título extrajudicial ou em título judicial.

Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara

Duração: 116:00 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 119

» EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE - EM UMA FITA

Conteúdo: Procedimento Padrão. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de Prestação Alimentícia. Execução Fiscal.

Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara

Duração: 115 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 120

» EMBARGOS DO EXECUTADO - EM UMA FITA

Conteúdo: Execução e Contraditório. Conceito e Natureza Jurídica. Requisitos. Legitimidade. Competência. Procedimento. Efeito Suspensivo. Embargos à Execução Fundada em Sentença. Embargos de Retenção por Benfeitorias. Embargos à Execução Fundada em Título Extrajudicial. Embargos à Arrematação e à Adjudicação. Sentença e Apelação.

Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara

Duração: 118 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 121

» COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL - EM UMA FITA

Conteúdo: O Preceito Constitucional - Art. 109. Competências em Razão da Pessoa e da Matéria. Tratados e Convenções Internacionais. Ação Civil Pública. Mandado de Segurança. Habeas Corpus. Advocacia Geral da União. Defensoria Pública da União. Competências Supletiva e Delegada.

Professor: Dr. Antonio Vital R. Vasconcelos

Duração: 119 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 122

» AÇÃO MONITÓRIA - PROCESSO CIVIL - EM UMA FITA

Conteúdo: Introdução. Denominação. Procedimento Monitório: Puro e Documental. Ação Monitória no Direito Brasileiro.

Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 123

» LITISCONSÓRCIO - EM UMA FITA

Conteúdo: Conceito. Litisconsórcio: Ativo, Passivo, Misto, Necessário, Facultativo, Unitário, Comum, Originário e Superveniente. Dinâmica do Litisconsórcio.

Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara

Duração: 80 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 124

» AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL - EM UMA FITA

Conteúdo: Noção. Natureza Jurídica. Finalidade. Requisitos de Admissibilidade. Situações de Inadmissibilidade. Aplicações do Instituto. Questões Prejudiciais.

Professor: Dr. André Fontes

Duração: 71 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 125

» TUTELA ANTECIPADA - PROCESSO CIVIL - EM UMA FITA

Conteúdo: Noção. Natureza Jurídica. Tutela Antecipada: como Liminar e como Manifestação de Tutela Satisfativa. Tutela Antecipada e Tutela Cautelar: diferenciação e fungibilidade. Consequências da Tutela Antecipada. Requisitos para o Deferimento da Tutela Antecipada. Antecipação da Tutela contra a Fazenda Pública. - Antecipação da Tutela em Ações Declaratórias e Constitutivas.

Professor: Dr. Flávio Galdino

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 126

» PROCESSO CAUTELAR NO CÍVEL - TEORIA GERAL - PRIMEIRA PARTE - FITA 1

Conteúdo: Conceito. Requisitos de Concessão das Medidas Cautelares. Poder Geral de Cautela. Características das Medidas Cautelares. Eficácia da Medida Cautelar no Tempo. Extinção das Medidas Cautelares.

Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 127

» PROCESSO CAUTELAR NO CÍVEL - TEORIA GERAL - SEGUNDA PARTE - FITA 2

Conteúdo: Competência no Processo Cautelar. Intervenção de Terceiros no Processo Cautelar. Procedimento Cautelar Comum. A Coisa Julgada no Processo Cautelar. Tutela Cautelar e Tutela Antecipada: Distinção.

Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara

Duração: 78 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 128

» PROCESSO CAUTELAR NO CÍVEL - MEDIDAS CAUTELARES TÍPICAS - FITA 3

Conteúdo: Arresto. Seqüestro. Busca e Apreensão. Produção Antecipada de Prova. Arrolamento.

Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 129

» RECURSOS NO PROCESSO CIVIL - TEORIA GERAL - FITA 1

Conteúdo: Conceito de Recurso. Classificação dos Recursos: Recursos totais e parciais; Recurso principal e adesivo; Recursos ordinários e excepcionais. Lineamentos do procedimento recursal: os poderes decisórios do relator.

Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara

Duração: 89 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 130

» RECURSOS NO PROCESSO CIVIL - TEORIA GERAL - FITA 2

Conteúdo: Requisitos de admissibilidade dos recursos: condições e pressupostos; os impedimentos recursais. - Efeitos dos recursos: efeitos da interposição (impedir o trânsito em julgado, efeito devolutivo, efeito suspensivo) e do julgamento (substituição e anulação da decisão recorrida).

Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 131

» RECURSOS NO PROCESSO CIVIL - DOS RECURSOS EM ESPÉCIE - FITA 3

Conteúdo: Apelação. - Agravo Interno. - Agravo Retido.

Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 132

» RECURSOS NO PROCESSO CIVIL - DOS RECURSOS EM ESPÉCIE - FITA 4

Conteúdo: Agravo de Instrumento. - Embargos Infringentes. - Embargos de Declaração.

Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara

Duração: 87 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 133

» RECURSOS NO PROCESSO CIVIL - DOS RECURSOS EM ESPÉCIE - FITA 5

Conteúdo: Recurso Ordinário. - Recurso Extraordinário. - Recurso Especial. - Embargos de Divergência.

Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 134

» PROCEDIMENTO SUMÁRIO - PROCESSO CIVIL - EM UMA FITA

Conteúdo: Noções Gerais sobre Processo e Procedimento. Determinação do Procedimento. Âmbito do Procedimento Sumário. Casuística do Artigo 275 do CPC. Atos do Procedimento Sumário. Outros Aspectos do Procedimento Sumário.

Professor: Dr. Elpídio Nunes

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 135

» REDIGINDO A SENTENÇA CÍVEL - FITA 1

Conteúdo: Aspectos Jurídicos da Sentença: Requisitos; Conformidade da Sentença ao Pedido; Classificação das Sentenças.

Professor: Dr. Elpídio Nunes

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 136

» REDIGINDO A SENTENÇA CÍVEL - FITA 2

Conteúdo: Aspectos Redacionais da Sentença: Elaboração de Sentença Dada em Concurso Jurídico; Redação do Relatório; Levantamento de Teses; Levantamento de Idéias.

Professor: Dr. Elpídio Nunes

Duração: 79 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 137

» REDIGINDO A SENTENÇA CÍVEL - FITA 3

Conteúdo: Aspectos Redacionais da Sentença: Redação dos Fundamentos; Redação dos Dispositivos.

Professor: Dr. Elpídio Nunes

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 138

» ARBITRAGEM - FITA 1

Conteúdo: Introdução. Conceito de Arbitragem. Natureza Jurídica. Antecedentes Históricos. Lei de Arbitragem (Lei 9.307/96). Âmbito da Arbitragem. Classificação.

Professor: Dr. Elpídio Nunes

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 139

» ARBITRAGEM - FITA 2

Conteúdo: Classificação (continuação): O Árbitro. Procedimento Arbitral. Recurso de Arbitragem. Eficácia da Sentença Arbitral. Invalidação da Sentença Arbitral. Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras. Outros Aspectos da Lei de Arbitragem. Perspectivas.

Professor: Dr. Elpídio Nunes

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 140

» USUCAPIÃO - EM UMA FITA

Conteúdo: Legitimação. - Petição Inicial. - Procedimento. - Sentença. - Coisa Julgada. - Ação Publiciana.

Professor: Dr. Flávio Galdino

Duração: 80 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 141

» ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA - QUESTÕES POLÊMICAS - EM UMA FITA

Conteúdo: O Decreto Lei 911, de 01/10/69: Incompatibilidade com o Texto Constitucional; A Ação Autônoma de Busca e Apreensão do § 6º do Art. 3º e a Violação do Princípio Constitucional do Devido Processo Legal; O Cerceamento do Direito de Contestar, previsto no § 2º do Art. 3º. A Venda Extrajudicial do Bem Retornado onerando gravosamente o Devedor. As Súmulas 72 e 92 do STJ. A Prisão Civil do Depositário. Os Posicionamentos do STJ e STF. Excesso na Execução. Lei de Usura. Anatocismo: Conceito e Eventual Ocorrência nos Saldos Devedores Remanescentes.

Professor: Dr. Luiz Roberto Ayoub

Duração: 76 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 142

» A TEORIA DA PROVA

Conteúdo: Conceito. - Natureza Jurídica. - Princípio da Verdade Real. - As Provas Admitidas em Direito. - O Ônus da Prova e o Princípio da Carga Dinâmica. - Princípio Processuais. - Hierarquia das Provas. - Inversão do Ônus da Prova no Código de Defesa do Consumidor.

Professor: Dr. Luiz Roberto Ayoub

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 143

» AÇÃO DE ALIMENTOS - FITA 1

Conteúdo: Conceito e a Abrangência da Expressão Alimentos. Dever Alimentar e Obrigação Alimentar. Pressupostos da Obrigação Alimentar. Características do Direito aos Alimentos. Características da Obrigação Alimentar. Modos de Cumprimento da Obrigação. Meios para Assegurar o Cumprimento. Prisão do Devedor. Fontes dos Alimentos. Alimentos Provisórios e Provisionais. Foro Competente e Fundamentos.

Professor: Dra. Thelma Fraga

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 144

» AÇÃO DE ALIMENTOS - FITA 2

Conteúdo: Legislação Aplicada. Meios Judiciais de Fixação de Alimentos: Ação de Alimentos (Lei 5.478/69); Oferecimento de Alimentos; Medidas Cautelares: Provisionais; Em Sede de Separação e Divórcio; Em Ação Ordinária. Petição Inicial. Recebimento da Inicial. Audiência de Instrução e Julgamento. Arquivamento e Revelia. Fixação de Provisórios. Lei dos Conviventes.

Professor: Dra. Thelma Fraga

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 04

Número da Fita: 145

» JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS - LEI 9.099/95 - PRIMEIRA PARTE - FITA 1

Conteúdo: Introdução. Disposições Gerais. Competência. Juiz, Conciliadores e Juízes Leigos. Partes. Atos Processuais. Pedido.
Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara
Duração: 85 MINUTOS
Número do Curso: 04
Número da Fita: 146

» JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS - LEI 9.099/95 - SEGUNDA PARTE - FITA 2

Conteúdo: Do Procedimento Sumaríssimo. Pedido. Citações e Intimações. Sessão de Conciliação e Juiz Arbitral. Audiência de Instrução e Julgamento. Resposta e Revelia. Provas. Sentença.
Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara
Duração: 82 MINUTOS
Número do Curso: 04
Número da Fita: 147

» JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS - LEI 9.099/95 - TERCEIRA PARTE - FITA 3

Conteúdo: Recursos. Extinção do Processo sem Julgamento do Mérito. Execução de Sentença. Execução por Título Extrajudicial. Despesas Processuais.
Professor: Dr. Alexandre Freitas Câmara
Duração: 84 MINUTOS
Número do Curso: 04
Número da Fita: 148

» JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

Conteúdo: Introdução e princípios informadores. Competência. Procedimento. Petição inicial e resposta. Sentença. Recursos. Aplicação subsidiária do CPC e da Lei 9.099/95. Uniformização da jurisprudência. A função do Superior Tribunal de Justiça. Execução.
Professor: FLÁVIO GALDINO
Duração: 83 MINUTOS
Número do Curso: 04
Número da Fita: 149

ARMÁRIO 02

05 – CURSO DE DIREITO PENAL - 30 FITAS

/01

» DIREITO PENAL - FITA 1

Conteúdo: Por que Direito Penal e não Direito Criminal? - 06:00 min Classificação das Espécies de Crime (Parte). - 80:00 min
Professor: Dr. Aldney Zacharias Peixoto
Duração: 86 MINUTOS
Número do Curso: 05
Número da Fita: 150

» DIREITO PENAL - FITA 2

Conteúdo: Classificação das Espécies de Crime (Parte Final). A Estrutura do Código Penal. Teoria da Aplicação da Lei Penal (Parte).

Professor: Dr. Aldney Z. Peixoto e Dr. João Mestieri

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 151

» DIREITO PENAL - FITA 3

Conteúdo: Da Aplicação da Lei Penal. A Interpretação da Lei Penal - Artigos 1 a 12 (Parte). Teoria do Crime - Artigo 13 (Parte).

Professor: Dr. Aldney Z. Peixoto e Dr. João Mestieri

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 152

» DIREITO PENAL - FITA 4

Conteúdo: Teoria do Crime - Artigos 13 a 17 (Parte Final).

Professor: Dr. Aldney Zacharias Peixoto

Duração: 80 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 153

» DIREITO PENAL - FITA 5

Conteúdo: O Dolo e a Culpa. Erro de Tipo - Artigos 20 a 28 (Parte).

Professor: Dr. Juarez Tavares e Dra. Ana Maria Mauro Moreira Lima

Duração: 89 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 154

» DIREITO PENAL - FITA 6

Conteúdo: Teoria do Crime - Artigos 20 a 28 (Parte Final).

Professor: Dra. Ana Maria Mauro Moreira Lima

Duração: 89 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 155

» DIREITO PENAL - FITA 7

Conteúdo: Do Concurso de Pessoas - Artigos 29 a 31.

Professor: Dr. Ricardo Martins

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 156

» DIREITO PENAL - FITA 8

Conteúdo: Teoria da Pena. Espécie de Pena. Penas Privativas de Liberdade. Regimes de Cumprimento das Penas Privativas de Liberdade. Detração. Penas Restritivas de Direito. A Pena de Prisão (Parte).

Professor: Dr. Augusto Thompson

Duração: 76 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 157

» DIREITO PENAL - FITA 9

Conteúdo: Teoria da Pena (Parte). Pena de Prisão (Parte Final). Penas Restritivas de Direitos. Da Pena de Multa. Das Medidas de Segurança. Da Aplicação de Pena. Circunstâncias Agravantes e Atenuantes. Reincidência.

Professor: Dr. Augusto Thompson

Duração: 80 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 158

» DIREITO PENAL - FITA 10

Conteúdo: Teoria da Pena (Parte Final). Causas Especiais de Aumento ou Diminuição de Penas. Concurso Material. Concurso Formal. Crime Continuado. Erro na Execução. Limite das Penas. Suspensão Condicional da Pena. Do Livramento Condicional. Da Reabilitação. Da Ação Penal. Extinção da Punibilidade.

Professor: Dr. Augusto Thompson

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 159

» DIREITO PENAL - FITA 11

Conteúdo: DOS CRIMES CONTRA A PESSOA - Homicídio Simples. Homicídio Qualificado. Homicídio Culposos.

Professor: Dr. Evaristo de Moraes Filho

Duração: 89 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 160

» DIREITO PENAL - FITA 12

Conteúdo: DOS CRIMES CONTRA A PESSOA Das Lesões Corporais - Artigo 129. Da Periclitación da Vida e da Saúde - Artigos 130 a 136. Da Rixa - Artigo 137.

Professor: Dr. Evaristo de Moraes Filho e Dr. Ovídio Silva

Duração: 89 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 161

» DIREITO PENAL - FITA 13

Conteúdo: DOS CRIMES CONTRA A PESSOA Dos Crimes Contra a Honra – Artigos 138 a 145. Dos Crimes Contra a Liberdade Individual – Artigos 146 a 150.

Professor: Dr. Evaristo de Moraes Filho e Dr. Ovídio Silva

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 162

» DIREITO PENAL – FITA 14

Conteúdo: DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO - Do Furto. - Do Roubo e da Extorsão - Artigos 155 a 159.

Professor: Dr. Ricardo Martins

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 163

» DIREITO PENAL - FITA 15

Conteúdo: DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO - Da Apropriação Indébita. - Do Estelionato e Outras Fraudes. - Da Receptação. - Escusas Absolutórias.

Professor: Dr. Ricardo Martins

Duração: 75 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 164

» DIREITO PENAL - FITA 16

Conteúdo: Dos Crimes Contra a Propriedade Imaterial. Dos Crimes Contra a Organização do Trabalho. Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos. Dos Crimes Contra os Costumes (Parte).

Professor: Dr. Ricardo Martins e Dr. Paulo Ramalho

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 165

» DIREITO PENAL – FITA 17

Conteúdo: Dos Crimes Contra os Costumes - Artigos 215 a 224 (Continuação). Dos Crimes Contra a Família - Artigos 235 a 239 (Parte).

Professor: Dr. Ricardo Martins e Dr. Paulo Ramalho

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 166

» DIREITO PENAL - FITA 18

Conteúdo: Dos Crimes Contra a Família. Artigos 240 a 249. Dos Crimes Contra a Incolumidade Pública.

Professor: Dr. Ricardo Martins e Dr. João Mestieri

Duração: 80 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 167

» DIREITO PENAL - FITA 19

Conteúdo: Dos Crimes Contra A Paz Pública. Dos Crimes Contra a Fé Pública.

Professor: Dr. Ricardo Martins e Dr. João Mestieri

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 168

» DIREITO PENAL - FITA 20

Conteúdo: DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Parte). - Artigos 312 a 332.

Professor: Dr. Ricardo Martins

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 169

» DIREITO PENAL - FITA 21

Conteúdo: DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Continuação). - Crimes Contra a Administração da Justiça - Artigos 333 a 359.

Professor: Dr. Ricardo Martins

Duração: 92 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 170

» DIREITO PENAL - FITA 22

Conteúdo: Lei de Contravenções Penais. Crimes Contra a Economia Popular.

Professor: Dr. Ovídio Silva e Dra. Maria Lúcia Karam

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 171

» DIREITO PENAL - FITA 23

Conteúdo: Lei de Entorpecentes - Lei 6.368/76. Crimes da Lei de Falências - Dec.Lei 7.661/45.

Professor: Dr. João de Deus Lacerda Menna Barreto e Dra. Maria Lúcia Karam

Duração: 87 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 172

» DIREITO PENAL - FITA 24

Conteúdo: Abuso de Autoridade - Lei 4898/65. Crimes da Lei de Imprensa. Crimes de Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores - Decreto Lei 201.

Professor: Dr. Antônio José C. Moreira, Dr. Ilídio Moura e Dr. Artur Lavigne

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 173

» DIREITO PENAL - FITA 25

Conteúdo: Crimes Contra o Sistema Financeiro - Lei 7.492/86.

Professor: Dr. Juarez Tavares

Duração: 87 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 174

» DIREITO PENAL - FITA 26

Conteúdo: CRIMES HEDIONDOS: Conteúdo da Lei 8072/90 - As Normas Processuais: Constitucionalidade - As Normas Penais: Qualificação dos Crimes e Regulamento da Aplicação das Normas - Os Crimes em Espécie - Os Crimes Assemelhados em seus Efeitos - As Conseqüências Penais - A Quadrilha: Modalidades - Delação.

Professor: Dr. Geraldo Luiz Mascarenhas Prado

Duração: 118 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 175

» DIREITO PENAL - FITA 27

Conteúdo: CRIMES DE TORTURA - LEI 9.455 de 07/04/97 - Aspectos Controvertidos - Sujeitos - Classificação Doutrinária - Natureza das Formas Qualificadas - Confronto com outros Dispositivos Legais (Abuso de Autoridade, Crimes de Seqüestro) - A Posição da Lei 9.455/97 em Face a Lei 8.072/90 - 67 minutos . LEI DO CRIME ORGANIZADO - LEI 9.034 de 03/05/95 - Discussão Doutrinária quanto a sua Existência - O Significado e os Pressupostos de Organização Criminosa - O Flagrante Retardado (Ação Controlada) - A Figura do Juiz Inquisitor - As Restrições da Lei e suas Conseqüências - 21 minutos.

Professor: Dr. CLAUDIO SOARES LOPES

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 176

» DIREITO PENAL - FITA 28

Conteúdo: PORTE ILEGAL DE ARMA - LEI 9.437 de 20/02/97 - Questões Controvertidas - Objetividade Jurídica - Natureza Jurídica - Vigência da Lei - Sujeitos do Crime - Confronto com outros Dispositivos Penais Pertinentes.

Professor: Dr. CLAUDIO SOARES LOPES

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 177

» DIREITO PENAL - FITA 29

Conteúdo: CRIMES DE INFORMÁTICA E SEUS ASPECTOS PROCESSUAIS: - CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO. – INFORMÁTICA COMO MEIO PARA PRATICAR CRIMES DO CÓDIGO PENAL E LEIS ESPECIAIS. – PEDOFILIA NA INTERNET. – PROCEDIMENTOS, POSSIBILIDADE DE BENEFÍCIOS: SUSPENSÃO DO PROCESSO, TRANSAÇÃO PENAL, O ARTº 44 DO CÓDIGO PENAL. – MENOR INFRATOR.

Professor: DRª CARLA RODRIGUES DE ARAÚJO

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 178

» DIREITO PENAL – FITA 30

Conteúdo: DOS CRIMES DE PRECONCEITOS DE RAÇA E COR E SEUS ASPECTOS PROCESSUAIS. - PREVISÃO CONSTITUCIONAL. - CRIMES DA LEI 7.716, DE 5/1/89. - ASPECTOS PROCESSUAIS. (DURAÇÃO: 33 MINUTOS). DOS CRIMES DE LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES E SEUS ASPECTOS PROCESSUAIS. - CONCEITO, TÉCNICAS, ETAPAS E MECÂNIISMOS DA LAVAGEM. - CRIMES PREVISTOS NA LEI 9.613, DE 3/03/98. - DELAÇÃO PREMIADA E A POSSIBILIDADE DO PERDÃO JUDICIAL. - AÇÃO CONTROLADA. - ASPECTOS PROCESSUAIS DA LEI 9.613/98. (DURAÇÃO: 52 MINUTOS).

Professor: DRª CARLA RODRIGUES DE ARAÚJO

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 05

Número da Fita: 179

- CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL - 29 FITAS

/02

» JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA NO PROCESSO PENAL - EM UMA FITA

Conteúdo: Histórico. Conceito. Características. Princípios. Competência por Distribuição e por Prevenção. Foro Especial. Competência por Conexão e por Continência.

Professor: Dr. Marcello Granado

Duração: 106 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 180

» OS SUJEITOS NO PROCESSO PENAL - EM UMA FITA

Conteúdo: Introdução. Juiz. Ministério Público. Acusado. Defensor. Assistente de Acusação. Terceiros.

Professor: Dra. Carla R. de Araújo

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 181

» DOS ATOS PROCESSUAIS - PROCESSO PENAL - EM UMA FITA

Conteúdo: Classificação. Natureza Jurídica da Transação Penal. Citação: Aspectos Gerais; Revelia; Citação por Edital; Lei 9.271/96. Intimação.

Professor: Dr. Geraldo Prado

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 182

» PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO PENAL - EM UMA FITA

Conteúdo: Princípios da Verdade Real, da Obrigatoriedade, da Indisponibilidade, da Oficialidade, da Publicidade, do Contraditório, da Iniciativa das Partes, da Correlação, da Identidade Física do Juiz, do Devido Processo Legal, da Presunção da Inocência, do Favor Rei.

Professor: Dr. César Teixeira Dias

Duração: 112 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 183

» O INQUÉRITO POLICIAL - EM UMA FITA

Conteúdo: Introdução. A Persecução Penal. Natureza Jurídica. Espécies. Finalidade. Características. Dinâmica. Arquivamento. Desarquivamento. Valoração das Provas. Identificação Datiloscópica. Incomunicabilidade. Juizado de Instrução.

Professor: Dr. William Douglas

Duração: 113 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 184

» DA AÇÃO PENAL - FITA 1

Conteúdo: Ação Penal Condenatória: Classificação; Ação Penal Pública; Princípios; Institutos de Representação do Ofendido e de Requisição do Ministro da Justiça.

Professor: Dr. Antonio José C. Moreira

Duração: 80 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 185

» DA AÇÃO PENAL - FITA 2

Conteúdo: Ação Penal Condenatória: Instauração da Ação Penal - denúncia e seus requisitos - prazo - despacho liminar; Ação Penal de Iniciativa Privada: classificação, princípios; Queixa - requisitos, prazo, legitimidade; Ação Penal na Lei 9.099/95.

Professor: Dr. Antonio José C. Moreira

Duração: 80 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 186

» PRÁTICA DE DEFESA CRIMINAL - EM UMA FITA

Conteúdo: Introdução. Princípio da Eficiência da Defesa. Linha Ética. Utilização da Medicina Legal e da Criminalística. Obtenção da Liberdade. Entrevista com o Acusado. Redação de Peças Processuais. Arguição de Nulidades. Observações e Questões Práticas.

Professor: Dr. Willian Douglas

Duração: 112 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 187

» MEDIDAS CAUTELARES NO PROCESSO PENAL - EM UMA FITA

Conteúdo: Introdução. Requisitos: PERICULUM IN MORA e FUMUS BONI IURIS. Sequestro de Bens. Hipoteca. Busca e Apreensão. Perícia. Prisão Temporária. Prisão em Flagrante. Liberdade Provisória. Relaxamento de Prisão. Prisão Preventiva: requisitos. Prisão por Pronúncia.

Professor: Dr. Amilcar Siqueira

Duração: 113 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 188

» HABEAS CORPUS - EM UMA FITA

Conteúdo: Noções Gerais. Notícia Histórica. Surgimento no Brasil. Natureza Jurídica. Sujeitos Processuais. Cabimento na Área Penal. O HC nas Áreas Civil e Administrativa. O HC na Doutrina e na Jurisprudência. O HC e a Constituição.

Professor: Dr. Aldney Zacharias Peixoto

Duração: 109 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 189

» DA PROVA PENAL - FITA 1

Conteúdo: Introdução. Teoria Geral. Prova como Direito Constitucional. Os Sistemas Inquisitivo e Acusatório e a Prova Penal. Busca da Verdade Real. Os Sistemas Probatórios.

Professor: Dr. Geraldo Prado

Duração: 112 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 190

» DA PROVA PENAL - FITA 2

Conteúdo: A Prova Testemunhal por Fotografia ou Vídeo. A Busca e a Apreensão. Medida Cautelar. A Interceptação Telefônica. A Colheita de Material Genético. O Ônus da Prova.

Professor: Dr. Geraldo Prado

Duração: 116 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 191

» DAS NULIDADES DO PROCESSO PENAL - EM UMA FITA

Conteúdo: O Ato Jurídico. Conceito. Nulidade. Os Atos Inexistentes, Nulos, Anuláveis e Meramente Irregulares. A Proteção Constitucional. A Instrumentalidade das Formas. Vícios da Sentença.

Professor: Dr. Geraldo Prado

Duração: 111 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 192

» JÚRI - FITA 1

Conteúdo: Introdução. Natureza. Soberania. Júri Federal. Pronúncia. Impronúncia. Absolvição Sumária. Recurso de Ofício. Conexão. Despronúncia. Recurso em Sentido Estrito. Intimação da Pronúncia. Libelo. Imprescindibilidade das Testemunhas.

Professor: Dr. Amilcar Siqueira

Duração: 116 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 193

» JÚRI - FITA 2

Conteúdo: Modificação da Pronúncia. Contrariedade do Libelo, Justificação no Júri. Desaforamento. Escolha dos Jurados. Plenário. Impedimentos. Incomunicabilidade. Recusas. Separação de Julgamentos. Seleção de Jurados. Compromisso. Interrogatório do Réu. Inquirição das Testemunhas.

Professor: Dr. Amilcar Siqueira

Duração: 115 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 194

» JÚRI - FITA 3

Conteúdo: Quesitação e Recursos no Júri. Regras. Prioridades da Tese Defensiva. Quesito Obrigatório. Crime Continuado e Quesitação. Exemplos Práticos. Desclassificação. Recursos Específicos do Júri e em Sentido Estrito. Apelação. Protesto por Novo Júri. "Reformatio in pejus".

Professor: Dr. Amilcar Siqueira

Duração: 113 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 195

» SENTENÇA NO PROCESSO PENAL - FITA 1

Conteúdo: Definição. Princípio da Verdade Real e da Livre Investigação da Prova. Classificação dos Atos Judiciais. Conceito de Sentença. Função, Conteúdo, Espécies e Estrutura Lógica. Fases da Elaboração. Requisitos. Fundamentação. Nulidades. Aspectos Formais e Materiais. Correlação entre Imputação e Sentença.

Professor: Dr. Willian Douglas

Duração: 115 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 196

» SENTENÇA NO PROCESSO PENAL - FITA 2

Conteúdo: Sentenças Absolutórias. Providências. Medidas de Segurança. Sentenças Condenatórias. Fases da Aplicação da Pena. Efeitos. Publicação e Intimação. Pedido de Declaração. Coisa Julgada. Sentença na Fase de Pronúncia. Provas Lícitas e Ilícitas por Derivação.

Professor: Dr. Willian Douglas

Duração: 110 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 197

» RECURSOS NO PROCESSO PENAL - FITA 1

Conteúdo: Conceito. Princípio da Dualidade de Jurisdição. Pressupostos Recursais. Classificação da Sucumbência. Pressupostos Objetivos e Subjetivos. A Voluntariedade. Juízo de Admissibilidade. Duplo Grau. Efeitos. Extinção. Fatos Impeditivos.

Professor: Dr. Geraldo Prado

Duração: 119 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 198

» RECURSOS NO PROCESSO PENAL - FITA 2

Conteúdo: Recurso em Sentido Estrito. Questões de Mérito e Decisões Interlocutórias. A Apelação Principal e a Subsidiária. O Voto Médio. O Interesse do Assistente. Os Embargos Infringentes e de Nulidade. Competência Originária.

Professor: Dr. Geraldo Prado

Duração: 115 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 199

» LIBERDADE PROVISÓRIA - EM UMA FITA

Conteúdo: Conceito. Prisão Provisória. Liberdade Provisória com Vinculação e Sem Fiança. Conversão da Liberdade com Fiança e sem Fiança. Liberdade Provisória sem Fiança se sem Vinculação e com Fiança. Fiança: Conceito, Competência para Concessão, Indeferimento, Recursos e Extinção. A Absolvição.

Professor: Dr. Marcello Granado

Duração: 98 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 200

» LEI DE EXECUÇÃO PENAL - FITA 1

Conteúdo: Introdução. Aplicação da Lei 7.210/84. Assistência ao Condenado. Trabalho do Interno. Deveres, Direitos e Disciplina. O Juízo da Execução. Conselho Penitenciário. Estabelecimento Penais.

Professor: Dr. Amilcar Siqueira

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 201

» LEI DE EXECUÇÃO PENAL - FITA 2

Conteúdo: Regimes Prisionais. Permissão de Saída e Saída Temporária. Remição e Detração da Pena. Livramento Condicional. Suspensão Condicional da Pena. Penas Restritivas de Direitos. Medidas de Segurança. Anistia e Indulto.

Professor: Dr. Amilcar Siqueira

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 202

» DA PRISÃO PROCESSUAL - EM UMA FITA

Conteúdo: Teoria Geral. Prisão em Flagrante. Prisão Preventiva. Prisão por Força de Pronúncia. Prisão Decorrente de Sentença Condenatória Recorrível. Prisão Temporária.

Professor: Dr. Geraldo Prado

Duração: 103 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 203

» DO PROCEDIMENTO COMUM - PROCESSO PENAL - EM UMA FITA

Conteúdo: Processo: conceito. Procedimento: conceito. Procedimento Comum, Suspensão do Processo. Suspensão Condicional do Processo..

Professor: Dra. Carla R. de Araújo

Duração: 77 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 204

» DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS - PROCESSO PENAL - FITA 1

Conteúdo: Crimes Falimentares. Crimes de Responsabilidade dos Funcionários Públicos. Crimes Contra a Honra. Crimes Contra Propriedade Imaterial. Procedimento Sumário. Restauração de Autos Extraviados ou Destruídos.

Professor: Dra. Carla R. de Araújo

Duração: 79 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 205

» DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAS - PROCESSO PENAL - FITA 2

Conteúdo: Lei 8.038/90: Procedimentos nos Tribunais Superiores. Lei 4.898/65: Abuso de Autoridade. Lei 6.368/76; Lei de Entorpecentes. DL 201/67: Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores. Lei 5.250/67: Crimes da Lei de Imprensa.

Professor: Dra. Carla R. de Araújo

Duração: 79 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 206

» JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS - LEI 9.099/95 - FITA 1

Conteúdo: Introdução. Disposições Gerais: Juizado Especial Criminal. A Infração Penal de Menor Potencial Ofensivo. Critérios de Oralidade e de Informalidade. Economia Processual. Celeridade. Da Competência. Dos Atos Processuais: Citação e Intimação. Da Fase Preliminar. Termo Policial, Conciliação, Transação e Sentença. Da Ação Penal.

Professor: Dr. Paulo Ramalho

Duração: 90 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 207

» JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS - LEI 9.099/95 - FITA 2

Conteúdo: Da Ação Penal (Continuação). Representação. Arquivamento. Aplicação de Pena. Do Procedimento Sumaríssimo. Da Audiência de Instrução e Julgamento. Da Sentença. Da Apelação. Da Execução. Das Disposições Finais.

Professor: Dr. Paulo Ramalho

Duração: 90 MINUTOS

Número do Curso: 06

Número da Fita: 208

07 – CURSO DE DIREITO PENAL MILITAR – 03 FITAS

P/03

» DIREITO PENAL MILITAR - FITA 1

Conteúdo: Aplicação da Lei Penal Militar. Do Crime. Imputabilidade Penal. Penal Principais e Acessórias. Ação Penal. Extinção da Punibilidade.

Professor: Dra. Arilma Cunha da Silva

Duração: 83 Minutos

Número do Curso: 07

Número da Fita: 209

» DIREITO PENAL MILITAR – FITA 2

Conteúdo: Motim e Revolta. Violência contra Superior/Inferior. Desrespeito a Superior. Insubordinação. Deserção. Pederastia.
Professor: Dra. Arilma Cunha da Silva
Duração: 80 Minutos
Número do Curso: 07
Número da Fita: 210

» DIREITO PENAL MILITAR - FITA 3

Conteúdo: Crimes Contra Segurança Externa. Violência Contra Sentinela. Lesão Corporal. Dano Culposo. Fuga Após Acidente de Trânsito. Falsidade. Crimes Contra a Administração de Justiça. Militar.
Professor: Dra. Arilma Cunha da Silva
Duração: 82 Minutos
Número do Curso: 07
Número da Fita: 211

08 – CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR – 03 FITAS P/03

» DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR - FITA 1

Conteúdo: Lei Processual Penal Militar : Sua Aplicação. A Polícia Judiciária Militar. O Inquérito Policial Militar : Introdução. Natureza Jurídica. Valor Probatório. Do Procedimento do IPM. Atos Iniciais. Sigilo do IPM. Relatório e Solução. Arquivamento (Proibição). Pedido de Arquivamento. Instauração de Novo IPM. Devolução dos Autos (Hipóteses). Suficiência do Auto de Prisão em Flagrante. Dispensa do IPM (Casos). Prazos. Da Ação Penal Militar : Fundamento da Ação Penal Militar. Princípio da Obrigatoriedade. Condições da Ação Penal Militar. Conceito de Denúncia e seus Requisitos. Prazos para Oferecimento. Classificação. Casos de Arquivamento do IPM. Instauração do Processo. Providências do MPM ao Receber os Autos do IPM. Rejeição da Denúncia pelo Juiz Auditor.
Professor: Dr. dílson Chaves
Duração: 82 Minutos
Número do Curso: 08
Número da Fita: 212

» DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR – FITA 2

Conteúdo: Do Processo Penal Militar. Dos Sujeitos Processuais. Do Ministério Público Militar. Do Foro Militar. A Lei 9.299, de 07/08/96. Da Competência em Geral. Da Prisão - Modalidades. Do Comparecimento Espontâneo. Da Menagem. Da Liberdade Provisória.
Professor: Dr. Edilson Chaves
Duração: 80 Minutos
Número do Curso: 08
Número da Fita: 213

» DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR - FITA 3

Conteúdo: Instrução Militar. Jurisdição Militar. Justiça Militar Federal. Conselhos de Justiça. Composição. Justiça Militar Estadual. Da Perda Do Posto, Da Patente e Graduação. Conselho de Justificação. Conselho de Disciplina. Deserção em Geral. Deserção de Oficial. Deserção de Praça. Justiça Militar em Tempo de Guerra.

Professor: Dr. Edilson Chaves

Duração: 81 Minutos

Número do Curso: 08

Número da Fita: 214

09 - CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL - 13 FITAS

/01

» INTRODUÇÃO / DIR. CONSTITUCIONAL - EM UMA FITA

Conteúdo: Constituição:- Conceito e Classificação. Poder Constituinte. Reforma da Constituição: Limitações. Teorias Constitucionais.

Professor: Dr. Maurício Couto

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 09

Número da Fita: 215

» SISTEMA FEDERATIVO E ORGANIZAÇÃO DOS PODERES - EM UMA FITA

Conteúdo: Fundamento do Regime Federativo. Características da Federação. O Estado: Simples e Composto. Poder: Conceito, Fontes, Divisão, Competência. Harmonia. A Estrutura Federalista: Princípios. O Poder e o Indivíduo. Poder Legislativo. Poder Judiciário e Poder Executivo. O Poder da República.

Professor: Dr. Nagib Slaib Filho

Duração: 91 MINUTOS

Número do Curso: 09

Número da Fita: 216

» TEORIA GERAL DO ESTADO - FITA 1

Conteúdo: Objetivo. Estado: Conceito, elementos e finalidades. Povo Homogêneo. Território: Conceito e Delimitação com suas ficções jurídicas. Governo: Novo enfoque. Soberania como quarto elemento do Estado. Teorias justificativas da soberania. O Estado e seu processo de nascimento.

Professor: Dr. Kleber Couto

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 09

Número da Fita: 217

» TEORIA GERAL DO ESTADO - FITA 2

Conteúdo: Formas de Estado: Confederação e Federação. Formas de Governo: Monarquia e República. República Democrática indireta e seus instrumentos. Sistema Representativo: Parlamentarismo e Presidencialismo. O Presidencialismo e suas características. Os Sistemas Representativo e de Escolha (sistema eleitoral). Contratualismo como fundamento de Estado e visão didática da Constituição. O Poder Constituinte: originário, derivado e revisional. A Constituição: conceito, essência e espécies.

Professor: Dr. Kleber Couto

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 09

Número da Fita: 218

» MÓDULO ESPECIAL - DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS - FITA - 1

Conteúdo: Introdução. Garantias: Noção e Espécies. Direitos: A Noção de Direito Subjetivo. Os Direitos Fundamentais Definidos na Constituição. Direitos Individuais e Coletivos do Art. 5 da CF, Inciso I a XI.

Professor: Dr. Luís Roberto Barroso

Duração: 119 MINUTOS

Número do Curso: 09

Número da Fita: 219

» MÓDULO ESPECIAL - DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS – FITA 2

Conteúdo: ANÁLISE HERMENÊUTICA DO ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPREENSÃO DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL DO ARTº 5º DA CF, INCISOS XI a XXXVI.

Professor: DR. SYLVIO MOTTA

Duração: 81 Minutos

Número do Curso: 09

Número da Fita: 220

» MÓDULO ESPECIAL - DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS – FITA 3

Conteúdo: COMPREENSÃO DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL DO ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - INCISOS XXXVII A LXXVII.

Professor: DR. SYLVIO MOTTA

Duração: 89 MINUTOS

Número do Curso: 09

Número da Fita: 221

» MÓDULO ESPECIAL - DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS – FITA 4

Conteúdo: Compreensão Doutrinária e Jurisprudencial do Artigo 6º ao 11 da Constituição Federal: Direitos Sociais.

Professor: DR. SYLVIO MOTTA

Duração: 93 MINUTOS

Número do Curso: 09

Número da Fita: 222

» MÓDULO ESPECIAL - DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS - FITA 5

Conteúdo: Compreensão Doutrinária e Jurisprudencial dos Artigos 14 a 16. Dos Direitos Políticos – Art. 17 Dos Partidos Políticos. Da Constituição Federal. Prognóstico do conteúdo programático do Concurso para Agente e Escrivão de Polícia da Polícia Federal – 2001/2002. Poder Executivo. Segurança Pública. Poder Legislativo. Ordem Social.

Professor: DR. SYLVIO MOTTA

Duração: 108 MINUTOS

Número do Curso: 09

Número da Fita: 223

» CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE - FITA 1

Conteúdo: Introdução: Interpretação da Constituição e precedente (Marbury V. Madison). Supremacia da Constituição. Espécies de Inconstitucionalidade. Espécie de Controle: Político e Judicial. Modalidades de Controle: quanto ao órgão e quanto à forma. O Sistema Brasileiro. Controle: por Via Incidental e por Via Principal (parte).

Professor: Dr. Luís Roberto Barroso

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 09

Número da Fita: 224

» CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE - FITA 2

Conteúdo: Controle por Via Principal (continuação). Papel do Senado Federal. Algumas Questões Específicas: Questões de Direito Interporal; Descabimento de ADIn contra atos normativos secundários; Cabimento de ADIn contra decreto autônomo; declaração de inconstitucionalidade é competência privativa do Poder Judiciário; Não cabe ADIn contrapondo lei municipal à Constituição Federal; Cabe representação de inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição do Estado que repete a Constituição Federal. Os Chefes dos poderes podem determinar a não aplicação de norma que considerem inconstitucional.

Professor: Dr. Luís Roberto Barroso

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 09

Número da Fita: 225

» CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE – FITA 3

Conteúdo: Comentários a Lei 9868 de 12/11/99 que dispõe sobre o Processo e Julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade e da Ação Declaratória de Constitucionalidade.

Professor: Dr. SYLVIO MOTTA

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 09

Número da Fita: 226

» AÇÕES ESPECIAIS – EM UMA FITA

Conteúdo: Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popular. Mandado de Injunção. Habeas Data. Ação Civil Pública.

Professor: Dr. José S. Carvalho Filho

Duração: 108 MINUTOS

Número do Curso: 09

Número da Fita: 227

» DIREITO ADMINISTRATIVO - PRIMEIRA PARTE - FITA 1

Conteúdo: ATO ADMINISTRATIVO: Introdução. Conceito. Características. Requisitos de validade. Conduta do agente administrativo. Mérito administrativo. Classificações. Espécies. Licenças. Instrumentos de formalização. Extinção. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: Introdução. Classificação: privados e administrativos. A Lei 8.666/93. Tipos de contratos. Equação econômico-financeira dos contratos. Inexecução. Extinção.

Professor: Dr. José S. Carvalho Filho

Duração: 97 MINUTOS

Número do Curso: 10

Número da Fita: 228

» DIREITO ADMINISTRATIVO - SEGUNDA PARTE - FITA 2

Conteúdo: SERVIÇOS PÚBLICOS: Introdução. Conceito. Classificações. Princípios. Repartição Constitucional de Competências. Requisitos dos Serviços Públicos. Direitos do Usuário. Formas de Prestação. Descentralização. Desconcentração. Concessões. Permissões. ADMINISTRAÇÃO DIRETA: Noção. Fonte Normativa. Princípios. Composição. Autonomia Federativa. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA: Noção. Princípios. Composição. Autarquias. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas: conceitos e características.

Professor: Dr. José S. Carvalho Filho

Duração: 116 MINUTOS

Número do Curso: 10

Número da Fita: 229

» DIREITO ADMINISTRATIVO - TERCEIRA PARTE - FITA 3

Conteúdo: SERVIDORES PÚBLICOS: Categorias. Características. Regimes Jurídicos. Organização Funcional. Cargos Públicos. Investidura. Direitos Adquiridos. Princípios Constitucionais: Concurso Público; Cargos em Comissão; Acumulação; Estabilidade Funcional; Exoneração; Aposentadoria; Disponibilidade; Remuneração. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO: O Dano como Pressuposto. Responsabilidade Subjetiva. Responsabilidade Objetiva. Texto Constitucional. Fundamento. Sujeitos da Responsabilidade. Pressupostos da Responsabilidade Civil. Atos Legislativos. Atos Judiciais. Obra Pública. Atos de Multidão. Fenômenos Naturais. O Direito de Regresso do Estado. Denúnciação a Lide. Reparação do Dano.

Professor: Dr. José S. Carvalho Filho

Duração: 112 MINUTOS

Número do Curso: 10

Número da Fita: 230

» DIREITO ADMINISTRATIVO - QUARTA PARTE - FITA 4

Conteúdo: Controle da Administração Pública: Controle Legislativo - Sentido e Tribunal de Contas, Controle Judicial e Controle Administrativo, Processo e Recursos Administrativos. Desapropriação: Sentido, Modalidades, Pressupostos, Legislação, Aplicável, Declaração Expropriatória, Aspectos da Ação Judicial, Desapropriação Indireta, Direito de Extensão, Retrocessão.

Professor: Dr. José S. Carvalho Filho

Duração: 115 MINUTOS

Número do Curso: 10

Número da Fita: 231

» INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO - FITA 5

Conteúdo: Introdução. Administração Pública. Órgãos. Atuação. Princípio. Ato Administrativo. Poderes Administrativos. Controle da Administração. Deveres do Administrador Público. Abuso de Poder. Governo e Administração Pública.

Professor: Dr. William Douglas

Duração: 114 MINUTOS

Número do Curso: 10

Número da Fita: 232

» LICITAÇÃO - FITA 1

Conteúdo: Introdução. Conceito. Natureza Jurídica. Disciplina Normativa. Destinatários. Fundamentos. Objeto. Princípios. Dispensa e Inexigibilidade. Requisitos de Validade para Contratação Direta. Modalidades. Concorrência. Tomada de Preços. Convite.

Professor: Dr. José dos Santos Carvalho Filho

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 10

Número da Fita: 233

» LICITAÇÃO - FITA 2

Conteúdo: Concurso. Leilão. Procedimento Licitação. Normalização. Instrumentos de Convocação. Habilitação. Aspectos Especiais da Habilitação. Julgamento das Propostas. Homologação e Adjudicação. Anulação e Revogação. Recursos Administrativos. Crimes e Penas. O Pregão como Nova Modalidade de Licitação: Aspectos Normativos Especiais.

Professor: Dr. José dos Santos Carvalho Filho

Duração: 87 MINUTOS

Número do Curso: 10

Número da Fita: 234

» PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL

Conteúdo: DISPOSIÇÕES GERAIS E PRINCÍPIOS. DIREITO DOS

ADMINISTRADOS. DEVERES DOS ADMINISTRADOS. INÍCIO DO PROCESSO. LEGITIMADOS. COMPETÊNCIA. IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO. FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS. COMUNICAÇÃO DOS ATOS. INSTRUÇÃO DO PROCESSO. DEVER DE DECIDIR. MOTIVAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO. RECURSOS ADMINISTRATIVOS. PRAZOS. SANÇÕES.

Professor: DR. JOSE DOS SANTOS CARVALHO FILHO

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 10

Número da Fita: 235

» ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PODERES ADMINISTRATIVOS - PODER DE POLÍCIA - EM UMA FITA

Conteúdo: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Federação. Poderes e Funções. Função Administrativa. Sentidos. Órgãos Públicos. Princípios Administrativos Expressos e Reconhecidos. Princípio da Razoabilidade. - PODERES ADMINISTRATIVOS: Conceito. Uso e Abuso de Poder. Poder-Dever de Agir. Poder Discricionário (Sentido, Aspectos Especiais, Controle Judicial). Poder Regulamentar (Sentido, Natureza, Formalização, Regulamentos Autônomos). - PODER DE POLÍCIA: Conceito. Competências. Polícia Administrativa e Judiciária. Fundamentos. Âmbito de Incidência. Atuação da Administração. Características. Princípio da Proporcionalidade. Sanções de Polícia.

Professor: Dr. José dos Santos Carvalho Filho

Duração: 87 MINUTOS

Número do Curso: 10

Número da Fita: 236

» BENS PÚBLICOS - FITA 1

Conteúdo: Tipos de Bens Públicos: Uso Comum. Uso Especial. Dominical. - Afetação e Desafetação. - Características dos Bens Públicos. Inalienabilidade. Imprescritibilidade. Impenhorabilidade. Inenoridade.

Professor: Dr. Luiz Oliveira Castro Jungstedt

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 10

Número da Fita: 237

» BENS PÚBLICOS - FITA 2

Conteúdo: 1)Espécie de Bens Públicos : Ruas, Praias, Ilhas, Terrenos de Marinha, Terrenos Marginais, Terras Devolutas, Domínio Hídrico e Aéreo. 2)Utilização dos Bens Públicos : Autorização e Permissão de Uso. Concessão e Concessão de Direito Real de Uso.

Professor: Dr. Luiz Oliveira Castro Jungstedt

Duração: 90 MINUTOS

Número do Curso: 10

Número da Fita: 238

» PODER DE POLÍCIA DE TRÂNSITO

Conteúdo: Disposições Preliminares: Conceitos e Responsabilidade Objetiva. Sistema Nacional de Trânsito - Sinatran. Poder de Polícia: Conceito e Características. Formas de Atuação do Poder de Polícia: Ordem, Consentimento, Fiscalização e Sanção. Consentimento de Polícia: Alvará de Licença e Autorização. Sanção de Polícia: Penalidade e Medidas Administrativas. Polícia de Segurança Pública e Polícia de Fiscalização de Trânsito.

Professor: DR. LUIZ OLIVEIRA CASTRO JUNGSTEDT

Duração: 87 MINUTOS

Número do Curso: 10

Número da Fita: 239

11 - CURSO DE DIREITO DO TRABALHO - 08 FITAS P/03

» DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO - FITA 1

Conteúdo: Definição. Natureza Jurídica. Fontes. Princípios. Renúncia e Transação. Campos de Aplicação: Territorial, Temporal (parte) e no espaço. Interpretação: Sistemas Interpretativos.

Professor: Dr. Alexandre T. F. B. Cunha

Duração: 107 MINUTOS

Número do Curso: 11

Número da Fita: 240

» CONTRATO DE TRABALHO - FITA 2

Conteúdo: Natureza Jurídica. Noção e Características. Elementos Essenciais: Nulidade, Sujeitos. Empregado: Definição Legal. Pressupostos para Sua Caracterização. Trabalho a domicílio. Altos empregados. Prestações de serviço subordinado, mas sem vínculo empregatício. Trabalhadores doméstico e rural. Funcionários Públicos. Empregados de missões estrangeiras ou de organismos internacionais. Estagiários.

Professor: Dr. Alexandre T. F. B. Cunha

Duração: 113 MINUTOS

Número do Curso: 11

Número da Fita: 241

» CONTRATO DE TRABALHO - FITA 3

Conteúdo: Sujeitos. Empregador: Definição Legal. Empregador e Empresa: Diferenças. Poder Disciplinar. "*Jus Resistitiae*". Grupo Econômico. Sucessão de Empregadores. Relações Especiais de Trabalho. Alteração do Contrato: Princípio da Inalterabilidade. Possibilidade: Obrigatória e Voluntária.

Professor: Dr. Alexandre T. F. B. Cunha

Duração: 112 MINUTOS

Número do Curso: 11

Número da Fita: 242

» DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO - FITA 4

Conteúdo: Remuneração e Salário: diferenças (parte final). Salário: composição e parcelas. Salário mínimo. Formas de salário. Salário igual para trabalho de igual valor. Mecanismos de proteção ao salário. Duração do Trabalho: fundamentos da limitação do trabalho. Jornada e horário do trabalho. trabalho além da jornada. Trabalho noturno. Turnos ininterruptos de revezamento. Repouso semanal remunerado.

Professor: Dr. Alexandre T. F. B. Cunha

Duração: 90 MINUTOS

Número do Curso: 11

Número da Fita: 243

» DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO - FITA 5

Conteúdo: Pausas inter e intra jornadas. Férias. Suspensão, interrupção e extinção. Aviso prévio. Indenização por tempo de serviço. Força maior. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço: FGTS. Estabilidade decenal. Tipos especiais de estabilidade.

Professor: Dr. ALEXANDRE TEIXEIRA DE FREITAS BASTOS CUNHA

Duração: 114 Minutos

Número do Curso: 11

Número da Fita: 244

» DIREITO COLETIVO DO TRABALHO - PRIMEIRA PARTE - FITA 1

Conteúdo: Organização Sindical: Histórico, Finalidade e Prerrogativas. Natureza Jurídica. Liberdade Sindical. Modelo Sindical Brasileiro. Na CLT - Sindicato, Federação e Confederação. Categorias: Preponderante e Diferenciada. Profissionais Liberais. Base Territorial. Enquadramento Sindical. Registro. Contribuição Sindical. Simetria com a Justiça do Trabalho. Após CF/88: Reformulação da CLT. Dirigente Sindical.

Professor: Dr. João de Lima Teixeira Filho

Duração: 111 MINUTOS

Número do Curso: 11

Número da Fita: 245

» DIREITO COLETIVO DO TRABALHO - SEGUNDA PARTE - FITA 2

Conteúdo: Negociação Coletiva: Considerações Preliminares, Conceito, Partes e Princípios Reitores. Métodos de Solução do Conflitos Coletivos de Trabalho. Negociação. Mediação. Arbitragem. Dissídio Coletivo: Naturezas Econômica e Jurídica. Instrumentos Normativos do Acordo Coletivo. Convenção. Laudo Arbitral. Sentenças Normativa, Constitutiva e Declaratória. Tipos de Cláusulas. Vigência das Condições Pactuadas. Direito de Greve: Retrospectiva Constitucional, Considerações Gerais, Legislação, Limitações Implícitas, Explícitas, Coletivas e Individuais. Abusividade. Justa Causa.

Professor: Dr. João de Lima Teixeira Filho

Duração: 105 MINUTOS

Número do Curso: 11

Número da Fita: 246

» DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO - EM UMA FITA

Conteúdo: Noções Históricas. OIT (Organização Internacional do Trabalho). Convenções e Recomendações. Conflitos. Aspectos Formais. Convenção 158 da OIT. Noções Integrativas.

Professor: Dr. Eduardo von Adamovich

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 11

Número da Fita: 247

12 - CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO – 18 FITAS P/03

» INTRODUÇÃO AO PROCESSO TRABALHISTA - EM UMA FITA

Conteúdo: Introdução. Formas de Resolução Conflitual: Autodefesa; Autocomposição; Arbitragem; Processo. Conceito. Diferença de Processo e Procedimento. Princípios: Informativos e Fundamentais.

Professor: Dr. Leonardo Dias Borges

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 12

Número da Fita: 248

» PETIÇÃO INICIAL E RESPOSTA DO RÉU - PROCESSO DO TRABALHO - EM UMA FITA

Conteúdo: Da Petição Inicial: Conceito e Princípio. Requisitos: Causa Petendi. Objeto. Forma. Valor da Causa. Pena Cominatória. Cumulação Objetiva Simples. Cumulação Objetiva Sucessiva. Cumulação Subjetiva e Cumulação Sucessiva.

Professor: Dr. Leonardo Dias Borges

Duração: 112 MINUTOS

Número do Curso: 12

Número da Fita: 249

» DO PROCESSO DE CONHECIMENTO - PROCESSO DO TRABALHO - 01 FITA

Conteúdo: Conceito. Início. Fases: Postulatória, Instrutória, Decisória. Princípios. Requisitos.

Professor: Dr. Leonardo Dias Borges

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 12

Número da Fita: 250

» INTERVENÇÃO DE TERCEIROS - PROCESSO DO TRABALHO - 01 FITA

Conteúdo: Conceito. Espécies. Classificação. Questões Polêmicas e Incidência no Processo do Trabalho.

Professor: Dr. Cláudio A. C. de Menezes

Duração: 106 MINUTOS

Número do Curso: 12

Número da Fita: 251

» PRÁTICA FORENSE TRABALHISTA

Conteúdo: Introdução : O que não deve ser dito. Peculiaridades : Gratuidade, Aplicação Subsidiária Cognitiva e Executória, A Conciliação, A Condução do Processo, A Execução Ex-Officio, Irrecorribilidade das Decisões Interlocutórias, A Igualdade Mitigada. Inconformismo em Audiência : Cerceio ao Direito de Defesa, "O Protesto". O Sistema do Preparo : Custas > Forma de Recolhimento e Prazo. Depósito > Forma de Recolhimento e Prazo. O Preparo > Pelo Autor e Pelo Réu.

Professor: Dr. Leonardo Dias Borges

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 12

Número da Fita: 252

» RECURSOS NO PROCESSO DO TRABALHO - PARTE GERAL - FITA 1

Conteúdo: Conceito e Definição. Princípios Recursais. Duplo Grau de Jurisdição e Duplo Exame. Enumeração Recursal. Classificação. Forma de Interposição. Formas de Pronunciamento Judicial e sua Impugnação. Voto médio. A Produção Probatória em Grau de Recurso.

Professor: Dr. Leonardo Dias Borges

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 12

Número da Fita: 253

» RECURSOS EM ESPÉCIE - PROCESSO DO TRABALHO - FITA 2

Conteúdo: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AGRAVO DE PETIÇÃO - RELAMAÇÃO CORREICIONAL - PEDIDO DE PROVIDÊNCIA - (conceitos, natureza jurídica, questões polêmicas, cabimentos, procedimentos)

Professor: Dr. Leonardo Dias Borges

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 12

Número da Fita: 254

» NULIDADES E PRECLUSÃO - PROCESSO DO TRABALHO - EM UMA FITA

Conteúdo: Ineficácia do Ato: Inexistência, Nulidades Absoluta e Relativa, Anulabilidade, Irregularidade. Conceito. Definições. Exemplos. Sistema de Nulidades. Transcendência, Instrumentalidade ou Finalidade, Convalidação, Conversão. Preclusão. Prescrição. Decadência. Perempção.

Professor: Dr. Leonardo Dias Borges

Duração: 107 MINUTOS

Número do Curso: 12

Número da Fita: 255

» DO PROCESSO CAUTELAR NO PROCESSO TRABALHISTA - EM UMA FITA

Conteúdo: Resumo Histórico. Utilização no Processo Trabalhista. Classificação. Finalidade. Natureza Jurídica. Poder Geral de Cautela. Liminar. Meios de Impugnação. A Satisfatividade. Requisitos e Pressupostos. Sentença.

Professor: Dr. Leonardo Dias Borges

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 12

Número da Fita: 256

» TUTELA ANTECIPADA - PROCESSO DO TRABALHO - EM UMA FITA

Conteúdo: Do porquê da polêmica e da origem do instituto. Das diferenças entre tutela antecipada e ação cautelar. Das diferenças entre tutela antecipada e julgamento antecipado da lide. Dos pressupostos para concessão da tutela antecipada: positivos e negativos. Dos requisitos. Da iniciativa. Da legitimidade. Da fundamentação e do procedimento. Do momento da concessão. Da competência e da discricionariedade. Da revogabilidade e da modificação da antecipação. Da forma. Da concessão total ou parcial. Das espécies de tutela: genérica e específica. Dos recursos cabíveis. Da execução. Da antecipação da tutela em face da administração pública. Da antecipação da tutela em ação rescisória.

Professor: Dr^a Silvia Correia

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 12

Número da Fita: 257

» DA CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - PROCESSO DO TRABALHO - 01 FITA

Conteúdo: A polêmica da aplicação. O conceito. Objeto. Possibilidade restrita de cumulação de pedidos. Pressuposto principal: a mora. Partes. Efeitos. As obrigações periódicas. O procedimento. A contestação. Limites da controvérsia. A consignação extrajudicial. A controvérsia sobre o seu cabimento no processo do trabalho.

Professor: Dr^a Silvia Correia

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 12

Número da Fita: 258

» SENTENÇA NO PROCESSO DO TRABALHO - EM UMA FITA

Conteúdo: Conceito. Natureza Jurídica. Modalidades: Declaratória, Constitutiva, Condenatória, Mandamental, Executiva. Sentença Normativa: Características. Eficácia. Validade e Existência: Efeitos Principais e Secundários. Requisitos da Sentença.

Professor: Dr. Leonardo Dias Borges

Duração: 80 MINUTOS

Número do Curso: 12

Número da Fita: 259

» DO PROCESSO DE EXECUÇÃO - PROCESSO DO TRABALHO - FITA 1

Conteúdo: Pressupostos. Títulos. Suspensão. Princípios. Requisitos. Legitimidade. Impulso Oficial. Sujeito Passivo. Liquidação: Espécies. Execução por Quantia Certa.

Professor: Dr. Eduardo Von Adamovich

Duração: 78 MINUTOS

Número do Curso: 12

Número da Fita: 260

» DO PROCESSO DE EXECUÇÃO - PROCESSO DO TRABALHO - FITA 2

Conteúdo: Execução por Quantia Certa (continuação). Fraude à Execução. Ato Atentatório à Dignidade da Justiça. Execução Contra a Fazenda Pública. Execuções de Obrigações de Dar, Fazer e Não Fazer. Embargos à Execução. Recursos. Arrematação. Remição. Embargos de Terceiros. Prescrição.

Professor: Dr. Eduardo Von Adamovich

Duração: 77 MINUTOS

Número do Curso: 12

Número da Fita: 261

» A NOTIFICAÇÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO - EM UMA FITA

Conteúdo: Introdução. Conceito. Espécies. Modalidades. Procedimento. Notificação Dirigida à Caixa Postal. Notificação Endereçada aos Correios. Notificação de Entidade Estrangeira.

Professor: Dr. Leonardo Dias Borges

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 12

Número da Fita: 262

» PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (LEI 9.957, DE 12/01/2000) - PROCESSO DO TRABALHO - EM UMA FITA

Conteúdo: INTRODUÇÃO: críticas, a questão semântica, a efetividade processual. VALOR DA CAUSA: o pedido certo e determinado, a citação, a emenda à petição inicial. A AUDIÊNCIA: direção do processo, testemunhas, intimação, meios de prova. A SENTENÇA: elementos da sentença. O RECURSO ORDINÁRIO. O RECURSO DE REVISTA. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OS ERROS MATERIAIS.

Professor: Dr. Leonardo Dias Borges

Duração: 72 MINUTOS

Número do Curso: 12

Número da Fita: 263

» PERÍCIAS E CÁLCULOS TRABALHISTAS - FITA 1

Conteúdo: 1. Perito: 1.1. Função. 1.2. Compromissos. 1.3. Responsabilidade. 2. O Fato. 2.1. Previsão Legal. 3.2 - Prova Emprestada. 3.3- Ônus da Prova. 3.4- Honorários. 4- Atendimento ao Perito. 5- Perícias na Justiça do Trabalho. 5.1- Insalubridade. 5.2- Periculosidade.

Professor: Dr. João Carlos Ferreira da Silva

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 12

Número da Fita: 264

» PERÍCIAS E CÁLCULOS TRABALHISTAS - FITA 2

Conteúdo: Periculosidade: Risco Elétrico - Legislação. -Equiparação Salarial: Condições. Provas. - Desvio de Função: Condições. Provas. - Cálculos Trabalhistas: Liquidação de Sentença. Exemplos Práticos. Impugnações e Fundamentações.

Professor: Dr. João Carlos Ferreira da Silva

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 12

Número da Fita: 265

» DIREITO PREVIDENCIÁRIO - FITA N. 1

Conteúdo: 1) Histórico da proteção social no mundo. 2) Histórico da proteção social no Brasil. 3) Seguridade Social na Constituição de 1.988. 4) Beneficiários do Regime de Previdência Social. 5) Filiação e Inscrição. 6) Conceito de Empresa e Empregador Doméstico.

Professor: Prof. Fábio Zambitte

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 13

Número da Fita: 266

» DIREITO PREVIDENCIÁRIO - FITA N. 2

Conteúdo: 1) Financiamento da Seguridade Social: Contribuições das Empresas e dos Trabalhadores. 2) Conceito de Salário de Contribuição. 3) Arrecadação e Recolhimento das Contribuições Sociais. 4) Acréscimos Legais. 5) Obrigações Acessórias. 6) Responsabilidade Solidária e Retenção de 11% na prestação de serviços. 7) Notificação Fiscal de Lançamento de Débito e auto de Infração.

Professor: Prof. Fábio Zambitte

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 13

Número da Fita: 267

» DIREITO PREVIDENCIÁRIO - FITA N. 3

Conteúdo: 1) Processo Administrativo Previdenciário. 2) Decadência e Prescrição no Direito Previdenciário. 3) Parcelamento do Débito Previdenciário. 4) Restituição, Compensação e Reembolso. 5) Matrícula da empresa. 6) Certidão Negativa de Débito. 7) Dependentes do Regime de Previdência Social. 8) Período de Graça. 9) Carência.

Professor: Prof. Fábio Zambitte

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 13

Número da Fita: 268

» DIREITO PREVIDENCIÁRIO - FITA N. 4

Conteúdo: 1) Salário de Benefício Crimes. 2) Aposentadoria por Invalidez. 3) Aposentadoria por Idade. 4) Aposentadoria por Tempo de Contribuição. 5) Aposentadoria Especial. 6) Auxílio Doença. 7) Salário Família. 8) Salário Maternidade. 9) Auxílio Acidente. 10) Pensão por Morte. 11) Auxílio Reclusão. 13) Serviço Social e Habilitação e Reabilitação Profissional

Professor: Prof. FÁBIO ZAMBITTE

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 13

Número da Fita: 269

» SISTEMA TRIBUTÁRIO CONSTITUCIONAL - PRIMEIRA PARTE - FITA 1

Conteúdo: Conceito e Classificações. Discriminação de Renda e Discriminação por Produto. Tributos e suas Espécies.

Professor: Dr. CLÁUDIO BORBA

Duração: 87 MINUTOS

Número do Curso: 14

Número da Fita: 270

» SISTEMA TRIBUTÁRIO CONSTITUCIONAL - SEGUNDA PARTE - FITA 2

Conteúdo: Limitações Constitucionais à Competência Tributária: Introdução. Princípio da Legalidade, da Isonomia, da Irretroatividade, da Anterioridade, da Não Utilização de Confisco, da Não Limitação de Tráfego, da Uniformidade Geográfica, da Não Concessão de Privilégios a Títulos Federais, da Não Concessão de Isenção, da Não Diferenciação. Imunidades Tributárias. Disposições Finais.

Professor: Dr. CLÁUDIO BORBA

Duração: 89 MINUTOS

Número do Curso: 14

Número da Fita: 271

» EXECUÇÃO FISCAL - EM UMA FITA

Conteúdo: Natureza Jurídica. A Lei 6.830/80. Inovações da Lei 8.953/94. Prescrição e Decadência.

Professor: Dr. Antonio Vital R. Vasconcelos

Duração: 110 MINUTOS

Número do Curso: 14

Número da Fita: 272

» CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL - LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Conteúdo: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA: Introdução - Legislação Tributária - Leis - Tratados e Convenções Internacionais - Decretos. NORMAS COMPLEMENTARES: Atos Normativos - Decisões Administrativas com Eficácia Normativa - Práticas Administrativas Reiteradas - Convênios Internos - Observações Comuns às Normas Complementares. VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA: Vigência no Espaço - Vigência no Tempo. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Professor: DR. CLAUDIO BORBA

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 14

Número da Fita: 273

» CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL - OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Conteúdo: OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA : Tipos de Obrigação Tributária; Fato Gerador da Obrigação Tributária; Sujeito Ativo da Obrigação Tributária; Sujeito Passivo da Obrigação Tributária; Solidariedade Tributária; Capacidade Tributária Passiva; Domicílio Tributário do Sujeito Passivo; Responsabilidade Tributária : Responsabilidade por Substituição Tributária, Responsabilidade por Transferência : Responsabilidade de Terceiros, Responsabilidade por Infração, Responsabilidade por Sucessão Imobiliária, Responsabilidade por Sucessão Empresarial, Responsabilidade por Sucessão Pessoal.

Professor: Dr. CLAUDIO BORBA

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 14

Número da Fita: 274

» CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL - CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Conteúdo: CRÉDITO TRIBUTÁRIO : Constituição do Crédito Tributário : Modalidades de Lançamento, Lançamento Direto, Lançamento por Declaração, Lançamento por Homologação. Hipóteses de Suspensão do Crédito Tributário : Moratória, Depósito do Montante Integral, Reclamações e Recursos, Concessão de Medida Liminar em Mandado de Segurança, Concessão de Medida Liminar ou Tutela Antecipada em outras ações judiciais, Parcelamento. Hipóteses de Extinção do Crédito Tributário : Pagamento (parte).

Professor: Dr. CLAUDIO BORBA

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 14

Número da Fita: 275

» CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL - CRÉDITO TRIBUTÁRIO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Conteúdo: CRÉDITO TRIBUTÁRIO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA : HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO : Pagamento (continuação); Compensação; Transação; Remissão; Prescrição e Decadência; Conversão do Depósito em Renda; Pagamento Antecipado e Homologação; Consignação em Pagamento; Decisão Administrativa Irreformável; Decisão Judicial Passada em Julgado; Dação em pagamento de bens imóveis. HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO : Isenção; Anistia. ESQUEMA DEMONSTRATIVO DE ISENÇÃO, ANISTIA, REMISSÃO E IMUNIDADE. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO : Garantias; Preferências. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA : Fiscalização; Dívida Ativa; Certidão Negativa; Disposições Finais e Transitórias.

Professor: Dr. CLAUDIO BORBA

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 14

Número da Fita: 276

» ILÍCITO TRIBUTÁRIO E COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA

Conteúdo: ILÍCITO TRIBUTÁRIO : Direito Tributário Penal e Direito Penal Tributário; Classificação das Infrações; Conceitos de Elisão e Evasão; Lei 8.137/90 : Crimes Praticados por Particulares, Crimes Praticados por Funcionário Público; Crime de Depositário Infiel. COBRANÇA JUDICIAL DA DÍVIDA ATIVA : Principais Processos Judiciais Tributários; Características dos Processos Judiciais Tributários; Processo e Procedimento : Conceito, Diferenças, Processo em Sentido Amplo e em Sentido Estrito, Relação Jurídica Processual. PROCESSO EXECUTIVO FISCAL : Ação de Cobrança Judicial da Dívida Ativa : Características, Procedimentos, Quem Pode Ser Executado, Citações e Intimações, Outros Dispositivos Importantes, Quadro-Resumo dos Prazos. DÍVIDA ATIVA : Conceito; Termo de Inscrição; Inscrição por Falta de Pagamento ou Decisão Final em Processo Regular; Certeza e Liquidez. FRAUDE DE EXECUÇÃO FISCAL. RENÚNCIA E DESISTÊNCIA NA VIA ADMINISTRATIVA.

Professor: Dr. CLAUDIO BORBA

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 14

Número da Fita: 277

» PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - FITA 1

Conteúdo: CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL : Origem; Conceito. PROCESSO ADMINISTRATIVO E PROCESSO JUDICIAL : Conceito; Eficácia das Decisões; Processo Administrativo Propriamente Dito; Controle da Legalidade dos Atos Administrativos; Autocontrole. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL : Características; Finalidades : Princípios Básicos, Legalidade, Oficialidade, Informalidade, Verdade Material. PROCESSO ADMINISTRATIVO E EXIGÊNCIA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DA UNIÃO - DECLRETO 70.235/72 E ALTERAÇÕES POSTERIORES (PARTE): Atos e Termos Processuais; Prazos; Procedimentos; Intimação.

Professor: Dr. CLAUDIO BORBA

Duração: 87 MINUTOS

Número do Curso: 14

Número da Fita: 278

» PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - FITA 2

Conteúdo: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE EXIGÊNCIA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DA UNIÃO - DECRETO 70.235/72 E ALTERAÇÕES POSTERIORES (Continuação) : Competência; Julgamento em Primeira Instância; Julgamento em Segunda Instância; Julgamento em Instância Especial; Eficácia e Execução das Decisões : Processo de Consulta, Quadro-Resumo das Competências, Nulidades, Medidas Judiciais Suspensivas da Cobrança do Crédito Tributário, Destinação de Bens Apreendidos ou Dados em Garantia de Pagamento. CONSELHOS DE CONTRIBUÍNTES. CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS.

Professor: Dr. CLAUDIO BORBA

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 14

Número da Fita: 279

» LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - FITA Nº 1 - LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04-MAIO-2.000

Conteúdo: CONSIDERAÇÕES GERAIS: INTRODUÇÃO – CONSIDERAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS, JURÍDICAS – SEGURANÇA E ESTABILIDADE FISCAL – EVOLUÇÃO DOS PRINCÍPIOS – PRECEDENTES INSTITUCIONAIS – INSTITUCIONALIZAÇÃO NO BRASIL. CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS: OBJETO – ABRANGÊNCIA – CONCEITOS POSITIVADOS – PLANEJAMENTO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIO – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E METAS – RECEITA PÚBLICA – DESPESA PÚBLICA – DESPESA COM PESSOAL – TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS – TRANSFERÊNCIAS PARA O SETOR PRIVADO – ENDIVIDAMENTO – RECONDUÇÃO – RESTOS A PAGAR – GESTÃO PATRIMONIAL – TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO – RELATÓRIOS – PRESTAÇÃO DE CONTAS – FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.

Professor: Dr. DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 14

Número da Fita: 280

» LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – FITA Nº 2 - LEI COMPLEMENTAR Nº 101 DE 04-MAIO-2.000

Conteúdo: NATUREZA JURÍDICA. ENTIDADES OBRIGADAS. OBJETIVOS E OBJETOS. DESPESA COM PESSOAL. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA. DESPESA TOTAL COM PESSOAL. TERCEIRIZAÇÃO. DESPESA COM A SEGURIDADE SOCIAL. CONTENÇÃO E CORTES. SANÇÕES.

Professor: DR. LUIZ OLIVEIRA CASTRO JUNGSTEDT

Duração: 90 MINUTOS

Número do Curso: 14

Número da Fita: 281

» LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - FITA Nº 3

Conteúdo: LICITAÇÃO : DESPESA PÚBLICA. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FASE INTERNA DA LICITAÇÃO. ORDENADOR DE DESPESA. DURAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO. RESTOS A PAGAR. DISPENSA DE LICITAÇÃO PRA CONTRATAR EMPRESA ESTATAL. LICITAÇÃO NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA. DESAPROPRIAÇÃO : FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. GERAÇÃO DE DESPESA. TIPO DE DESAPROPRIAÇÃO PREVISTO NA LRF. IMISSÃO PRÉVIA NA POSSE. ACORDO ADMINISTRATIVO QUANTO AO VALOR DO BEM. IMISSÃO DEFINITIVA NA PROPRIEDADE. CÁLCULO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO.

Professor: DR. LUIZ OLIVEIRA CASTRO JUNGSTEDT

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 14

Número da Fita: 282

» DIREITO ECONÔMICO - ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

Conteúdo: ESTADO NA ORDEM ECONÔMICA. REFORMA DO ESTADO. DESESTATIZAÇÃO. ESTADO GERENCIAL. AGÊNCIAS REGULADORAS. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA NA ORDEM ECONÔMICA. APURAÇÃO DAS INFRAÇÕES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA. COMPETÊNCIA SDE/SÉAE/CADE. MEDIDA PREVENTIVA E ORDEM DE CESSAÇÃO. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E ACORDO DE LENIÊNCIA.

Professor: Dr. Luiz Oliveira Castro Jungstedt

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 15

Número da Fita: 283

16 – CURSO DE DIREITO COMERCIAL – 07 FITAS

P/04

» DIREITO COMERCIAL - NOÇÕES GERAIS - EM UMA FITA

Conteúdo: Conceito. Teorias. Divisão. Fontes. Atos de Comércio. Dos Comerciantes. Sociedade Comercial: Noções Fundamentais.

Professor: Dr. Amaury Campinho

Duração: 118 MINUTOS

Número do Curso: 16

Número da Fita: 284

» TÍTULOS DE CRÉDITO - EM UMA FITA

Conteúdo: Os Aspectos Jurídicos dos Principais Títulos de Crédito: Duplicata, Nota Promissória, Cheque etc.

Professor: Dr. Luiz Emygdio F. da Rosa Jr

Duração: 110 MINUTOS

Número do Curso: 16

Número da Fita: 285

» FALÊNCIAS E CONCORDATA - FITA 1

Conteúdo: Noções Fundamentais. Estado de Falência. Efeitos da Sentença Declaratória. O Síndico. Efeitos em Relação à Pessoa do Falido. Efeitos em Relação aos Direitos de Terceiros. Verificação dos Créditos.

Professor: Dr. Amaury Campinho

Duração: 84 Minutos

Número do Curso: 16

Número da Fita: 286

» FALÊNCIAS E CONCORDATA - FITA 2

Conteúdo: Classificação dos Créditos. Da Liquidação. Extinção das Obrigações. Concordata. Histórico da Falência.
Professor: Dr. Amaury Campinho
Duração: 79 Minutos
Número do Curso: 16
Número da Fita: 287

» LEI DE SOCIEDADES ANÔNIMAS - FITA 1

Conteúdo: Conceito de Sociedade Anônima. Características. Diferenças entre companhias abertas e fechadas. As ações e suas espécies. Debêntures: características e espécies. A cédula de debêntures. O direito de retirada. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e suas funções.
Professor: Dr. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI
Duração: 85 MINUTOS
Número do Curso: 16
Número da Fita: 288

» LEI DE SOCIEDADES ANÔNIMAS - FITA 2

Conteúdo: Direitos dos acionistas. Direitos essenciais. Direito de voto. Abuso do direito de voto. Acionista controlador. Acordo de acionista. Assembleia Geral. Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Assembleias Especiais.
Professor: Dr. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI
Duração: 80 MINUTOS
Número do Curso: 16
Número da Fita: 289

» LEI DE SOCIEDADES ANÔNIMAS – FITA 3

Conteúdo: Responsabilidade dos administradores. Conselho de Administração. Conselho Fiscal. Aumento de Capital. Dividendos. Operações de: transformação; incorporação; fusão; cisão.
Professor: Dr. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI
Duração: 76 MINUTOS
Número do Curso: 16
Número da Fita: 290

17 - CURSO DE DIREITO DO CONSUMIDOR - 10 FITAS

P/04

» DIREITO DO CONSUMIDOR - FITA Nº 1

Conteúdo: Introdução ao Direito do Consumidor. Bases constitucionais do Código de Defesa do Consumidor. A relação de consumo e seus protagonistas. Conceitos de consumidor e fornecedor (arts. 1º - 3º).

Professor: DR. LEONARDO MATTIETTO

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 17

Número da Fita: 291

» DIREITO DO CONSUMIDOR - FITA Nº 2

Conteúdo: Princípios fundamentais do Direito do Consumidor. A boa-fé objetiva no direito comum e no direito do consumidor. O Direito do Consumidor e a nova teoria contratual. Vulnerabilidade e hipossuficiência do consumidor. Política nacional das relações de consumo. (arts. 4º - 5º).

Professor: DR. EDUARDO TAKEMI KATAOKA

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 17

Número da Fita: 292

» DIREITO DO CONSUMIDOR - FITA Nº 3

Conteúdo: Direitos básicos do consumidor. Proteção da vida, saúde e segurança. Educação do consumidor. Revisão dos contratos. Acesso à justiça e facilitação da defesa do consumidor. Inversão do ônus da prova. Desconsideração da personalidade jurídica do fornecedor (arts. 6º - 10 e 28).

Professor: DR. LEONARDO MATTIETTO

Duração: 89 MINUTOS

Número do Curso: 17

Número da Fita: 293

» DIREITO DO CONSUMIDOR - FITA Nº 4

Conteúdo: Responsabilidade civil nas relações de consumo. Responsabilidade por fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. Vício de desenvolvimento. Decadência e prescrição (arts. 12-21 e 23-27).

Professor: DR. MARCELO JUNQUEIRA CALIXTO

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 17

Número da Fita: 294

» DIREITO DO CONSUMIDOR - FITA Nº 5

Conteúdo: Práticas comerciais. Disposições gerais: consumidores por equiparação. Dever de informação e de transparência. Oferta: caráter vinculante e efeitos. Publicidade: aspectos gerais, vedação da publicidade enganosa e abusiva. (arts. 29-38).

Professor: DR. EDUARDO TAKEMI KATAOKA

Duração: 78 MINUTOS

Número do Curso: 17

Número da Fita: 295

» DIREITO DO CONSUMIDOR - FITA Nº 6

Conteúdo: 1) Responsabilidade do fornecedor de serviços públicos – princípio da continuidade e serviços públicos essenciais. 2) Práticas abusivas. 3) Cobrança de dívidas. Repetição de indébito. 4) Bancos de dados e cadastro de consumidores. (arts. 22 e 39-44).

Professor: DR. FÁBIO COSTA SOARES

Duração: 80 MINUTOS

Número do Curso: 17

Número da Fita: 296

» DIREITO DO CONSUMIDOR - FITA Nº 7

Conteúdo: Proteção contratual. Interpretação do contrato de consumo. Teoria da confiança. Garantia legal e garantia contratual. Controle da abusividade contratual. Invalidez das cláusulas abusivas. Contratos de adesão (arts. 46-54).

Professor: DR. FÁBIO COSTA SOARES

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 17

Número da Fita: 297

» DIREITO DO CONSUMIDOR - FITA Nº 8

Conteúdo: Direito administrativo do consumidor. Competência para fiscalização e promoção da defesa do consumidor. Sanções Administrativas. O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. A atuação do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Procons. Convenção coletiva de consumo (arts. 55-60 e 105-107).

Professor: DR. FÁBIO COSTA SOARES

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 17

Número da Fita: 298

» DIREITO DO CONSUMIDOR - FITA Nº 9

Conteúdo: Direito penal do consumidor. Crimes contra as relações de consumo. Agentes e concurso de pessoas. Circunstâncias agravantes. Penas aplicáveis. Propositura da ação penal pública e da ação penal subsidiária. (arts. 61-80).

Professor: DR. CLÁUDIO SOARES LOPES

Duração: 74 MINUTOS

Número do Curso: 17

Número da Fita: 299

» DIREITO DO CONSUMIDOR – FITA Nº 10

Conteúdo: Direito processual. Defesa do consumidor em juízo. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Ações coletivas. Coisa julgada (arts. 81-104).

Professor: DR. FÁBIO COSTA SOARES

Preço: R\$ 60.00

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 17

Número da Fita: 300

» DIREITO DO MENOR - E. C. A. - FITA Nº 1

Conteúdo: 1. Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente. Direito à Vida, à Saúde. Direito à Liberdade, ao respeito e à Dignidade. Direito à Convivência Familiar e Comunitária. 2. Pátrio Poder.

Professor: DR. GURACI DE CAMPOS VIANNA

Duração: 120 MINUTOS

Número do Curso: 18

Número da Fita: 301

» DIREITO DO MENOR – E. C. A – FITA Nº 2

Conteúdo: O Pátrio Poder (continuação). Guarda. Tutela. Adoção. Prevenção. Ato Infracional.

Professor: DR. GURACI DE CAMPOS VIANNA

Duração: 120 MINUTOS

Número do Curso: 18

Número da Fita: 302

DIREITO DO MENOR - E. C. A. - FITA Nº 3

Conteúdo: 1. Ato Infracional (cont.). Direitos da Criança e do Adolescente Infrator. Garantias Processuais. Medidas Sócio-Educativas, correlação com as penas previstas no Código Penal. 2. Competência na Justiça da Infância e da Juventude. 3. Recursos na Justiça da Infância e da Juventude .

Professor: DR. GUARACI DE CAMPOS VIANA

Duração: 116:34 MINUTOS

Número do Curso: 18

Número da Fita: 303

19 – CURSO DE DIREITO AMBIENTAL - 02 FITAS

P/04

» DIREITO AMBIENTAL - FITA Nº 1 - ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

Conteúdo: Meio Ambiente como Interesse Difuso. Desenvolvimento Sustentável. Competências Normativas. Competências Administrativas. Princípio da Prevenção. Licenciamento Ambiental. E.I.A e R.I.M.A.. Princípio do Poluidor Pagador. Teoria da Responsabilidade Objetiva. Sanções Administrativas e Termo de Compromisso.

Professor: DR. LUIS OLIVEIRA CASTRO JUNGSTEDT

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 19

Número da Fita: 304

» DIREITO AMBIENTAL - FITA Nº 2 - CRIMES AMBIENTAIS

Conteúdo: LEI 9.605, DE 12/02/98. Conteúdo: Responsabilidade da Pessoa Jurídica. Crimes Contra a Fauna. Crimes Contra a Flora. Poluição. Crimes Contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural. Aspectos Processuais.

Professor: DR^a CARLA RODRIGUES DE ARAÚJO

Duração: 79 MINUTOS

Número do Curso: 19

Número da Fita: 305

20 – CURSO DE DIREITO BANCÁRIO – 02 FITAS

P/04

» ASPECTOS JURÍDICOS DAS OPERAÇÕES BANCÁRIAS

Conteúdo: Sistema Financeiro Nacional. Desconto. Redesconto. Abertura de Crédito. Financiamento. Conta Corrente. Operações com Cheque.

Professor: Dr. Diógenes Setti Sobreira

Duração: 122:00 MINUTOS

Número do Curso: 20

Número da Fita: 306

» CONTRATOS INOMINADOS NA ÁREA BANCÁRIA

Conteúdo: Alienação Fiduciária. *Leasing*. *Factoring*. *Franchise*. Cartões de Crédito.

Professor: Dr. Diógenes Setti Sobreira

Duração: 115:00 MINUTOS

Número do Curso: 20

Número da Fita: 307

21 - CURSO DE DIREITO ELEITORAL - 04 FITAS

P/04

» DIREITO ELEITORAL - FITA Nº 1

Conteúdo: Conteúdo: Histórico. Conceito. Fontes. Poder Normativo do Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Normas de Interpretação. Organização da Justiça Eleitoral Brasileira.

Professor: DR. MARCOS RAMAYANA

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 21

Número da Fita: 308

» DIREITO ELEITORAL - FITA Nº 2

Conteúdo: Conteúdo: Sufrágio: Modalidades. Alistamento Eleitoral. Crimes Eleitorais. Processo Penal Eleitoral.

Professor: DR. MARCOS RAMAYANA

Duração: 89 MINUTOS

Número do Curso: 21

Número da Fita: 309

» DIREITO ELEITORAL - FITA Nº 3

Conteúdo: Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar 64 de 18/05/90): Perda e Suspensão dos Direitos Políticos. Propaganda Política Eleitoral e Partidária: Princípios. Ação de Impugnação ao Pedido de Registro. Investigação Judicial Eleitoral: Abuso do Poder Econômico e Político.

Professor: DR. MARCOS RAMAYANA

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 21

Número da Fita: 310

» DIREITO ELEITORAL - FITA Nº 4

Conteúdo: Lei 9.504/97: Disposições Gerais. Coligações. Das Convenções. Do Registro de Candidatos. Da arrecadação e da Aplicação. Prestação de Contas dos Recursos nas Campanhas Eleitorais. Direito de Resposta. Das Condutas.

Professor: DR. MARCOS RAMAYANA

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 21

Número da Fita: 311

22 - CURSO DE DEONTOLOGIA – 02 FITAS

P/04

» DEONTOLOGIA JURÍDICA - FITA 1

Conteúdo: Introdução - Conceito. Requisitos Necessários para Inscrição na OAB. Da Atividade da Advocacia. Dos Direitos do Advogado.

Professor: Dr. Fernando Genú

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 22

Número da Fita: 312

» DEONTOLOGIA JURÍDICA - FITA 2

Conteúdo: Sociedade de Advogados. Advogado Empregado. Honorários Advocatícios. Ética do Advogado. Infrações e Sanções Disciplinares. Ordem dos Advogados do Brasil.

Professor: Dr. Fernando Genú

Duração: 88 MINUTOS

Número do Curso: 22

Número da Fita: 313

23 - CURSO DE DIREITO NOTARIAL - 01 FITA

P/04

» DIREITO NOTARIAL BRASILEIRO - EM UMA FITA

Conteúdo: Noções Preambulares: Direito Notarial; Fontes do Direito Notarial; Natureza Jurídica do Notariado. Notariado Brasileiro: Auxiliares do Notário. Função Notarial: Fé Pública; Atos Notariais. Formas, Formalidades e Formulários: Documentos e Instrumentos; Elaboração dos Documentos. Responsabilidade do Notariado e seus Auxiliares. Conclusões.

Professor: Dr. Roberto J. Pugliese

Duração: 77 MINUTOS

Número do Curso: 23

Número da Fita: 314

24 - CURSO DE AGRÁRIO – 01 FITA

P/04

» DO DIREITO FUNDIÁRIO E DO DIREITO AGRÁRIO BRASILEIRO - EM UMA FITA

Conteúdo: Introdução. Direito de Propriedade Perante a Constituição e a Lei Civil. Sistematização Jurídica Doutrinária do Direito Fundiário. Atos e Fatos Jurídicos Agrários: Distinções e Relacionamento com Outros Ramos do Direito. Conflitos; Movimentos Isolados e Organizados. Reforma Agrária: Conteúdo Pragmático: Aspectos Políticos, Sociológicos, Jurídicos. O Estatuto da Terra. Reforma Agrária - Instrumentalização: Desapropriação; Usucapião; Tributação; Confisco. Contratos Agrários: Parcerias; Arrendamentos.

Professor: Dr. Roberto J. Pugliese

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 24

Número da Fita: 315

25 - DA DEFENSORIA PÚBLICA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO

P/04

» INSTITUIÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA - FITA 1

Conteúdo: Conceito. Constitucional de Assistência Jurídica Integral e Gratuita. Diferença entre Assistência Judiciária e Assistência Jurídica Gratuita. Competência do Congresso Nacional para Organização da Defensoria Pública da União e dos Territórios e Organização Judiciária da Defensoria Pública do Distrito Federal. Iniciativa Privativa do Presidente da República para iniciar o Processo Legislativo de Organização da Defensoria Pública da União e de Regras Gerais para as Defensorias Públicas dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios. A Defensoria Pública como Instituição Essencial à Função Jurisdicional do Estado.

Professor: Dr. José Fontenelle

Duração: 77 MINUTOS

Número do Curso: 25

Número da Fita: 316

» INSTITUIÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA - FITA 2

Conteúdo: Lei Complementar 80 de 12/01/94: Considerações Gerais. Abordagem Correlata da Lei 1.060 de 05/02/50 (Justiça Gratuita). Citação de Acórdãos. Defensor Público: Intimação Pessoal e Contagem em Dobro dos Prazos. O Defensor Como Curador Especial. A Inamovibilidade do Defensor Público. Honorários da Sucumbência. Atuação Típica e Atípica do Defensor Público. Justiça Gratuita Deferida a Pessoa Jurídica: Possibilidade. Gratuidade de Justiça a Proprietário de Imóveis. Possibilidades.

Professor: Dr. José Fontenelle

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 25

Número da Fita: 317

» INSTITUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO - FITA 1

Conteúdo: Origem da Instituição: Antigüidade Clássica, Idade Média, Influência Lusitana e Período Republicano Brasileiro. Função Fiscalizadora e Acionária. Ministério Público da União (Federal, do Trabalho, Militar, Distrito Federal e Territórios) e Ministério Público dos Estados. Legislação: Lei Complementar 40/81; Lei 8.625/93; Lei Complementar 75/93. Princípios, Garantias e Funções Basilares.

Professor: Dr. José Muiños Piñeiro Filho

Duração: 86 MINUTOS

Número do Curso: 25

Número da Fita: 318

» INSTITUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO - FITA 2

Conteúdo: Estrutura Organizativa do Ministério Público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. A escolha do Procurador Geral. Funções Típicas e Atípicas dos Membros do Ministério Público. Litisconsórcio e Legitimação Concorrente. O Ministério Público e os Tribunais de Contas.

Professor: Dr. José Muiños Piñeiro Filho

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 25

Número da Fita: 319

26 - CURSO DE MEDICINA LEGAL

P/04

» MEDICINA LEGAL - PRIMEIRA PARTE - FITA 1

Conteúdo: Introdução. Lesões Corporais. Art. 129 do Código Penal. Lesões Leve, Grave, Gravíssima. Lesões Corporais Seguidas de Morte. Traumatologia: Introdução. Ação Contudente (parte).

Professor: Dr. Roberto Blanco

Duração: 119 MINUTOS

Número do Curso: 26

Número da Fita: 320

» MEDICINA LEGAL - SEGUNDA PARTE - FITA 2

Conteúdo: Ação Contudente (parte final). Ação Perfurante. Ação Pérfuro-cortante. Ação Pérfuro-contudente. Ação Corto-contudente. Ação Térmica. Ação Elétrica. Exame de Corpo de Delito das Lesões Corporais (parte).

Professor: Dr. Roberto Blanco

Duração: 120 MINUTOS

Número do Curso: 26

Número da Fita: 321

» MEDICINA LEGAL - TERCEIRA PARTE - FITA 3

Conteúdo: Exame de Corpo de Delito das Lesões Corporais (parte final). Asfixiologia: Afogamento, Soterramento, Confinamento, Enforcamento, Estrangulamento, Esganadura, Sufocações, Monóxido de Carbono. Sexologia: Estupro (parte).

Professor: Dr. Roberto Blanco

Duração: 120 MINUTOS

Número do Curso: 26

Número da Fita: 322

» MEDICINA LEGAL - QUARTA PARTE - FITA 4

Conteúdo: Estupro (parte final). Atentado Violento ao Pudor, Sedução, Infanticídio, Parto Puerpério, Aborto. Tanatologia: Sinais Imediatos de Morte e Sinais Tardios de Morte (parte).

Professor: Dr. Roberto Blanco

Duração: 120 MINUTOS

Número do Curso: 26

Número da Fita: 323

» MEDICINA LEGAL - QUINTA PARTE - FITA 5

Conteúdo: Tanatologia (parte final): Morte Encefálica. Transplantes. Identificação Papiloscópica. Cadáveres: Putrefeitos, Carbonizados, Esqueletizados, Mumificados, Macerados e Saponificados. Modificadores da Imputabilidade: Doença Mental, Embriaguez e Entorpecentes. Casos Especiais.

Professor: Dr. Roberto Blanco

Duração: 120 MINUTOS

Número do Curso: 26

Número da Fita: 324

ARMÁRIO 02

CURSOS ESPECIAIS

27 - CURSO COMO ESTUDAR PARA PROVAS E CONCURSOS- 02 FITAS P/04

» COMO ESTUDAR PARA PROVAS E CONCURSOS - FITA 1

Conteúdo: Atitudes Básicas. Determinação do Objetivo. Ação e Planejamento. Prazo de Aprovação. Aliados. O Seu Cérebro. Programação do Cérebro.

Professor: Dr. Willian Douglas

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 27

Número da Fita: 325

» COMO ESTUDAR PARA PROVAS E CONCURSOS - FITA 2

Conteúdo: Memória. Tempo de Estudo. Administração do Tempo. Técnicas Básicas de Estudo. Ambiente de Estudo. Cuidados na Realização de Provas e Concursos. Técnicas de Raciocínio Jurídico.

Professor: Dr. Willian Douglas

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 27

Número da Fita: 326

28 - CURSO DE CONTABILIDADE BÁSICA – 08 FITAS

P/04

» CONTABILIDADE BÁSICA - FITA 1

Conteúdo: Contabilidade: Conceito, Objetivo, Objeto. Patrimônio: Origens de Recursos, Aplicações de Recursos, Estática Patrimonial, Dinâmica Patrimonial, Ativo e Passivo. Resultado do Exercício: Despesas e Receitas. Método das Partidas Dobradas: Débito e Crédito. Situação Líquida: Ativa, Passiva, Compensada.

Professor: Dr. LIBÂNIO MADEIRA

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 28

Número da Fita: 327

» CONTABILIDADE BÁSICA - FITA 2

Conteúdo: Estudo dos Atos e Fatos: Permutativo, Modificativo, Misto. Regimes: Caixa, Competência. Contas: Conceito, Teoria, Função, Funcionamento, Classificação.

Professor: Dr. LIBÂNIO MADEIRA

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 28

Número da Fita: 328

» CONTABILIDADE BÁSICA - FITA 3

Conteúdo: Classificação de Contas: Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo, Ativo Permanente, Passivo Circulante, Passivo Exigível a Longo Prazo, Resultado do Exercício Futuro, Patrimônio Líquido, Contas de Resultado.

Professor: Dr. LIBÂNIO MADEIRA

Preço: R\$ 60.00

Duração: 85 MINUTOS

Número do Curso: 28

Número da Fita: 329

» CONTABILIDADE BÁSICA - FITA 4

Conteúdo: Técnicas Contábeis: Método das Partidas Dobradas, Escrituração, Lançamentos, Livros de Escrituração, Balancetes, Erros de Escrituração, Técnicas de Acerto da Escrituração.

Professor: Dr. LIBÂNIO MADEIRA

Duração: 84 MINUTOS

Número do Curso: 28

Número da Fita: 330

» CONTABILIDADE BÁSICA - FITA 5

Conteúdo: Operações com Mercadorias: 1- Custo Mercadorias Vendidas. 2- Fórmula de Cálculo de Custo. 3- Operações com Mercadorias e Impostos. 4- Avaliação de Estoques - Permanente, Periódico. 5- Critérios de Avaliação: Peps, Ueps, Média Ponderada, Fixa, Móvel.

Professor: Dr. LIBÂNIO MADEIRA

Duração: 80 MINUTOS

Número do Curso: 29

Número da Fita: 331

» CONTABILIDADE BÁSICA - FITA 6

Conteúdo: Conta Mercadorias Mista (Bilateral). Operações com Duplicatas: Descontadas, Caucionadas, Em Cobrança Simples, Provisão para Devedores Duvidosos. Ajustes do Ativo Permanente: Depreciação, Amortização, Exaustão, Equivalência Patrimonial, Provisão para Perdas de Investimento.

Professor: Dr. LIBÂNIO MADEIRA

Duração: 81 MINUTOS

Número do Curso: 28

Número da Fita: 332

» CONTABILIDADE BÁSICA - FITA 7

Conteúdo: Correção Monetária do Balanço: Encerramento das Contas de Resultado, Cálculo das Participações, Cálculo dos Dividendos Obrigatórios, Cálculo das Reservas de Lucros, Lançamento de Ajuste para: Formação do Resultado e Elaboração do Balanço Patrimonial.

Professor: Dr. LIBÂNIO MADEIRA

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 28

Número da Fita: 333

» CONTABILIDADE BÁSICA - FITA 8

Conteúdo: Balanço Patrimonial. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Demonstração do Resultado do Exercício. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Professor: Dr. LIBÂNIO MADEIRA

Duração: 80 MINUTOS

Número do Curso: 28

Número da Fita: 334

29 - CURSO DE PORTUGUÊS

» PORTUGUÊS PARA CONCURSOS - FITA 1

Conteúdo: Prosódia e Acentuação Gráfica. Semântica. Emprego de Por Que, Por Quê, Porque e Porquê. Divisão Silábica.
Professor: Dr. RENATO AQUINO
Duração: 84 MINUTOS
Número do Curso: 29
Número da Fita: 335

» PORTUGUÊS PARA CONCURSOS - FITA 2

Conteúdo: Concordância Nominal. Concordância Verbal.
Professor: Dr. RENATO AQUINO
Duração: 83 MINUTOS
Número do Curso: 29
Número da Fita: 336

» PORTUGUÊS PARA CONCURSOS - FITA 3

Conteúdo: Regência Verbal. Crase.
Professor: Dr. RENATO AQUINO
Duração: 84 MINUTOS
Número do Curso: 29
Número da Fita: 337

» PORTUGUÊS PARA CONCURSOS - FITA 4

Conteúdo: Crase. Classes Gramaticais.
Professor: Dr. RENATO AQUINO
Duração: 84 MINUTOS
Número do Curso: 29
Número da Fita: 338

» PORTUGUÊS PARA CONCURSOS - FITA 5

Conteúdo: Flexão Nominal. Flexão Verbal. Termos da Oração (Parte).
Professor: Dr. RENATO AQUINO
Duração: 81 MINUTOS
Número do Curso: 29
Número da Fita: 339

» PORTUGUÊS PARA CONCURSOS - FITA 6

Conteúdo: Termos da Oração (Continuação). Classificação das Orações.
Professor: Dr. RENATO AQUINO
Duração: 84 MINUTOS
Número do Curso: 29
Número da Fita: 340

» PORTUGUÊS PARA CONCURSOS - FITA 7

Conteúdo: Colocação Pronominal. Pontuação. Figuras de Linguagem.

Professor: Dr. RENATO AQUINO

Duração: 82 MINUTOS

Número do Curso: 29

Número da Fita: 341

» PORTUGUÊS PARA CONCURSOS - FITA 8

Conteúdo: Estrutura das Palavras. Formação das Palavras. Exercícios.

Professor: Dr. RENATO AQUINO

Duração: 83 MINUTOS

Número do Curso: 29

Número da Fita: 342

REFERÊNCIAS

BITTAR, Eduardo C. B. Direito e Ensino Jurídico. Legislação Educacional. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 1.886, de 30 de dezembro de 1994. Institui as Diretrizes Curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES n. 9, de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. Parecer n. 55, de 18/02/2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. Parecer n. 211, de 08/07/2004.

MORAES, Maria Cândida. O paradigma educacional emergente. 10. ed. Campinas: Papirus, 2004.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à Educação do Futuro. 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002.

PÔRTO, Inês da Fonseca. Ensino jurídico, diálogos com a imaginação. Construção do projeto didático no ensino jurídico. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2000.

RODRIGUES; Horário Wanderlei. Novo Currículo Mínimo dos Cursos Jurídicos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.